

**FACULDADE DE DIREITO DE VITÓRIA
MESTRADO EM DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS**

PRISCILA TINELLI PINHEIRO

**ESTAS VIDAS, POR QUE NÃO IR ESCUTÁ-LAS LÁ DE
ONDE FALAM POR SI PRÓPRIAS? DIÁLOGOS COM OS
MEMBROS DAS ASSOCIAÇÕES DE CATADORES DE
MATERIAIS RECICLÁVEIS DE VITÓRIA-ES**

VITÓRIA
2015

PRISCILA TINELLI PINHEIRO

**ESTAS VIDAS, POR QUE NÃO IR ESCUTÁ-LAS LÁ DE
ONDE FALAM POR SI PRÓPRIAS? DIÁLOGOS COM OS
MEMBROS DAS ASSOCIAÇÕES DE CATADORES DE
MATERIAIS RECICLÁVEIS DE VITÓRIA-ES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Direitos e Garantias Fundamentais da Faculdade de Direito de Vitória, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Direito.

Orientadora: Profª. Drª. Gilsilene Passon Picoretti Francischetto.

VITÓRIA

2015

PRISCILA TINELLI PINHEIRO

**ESTAS VIDAS, POR QUE NÃO IR ESCUTÁ-LAS LÁ DE
ONDE FALAM POR SI PRÓPRIAS? DIÁLOGOS COM OS
MEMBROS DAS ASSOCIAÇÕES DE CATADORES DE
MATERIAIS RECICLÁVEIS DE VITÓRIA-ES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Direitos e Garantias Fundamentais da Faculdade de Direito de Vitória, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Direito.

Aprovada em _____.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Gilsilene Passon Picoretti Francischetto
Faculdade de Direito de Vitória
Orientadora

Prof. Dr.
Faculdade de Direito de Vitória

Prof. Dr.
Membro Externo

AGRADECIMENTOS

A Deus, pois é o responsável por todas as bênçãos que recebo e sempre responde aos meus apelos de força com toda a sua grandeza e não permite que eu fraqueje jamais.

A minha família. Meus pais, Amilton e Virginia, que não pouparam esforços para que eu desse continuidade ao meu sonho e meu irmão, Igor, pelo carinho de sempre. Tenho certeza de que sempre estarão ao meu lado e, inclusive, apoiando as minhas escolhas.

A meu grande companheiro: Jorge, que teve paciência neste momento tão importante da minha vida, que entendia meus desesperos, minhas angústias e sempre esteve de prontidão com seu amor e carinho.

A minha amiga de todas as horas, Ju, que tornava as inúmeras tardes de escrita na FDV mais leves com o seu carinho de sempre.

Aos amigos dos mestrado: Lívia, Rafael, Carol, Lucas, Bruno, Sarah, Márcio, Ronaldo, Wantuil e Ana Paula, os quais levarei para a vida toda. Compartilhamos angústias, alegrias e muitos ensinamentos, que foram primordiais para o meu crescimento.

Aos professores do mestrado, em especial, André e Adriano, cujas contribuições em minha banca de qualificação foram fundamentais para o crescimento do meu trabalho.

À professora Jeane, pelas inúmeras oportunidades oferecidas para o meu ingresso na docência e cujo amor pela profissão me contagiou profundamente.

Aos catadores da AMARIV e da ASCAMARE, meus companheiros de trabalho, que abriram – sem qualquer julgamento – as portas de sua segunda casa para que eu

pudesse acompanhá-los mais de perto e sem os quais este trabalho não faria sentido algum.

E, por fim, a minha orientadora, Gilsilene, a qual sem dúvidas eu atribuo o título de mãe acadêmica, porque mãe é aquela que cuida, é dura quando necessário, exige o máximo do filho e acredita que ele é capaz. Se hoje eu estou concluindo o meu mestrado com o sentimento de dever cumprido é por causa do grande incentivo que ela me dá desde a época da graduação. Considero uma parceria de grande sucesso, porque caminhamos juntas desde o primeiro período da faculdade de Direito, passando pela iniciação científica, pelas orientações na monografia e agora com a minha dissertação. Mesmo enfrentando um dos momentos mais delicados de sua vida jamais pensou em abandonar as minhas orientações e posso dizer, com muita convicção, que cobrou minha produção acadêmica como nunca. A minha eterna gratidão e nos vemos daqui a pouco no doutorado.

“Queridos amigos da AMARIV e da ASCAMARE,

Acho que posso chamá-los assim né? Passados 2 meses de convivência já me sinto parte dessa associação.

Quando eu entrei no mestrado eu não queria apenas um título, eu queria que a minha pesquisa tivesse uma relevância social. Dentre as várias profissões que eu poderia ter escolhido para estudar a invisibilidade social, a do catador foi a que mais me chamou a atenção. Mas eu sempre me questionava sobre como eu poderia escrever sobre o catador sem conhecer de perto o trabalho que ele desenvolve. Foi neste momento que eu decidi sair dos bancos da biblioteca e entrar no mundo de vocês: catadores.

Os dias que antecederam o início dos trabalhos foram marcados por grande ansiedade. Eu me questionava como vocês iriam reagir a minha presença, se eu conseguiria entrar no mundo de vocês e, ao mesmo tempo, respeitar a individualidade de cada um.

Procurei, em todos os momentos, quebrar qualquer distância que pudesse existir entre nós e, hoje, eu posso afirmar com toda certeza que isso só foi possível, porque vocês me acolheram desde o primeiro momento. Sem julgamentos, sem perguntas apenas com um carinho que eu só tenho a agradecer.

Mesmo diante de tanta luta, porque agora eu sei o quanto o trabalho de um catador é pesado (tinha dias que eu chegava morta em casa de tanto cansaço), vocês conseguem trabalhar com um sorriso no rosto e não perder as esperanças de melhorar cada vez mais as condições de trabalho.

Posso sair daqui não sabendo separar corretamente os materiais, ou diferenciar o que é pet, ou mesmo amarrar um fardo. Mas sabe o que eu aprendi desde o primeiro dia aqui na associação e que eu nunca mais esquecerei? O companheirismo, o amor ao próximo e lutar sem nunca pensar em desistir, com muita garra sempre, porque vocês são verdadeiros guerreiros.

Saibam que vocês foram muito mais do que colaboradores da minha pesquisa, vocês foram meus companheiros de trabalho, de luta e vocês não tem ideia de como isso foi importante pra mim. Vou levar comigo um pouquinho do que aprendi com cada um de vocês. Mesmo aqueles que eu não consegui me aproximar tanto, saibam que eu admiro muito a profissão de vocês e a pessoa de cada um.

Hoje, eu estou aqui, para agradecer o acolhimento de cada um de vocês desde o primeiro dia que eu entrei nas associações. Com certeza eu saio daqui, hoje, uma pessoa melhor, porque vocês não dividiram comigo só o café e o almoço, mas dividiram a vida de vocês. Tomei uma bela lição de vida e acho que, agora, estou pronta para terminar o meu trabalho, porque eu senti na pele as angústias, a luta de vocês, catadores.

Não quero me despedir de vocês, mas dizer apenas um até logo. Prometo que visitarei vocês o mais breve possível.

Um fraterno abraço de uma grande admiradora dos associados da AMARIV e da ASCAMARE”,

Priscila!

“Estas vidas, por que não ir escutá-las lá de onde falam por si próprias?”

Michel Foucault

RESUMO

O presente estudo analisa a possível atuação das associações de catadores atuarem como um mecanismo de potencialização dos direitos fundamentais à saúde, educação e moradia, os quais figuram como objetivos do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis. Adotou-se como método científico a dialética acompanhado por técnicas de pesquisa bibliográfica e de observação participante, por meio da qual a pesquisadora buscou conhecer de perto esta realidade social, além de estabelecer um diálogo com os catadores. Como referencial teórico, utilizou-se as teorias de Boaventura de Sousa Santos acerca da sociologia das ausências, no que tange às formas de produção da não-existência, além do pensamento abissal para compreender os tensionamentos existentes entre os catadores e a sociedade civil e a construção teórica de Santos sobre o fascismo social que recai sobre a sociedade e a divide de acordo com o grau de exclusão sofrido e a acessibilidade dos direitos. Desse modo, parte-se da abordagem em torno dos processos de exclusão e de estigmatização social para se chegar à análise do fenômeno da invisibilidade pública e suas consequências perante o grupo dos catadores. Na segunda parte do trabalho, apresentou-se a invisibilidade jurídica enfrentada pelos catadores, bem como o surgimento do movimento nacional como um mecanismo de luta importante no cenário nacional e as principais especificidades dos direitos à saúde, educação e moradia enquanto direitos sociais fundamentais. Por último, realizou-se a análise – a partir do referencial construído por cada um dos catadores – acerca de uma possível melhora no acesso aos direitos fundamentais, o que se comprovou com a comparação com a situação anterior destas pessoas, mas que ainda está longe de ser ideal, em virtude da necessidade da conquista por maiores espaços, tanto na sociedade, quanto no mercado econômico pelos catadores de materiais recicláveis. Assim, a organização em empreendimentos solidários representa um importante movimento contra hegemônico frente ao império do sistema capitalista, entretanto o caminho, para esta categoria, ainda é longo no cenário de concretização dos direitos fundamentais.

Palavras-chave: direitos fundamentais; catadores; invisibilidade

ABSTRACT

This study analyzes the Pickers Association acting as a possible enhancement mechanism of fundamental rights to health, education and housing, which include as objectives of the National Waste Pickers Movement. It was adopted as the scientific method the dialectic accompanied by techniques of literature research and participant observation, whereby the researcher sought to get to know this social reality, and to establish a dialogue with the collectors. As a theoretical framework, we used the theories of Boaventura de Sousa Santos about the sociology of absences, with respect to the forms of production of non-existence, beyond the abyssal thinking to understand the existing tensions between the pickers and civil society and theoretical construction of Santos on social fascism which falls on society and divided according to the degree of exclusion suffered and accessibility of rights. Thus, we started from the approach of the processes of exclusion and social stigmatization to analyze the phenomenon of public invisibility and its consequences to the group of pickers. In the second part, it's introduced the legal invisibility faced by pickers, as well as the rise of the national movement as an important mechanism fight on the national stage and the main specificities of the rights to health, education and housing as fundamental social rights. Finally, there was the analysis - from the benchmark constructed by each of the pickers - about a possible improved access to fundamental rights, which is proved by the comparison with the situation of these people, but that is still far from ideal, because of the need of achievement for larger spaces, both in society and in the economic market for recyclable material collectors. The organization in solidarity enterprises is an important move against hegemonic front of the capitalist system empire, however the way, for this category, is still long in the realization of fundamental rights scenario.

Keywords: fundamental rights; pickers; invisibility

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMARIV – Associação de Catadores de Materiais Recicláveis da Ilha de Vitória

ASCAMARE – Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Vitória

CBO – Classificação Brasileira de Ocupação

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social

EPI – Equipamento de Proteção Individual

ES – Espírito Santo

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social

IPEA – Instituto de Pesquisa Eletrônica Aplicada

MNCR – Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis

ONG – Organização não governamental

PEAD – Polietileno de Alta Densidade

PET – Politereftalato de etileno

PEV – Ponto de Entrega Voluntária

PL – Projeto de Lei

PMV – Prefeitura Municipal de Vitória

PNRS – Política Nacional de Resíduos Sólidos

RSU – Resíduos Sólidos Urbanos

SEMAS – Secretaria Municipal de Assistência Social

SETGER – Secretaria Municipal de Trabalho e Geração de Renda

SINIR – Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão de Resíduos Sólidos

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 OS FENÔMENOS DA EXCLUSÃO SOCIAL E DA ESTIGMATIZAÇÃO REFERENTES AOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS	18
1.1 O PROCESSO DE ESTIGMATIZAÇÃO SOCIAL EM RELAÇÃO À EXCLUSÃO SOCIAL.....	18
1.2 A INVISIBILIDADE PÚBLICA ENQUANTO CATEGORIA SOCIAL.....	31
2 O MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS E A BUSCA PELA POTENCIALIZAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	46
2.1 A INVISIBILIDADE JURÍDICA ENFRENTADA PELOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS.....	46
2.2 O PROTAGONISMO POLÍTICO DOS “NOVOS” MOVIMENTOS SOCIAIS.....	60
2.3 AS DIMENSÕES DO MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS.....	65
2.4 A IMPORTÂNCIA DAS ASSOCIAÇÕES PARA OS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS.....	77
3 DIÁLOGOS COM AS ASSOCIAÇÕES DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS: UM OLHAR PARA ALÉM DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	102
3.1 SAÚDE, EDUCAÇÃO E MORADIA COMO DIREITOS FUNDAMENTAIS OBJETIVADOS PELO MNCR.....	102
3.2 IMPRESSÕES ACERCA DA REALIDADE VIVENCIADA.....	109
3.3 AS VARIÁVEIS DA PROFISSÃO DO CATADOR.....	115
3.4 UMA ANÁLISE DA REPRESENTAÇÃO DO TRABALHO ASSOCIATIVO NA PERSPECTIVA DO CATADOR.....	132

CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 165

REFERÊNCIAS..... 171

ANEXO I

ANEXO II

ANEXO III

ANEXO IV

INTRODUÇÃO

Nos últimos cinco anos¹, as associações de catadores de materiais recicláveis ganharam força, o que pode ser observado pelo número de entidades criadas, em especial, no município de Vitória-ES. Tal situação pode ser atribuída, dentre outros fatores, ao poder de articulação adquirido pelos próprios catadores, os quais vislumbraram a organização coletiva de trabalho como algo além de uma fonte geradora de renda, mas como uma forma de potencialização de direitos e de inclusão social.

Destaca-se que o problema dos resíduos urbanos produzidos pela sociedade tomou grande proporção em virtude do crescimento populacional, o que se transformou em uma situação insustentável tanto para a sociedade quanto para o Estado. A partir dessa realidade, surgiu a necessidade de investimentos na atividade de reciclagem, o que permitiu o avanço das técnicas empregadas em tal atividade e a tornou altamente lucrativa.

Além desse trabalho voltado para a conscientização da sociedade acerca da necessidade de efetuar uma coleta seletiva, nota-se que a atividade desenvolvida pelo catador – que culmina, em um segundo momento, na formação de associações de catadores de materiais recicláveis – faz parte de um processo muito maior de busca por alternativas ao desemprego e à lógica de exclusão do capitalismo.

Com base nas proporções alcançadas pela atividade de reciclagem, houve necessidade de organização e de luta social frente às inúmeras lesões a direitos humanos, além do processo de discriminação do qual são vítimas. Para tanto, foi criado o MNRC², que hoje se constitui numa verdadeira instituição de fomento à atividade de reciclagem e de luta tanto pela conquista de novos direitos, quanto pela concretização dos direitos básicos ainda não usufruídos pelos catadores.

¹ Utilizou-se como parâmetro a instituição da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305 de 02 de agosto de 2010).

² O Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) é um movimento social que “[...] surgiu em meados de 1999 com o 1º Encontro Nacional de Catadores de Papel, sendo fundado em junho de 2001 no 1º Congresso Nacional dos Catadores(as) de Materiais Recicláveis em Brasília, evento que reuniu mais de 1.700 catadores e catadoras” (MNCR, 2008, p. 2).

Esse movimento social é de grande importância para luta diária enfrentada pelos catadores de materiais recicláveis, pois esta organização busca a efetivação de direitos como a moradia, a saúde e a educação dos catadores, os quais estão previstos na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 6º, como direitos sociais fundamentais do cidadão brasileiro. Além disso, incentiva-se que os catadores que atuam nas ruas associem-se e, com isso, fujam dos problemas enfrentados nesse ambiente de trabalho.

O ato de se reunir em associações é considerado um mecanismo relevante, pois permite que a produção seja potencializada, além de conferir maior autonomia dos seus membros, já que eles detêm o poder de gestão do seu próprio empreendimento. Dessa forma, os catadores, por meio da reunião em associações, recorrem às formas alternativas de produção ao capitalismo com vistas a aumentar sua capacidade produtiva e desviar da atividade dos atravessadores³.

Busca-se, no presente trabalho, a análise do fenômeno da invisibilidade a partir da realidade social enfrentada pelos catadores e, com isso, responder ao seguinte questionamento: como os membros das associações de catadores de materiais recicláveis de Vitória-ES percebem tal espaço como potencializador dos direitos fundamentais à moradia, à saúde e à educação que são objetivados pelo Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis?

Porém, almejou-se, a partir desse estudo, inverter um pouco a lógica tradicional de se realizar uma pesquisa, qual seja a construção do estudo fundada principalmente no conhecimento científico. Pretende-se ir além dos referenciais teóricos, os quais são importantes para a fundamentação de qualquer pesquisa científica, mas também – por se tratar de um tema tipicamente social – recorrer-se a uma pesquisa no ambiente das próprias associações de catadores de materiais recicláveis com a finalidade de que os próprios sujeitos envolvidos contribuam para o trabalho do pesquisador.

³ Os atravessadores são as pessoas que fornecem o produto para a empresa recicladora, explorando e até mesmo humilhando os catadores enquanto ganham lucros altíssimos. Os principais alvos de sua ação exploratória são catadores autônomos que atuam nas ruas, os quais, muitas vezes, ficam atrelados aos atravessadores por uma espécie de servidão por dívida (MNCR, 2008, p. 07-08).

Propõe-se, portanto, o desenvolvimento do presente estudo através de uma pesquisa com fôlego teórico-bibliográfico, vale dizer, partir-se-á do exame dos referenciais teóricos, propondo-se a descrição e a compreensão do fenômeno analisado, ampliando-se a perspectiva acerca do mesmo, e, por consequência, os argumentos para o debate, possibilitando, assim, *a posteriori*, a construção provisória de um novo saber ou uma nova concepção do tema proposto por meio dos subsídios fornecidos pela abordagem compreensiva realizada.

Para tanto – com vistas à realização deste estudo –, utilizar-se-á o método dialético, uma vez que se pretende realizar uma pesquisa criadora, mas não uma simples captação passiva da realidade de modo a se tentar chegar o mais próximo possível de uma resposta sobre a visão dos catadores acerca da potencialização dos direitos fundamentais por meio da associação.

De outro lado, realizou-se também, a pesquisa na modalidade participante, a qual se caracteriza pela interação entre a pesquisadora e os membros das associações de catadores de materiais recicláveis do Município de Vitória-ES: ASCAMARE e AMARIV.

Optou-se, desta forma, pela pesquisa participante justamente por se tratar de um tema envolvendo questões sociais na efetivação dos direitos fundamentais, pois será possível constatar na prática a realidade a qual se insere o catador associado e, ainda, compreender o seu ponto de vista acerca do efeito potencializador das associações na concretização dos direitos fundamentais.

Realizou-se, nesta medida, uma participação ativa junto a cada associação, num período de aproximadamente dois meses (26/05/2015 a 21/07/2015), sendo que o trabalho – por opção da pesquisadora – era desenvolvido na AMARIV todas as segundas-feiras no período de 8 às 13 horas e nas quartas-feiras entre 13 e 17:30 horas. Já na ASCAMARE, o trabalho efetuou-se nas terças-feiras no período de 8 às 17 horas.

Destaca-se que a pesquisadora, ao realizar as mesmas atividades laborais dos associados, teve como objetivo conhecer o funcionamento da entidade, além de

compreender como os catadores percebem a participação em tais espaços como potencializadora do alcance dos objetivos do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis.

Efetou-se, também, uma análise quali-quantitativa por meio de entrevista semiestruturada, que foi aplicada num total de trinta e cinco catadores associados. Revela-se, assim, que se optou por esse tipo de entrevista, pois ele permite que o pesquisador explore de forma ampla a questão.

Almejou-se, num primeiro momento, traçar o perfil social dos associados de ambas as entidades para compreender melhor a biografia deles; num segundo momento, pretende-se investigar a percepção dos catadores acerca da efetivação dos objetivos do MNRC a partir do espaço da associação a qual pertencem.

Como objetivos específicos, os quais serão organizados em capítulos da presente pesquisa, pretende-se – primeiro – apresentar a exclusão social como um subproduto do capitalismo, discutir o processo de estigmatização em relação à exclusão social e delinear a invisibilidade pública como categoria social.

Neste íterim, utilizar-se-á a teoria de Boaventura de Sousa Santos (2010a) acerca da sociologia das ausências, bem como o conceito construído por Fernando Braga da Costa (2007) sobre os componentes, na sua perspectiva, do fenômeno da invisibilidade pública, quais sejam: humilhação social e reificação.

A segunda parte, por sua vez, será destinada a apresentar a invisibilidade jurídica enfrentada pelos catadores de materiais recicláveis, identificar o protagonismo dos “novos” movimentos sociais, apontar as principais características do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, discutir a importância da criação das associações em concomitância com a apresentação do perfil social dos membros que compõem as associações de catadores de materiais recicláveis do município de Vitória-ES.

Para tanto, serão empregados os ensinamentos de Maria da Glória Gohn acerca dos movimentos sociais com a finalidade de compreender a importância da atuação do MNCR para a concretização das reivindicações feitas pela categoria dos catadores de materiais recicláveis.

A terceira parte tem por objetivo discutir os direitos fundamentais elencados como objetivos no Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis e identificar quais as formas de invisibilidade social presentes no discurso dos catadores de materiais recicláveis. Por último, investiga-se se os membros das associações de catadores de materiais recicláveis percebem tal espaço como potencializador dos direitos fundamentais objetivados pelo Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis.

Para analisar os relatos dos catadores entrevistados sobre os processos de invisibilidade pública, exclusão e estigmatização social dos quais são vítimas, servirá de base a teoria de Boaventura de Sousa Santos (2010b) acerca do pensamento abissal.

Por fim, para trabalhar a questão de concretização dos citados direitos fundamentais perseguidos pelo grupo social e, ainda, a afirmação da experiência contra-hegemônica de geração de renda por meio do trabalho com resíduos sólidos, utilizar-se-á a construção teórica de Boaventura de Sousa Santos (2010a) acerca das formas de produção da não-existência.

1 OS FENÔMENOS DA EXCLUSÃO SOCIAL E DA ESTIGMATIZAÇÃO REFERENTES AOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS

1.1 O PROCESSO DE ESTIGMATIZAÇÃO EM RELAÇÃO À EXCLUSÃO SOCIAL

O início deste estudo se dará a partir das duas principais características do modelo econômico capitalista, as quais são capazes de distingui-lo fundamentalmente do seu principal modelo econômico de oposição: o socialismo. A primeira característica refere-se à necessidade de transformação dos produtos em mercadorias e, inclusive, o próprio trabalhador – detentor de sua força de trabalho – quando é obrigado a vendê-la, para conseguir o seu sustento. Isso porque ao término de um processo produtivo, gera-se um produto que não necessariamente terá valor de mercado, por isso a necessidade de transformá-lo em mercadoria, ou seja, agregar valor para colocá-lo no mercado a fim de ser consumido.

Vislumbra-se, desta forma, um sistema econômico que, na sua essência, utiliza-se de um processo de exploração por parte daqueles que se apresentam como os “capitalistas” e detêm os meios de produção sobre aqueles que, em busca da própria sobrevivência e, muitas vezes, de sua família, apresentam-se como mão-de-obra produtiva e submetem-se ao trabalho que lhe é ofertado. Estabelece-se este processo exploratório na medida em que, de um lado, há os que trabalham para produzir determinada mercadoria – que num primeiro momento não lhe pertence⁴ – para que de outro, os que não participaram deste processo produtivo intitulem-se donos destas mercadorias e, por meio de sua venda, arrecadem, além do valor despendido com a matéria-prima e com a mão-de-obra, uma taxa excedente.

⁴ Utiliza-se a expressão “num primeiro momento”, porque é possível que após a ida da mercadoria para as prateleiras dos estabelecimentos, os seus produtores possam adquiri-la e, com isso, tornar-se “dono” destes produtos.

Dentre as várias consequências do capitalismo, que vão muito além do seu principal produto (geração de mais-valia) e que impactam a própria estrutura social, pode-se citar a desigualdade social, as lutas de classe e a pobreza. A partir da manifestação das consequências destes fenômenos nas relações sociais constituídas nas sociedades capitalistas, identifica-se – como um subproduto do capitalismo – a exclusão social, que se constitui – dentre outros fatores – principalmente pelos contornos do modelo capitalista.

Diante desta situação, identifica-se que o fator econômico – acarretado pela adoção do capitalismo – foi preponderante para o surgimento de dois tipos de exclusão: por um lado, aqueles indivíduos que buscaram o setor informal como meio de sobrevivência e por outro, aqueles que ficaram desempregados. Isso significa que estar no setor informal também é uma espécie de exclusão na medida em que foge do trivial da lógica capitalista, ou seja, o capitalista comprando a força de trabalho do indivíduo.

Em contrapartida, o fator econômico não é o único que desencadeia o fenômeno da exclusão social. Assim, antes mesmo de se analisar a sua manifestação na área econômica, é imprescindível descrever que esta expressão apresenta diversos contornos que a tornam multifacetada. Acerca disto, Dupas (1999, p. 17-18) pondera que a definição de exclusão social exige, em princípio, que sejam consideradas certas especificidades, as quais

[...] dizem respeito não apenas ao contexto institucional (existência de Estado de bem-estar social) e econômico (se são países ricos ou pobres, se a distribuição de renda é ou não muito desigual, se a economia do país está crescendo ou está estagnada), mas também ao entendimento que cada sociedade tem sobre o que seja a integração social.

Em consonância com esta afirmação, Campos (2004, p. 32) salienta que “a exclusão é um todo que se difunde por distintos processos históricos [...]. Por isso mesmo, o processo de exclusão torna-se cada vez mais heterogêneo, de difícil compreensão, identificação e medição”. E ele acrescenta ainda que esta questão

[...] manifesta-se crescentemente como um fenômeno transdisciplinar que diz respeito tanto ao não acesso a bens e serviços básicos como à existência de segmentos socioeconômicos, passando pela exclusão dos

direitos humanos, da seguridade e segurança pública, da terra do trabalho e da renda suficientes” (CAMPOS, 2004, p. 33)

Com base nesta heterogeneidade de fatores que contribuem para o crescimento da exclusão social, denota-se, então, que o capitalismo não é a única causa deste fenômeno, pois apesar dele constituir um fator determinante para relegar cada vez mais indivíduos à margem da sociedade, observa-se que “o neo-individualismo, a privatização do bem comum, a sacralização do privado e a feudalização do público são as causas de uma assustadora exclusão social que condena à morte bilhões de pessoas, sacrificando-as sobre o altar do capitalismo neoliberal” (SELLA, 2002, p. 23).

Há, portanto, vários conceitos que podem ser formulados a partir da expressão em análise, mas todos eles partem de uma questão econômica para uma social, o que é típico do contexto vivenciado pelas sociedades capitalistas. Depreende-se, então, que a exclusão perpassa por diversos aspectos não se restringindo a famigerada exclusão social.

Os excluídos são, portanto, aqueles que foram obrigados a sobreviver nas franjas da sociedade, em decorrência da sua não integração ao sistema capitalista e pelo fato de terem ficado pelo meio do caminho trilhado rumo ao desenvolvimento econômico. Desta forma, como tais indivíduos não se enquadraram na forma de produção disseminada pelo modelo econômico capitalista, ou seja, pelo fato deles não produzirem com a finalidade de gerar lucro ou mesmo não possuírem condições de consumir, são descartados pelo sistema.

Sem condições de contribuir de forma direta ou mesmo indireta para a manutenção do capitalismo,

Os excluídos são desnecessários economicamente já que, numa sociedade cada vez mais técnica, os postos de trabalho tendem cada vez mais ser reduzidos, não ocupam nenhum lugar no sistema produtivo e no espaço social, além de ameaçar a coesão política. Os excluídos são vistos como não-sujeitos de um projeto político, sujeitos à violência sem direção e, portanto, alvo privilegiado de intervenções do aparelho repressivo, da Igreja, do Estado e da sociedade civil organizada (LIMA, M., 2005, p. 82).

Do mesmo modo, pode-se vislumbrar a situação dos excluídos como aqueles que “assumem os trabalhos mais duros, mais desprotegidos e de pior remuneração. Sendo produtores de baixa rentabilidade, são em geral consumidores de produtos e serviços péssimos e illogicamente a preços mais altos que os outros” (HOP, 1995, p. 104).

Com o objetivo de identificar a exclusão social na sociedade contemporânea, Sella (2002, p. 64-66) traça alguns aspectos que permeiam tal fenômeno, quais sejam: (1) a automação do mercado formal da economia, a qual acarreta o desemprego estrutural; (2) a precarização do trabalho caracterizada pela volatilidade dos direitos trabalhistas; (3) aumento do número de trabalhadores que recorrem ao setor informal da economia; (4) a miséria moderna que é a consequência do processo moderno da produção de riqueza; (5) a eliminação física dos excluídos, que acontece através da morte por deterioração física ou pela violência dos poderosos ricos e com a cumplicidade da polícia; e, por fim, a (6) apartação social para os pobres que não podem ser eliminados, ou seja, aqueles que são colocados fora do lugar social dos ricos.

A partir desta exposição dos aspectos determinantes existentes na lógica do sistema capitalista e que são fundamentais para o surgimento ou mesmo aumento do fenômeno da exclusão social, imperioso destacar as considerações de Boaventura de Sousa Santos acerca dos problemas enfrentados pela sociedade capitalista avançada. Segundo o aludido autor, “[...] se a sociedade contemporânea, sobretudo a capitalista avançada, defronta algum problema fundamental, ele é antes de todos o problema de não ser possível pensar os problemas fundamentais” (SANTOS, 2003, p. 285). E ele conduz a sua explicação no sentido de apontar que “a sociedade de consumo, a cultura de massas e a revolução da informação e da comunicação superficializou tanto as condições de existência como os modos de pensar” (SANTOS, 2003, p. 285).

Extraí-se, portanto, desta passagem o fato de que enquanto o modelo econômico adotado pelos principais países do mundo e, inclusive, o Brasil, for o capitalismo, as suas consequências recairão sobre toda a sociedade e, inclusive, sobre as relações

sociais. Não se pode permitir, entretanto, é que elas se tornem algo naturalizado e que toda a sociedade conviva sem contestar tal situação.

Os aspectos do fenômeno da exclusão social estão em toda parte e, por meio de uma redefinição do papel do Estado perante a sociedade ou mesmo em virtude da atuação dos movimentos sociais, como aquele composto pelos catadores de materiais recicláveis – que será apresentado adiante – é possível minimizar os efeitos perversos desta situação. Os próprios indivíduos que sofrem com os efeitos deste fenômeno são capazes, quando atuam de maneira coletiva e organizada, de assumir tal tarefa e tentar modificar, assim, a lógica excludente que mantém e fortifica o sistema capitalista.

Assim, destaca-se que a exclusão social, em especial, esta faceta do fenômeno acarretada pelo desenvolvimento do capitalismo como modelo econômico e de organização social – que constitui nosso objeto de análise – pressupõe, além dos impactos deste sistema econômico, um processo ainda maior sobre a identidade do indivíduo, qual seja a estigmatização.

E, no que tange ao processo de estigmatização, denota-se que ele deve ser compreendido – em primeiro lugar – como um dos pressupostos para o surgimento do fenômeno da exclusão social, na medida em que ele contribui de maneira significativa para a segregação daquele indivíduo considerado “diferente” pelos demais integrantes da sociedade.

Neste sentido, para analisar a lógica que envolve ambos os processos – estigmatização e exclusão social, faz-se necessário compreender o significado do próprio termo “estigma”. Contudo, segundo Goffman (1980, p. 11) não há propriamente um significado para este termo, mas, de acordo com o autor, é possível descrever alguns pontos importantes para a sua identificação.

Ao iniciar sua explanação acerca do que tal expressão pode significar na conjuntura da sociedade moderna, Goffman expõe o seu significado desde os gregos, passando pelo Cristianismo avançando para os dias atuais. Tal análise pode ser identificada na seguinte passagem:

Os gregos, que tinham bastante conhecimento de recursos visuais, criaram o termo *estigma* para se referirem a sinais corporais com os quais se procurava evidenciar alguma coisa de extraordinário ou mau sobre o status moral de quem os apresentava. Os sinais eram feitos com cortes ou fogo no corpo e avisavam que o portador era um escravo, um criminoso ou traidor – uma pessoa marcada, ritualmente poluída, que devia ser evitada, especialmente em lugares públicos. Mais tarde, na Era Cristã, dois níveis de metáfora foram acrescentados ao termo: o primeiro deles referia-se a sinais corporais de graça divina que tomavam a forma de flores em erupção sobre a pele; o segundo, uma alusão médica a essa alusão religiosa, referia-se a sinais corporais de distúrbio físico. Atualmente, o termo é amplamente usado de maneira um tanto semelhante ao sentido literal original, porém é mais aplicado à própria desgraça do que à sua evidência corporal (GOFFMAN, 1980, p. 11).

Extraí-se do trecho em análise que todos os conceitos, apesar de adaptarem-se a cada contexto histórico, possuem uma semelhança, a qual consiste no fato de que eles pressupõem traços (antes corporais e, logo após, da própria existência) que são capazes de diferenciar certos indivíduos do restante da sociedade. Por isso, entende-se que o estigma está presente quando há uma discrepância entre a identidade social virtual e a identidade social real (GOFFMAN, 1980, p. 12), ou seja, quando as características que esperamos que a pessoa assuma distinguem-se daquelas que ela realmente possui.

A partir destas considerações iniciais, já é possível delinear a representação social⁵ que o indivíduo – o qual sofre alguma espécie de estigma – assume perante a sua própria comunidade. E, nas palavras de Melo (2000, p. 19), “[...] o estigmatizado é travestido de uma marca, um sinal de alerta, de ausência de produtividade, criatividade ou deformações éticas e morais”. Isto nos leva a pensar que, para pertencer aos grupos sociais pré-estabelecidos, o indivíduo deve corresponder às expectativas dos seus integrantes, caso contrário, não terá aceitação pelos demais.

Por meio desta falta de compatibilidade entre a identidade real do indivíduo e aquela que a comunidade espera que ele apresente, Melo (2000, p. 18) salienta que

O sujeito denominado como portador de um estigma não pode pertencer à mesma categoria de sujeitos (cidadãos), isto é, participar com os mesmos direitos, mas tem de obedecer às regras da marginalidade e responder dentro dos critérios preestabelecidos para o grupo. E, como diferente, não

⁵ De acordo com Boaventura de Sousa Santos, há cinco formas de produção da inexistência, as quais são responsáveis por essa nova representação social assumida pelo indivíduo e serão tratadas quando for exposto o conceito de invisibilidade (2010a, p. 102-104).

pode contribuir com a sua diferença, com a ampliação da sua potencialidade, mas contribui na diferença como registro da incapacidade, pois é portador de algo que não acrescenta e pouco soma ao ser humano.

É perceptível, então, que há a criação de uma identidade fictícia – denominada de virtual por Goffman (1980, p. 12) –, haja vista que a identidade social de determinado indivíduo não corresponde ao parâmetro imposto pela sociedade de uma forma geral. Assim,

O modelo social cria e determina um padrão externo ao sujeito, sobre o qual permite prever a categoria e os atributos; e isso passa a ser configurado como um critério único da identidade social do sujeito, que irá nortear as suas relações de convivência social, no entanto tais atributos poderão não representar sua identidade real (MELO, 2000, p. 19).

Nesta perspectiva, os ditos “normais” – para utilizar a expressão de Goffman (2000, p. 14) – estão sempre à espera de que aquele indivíduo que coabita a mesma sociedade lhe seja semelhante em algo. Deste modo, se o outro possui uma diferença que não pode ser suportada por determinado grupo ou comunidade, ele estará automaticamente rotulado de “diferente” e deve, portanto, carregar este estigma para outro espaço, já que ele também sofrerá as consequências da exclusão sendo impedido de permanecer naquele núcleo social.

Sobre esta situação de segregação – protagonizada pelo estigmatizado e os demais integrantes de uma comunidade – Melo (2000, p. 19) comenta que “o diferente assume o caráter de estar à margem e passa a ter que responder ao que a sociedade determina, pertencer ao grupo de rechaço e pertencer ao que não pertence à sociedade”.

Nota-se, desta forma, que os estigmatizados, em decorrência do seu traço diferencial são excluídos da sociedade civil, seja de forma física – por meio da proibição de ingresso a determinados locais – ou mesmo de maneira simbólica – quando são impedidos de ter acesso a determinados bens, direitos e garantias que somente pertencem ao grupo dos “normais”, os quais se encontram intimamente integrados à sociedade.

Com base nesta lógica de exclusão e estigmatização social, evidencia-se que a comunidade desenvolve certo sistema de controle, o qual é responsável por categorizar todos os indivíduos que a ela pertencem. Isto ocorre por meio da diferenciação entre as pessoas em decorrência de suas características físicas, personalidade, qualidades, valores e posições de poder. Esta divisão da sociedade em grupos é que contribui para o surgimento do estigma, antes mencionado, pois se o indivíduo detém uma característica muito discrepante daquilo que já foi previamente convencionado, ele é estigmatizado, rotulado, estereotipado, marginalizado e, por conseguinte, deve ser afastado dos demais classificados como “semelhantes” (MELO, 2000, p. 18-19).

Os excluídos sofrem, então, tais restrições pelo simples fato de que o mero contato com os membros dos grupos responsáveis pelo seu afastamento causa, a estes últimos, certo mal estar e sentimento de repúdio, pois não estão acostumados a conviver, no mesmo espaço, com a diferença⁶. Além disso, não há – por parte do grupo dos “normais” – uma pré disposição no sentido de contribuir para o equilíbrio das relações sociais, uma vez que tal medida representaria uma espécie de “perda” de privilégios, de espaço e até mesmo de bens.

O estigma não decorre, como podemos observar, somente de características físicas que os sujeitos carregam consigo, mas pode ser também atribuído pela profissão que eles exercem ou mesmo em virtude dos perfis sócio econômico. Acerca dos tipos de estigmas que podem ser assumidos pelos indivíduos, Goffman (1980, p. 14) enumera os seguintes:

Em primeiro lugar, há as abominações do corpo – as várias deformidades físicas. Em segundo, as culpas de caráter individual, percebidas como vontade fraca, paixões tirânicas ou não naturais, crenças falsas e rígidas, desonestidade, sendo essas inferidas a partir de relatos desconhecidos de, por exemplo, distúrbio mental, prisão, vício, alcoolismo, homossexualismo, desemprego, tentativas de suicídio e comportamento político radical. Finalmente, há os estigmas tribais de raça, nação e religião, que podem ser transmitidos através de linhagem e contaminar por igual todos os membros de uma família.

⁶ O sujeito passa a ser o diferente dentro de uma sociedade que exige a semelhança dos seus pares, não reconhece, na semelhança, as diferenças (MELO, 2000, p. 20).

Denota-se, assim, que a característica responsável por tornar os sujeitos diferentes uns dos outros resulta em sua própria segregação, o que sugere, desta forma, a falta de aceitação destes estigmatizados pelos demais integrantes da sociedade. Logo, por não pertencerem aos grupos dos indivíduos “normais”, ou seja, por possuírem uma característica que os tornam diferentes do que se prevê e se espera, os estigmatizados são obrigados a buscar outros locais⁷ para viverem e outros grupos para pertencerem, os quais são igualmente estigmatizados, seja pelo mesmo fato ou por motivo diverso, mas devem, sobretudo, também terem passado por alguma segregação.

Para compreender melhor como se estabelece esta lógica de segregação de certos sujeitos do seu próprio núcleo social em decorrência de um processo de estigmatização, recorrer-se-á ao pensamento de Boaventura de Sousa Santos (2007a, p. 37-38) acerca dos riscos enfrentados por uma crise do paradigma da modernidade, em virtude do elevado crescimento estrutural da exclusão social.

A fim de analisar tais riscos, o autor aponta que eles podem ser resumidos num único fator, que consiste na emergência do fascismo social⁸. Isto ocorre porque,

[...] na medida em que a democracia não consegue cumprir suas promessas através de políticas sociais gerais, termina por acirrar desigualdades e exclusões, abrindo o caminho para que os grupos que detêm o poder econômico (ou de outra espécie) se sobreponham aos demais. Daí nos deparamos com sociedades que são politicamente democráticas e socialmente fascistas (FRANCISCHETTO, 2007, p. 9)

⁷ Sobre a questão da diferença, a Convenção Internacional sobre os direitos das pessoas com deficiência, promulgada sob o Decreto n. 6949, de agosto de 2009, elucida, em uma das disposições de seu preâmbulo, que os Estados-partes devem reconhecer que: “[...] a deficiência é um conceito em evolução e que a deficiência resulta da interação entre pessoas com deficiência e as barreiras devidas às atitudes e ao ambiente que impedem a plena e efetiva participação dessas pessoas na sociedade em igualdade de oportunidades com as demais pessoas” (BRASIL, 2009). Depreende-se, portanto, que a deficiência não está na pessoa, mas sim no ambiente em que ela ocupa, compreendido este tanto o espaço físico, quanto os demais habitantes daquele local. Neste sentido, Boaventura de Sousa Santos (2010) resume esta questão ao afirmar que “temos o direito a ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito a ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades”.

⁸ Ao contrário daquele que o precedeu, o fascismo de hoje não é um regime político, mas antes um regime social e civilizacional. Em vez de sacrificar a democracia às exigências do capitalismo, ele trivializa a democracia a ponto de se tornar desnecessário, ou sequer vantajoso, sacrificá-la para promover o capitalismo. É um tipo de fascismo pluralista, produzido pela sociedade e não pelo Estado. Este comporta-se, aqui, como mera testemunha complacente, se não mesmo como culpado activo (SANTOS, 2007a, p. 38).

Nesta perspectiva, Losekann (2011, p. 105) caracteriza o fenômeno do fascismo social como um “[...] regime caracterizado por relações sociais e experiências de vida ocorridas debaixo de relação de poder e de troca, extremamente desiguais, que conduzem formas de exclusão particularmente severas e potencialmente irreversíveis”. E que, acima de tudo, possuem como principal protagonista a própria sociedade, sendo o Estado um mero espectador.

Estas espécies de segregação podem ser observadas nas variadas formas que o fascismo social pode assumir, que são: a do *apartheid* social, a do para-estatal, a da insegurança e a do financeiro. Neste momento, entretanto, somente nos interessa a análise correspondente ao fascismo do *apartheid* social, na medida em que – como veremos a seguir – a sua representação expressa de forma nítida os contornos assumidos por uma sociedade vítima do fenômeno da exclusão social, ou seja, que protagoniza processos de segregação.

Boaventura de Sousa Santos, em seus estudos acerca da sociedade atual, descreve que vivenciamos um período, denominado pelo autor, como de transição. Ou seja, as transformações sociais, políticas e econômicas ocorrem de forma tão efêmera que não há tempo e espaço suficientes para momentos de estabilização e de consolidação destas mudanças (SANTOS, 2007a, p. 15).

No que se refere a tais modificações pelas quais a sociedade moderna passa, o aludido autor prescreve que

[...] vivemos num período em que enfrentamos problemas modernos para os quais não existem soluções modernas. Continuamos obcecados pelas ideias de uma ordem e de uma sociedade boas, quanto mais não seja devido à natureza da (des)ordem que reina nestas nossas sociedades em que são cada vez maiores a desigualdade e a exclusão – exactamente num momento da história em que pareceria que os avanços tecnológicos existem para que as nossas sociedades sejam de outro modo. O abandono completo da tensão entre a regulação social e a emancipação social, ou da própria ideia de transformação social [...] parece ser, por conseguinte, uma proposta politicamente arriscada, não só porque coincide com a agenda conservadora, mas também porque não se perfilam no horizonte concepções novas com potencial para captar as aspirações políticas condensadas nos conceitos modernos. Reinventar a tensão entre regulação social e emancipação social afigura-se, por isso, uma proposta melhor, ou mais prudente, do que atirá-la simplesmente para o caixote do lixo da história (SANTOS, 2007a, p. 21).

É, então, sobre os riscos advindos destas modificações efêmeras não acompanhadas pelo desenvolvimento natural da sociedade, que o autor aponta o surgimento do fascismo social como a sua principal consequência.

Com relação aos vértices do fascismo do *apartheid* social – que será objeto de análise neste momento – Boaventura de Sousa Santos (2007a, p. 38-39) considera que tal processo social consiste na

[...] a segregação social dos excluídos mediante a divisão das cidades em zonas selvagens e zonas civilizadas. As zonas selvagens são as zonas do estado natural hobbesiano. As zonas civilizadas são as zonas do contrato social, encontrando-se sob a ameaça permanente das zonas selvagens. Para se defenderem, as zonas civilizadas transformam-se em castelos neofeudais, enclaves fortificados característicos das novas formas de segregação urbana – cidades privadas, condomínios fechados, comunidades muradas. [...] Nas zonas civilizadas, o Estado actua de forma democrática, comportando-se como um Estado protector, ainda que muitas vezes ineficaz e não fiável. Nas zonas selvagens, ele actua de uma forma fascizante, comportando-se como um Estado predador, sem a menor consideração, nem sequer na aparência, pelo Estado de direito.

Com base nesta descrição sobre a *apartheid* social, identifica-se que um território pode possuir, dentro de um mesmo espaço de tempo e de espaço, sociedades com membros distintos. E esta coexistência de situações tão distintas e, por outro lado, tão próximas somente é possível porque

[...] o fascismo social é um regime caracterizado por relações sociais e experiências de vida vividos debaixo de relações de poder e de troca extremamente desiguais, que conduzem a formas de exclusão particularmente severas e potencialmente irreversíveis. As formas de exclusão referidas existem tanto no interior das sociedades nacionais (o Sul interior) como nas relações entre países (o Sul global). A qualidade das sociabilidades que as sociedades permitem aos seus membros depende do peso relativo do fascismo social na constelação dos diferentes regimes sociais nelas presentes, o mesmo podendo dizer-se das relações entre países (SANTOS, 2007a, p. 42-43).

O fascismo social é, nesta medida, capaz de estratificar – para usar a expressão de Santos (2007a, p. 43) – a sociedade civil, ou seja, sobrepô-las em camadas. Tais camadas representam, por sua vez, um grupo social distinto que se integra, por conseguinte, a uma sociedade distinta, são elas: a sociedade civil íntima, a sociedade civil estranha e a sociedade civil incivil.

A sociedade civil íntima, por sua vez, pode ser vislumbrada por meio da seguinte analogia:

Se, meramente a título de ilustração gráfica, localizarmos o Estado no centro de uma dada sociedade, a sociedade civil íntima será o círculo interior feito à volta do Estado. Consiste em indivíduos e grupos sociais caracterizados pela hiper-inclusão, ou seja, que gozam de um nível elevado de inclusão social (SANTOS, 2007a, p. 43).

Este primeiro núcleo social nos remete à imagem daqueles indivíduos que têm mais condições, em comparação com outras parcelas da sociedade, de usufruírem dos direitos previstos no ordenamento jurídico e que, em certa medida, contribuem para o processo de exclusão social. Contudo, é imperioso ressaltar que, muitas vezes, nem mesmo aqueles que estão no núcleo da sociedade possuem os seus direitos assegurados pelo Estado, tendo em vista que há, hoje, uma espécie de “privatização de direito”, em que o Estado delega o fornecimento do direito para os particulares, como o exemplo da segurança pública, da saúde, da educação, dentre outros.

Mesmo diante deste cenário, é possível identificar que se trata de um círculo social composto por poucos integrantes, na medida em que a realidade brasileira, por exemplo, convive com elevados números de desigualdade social que continuam desfrutando de mais direitos. Enquanto que poucos⁹ usufruem de direitos de segunda ou mesmo terceira dimensão, outros muitos – por seu turno – são vítimas da fome, da pobreza, do desemprego, dentre outros problemas estruturais.

Já como segunda camada da sociedade civil, ou seja, aquela que está ao redor do Estado, o autor aponta a sociedade civil estranha. No que tange às relações de seus integrantes, ele descreve que se trata de um misto de inclusão e exclusão social, pois na sua perspectiva “a inclusão social tem uma qualidade baixa ou moderada, da mesma forma que a exclusão é atenuada por algumas redes de segurança e não é considerada irreversível” (SANTOS, 2007a, p. 44).

⁹ Segundo os dados extraídos da pesquisa Síntese de Indicadores Sociais realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 2012, observa-se que “a diferença, no Brasil, entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres ainda é grande, mas tem apresentado uma queda considerável nos últimos dez anos. Entre 2001 e 2011 o rendimento familiar per capita da fatia mais rica caiu de 63,7% do total da riqueza nacional para 57,7%. No mesmo período, os 20% mais pobres apresentaram crescimento na renda familiar per capita, passando de 2,6% do total de riquezas do país em 2001 para 3,5% em 2011” (CARTA CAPITAL, 2012).

Por último, aparece a camada destinada à sociedade civil incivil, a qual corresponde “[...] ao círculo exterior habitado pelos totalmente excluídos. Socialmente, são quase por completo invisíveis. [...] Não possuem expectativas estabilizadas, já que, na prática, não têm quaisquer direitos” (SANTOS, 2007a, p. 44).

Sobre os reflexos do processo de estratificação social, o qual divide a sociedade em camadas de acordo com a representação assumida por seus integrantes, Losekann (2011, p. 102) destaca que tal fenômeno adquire maior proporção quando, diante do aspecto formal – tanto legal quanto constitucional – determinadas pessoas devem estar incluídas, ou seja, estão aptas a usufruírem de todos os direitos, mas na prática, são impedidas. Este impedimento refere-se ao desenvolvimento de estigmas – como descrito anteriormente –, pois tais características são determinantes para o processo de exclusão social.

Apesar de não ser possível delinear todas as causas da exclusão social e, por conseguinte, os grupos que dela são vítimas, pode-se afirmar – após a análise do processo de estigmatização social – que, em virtude dele ser um fator presente em todos os casos de segregação, ele se constitui numa importante causa do fenômeno da exclusão social.

Vale destacar que o estigma – como visto – não diz respeito apenas a uma característica física do indivíduo, mas refere-se a toda a sua representação social, ou seja, a sua identidade perante a comunidade que habita. Por ser, então, segregado pelo processo de estigmatização, o indivíduo encontra-se relegado a relacionar-se com outros grupos que a ele se assemelham.

Para resumir os principais aspectos que circundam o processo de estigmatização, o qual acarreta a exclusão social, Melo descreve, no seguinte trecho, os principais resultados desta espécie de “rotulação” que o ser humano sofre perante sua comunidade. Senão vejamos:

Sem espaço, sem papéis e função, dentro do grupo a que pertence, não pode ser nomeado; e, sem nome, por não conseguir relativizar as diferenças, passa a ser um “ninguém”, “um nada” nas relações com o outro. Perde a sua voz; sem voz e espaço, não consegue assumir seus papéis e

funções sociais na interação com o grupo a que pertence; não pode ser o sujeito da ação (MELO, 2000, p. 20).

Como mencionado pela autora, o “estigmatizado” – pelo fato de não conseguir assumir uma relação de interação com os demais integrantes de determinado grupo social, já que é “diferente” dos outros – perde o seu espaço. Ela vai além, pois considera que este indivíduo passa a não ser “ninguém”, ou seja, ele passa a ser “invisível” perante a sociedade, situação esta que nos remete a um processo ainda maior, o qual será trabalhado no tópico que se segue e compreende alguns fenômenos específicos, quais sejam: a invisibilidade social e a reificação social, ambos pertencentes ao fenômeno da invisibilidade social.

1.3 A INVISIBILIDADE PÚBLICA ENQUANTO CATEGORIA SOCIAL

Com a inexistência ou a perda de espaço nos grupos sociais, o indivíduo sofre – como descrito no tópico anterior – as consequências do processo de exclusão social, o qual pressupõe, na maior parte dos casos, o surgimento de um estigma suficiente para torná-lo “diferente” dos demais membros do grupo e que seja, ao mesmo tempo, capaz de segregá-lo.

Com isso, o estigmatizado torna-se obrigado a abandonar aquele espaço e, muitas vezes, a ocupar as “franjas” da sociedade¹⁰, ou seja, torna-se relegado ao círculo social dos excluídos: aquele grupo social que usufrui de poucos ou quase nenhum direito perante o Estado. Nota-se, desta forma, que são as “margens” da sociedade ocupadas por estes indivíduos, pois – aproveitando a alusão de Boaventura de

¹⁰ Com base no pensamento abissal proposto por Boaventura de Sousa Santos, vislumbra-se uma separação na sociedade no sentido de dar visibilidade ao que se consagra como hegemônico e, por conseguinte, prepondera sobre as demais ações ou indivíduos, mas por outro lado tende a apagar, ou seja, relevar à escuridão aquilo que foge ao tradicional, ao normal. Neste sentido, o autor descreve que o pensamento moderno ocidental é um pensamento abissal. “Consiste num sistema de distinções visíveis e invisíveis, sendo que as invisíveis fundamentam as visíveis. As distinções invisíveis são estabelecidas através de linhas radicais que dividem a realidade social em dois universos distintos: o universo ‘deste lado da linha’ e o universo ‘do outro lado da linha’. [...] Tudo aquilo que é produzido como inexistente é excluído de forma radical porque permanece exteriori ao universo que a própria concepção aceite de inclusão considera como sendo o Outro. A característica fundamental do pensamento abissal é a impossibilidade da copresença dos dois lados da linha. Este lado da linha só prevalece na medida em que esgota o campo da realidade relevante. Para além dela há apenas inexistência, invisibilidade e ausência não-dialéctica” (SANTOS, 2010b, p. 31-32).

Sousa Santos (2007a) acerca da sociedade como um aglomerado de camadas – o círculo social dos excluídos constitui-se na camada mais afastada do núcleo da sociedade, o qual – como visto – pertence aos hiper incluídos: aquele grupo social que usufrui da prestação privada dos “direitos”.

Neste sentido, quando esta situação de divisão social por grupos estabelece-se na sociedade civil e, ainda, acresce-se do descaso da sociedade para com a condição social dos “diferentes”, estamos diante de uma das vertentes do fenômeno da invisibilidade pública.

Para dar início à explanação acerca deste fenômeno que se estabelece há tempos e ainda permanece no contexto da sociedade contemporânea, recorrer-se-á aos ensinamentos de Boaventura de Sousa Santos (2010a) acerca da teoria desenvolvida sobre a sociologia das ausências. Tal teoria traz em seu bojo, dentre outros aspectos abordados ao longo do estudo, alguns fundamentos importantes para a compreensão sobre a produção da não-existência, que será fundamental para a introdução ao estudo da invisibilidade pública.

Em primeiro lugar, Santos (2010a) perpassa pela análise do presente em relação ao futuro e, neste momento, ele observa que o tempo presente, na sociedade moderna – em especial a ocidental –, tem se tornado algo fluido e encolhido em virtude da expansão indefinida do tempo futuro. Este fato, por sua vez, pode ser atribuído à nova concepção de tempo como algo linear e à planificação da história (SANTOS, 2010a, p. 95). O autor acrescenta, ademais, que “quanto mais amplo o futuro, mais radiosas são as expectativas confrontadas com as experiências do presente” (SANTOS, 2010a, p. 95), o que – de certa forma – contribui para a invisibilidade das experiências vivenciadas no presente, como será detalhado adiante.

Para melhor compreensão a respeito da forma como o autor chegou a essa conclusão, o mesmo nos apresenta os seus principais pontos de partida para a análise supracitada, os quais podem ser vislumbrados pelo seguinte trecho:

Os pontos de partida são três. Em primeiro lugar, a compreensão do mundo excede em muito a compreensão ocidental do mundo. A compreensão ocidental do mundo, quer do mundo ocidental quer do mundo não ocidental,

é tão importante quanto parcial e inadequada. Em segundo lugar, a compreensão do mundo e a forma como ela cria e legitima o poder social tem muito que ver com concepções do tempo e da temporalidade. Em terceiro lugar, a característica mais fundamental da concepção ocidental de racionalidade é o facto de, por um lado, contrair o presente e, por outro, expandir o futuro (SANTOS, 2010a, p. 95).

Em busca da criação de um espaço-tempo importante para conhecer e valorizar as experiências sociais desenvolvidas na atualidade, Santos (2010a, p. 95) propõe a expansão do presente, por meio da teoria elucidada pela sociologia das ausências e, em contrapartida, a contração do futuro prescrita pela sociologia das emergências, a qual contribui igualmente para dilatação do futuro.

Podemos nos questionar, com base nestas considerações iniciais, quais seriam, então, as consequências da teoria prescrita sob a sociologia das emergências. A despeito disto, Santos (2010a, p. 95) pondera que a fugacidade do tempo presente, vivenciado atualmente, acarreta a invisibilização das experiências sociais. Isso significa que muitas destas experiências, essenciais à promoção das relações sociais e solução dos problemas sociais passam despercebidas por boa parte da sociedade, o que pode ser atribuído à efemeridade do tempo.

Assim, “a pobreza da experiência não é a expressão de uma arrogância, a arrogância de não se querer ver e muito menos valorizar a experiência que nos cerca, apenas porque está fora da razão com que a podemos identificar e valorizar” (SANTOS, 2010a, p. 101). Em outras palavras, muito daquilo que é invisibilizado não é porque está simplesmente fora do campo de visão dos indivíduos, pelo contrário, pode-se vislumbrar de forma clara, mas – por fatores externos – não é interessante que elas sejam vistas, principalmente para a manutenção do modelo tradicional hegemônico.

Com base na necessidade de expansão do tempo presente com o objetivo de valorização das experiências sociais desperdiçadas porque tornadas invisíveis, a sociologia das ausências é posta como uma forma de dar significado a tais experiências, o que pode ser alcançado ao conferir visibilidade a elas. Desta forma, o referido autor nos explica que

Trata-se de uma investigação que visa demonstrar que o que não existe é, na verdade, activamente produzido como não existente, isto é, como uma alternativa não-credível ao que existe. O seu objecto empírico é considerado impossível à luz das ciências sociais convencionais, pelo que a sua simples formulação representa já uma ruptura com elas. O objectivo da sociologia das ausências é transformar objectos impossíveis em possíveis e com base neles transformar as ausências em presenças (SANTOS, 2010a, p. 102).

Denota-se, portanto, que essas experiências sociais contemporâneas – mencionadas pelo autor desde o início de sua construção teórica – são aquelas que vão de encontro ao que é tradicionalmente imposto pelas relações de poder. São, portanto, realidades contra-hegemônicas que remetem à ideia de emancipação social. Logo, a sociologia das ausências promove uma ampliação do olhar social sobre essa multiplicidade de acontecimentos, os quais estão imersos em um universo de ausência, como se não existisse pelo simples fato de não seguirem a ditadura do tradicional.

Além disso, “[...] na sociologia das ausências o que é activamente produzido como não existente está disponível aqui e agora, ainda que silenciado, marginalizado ou desqualificado” (SANTOS, 2010a, p. 120), que reforça a ideia disseminada anteriormente acerca da expansão do tempo presente com o objetivo de privilegiar o que já acontece do que pode vir acontecer. Isto é, as expectativas – que pertencem ao tempo futuro – devem ser vivenciadas quando elas, de fato, surgirem, mas não no tempo presente, que já oferece uma diversidade de experiências sociais importantes para a questão da emancipação.

Essas ausências, assim consideradas pelo poder hegemônico, representam as variadas formas de invisibilidade que recaem sobre grupos sociais e determinados tipos de trabalho. São considerados invisíveis aqueles que não se encaixam dentro do universo do que predomina; do que é hegemônico e, por isso, só lhes resta a “margem” da sociedade para habitarem.

Ao avançar na sua construção teórica, Boaventura de Sousa Santos aponta que “não há uma maneira única unívoca de não existir, porque são várias as lógicas e os processos através dos quais a razão metonímica produz a não-existência do que não cabe na sua totalidade e no seu tempo linear” (SANTOS, 2010a, p. 102). Ocorre

que, o lapso temporal característico da razão metonímica não permite que as situações presentes sobressaiam, o que as torna, nesta medida, não-existentes, ou mesmo invisibilizadas.

Nesta perspectiva, a mencionada razão metonímica atua no sentido de somente conferir visibilidade àquilo que faz parte do tradicional e, por conseguinte, “[...] o que quer que fique fora dessa concepção ou não reproduza a mesma homogeneidade é invisibilizado, desperdiçando-se, assim, um sem-número de possibilidades” (COSTA, L., 2015, p. 39).

A razão metonímica é, então, uma expressão dos modos de produção da não-existência, na medida em que “deixa de fora muita realidade, muita experiência, e, ao deixá-las de fora, ao torná-las invisíveis, desperdiça a experiência” (SANTOS, 2007b, p. 26).

Para ilustrar de maneira mais concreta como ocorre esta produção da não-existência, o autor enumera cinco principais modos de produção da não-existência, as quais ocorrem “[...] sempre que uma dada entidade é desqualificada e tornada invisível, ininteligível ou descartável de um modo irreversível” (SANTOS, 2010a, p. 102).

Vale destacar que foram eleitas apenas a terceira, a quarta e a quinta lógica para comporem a análise da produção da não-existência¹¹, uma vez que estas serão importantes para a compreensão do objeto de estudo que permeia todo o presente trabalho. São elas: a lógica da classificação social, a da escala dominante e a produtivista.

Como terceira lógica de produção da não-existência – seguindo a ordem proposta por Santos (2010a, p. 102-104) –, tem-se a classificação social. De acordo com esta lógica, há uma espécie de “[...] naturalização das diferenças” (SANTOS, 2010a, p. 103) pela sociedade, que pode ser resumida “[...] na distribuição das populações por

¹¹ De acordo com Boaventura de Sousa Santos (2010a, p. 102-104), são cinco formas de produção da não-existência, as quais podem ser resumidas na: (1) monocultura do saber e do rigor do saber; (2) monocultura do tempo linear; (3) lógica da classificação social; (4) lógica da escala dominante e (5) lógica produtivista.

categorias que naturalizam hierarquias” (SANTOS, 2010a, p. 103). Dito de outro modo, há – no seio social – indivíduos considerados “superiores” em contraposição a indivíduos julgados “inferiores”, os quais são desta forma classificados em decorrência de uma relação de hierarquização populacional. Tal naturalização advém, portanto, do fato de que a suposta inferioridade dos seres é considerada como algo “natural”, visto que pressupõe uma “relação de dominação”.

Ocorre a produção da não-inexistência – de acordo com a lógica da classificação social¹² – “[...] sob a forma de inferioridade insuperável porque natural. Quem é inferior, porque é insuperavelmente inferior, não pode ser uma alternativa credível a quem é superior” (SANTOS, 2010a, p. 103).

Após a classificação social, o autor segue com a exposição de uma quarta lógica: a escala dominante. “Nos termos desta lógica, a escala adoptada como primordial determina a irrelevância de todas as outras possíveis escalas” (SANTOS, 2010a, p. 103-104). Trata-se, então, “[...] da escala que privilegia as entidades ou realidades que alargam o seu âmbito a todo o globo e que, ao fazê-lo, adquirem a prerrogativa de designar entidades ou realidades rivais como locais” (SANTOS, 2010a, p. 104).

É, portanto, a prevalência do global sobre o local, na medida em que “as entidades ou realidades definidas como particulares ou locais estão aprisionadas em escalas que as incapacitam de serem alternativas credíveis ao que existe de modo universal ou global” (SANTOS, 2010a, p. 104).

Por último, o autor elenca como quinta lógica da não-existência, a produtivista. No que concerne esta lógica, afirma-se que ela “[...] assenta na monocultura dos critérios de produtividade capitalista” (SANTOS, 2010a, p. 104). Ou seja, aquilo que não se enquadra na dinâmica construída pelo modelo capitalista de produção, não é sequer considerado como produtivo pelo sistema, pelo contrário, desqualifica-se e rebaixa-se.

¹² A sociedade de classes opera cedo a sua disciplina, a segregação, a indiferença e o silêncio entre ricos e pobres, entre superiores e inferiores, torna logo tristes e sisudos os jovens (GONÇALVES FILHO, 2004, p. 45).

Ressalta-se, ademais, que

Esse critério aplica-se tanto à natureza como ao trabalho humano. A natureza produtiva é a natureza maximamente fértil num dado ciclo de produção, enquanto o trabalho produtivo é o trabalho que maximiza a geração de lucros igualmente num dado ciclo de produção. Segundo esta lógica, a não-existência é produzida sobre a forma do improdutivo que, aplicada à natureza, é esterilidade e, aplicada ao trabalho, é preguiça ou desqualificação profissional (SANTOS, 2010a, p. 102-104).

Após elencar as principais maneiras em que ocorre a produção da não-existência, Boaventura de Sousa Santos (2010a, p. 120-122) destaca a questão dos campos sociais em que tanto a sociologia das ausências e quanto a das emergências atua. Apesar de não ser nosso objeto de análise, vale caracterizar em que consiste a sociologia das emergências, pois esta influencia de forma positiva a dilatação do tempo presente, que é justamente o fim perseguido pela sociologia das ausências.

Neste sentido, o autor considera que “a sociologia das emergências consiste em substituir o vazio do futuro segundo o tempo linear [...] por um futuro de possibilidades plurais e concretas, simultaneamente utópicas e realistas, que se vão construindo no presente através das actividades de cuidado” (SANTOS, 2010a, p. 116).

A título de diferenciação, pode-se afirmar, então, que “enquanto a sociologia das ausências se move no campo das experiências sociais, a sociologia das emergências move-se no campo das expectativas sociais” (SANTOS, 2010a, p.119). Há, entretanto, forte ligação entre ambas, já que

Quanto mais ampla for a realidade credível, mais vasto é o campo dos sinais ou pistas credíveis e dos futuros possíveis e concretos. Quanto maior for a multiplicidade e diversidade das experiências disponíveis e possíveis (conhecimentos e agentes), maior será a expansão do presente e a contracção do futuro.

Deste modo, os possíveis campos sociais de atuação tanto da sociologia das ausências quanto das emergências são, de acordo com o autor em evidência, as experiências de conhecimento, de desenvolvimento, trabalho e produção, de reconhecimento, de democracia e, por último, de comunicação e de informação. Não cabe, neste espaço, aprofundar-nos em cada um deles, todavia destacaremos as

experiências de desenvolvimento, trabalho e produção e as de reconhecimento, as quais – para deixar claro mais uma vez – referem-se ao objeto de análise do presente trabalho.

Com relação às experiências de desenvolvimento, trabalho e produção¹³, Santos (2010a, p. 121) elucida que

Trata-se de diálogos e conflitos possíveis entre formas e modos de produção diferentes. Nas margens ou nos subterrâneos das formas e modos dominantes – o modo de produção capitalista e o modelo de desenvolvimento como crescimento infinito.

Como visto, toda forma de produção que se distancia do modelo capitalista ou mesmo que não segue à risca todos os seus mandamentos, é considerada como uma forma de produção da não-existência. Por isso, neste contexto, as experiências de desenvolvimento, trabalho e produção que se opõem ao modelo convencional e hegemônico capitalista são classificadas como um campo das sociologias das ausências e das emergências.

Já no que se refere às experiências de reconhecimento, entende-se que estas versam sobre os “[...] diálogos e conflitos possíveis entre sistemas de classificação social” (SANTOS, 2010a, p. 121). Aqui se traz novamente à tona a questão de afirmação daqueles grupos ou indivíduos que se encontram “nas margens ou nos subterrâneos dos sistemas dominantes [...]” (SANTOS, 2010a, p. 121) e apresentam-se como “[...] experiências de natureza anticapitalista [...]” (SANTOS, 2010a, p. 121).

Identifica-se, a partir destes campos sociais expostos, que eles refletem diretamente as formas de produção da não-existência, uma vez que procuram conferir significado

¹³ São exemplos destas outras formas de produção, as quais “[...] existem, como disponíveis e como possíveis, formas e modos de economia solidária, do desenvolvimento alternativo às alternativas ao desenvolvimento: formas de produção eco-femininas ou gandhianas (*swadeshi*); organizações econômicas populares (cooperativas, mutualidades, empresas autogeridas, associações de micro-crédito); formas de redistribuição social assentes na cidadania e não na produtividade; experiências de comércio justo contrapostas ao comércio livre; as campanhas da Organização Internacional do Trabalho, das redes internacionais de sindicatos e de organizações de direitos humanos pelos parâmetros mínimos de trabalho decente (*labor standards*); o movimento anti-*sweatshop* e o novo internacionalismo operário” (SANTOS, 2010a, p. 121).

a estas experiências presentes – de acordo com a sociologia das ausências – ou futuras – conforme previsto pela sociologia das emergências.

Uma das decorrências deste processo exposto até agora, é justamente o surgimento do fenômeno da invisibilidade pública. A partir da análise das formas de não-produção trazidas no bojo da sociologia das ausências, torna-se necessária, neste segundo momento, a compreensão dos conceitos teóricos difundidos por Fernando Braga da Costa¹⁴ (2004) acerca deste fenômeno psicossocial – conforme classificação do autor – que se encontra bastante presente no Brasil e cujas consequências são devastadoras para a sociedade, em especial, a que já sofre com os efeitos dos processos de estigmatização e exclusão social.

Para o autor, a invisibilidade pública consiste no “desaparecimento intersubjetivo de um homem no meio de outros homens, é expressão pontiaguda de dois fenômenos psicossociais que assumem caráter crônico nas sociedades capitalistas: humilhação social e reificação” (COSTA, F., 2004, p. 63).

O primeiro fenômeno psicossocial, referenciado pelo autor, qual seja a humilhação social, apresenta-se da seguinte forma:

A **humilhação social** apresenta-se como um fenômeno histórico, construído e reconstruído ao longo de muitos séculos, e determinante do cotidiano dos indivíduos das classes pobres. É expressão da desigualdade política, indicando exclusão intersubjetiva de uma classe inteira de homens do âmbito público da iniciativa e da palavra, do âmbito da ação fundadora e do diálogo, do governo da cidade e do governo do trabalho. Constitui, assim, um problema político (COSTA, F., 2004, p. 63-64, grifo nosso).

¹⁴ Fernando Braga da Costa é psicólogo e pesquisador da USP, onde se graduou e realizou suas pesquisas de mestrado e doutorado. Ficou conhecido por suas pesquisas, as quais o permitiram – por quase dez anos – conviver com os garis da Cidade Universitária da USP, grupo social escolhido para compor o seu objeto de estudo. Sua dissertação de mestrado deu origem à obra “Homens invisíveis: relatos de uma humilhação social” (2004), que trata da vivência – como pesquisador na modalidade de observação participante – de um trabalho “subalterno não qualificado”. Nas palavras do autor, “redigir um diário de campo, descrever fenômenos psicossociais e interpretá-los foram os objetos gerais deste projeto. Por este meio, almeja-se uma contribuição pessoal no terreno das investigações psicológicas acerca do trabalho subalterno não qualificado, reunindo-nos ao esforço geral de discussão e de superação das formas degradantes do trabalho humano e de humilhação social” (COSTA, F., 2004, p. 55). Assim, nos dias em que partilhava da rotina de trabalho dos garis, Fernando passou por situações de típica “invisibilidade pública”, as quais ele relata com demasiada sensibilidade e fidedignidade em seu livro.

O fenômeno da invisibilidade pública, no que se refere à realidade social protagonizada pelo povo brasileiro, também pode ser compreendido da seguinte forma:

Invisibilidade pública é expressão que resume diversas manifestações de um sofrimento político: a *humilhação social*, um sofrimento longamente aturado e ruminado por gente das classes pobres. Um sofrimento que, no caso brasileiro e várias gerações atrás, começou por golpes de espoliação e servidão que caíram pesados sobre os nativos e africanos, depois de imigrantes baixo assalariados: a violação da terra, a perda de bens, a ofensa contra crenças, ritos e festas, o trabalho forçado, a dominação nos engenhos ou depois nas fazendas e nas fábricas (GONÇALVES FILHO, 2004, p. 21-22, grifo do autor).

Extraí-se, a partir deste trecho, que tal fenômeno não é típico da modernidade, visto que se arrasta desde a formação da sociedade brasileira, o que o torna – por conseguinte – enraizado na sociedade brasileira. Pode ser ainda atribuído a tal fato a dificuldade de se modificar tal realidade.

Observa-se que a expressão “invisibilidade pública” nos remete a uma ideia de “cegueira social”, a qual envolve toda a sociedade frente a um contexto de exclusão e desigualdade social típico das camadas mais pobres. É como se a sociedade já estivesse acostumada com aquela realidade que se reproduz por diversos anos e, por isso, determinadas situações tornam-se comuns a elas.

A fim de obter maior compreensão acerca dos contornos assumidos pelo fenômeno em análise, destaca-se o seguinte episódio relatado por Costa (2007), vivenciado pelo próprio autor durante sua pesquisa junto ao grupo dos garis da cidade universitária:

Episódio do uniforme. No intervalo entre aulas no Instituto de Psicologia, foi preciso que eu passasse por dentro do prédio daquela faculdade. Imaginei, então, que vestindo aquele uniforme ali incomum – calça, camisa e boné vermelhos – fosse chamar a atenção de toda a gente: colegas de classe, professores e curiosos.

Entramos pela porta principal, eu e o Antônio (um dos garis). Percorremos o piso térreo, as escadas e o primeiro andar. Não fui reconhecido. E as pessoas pelas quais passávamos não reagiam à nossa presença. Talvez apenas uma ou outra tenha se desviado de nós como desviamos de obstáculos, objetos. Nenhuma saudação corriqueira, um olhar, sequer um aceno de cabeça. Foi surpreendente. Eu era um uniforme que perambulava: estava invisível, Antônio estava invisível. Saindo do prédio, estava inquieto; era perturbadora a anestesia dos outros, a percepção social neutralizada.

Por que não fui visto? Por que passei despercebido? Passei realmente despercebido? Que implicações teve o uso de um uniforme? Os uniformes podem valer como signos de posição social – posição de trabalho, posição hierárquica, posição de classe. Quantos outros signos foram produzidos e, carregados pelos garis, dispararam desaparecimento público? Esse desaparecimento, essa *invisibilidade*, que não parecem físicos, como defini-los? Como são socialmente construídos? Como aparecem para os garis? Que aprender e pensar das interpretações dos próprios trabalhadores acerca desse fenômeno? (COSTA, F., 2004, p. 58-59, grifo do autor).

É possível depreender a partir dos conceitos teóricos supracitados e do episódio em exibição, que o fenômeno da invisibilidade pública – em especial no que atine ao exemplo apresentado – é na maior parte das vezes identificado a partir da presença de ambos os seus componentes, quais sejam a humilhação e a reificação social. Com relação à humilhação social, destaca-se que ela pode ser identificada pela transformação de uma pessoa em objeto ou mesmo em um “nada”. Para explicar de outra maneira, o simples fato do indivíduo caracterizar-se como – no caso – um trabalhador pertencente a uma classe, que é vítima da estigmatização e exclusão social, foi suficiente para que ele desaparecesse entre os demais.

Em consonância com a visão de Costa, Gonçalves Filho (2004, p. 22) confere o seguinte entendimento acerca da humilhação social:

Humilhação social é sofrimento ancestral e repetido. Para roceiros, mineiros ou operários, também para uma multidão de pequenos servidores, para os subempregados e para os desempregados, é sofrimento que o trabalhador vai amargar sozinho e, cedo ou tarde, vai também dividir com outros trabalhadores. A dor dos subordinados, repartida entre familiares, compadres e amigos, vai também naturalmente mover conversas com os vizinhos no bairro e com companheiros de classe nos intervalos do trabalho controlado. O sofrimento, quem sabe, virá também polarizar reuniões e discussões mais robustas, instauradas por movimentos coletivos que se encorpam e assumem sentido deliberadamente político (grifo nosso).

Este sofrimento político citado pelo autor pode ser compreendido, segundo Moreira (2010, p. 136) como “[...] o sentimento de engrossar a multidão de ‘subintegrados’ no Brasil”. Isto é, aqueles que são vítimas das consequências acarretadas pelos fenômenos da humilhação social e, em sua visão macro, da invisibilidade pública, ao serem excluídos do âmago social e relegados a ocuparem as “margens” da sociedade, passam a cultivar um sentimento de que estão sendo subjugados a integrar as camadas mais baixas: aquelas mais afastadas do núcleo social, em que se encontram os hiper incluídos, detentores de todos os direitos.

Do mesmo modo, ele tornou-se vítima do fenômeno da reificação social – que consiste no segundo fenômeno psicossocial que compõe – ao lado da humilhação social – a invisibilidade pública em seu sentido macro. Acerca do conceito de reificação social, Costa apresenta a seguinte construção teórica:

Reificação é o processo histórico de longa duração através do qual as sociedades modernas fundaram seus alicerces sob o princípio das determinações mercantis. [...] Desse modo, a reificação configura-se como processo pelo qual, nas sociedades industriais, o valor (do que quer que seja: pessoas, relações inter-humanas, objetos, instituições) vem apresentar-se à consciência dos homens como valor sobretudo econômico, valor de troca: tudo passa a contar, primariamente, como mercadoria (COSTA, F., 2004, p. 63-64, grifo nosso).

Neste sentido, ela se apresenta como uma espécie de “coisificação” do homem – por exercer um trabalho “subalterno e desqualificado”¹⁵ e, assim, o seu valor de troca, que é comum a todo pertencente à sociedade industrial e capitalista torna-se insignificante. O seu trabalho é considerado, nesta perspectiva, como algo trivial e desvalorizado pelo restante da sociedade civil. Logo, o

[...] trabalho *reificado* não aparece por suas qualidades, trabalho concreto, mas como trabalho abstrato, trabalho para ser vendido. A sociedade que vive à custa desse mecanismo produz e reproduz, perpetua e apresenta relações sociais como relações entre *coisas*. O homem fica apagado, é mantido à sombra. Todo o tempo, fica prejudicada a consciência de que a relação entre mercadorias (e a relação entre cargos) é, antes de tudo, uma relação que se funda sobre relação entre pessoas (COSTA, F., 2004, p. 64).

Ao analisar tal situação, nota-se que vivenciamos também uma espécie de jogo de luzes na sociedade atual, em que os holofotes incidem sobre aqueles pertencentes ao círculo social da “hiper inclusão” – para retomar a ideia de estratificação social disseminada por Santos (2007a). Por outro lado, há aqueles indivíduos que se encontram – em virtude das consequências do processo de estigmatização e, posterior, exclusão social – nas sombras, afastados de qualquer feixe de luz. Logo, são vítimas do fenômeno da invisibilidade pública.

Vislumbra-se, desta forma, que

¹⁵ São atividades cronicamente reservadas a uma classe de homens subproletarizados; homens que se tornam historicamente condenados ao rebaixamento social e político (COSTA, F., 2004, p. 57).

A distribuição de luz e das sombras sobre objetos, ambientes e corpos, não é coisa que deveríamos tomar meramente como coisa física, o corriqueiro espetáculo de como o sol ou a lâmpada faz figurar certos lados, deixando outros sob penumbra, arquitetando o que vai brilhar e o que ficará escuro. A iluminação é coisa também social. O que vemos e o que deixamos de ver, o regime de nossa atenção, é decidido segundo o modo como fomos colocados em companhia dos outros, segundo o modo como também nos colocamos e como eventualmente nos recolocamos em companhia (GONÇALVES FILHO, 2004, p. 18).

O que está no nosso campo de visão pode não ser notado, então, de duas formas basilares: por fatores externos aos indivíduos ou por escolhas próprias. A primeira que provém dos fatores externos – como as formas de não-produção, por exemplo, a lógica produtivista, pela qual o mercado econômico capitalista somente valoriza as práticas produtivas que seguem a sua lógica – tornando inexistentes ou ausentes as demais que seguem uma linha contra-hegemônica.

A segunda forma pode ser identificada pelo descaso populacional – também compreendido como “naturalização da desigualdade” – para com aqueles que se “diferem” da maioria, o que pode ser concretizado na própria invisibilidade pública por meio dos fenômenos da humilhação e da reificação social. Igualmente, em decorrência dos processos de estigmatização e exclusão social, dos quais tornam vítimas aqueles que não se encaixam nos moldes convencionais da sociedade.

Destarte, somos impulsionados a enxergar e importar-nos somente com aquilo que interessa à maioria ou aos detentores do poder. Isto significa – para retomar o tema elucidado no primeiro tópico – que é o reflexo do mercado econômico agindo novamente sobre as relações sociais, ou seja, “[...] nossa atenção só vem ver o que é para ser oficialmente visto, vem só ver e ouvir o que está autorizado ou vem reparar nas coisas e nos seres das margens e de meia-luz” (GONÇALVES FILHO, 2004, p. 18).

À luz destes pressupostos, observa-se a influência exercida sobre a sociedade como um todo no sentido de considerar, por exemplo, que somente interessam – seja de forma econômica, social ou política – aqueles sujeitos que produzem nos moldes do sistema capitalista, conforme demonstrado pela sociologia das ausências de Boaventura de Sousa Santos (2010) ao dissertar acerca das lógicas de não-produção.

É preciso, diante desta situação, que a sociedade – que exclui, estigmatiza, humilha, “reifica” e, sobretudo, invisibiliza as experiências contra-hegemônicas (que podem ser as formas de produção ou mesmo as próprias pessoas) – adquira uma “consciência libertária” frente a este contexto de alarmante invisibilidade social. Esta, por sua vez, que atinge variados grupos sociais e é, dentre outros fatores, proveniente de um descaso populacional de grandes proporções, em que os casos de exclusão social tornam-se comuns e rotineiros.

Esta sociedade, que faz inúmeras vítimas dos problemas sociais descritos, é – nas palavras de Gonçalves Filho (2004, p. 20) – uma “sociedade de luzes tão mal distribuídas”, pois se enaltece pessoas pelo que elas representam socialmente; pela sua capacidade de produzir riquezas e, por outro lado, rebaixam-se outras tantas em virtude delas nada possuírem aos “olhos” do mercado. São algumas destas últimas “os cidadãos pobres expostos ao emprego proletário, ao desemprego e à indignância” (GONÇALVES FILHO, 2004, p. 25).

É possível igualmente identificar situações de evidente humilhação social apenas com um olhar julgador que recai sobre o outro. Assim,

A humilhação marca a personalidade por imagens e palavras ligadas a mensagens de rebaixamento. São mensagens arremessadas em cena pública: a escola, o trabalho, a cidade. São gestos ou frases dos outros que penetram e não abandonam o corpo e a alma do rebaixado: o adulto e o idoso, já antes o jovem ou a criança, vão como que diminuir, vão guardar a estranha e perturbadora lembrança de quem a eles se dirigiu como quem se tenha dirigido ao inferior (GONÇALVES FILHO, 2004, p. 26-27).

Com base nestas construções teóricas concernentes à invisibilidade pública como categoria social, restou claro que se trata de um fenômeno social de grande relevância, na medida em que diversos cidadãos tornam-se, a cada dia, vítimas das suas devastadoras consequências. Além do seu caráter psicossocial, a invisibilidade assume da mesma forma uma faceta política, o que a transforma num problema de toda a sociedade, mas não só daqueles que, com ela, sofrem de maneira direta.

Assim, a sociedade – em especial a brasileira – não pode tratar tal fenômeno com naturalidade, pois ela também possui parcela considerável de culpa para a sua perpetuação. Como se trata de um problema presente há anos na sociedade, não é

de simples resolução e deve partir tanto dos próprios componentes da sociedade quanto da valorização de experiências sociais contra-hegemônicas.

Entende-se que o restante da sociedade, os hiper incluídos, pode contribuir ao passar a olhar o outro de forma igualitária, sem estigmatizações e exclusões, ou seja, por meio do abandono de uma visão hierarquizada que está intrínseca no pensamento da sociedade de classes.

Do mesmo modo, deve haver – assim como a teoria da sociologia das ausências construída por Boaventura de Sousa Santos (2010) propõe – a expansão do tempo presente com vistas a valorizar, por meio da visibilidade, experiências sociais contra-hegemônicas, que podem ser tanto modos de produção alternativos, quanto os próprios cidadãos.

Neste cenário de invisibilidade, é possível vislumbrar variados exemplos de grupos sociais que sofrem com as consequências originadas por tal fenômeno, os quais não se constituem necessariamente as minorias da sociedade. Observa-se, desta forma, que podem fazer parte dos processos de invisibilização tanto pequenos grupos, quanto, por exemplo, categorias profissionais inteiras, como é o caso dos catadores de materiais recicláveis, que se constitui no objeto fundamentador de toda a análise do presente trabalho e cujos contornos serão explicitados no tópico que se segue.

Assim, mediante a apresentação de questões atinentes a reciclagem no contexto brasileiro será possível compreender a maneira pela qual os fenômenos sociais expostos encaixam-se na realidade vivenciada pelo grupo dos catadores de materiais recicláveis.

2 O MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS E A BUSCA PELA POTENCIALIZAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

2.1 A INVISIBILIDADE JURÍDICA ENFRENTADA PELOS CATADORES DE MATERIAS RECICLÁVEIS

Todo o arcabouço teórico exposto no primeiro capítulo será de fundamental importância para a compreensão dos aspectos jurídicos e sociais que envolvem a problemática dos resíduos sólidos e a atividade de reciclagem no Brasil, em especial, no que se refere ao seu protagonista: o catador.

Em primeiro lugar, destaca-se a problemática criada em torno do “lixo”, o qual protagoniza situações que preocupam a todos na sociedade atual não só pelo aumento de sua quantidade¹⁶ produzida, mas também porque ele tem se tornado cada vez mais tóxico, o que contribui ainda mais para a poluição ambiental.

Deve, hoje, ser uma preocupação o local em que estes rejeitos serão despejados, visto que certos ambientes são impróprios para tal atividade, em virtude de sua capacidade de contaminação do meio ambiente (solo, lençóis freáticos e ar atmosférico). Entretanto, nem sempre foi assim, pois os “lixões”¹⁷ – ainda presentes

¹⁶ O panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil realizado pela ABRELPE (Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais), em 2014, revela que “merecem destaque os números relacionados à destinação final dos resíduos coletados, cuja pesquisa revelou que 58,4 % tiveram destinação adequada e seguiram para aterros sanitários em 2014, praticamente sem alteração do cenário registrado no ano anterior. Nesse sentido, é importante ressaltar que os 41,6% restantes correspondem a 81 mil toneladas diárias, que são encaminhadas para lixões ou aterros controlados, os quais pouco se diferenciam dos lixões, uma vez que ambos não possuem o conjunto de sistemas e medidas necessários para proteção do meio ambiente contra danos e degradações. Mesmo com uma legislação mais restritiva e apesar dos esforços empreendidos em todas as esferas governamentais, a destinação inadequada de RSU se faz presente em todas as regiões e estados brasileiros e 3.334 municípios, correspondentes a 59,8% do total, ainda fazem uso de locais impróprios para destinação final dos resíduos coletados” (ABRELPE, 2014, p. 38).

¹⁷ “O lixão é forma arcaica e prática condenável de disposição final, sendo os resíduos lançados ao solo, em área a tal destinada, sem qualquer estudo prévio, monitoramento ou tratamento. O impacto ambiental, nesses casos, geralmente consiste em contaminação do solo por chorume – líquido percolado oriundo da decomposição de matéria orgânica –, podendo atingir o lençol freático e cursos

em muitas cidades – eram a principal destinação destes rejeitos. Assim, a preocupação do Poder Público era

Até os anos 1990, [...] operar o sistema de limpeza urbana, promovendo varrição, coleta, transporte e disposição final dos resíduos, sem preocupação efetiva quanto aos aspectos de remuneração dos serviços, de aplicação de indicadores de eficiência dos serviços prestados e à integração dos diversos tipos de resíduos gerados (PHILIPPI JR et al, 2012, p. 229).

Com as modificações acarretadas sobre o meio ambiente, em especial no tocante às características assumidas pela produção de “lixo”, tornou-se imprescindível a criação de uma legislação que tentasse, ao mesmo tempo, contornar os efeitos de tais modificações por meio da regulamentação das atividades que envolvem o tratamento despendido a estes rejeitos.

Para tanto, após vinte¹⁸ anos de tramitação no Congresso Nacional, aprovou-se a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305 de 2 de agosto de 2010), a qual contempla princípios, objetivos e instrumentos necessários para possibilitar o avanço do País no que tange ao enfrentamento dos principais problemas ambientais, sociais e econômicos decorrentes do manejo inadequado dos resíduos sólidos. Ademais, a legislação prescreve “[...] as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, incluídos os perigosos, às responsabilidades dos geradores e do poder público e aos instrumentos econômicos aplicáveis” (BRASIL, 2010).

Dentre os objetivos elencados pelo artigo 7º da Lei 12.305/2010, destacam-se: a não geração de resíduo; a proteção da saúde pública e da qualidade ambiental; e a valorização do catador – os quais resumem, em linhas gerais, as especificações trazidas no bojo da legislação. São estabelecidas também “[...] metas e ações a

de água, e supressão da vegetação. Antes mesmo da PNRS, a Portaria 53/1979, do Ministério do Interior, já proibia esse tipo de disposição final” (MILARÉ, 2014, p. 1181).

¹⁸ “[...] no ano de 1989, foi apresentado o Projeto de Lei do Senado Federal Nº 354/89, que dispunha sobre o acondicionamento, a coleta, o tratamento, o transporte e a destinação final dos resíduos de serviços de saúde. Essa proposta é entendida como a primeira iniciativa para a elaboração da Política de Resíduos Sólidos a nível nacional. Tal Projeto de Lei tramitou e foi melhorado na Câmara dos Deputados (Projeto de Lei Nº 203/91), adquirindo o perfil de processo legislativo. Em 2006 ocorreu a aprovação de um substitutivo pela Comissão Especial da Política Nacional dos Resíduos e em 2007, a proposta do Executivo Federal, que serviu de base à discussão final para a instituição da Política Nacional de Resíduos Sólidos, foi submetida à apreciação do Plenário da Câmara dos Deputados” (COSTA, E., 2015).

serem adotados pelo Governo Federal, isoladamente ou em regime de cooperação com Estados, Distrito Federal, Municípios ou particulares, com vistas à gestão integrada e ao gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos” (MILARÉ, 2014, p. 1185).

Pontua-se como inovação trazida pela mencionada legislação, a utilização das nomenclaturas “resíduos secos e úmidos” e “rejeitos” para se referir ao antigo conceito de “lixo”, já que estão incluídas na nova denominação todas as matérias-primas que potencialmente possuem valor econômico.

Segundo Édis Milaré (2014, p. 1180), a promulgação da aludida lei

[...] preencheu uma importante lacuna no arcabouço regulatório nacional. Essa iniciativa é o reconhecimento, ainda que tardio, de uma abrangente problemática ambiental que assola o país, problemática esta de proporções desconhecidas, mas já com diversos episódios registrados em vários pontos do território nacional, e que tem origem exatamente na destinação e disposição inadequadas de resíduos e conseqüente contaminação no solo, além da dificuldade de identificação dos agentes responsáveis.

O autor, por meio desta passagem, reforça a preocupação em torno da destinação dos resíduos sólidos, com o objetivo de minimizar os impactos ambientais. Entende-se, à luz da PNRS, que o trabalho que envolve esta destinação adequada deve partir de uma gestão integrada e sustentável de resíduos entre os órgãos estatais, pressupondo a implantação de uma logística reversa pelas empresas fabricantes de produtos destinados ao consumo.

A legislação, por sua vez, enumera alguns instrumentos para viabilizarem a sua implantação, os quais, de acordo com o rol disposto pelo artigo 8º, são: os planos de resíduos sólidos – compreendidos o nacional, os estaduais, os microrregionais e de regiões metropolitanas ou aglomerações urbana, os municipais e intermunicipais e os de gerenciamento; a coleta seletiva; a logística reversa; a educação ambiental; os incentivos fiscais, financeiros e creditícios; o SINIR – Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos; o Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos; o sistema de Responsabilidade pela geração e Gerenciamento de resíduos sólidos; e, por fim, o Comitê Interministerial da Política Nacional de Resíduos Sólidos (BRASIL, 2010).

Uma questão importante atinente aos planos de gerenciamento de resíduos sólidos relaciona-se à possibilidade destes preverem a participação de associações ou de cooperativas de catadores de materiais recicláveis no gerenciamento dos resíduos sólidos recicláveis ou reutilizáveis. Tal participação somente será possível quando, de acordo com o Decreto 7.404/2010¹⁹:

Art. 58, I - houver cooperativas ou associações de catadores capazes técnica e operacionalmente de realizar o gerenciamento dos resíduos sólidos;
 II - utilização de cooperativas e associações de catadores no gerenciamento dos resíduos sólidos for economicamente viável; e
 III - não houver conflito com a segurança operacional do empreendimento (BRASIL, 2010).

Esta previsão legal compõe a dimensão social da atividade de reciclagem, a qual será posteriormente analisada, mas que já se pode assegurar que se trata de uma iniciativa legislativa essencial, a qual incentiva o crescimento de cooperativas e outras formas de associação composta por catadores de materiais recicláveis e possibilita, inclusive, a potencialização dos direitos sociais desta categoria social (MILARÉ, 2014, p. 1202).

Dentre as possíveis formas de destinação final dos resíduos sólidos, está a reciclagem – que se apresenta como a melhor solução para aqueles resíduos aptos a serem reaproveitados. Nesta medida, é possível compreender que “o termo ‘reciclagem’, aplicado a lixo ou a resíduos, designa o reprocessamento de materiais de sorte a permitir novamente sua utilização. [...] Nesse sentido, reciclar é ‘ressuscitar’ materiais, permitir que outra vez sejam aproveitados” (CALDERONI, 2003, p. 52).

Não obstante a eficácia que o processo de reciclagem de determinados resíduos representa, ele ainda é pouco²⁰ utilizado para a disposição final. Isso decorre dos

¹⁹ Regulamenta a Lei no 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, cria o Comitê Interministerial da Política Nacional de Resíduos Sólidos e o Comitê Orientador para a Implantação dos Sistemas de Logística Reversa, e dá outras providências (BRASIL, 2010).

²⁰ “Segundo a Pesquisa Nacional de Saneamento Básico do IBGE, 2000: 125.281 mil toneladas de resíduos são coletadas diariamente sendo que 30,5% vão para lixões, 22,3% para aterros controlados e 47,1% vão para aterros sanitários (ampliando em 40% o volume de 1995). Assim, no mínimo 52,8% dos resíduos são depositados de forma inadequada, uma vez que aterros controlados não são a forma mais segura de depósito final e sua fragilidade expõe facilmente os mesmos problemas dos lixões” (TONANI, 2011, p. 16).

fatores que estão envolvidos ao referido processo, ou seja, para que a reciclagem ocorra é necessário o cumprimento de algumas etapas anteriores a fim de que ele seja viabilizado, tais como a separação na fonte e a coleta seletiva, o que demanda – por sua vez – um esforço conjunto dos poderes estatais, em especial, o municipal, o qual será o responsável direto pela implantação do modelo de reciclagem em seu território.

Neste sentido, a reciclagem de resíduos como o papel, o vidro e o plástico – tendo em vista que o Brasil ainda não possui tecnologia suficiente para reciclar produtos diversos – pode conter, nas palavras de Calderoni (2003, p. 34)

[...] relevância ambiental, econômica e social, com implicações que se desdobram em esferas como [...]: organização espacial; preservação e uso racional dos recursos naturais; conservação de energia; geração de empregos; desenvolvimento de produtos; finanças públicas; saneamento básico e proteção da saúde pública; geração de renda; e redução de desperdícios.

Ao pontuar as relevâncias que a implementação da reciclagem pode representar, o autor nos sugere que tal processo de destinação final de resíduos sólidos possui demasiada importância para a sociedade. O que ocorre não somente por promover o reaproveitamento de muitos resíduos, ou seja, a dimensão ambiental é apenas uma de suas dimensões, sendo a econômica e a social, outras facetas assumidas pelo processo.

Como veremos adiante, é crescente a quantidade de cidadãos brasileiros que se dedicam à atividade da reciclagem, que vai desde a coleta seletiva, passando pela triagem nos galpões utilizados como sedes das associações e cooperativas de materiais recicláveis até o envio para as indústrias de fabricação de produtos recicláveis.

Neste espaço, é possível encontrar os trabalhadores que exercem a atividade de coleta seletiva formal, mas também há aqueles que atuam de maneira autônoma e desbravam ruas e lixões em busca de materiais com potencial valor econômico, os quais poderão ser vendidos e, com isso, alcançar o seu sustento diário.

Existem também os “catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis” que se agrupam em associações e cooperativas, os quais – apesar da denominação – atuam a depender da especificidade de cada entidade na triagem e, em alguns casos, na catação de materiais propensos à reciclagem, os quais serão, posteriormente, vendidos para as empresas atuantes no processo de reciclagem.

Destaca-se que o objeto de estudo, neste trabalho, será tão somente os indivíduos que exercem sua atividade junto às associações de catadores de materiais recicláveis que, em virtude do recorte metodológico do estudo, optou-se pelas instaladas no município de Vitória-ES – conforme análise dos tópicos que se seguem.

Com relação à realização do processo de reciclagem, Márcio Magera Conceição (2003) nos revela os seguintes pontos, referentes aos resultados obtidos com a sua pesquisa²¹ junto a cinco cooperativas de catadores no interior do Estado de São Paulo:

A reciclagem está sendo feita por cooperativas formadas, em sua maior parte, por desempregados e pessoas sem formação educacional hoje fora do mercado de trabalho, sem opção de um emprego melhor, cuja remuneração, com certeza, ultrapassaria o que recebem nas cooperativas de reciclagem de lixo. A formação de cooperativas de reciclagem de lixo vem sendo estimulada por órgãos governamentais, amparados por projetos de assistência social das instituições religiosas, setor privado, terceiro setor, ONGs etc., com o objetivo maior de gerar renda e possibilitar o exercício da cidadania a estas pessoas excluídas do mercado formal de trabalho (CONCEIÇÃO, 2003, p. 14).

Nota-se, então, que a realidade brasileira que circunda a reciclagem tornou-se uma espécie de “segunda” opção para aqueles excluídos do mercado de trabalho formal. Desta maneira, sem ter outro meio de subsistência – própria e de sua família – estes

²¹ “A pesquisa e as análises [...] apresentadas voltam-se à formação das cooperativas de trabalhadores encontradas no setor de reciclagem do lixo do interior do Estado de São Paulo. A proposta pretende sustentar que os “empresários do lixo” vivem num paradoxo da modernidade, visto que, sendo cooperativados, são – ou deveriam ser – seus próprios patrões. Ao mesmo tempo, os cooperativados encontram-se em um ambiente de precariedade das relações e condições do trabalho, explorados pela própria cooperativa, que os coloca a serviço de outrem. Esse cenário, muitas vezes, serve para acobertar uma terceirização ou contratação sem registro e sem pagamento dos encargos sociais devidos ou, até mesmo, uma geração de agentes da modernidade (trabalho que está proporcionando um desenvolvimento sustentável – ecocapitalismo – mas desenvolvido de forma predatória), que reciclam o lixo que eles não geraram, porque não têm condições econômicas de consumir. Esses trabalhadores fazem o que as classes média e alta jamais fariam: trabalham no lixo, tornando-o sua fonte de renda e sobrevivência” (CONCEIÇÃO, 2003, p. 14-15).

indivíduos encontram nesta atividade uma alternativa ao fenômeno da exclusão ocasionada, como vimos nos tópicos anteriores e dentre outros fatores, pela implantação do sistema capitalista de produção, o qual é responsável por segregar aqueles que não correspondem às expectativas deste modelo econômico. Não se pode olvidar, portanto, de que “[...] atrás de um catador de lixo/cooperativado existe uma pessoa, um ser humano que não escolheu esse tipo de trabalho porque quis, mas sim, por força das circunstâncias que o modelo econômico lhe impôs” (CONCEIÇÃO, 2003, p. 183).

Apesar do objeto do presente estudo referir-se tão somente aos catadores que exercem sua atividade junto às associações, vale menção que ainda é elevado o número de pessoas que – numa espécie de fuga das consequências advindas do desemprego como exclusão do mercado de trabalho moldado pelo capitalismo – recorrem à catação de materiais recicláveis nas ruas. Isto decorre, principalmente, da falta de investimento do Poder Público Municipal na atividade de reciclagem, pois ela ainda revela-se, mesmo exercida no âmbito das associações e cooperativas, como uma atividade subalterna, na medida em que dá margem à estigmatização e não é reconhecida a sua importância perante os demais membros da sociedade.

Sobre esta falta de investimento, menciona-se que a valorização da reciclagem e da reutilização é posta como princípio da Política Nacional de Resíduos Sólidos e, para tanto, foram dados meios para que esses métodos e atividades pudessem ser incrementados (MACHADO, 2012, p. 640). Um deles constitui-se justamente na eliminação e recuperação dos “lixões”, os quais ainda possuem consequências poluidoras residuais, juntamente com a inclusão social e valorização econômica dos catadores de materiais recicláveis, conforme disposição do inciso V, artigo 15 da PNRS:

Art. 15. A União elaborará, sob a coordenação do Ministério do Meio Ambiente, o Plano Nacional de Resíduos Sólidos, com vigência por prazo indeterminado e horizonte de 20 (vinte) anos, a ser atualizado a cada 4 (quatro) anos, tendo como conteúdo mínimo:
V - metas para a eliminação e recuperação de lixões, associadas à inclusão social e à emancipação econômica de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis (BRASIL, 2010).

É notável, então, a partir destas considerações acerca da Política Nacional de Resíduos Sólidos, que a sua promulgação trouxe também metas a serem cumpridas tanto pelos Poderes Públicos – no que se refere à criação de mecanismos de potencialização para a destinação final de resíduos sólidos – quanto pela sociedade como um todo – no sentido de contribuir para a redução do consumo ou mesmo na prática da separação na fonte com o fim de auxiliar a coleta seletiva.

Diante deste cenário, observa-se que a reciclagem, a qual pressupõe o investimento no processo de separação de resíduos sólidos, possui alta viabilidade sob o ponto de vista econômico, tendo em vista que “o setor de reciclagem movimenta cerca de R\$ 12 bilhões por ano” (PORTAL BRASIL, 2012). Ao passo que a perda chega a R\$ 8 bilhões anualmente, uma vez que o país, por contemplar o serviço em apenas 8% dos seus municípios, deixa de reciclar resíduos que ainda sofrem, muitas vezes, uma destinação inadequada (PORTAL BRASIL, 2012).

No caso das latas de alumínio, por exemplo, as quais são cem por cento recicláveis, o Brasil ocupa a liderança na reciclagem deste material, tendo em vista que no ano de 2012, por exemplo, o país conseguiu reciclar 508 mil toneladas de alumínio, o que representa um índice de 90% a nível de reciclagem. Outros materiais, como o plástico e o vidro, os índices podem variar de 45% a 55% (PORTAL BRASIL, 2012).

É inegável, portanto, que se trata de um mercado altamente rentável, o problema constitui-se, entretanto, na desigualdade instalada entre os participantes da cadeia de reciclagem. Nota-se que enquanto, de um lado, as empresas de reciclagem possuem altos índices de lucros, o catador de material reciclável, que é a figura de extrema importância no processo, visto que a maior parte dos materiais passa pelas suas mãos – seja nas ruas ou organizados em associações e cooperativas –, compartilha uma realidade precária e de muita luta na busca pela concretização de seus direitos básicos.

Mesmo a reciclagem sendo um fator de inclusão, já que muitos indivíduos excluídos do mercado formal de trabalho recorrem à atividade de catação em busca da sobrevivência, ainda é recorrente a disparidade entre os benefícios extraídos da atividade para o grupo dos empresários e para o grupo dos catadores, os quais

enfrentam situações de completa ausência de direitos para conseguirem o próprio sustento e de sua família.

Ainda sobre o tratamento dispensado à categoria dos catadores de materiais recicláveis no ordenamento jurídico brasileiro – este compreendido entre a Constituição Federal de 1988, passando por Decretos-Leis até chegar às Legislações Federais esparsas, – serão destacadas, neste momento, as presenças e as ausências no que tange a este grupo social.

Como importante conquista, no âmbito normativo, do movimento associativo dos catadores ressalta-se a alteração trazida pela Lei 11.445/2007, a qual estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, na Lei 8.666/1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública. Conforme disposto no inciso XXVII do artigo 24:

Art. 24. É dispensável a licitação: XXVII - na contratação da coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis, em áreas com sistema de coleta seletiva de lixo, efetuados por associações ou cooperativas formadas exclusivamente por pessoas físicas de baixa renda reconhecidas pelo poder público como catadores de materiais recicláveis, com o uso de equipamentos compatíveis com as normas técnicas, ambientais e de saúde pública (BRASIL, 1993).

Trata-se de mais uma medida direcionada à inclusão social e à emancipação dos catadores, visto que há a obrigatoriedade do Poder Público contratar, sem o intermédio das licitações, entidades de catadores de materiais recicláveis, seja na modalidade de associação ou de cooperativa nas localidades em que elas existirem.

Com relação às condições de trabalho dos catadores, o Decreto nº. 7.405²², de 23 de dezembro de 2010, criou o Programa Pró-Catador e o Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis. De acordo com a disposição do artigo 2º, o referido programa tem por objetivo promover e integrar: “capacitação, formação e assessoria técnica”; “organização e apoio a redes de comercialização e cadeias produtivas integradas

²² Institui o Programa Pró-Catador, denomina Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis o Comitê Interministerial da Inclusão Social de Catadores de Lixo criado pelo Decreto de 11 de setembro de 2003, dispõe sobre sua organização e funcionamento, e dá outras providências.

por cooperativas e associações de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis”; “fortalecimento da participação do catador de materiais reutilizáveis e recicláveis nas cadeias de reciclagem”; e, por fim, “abertura e manutenção de linhas de crédito especiais para apoiar projetos voltados à institucionalização e fortalecimento de cooperativas e associações de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis” (BRASIL, 2010).

Além destas legislações atinentes à questão dos catadores de materiais recicláveis, há também a Instrução Normativa MPOG nº 1, de 19 de janeiro de 2010, a Lei nº. 12.375, de 30 de dezembro de 2010, e a Lei 7.347, de 24 de julho de 1985. A primeira “dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências” (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, 2010).

A segunda legislação mencionada dispõe, em resumo, nos artigos 5º e 6º, as seguintes determinações: os estabelecimentos industriais farão jus, até 31 de dezembro de 2014, a crédito presumido do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI na aquisição de resíduos sólidos utilizados como matérias-primas ou produtos intermediários na fabricação de seus produtos. Somente poderá ser usufruído se os resíduos sólidos forem adquiridos diretamente de cooperativa de catadores de materiais recicláveis com número mínimo de cooperados pessoas físicas definido em ato do Poder Executivo, ficando vedada, neste caso, a participação de pessoas jurídicas (BRASIL, 2010).

E a terceira, por sua vez, trata das hipóteses de proposição da ação civil pública, bem como estabelece um rol de legitimados para tanto. Neste íterim, a alínea “b” do inciso V, do correspondente artigo 5º, prevê que

Art. 5º Têm legitimidade para propor a ação principal e a ação cautelar:

V - a associação que, concomitantemente:

b) inclua, entre suas finalidades institucionais, a proteção ao patrimônio público e social, ao meio ambiente, ao consumidor, à ordem econômica, à livre concorrência, aos direitos de grupos raciais, étnicos ou religiosos ou ao patrimônio artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (BRASIL, 1985).

Ainda que não se refiram diretamente aos catadores, tais legislações são importantes, porque afirmam a presença destes indivíduos no âmbito legal, o que por si só não é suficiente, mas é um passo considerável para o reconhecimento da necessidade de maiores investimentos nos contornos desta atividade.

Em uma consulta ao site da Câmara dos Deputados, observou-se que há, hoje, em tramitação no Congresso Nacional, Projetos de Lei e uma Proposta de Emenda à Constituição, os quais se destinam à regulamentação de questões que envolvem a categoria dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, são eles: PL 5.487/2009 (apensada ao PL 792/2007), PL 3.398/2012, PL 3.997/2012, PEC 309/2013 e SUG 5/2011.

O Projeto de Lei nº. 5.487, proposto no ano de 2009, tinha por objetivo instituir “[...] a Política Nacional dos Serviços Ambientais, o Programa Federal de Pagamento por Serviços Ambientais” e estabelecer as “[...] formas de controle e financiamento desse Programa”. No entanto, acabou sendo apensado ao Projeto de Lei nº 792, apresentado em 2007, o qual se encontra à espera do parecer do relator na Comissão de Finanças e Tributação (CFT) e dispõe sobre a definição de serviços ambientais. Ou seja, ele é responsável por definir os serviços ambientais e prever a transferência de recursos, monetários ou não, aos que ajudam a produzir ou conservar estes serviços – nos quais está incluída a atividade de reciclagem.

Já o Projeto de Lei nº. 3.398 de 2012, que atualmente aguarda a apreciação pelo Senado Federal, almeja o acréscimo do inciso V ao caput do art. 3º da Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, para dispor sobre ampliação da relação de beneficiários do Programa de Apoio à Conservação Ambiental. Sobre a proposição em tela, destaca-se que ela

[...] busca incluir as famílias em situação de extrema pobreza que desenvolvam atividades de conservação ambiental em projetos de reciclagem de lixo, coleta e adequada destinação de resíduos sólidos como beneficiárias do Programa de Apoio à Conservação Ambiental, preconizado na Lei nº 12.512, de 4 de outubro de 2011, denominada “Lei do Bolsa Verde” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2012, p. 02).

O PL 3.997 de 2012, por sua vez, destina-se diretamente ao catador, uma vez que busca a alteração das Leis nº 8.212 e nº 8.213, de 24 de julho de 1991, com a finalidade de inclusão do catador de material reciclável como segurado especial da Previdência Social e encontra-se pronto para pauta na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF).

Essa é uma questão tão importante para os catadores, pois eles mesmos se sentem inseguros com o futuro na profissão, como destacado na seguinte narrativa de um dos catadores entrevistados²³:

Fão: Até eu arrumar, se eu ver que tá bom pra mim, que vale pra mim eu vou. Eu com 16 anos, se eu pegar... porque aqui você sabe né? É uma associação, cooperativa, você não tem direito a nada. Se a pessoa que tiver 5 anos, 13 anos sai daqui sem nada. Então, se eu tivesse outra profissão, seria muito mais melhor.

Ainda sobre o tratamento dos catadores perante a Previdência Social, a Associação Nacional dos Carroceiros e Catadores de Materiais Recicláveis apresentou no ano de 2011 a Sugestão de Projeto de Lei de nº. 5, a qual se encontra à espera do parecer do relator na Comissão de Legislação Participativa (CLP), e tem por finalidade alcançar a aposentadoria dos catadores de materiais recicláveis.

A autora da referida Sugestão apresentou, dentre outras justificativas à aprovação desta legislação, o fato de que, em 2002, a atividade exercida pelo catador de materiais recicláveis foi reconhecida, pelo Ministério do Trabalho e Emprego e incluída na Classificação Brasileira de Ocupação (CBO), com o código 5192-5. Na oportunidade, deu-se ao catador a faculdade de tornar-se “[...] contribuinte individual autônomo, com a alíquota de 20% (vinte por cento) sob o salário de contribuição” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2011, p. 08).

Contudo, a Associação alega que a previsão de tal alíquota torna inviável “[...] o acesso à previdência em razão da incapacidade contributiva desta população historicamente marginalizada” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2011, p. 08). Pontua-

²³ O terceiro capítulo tratará de maneira específica sobre os vértices da pesquisa de campo e a análise das demais entrevistas, cuja fala em destaque foi trazida apenas como um argumento de reforço e a título exemplificativo.

se que, diante de tal situação, a própria Constituição Federal de 1988 foi alterada, em seu artigo 201 §1º, pela Emenda Constitucional nº. 47/2005, e passou a conter os seguintes termos:

É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos beneficiários do regime geral de previdência social, ressalvados os casos de atividades exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física e quando se tratar de segurados portadores de deficiência, nos termos definidos em lei complementar. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 47, de 2005) (BRASIL, 2005).

Nota-se, desta forma, que o legislador preocupou-se, pelo menos num primeiro momento, em estabelecer o mínimo de igualdade e promoção da inclusão social por meio do direito à previdência social a tais indivíduos excluídos, até então, do amparo do sistema previdenciário.

Com relação a já mencionada Proposta de Emenda à Constituição nº 309 de 2013, a qual se encontra pronta para pauta no Plenário, aponta-se que a sua finalidade recai sobre a alteração do §8º do artigo 195 da Constituição Federal de 1988 a fim de que disponha acerca da contribuição para a seguridade social do catador de material reciclável que exerça suas atividades em regime de economia familiar. Isto se deu mediante a seguinte justificativa:

Acreditamos, ainda, que essa inclusão previdenciária deve ser estendida ao catador de material reciclável que, de certa forma, desenvolve atividade que se assemelha à do produtor rural. Primeiro, porque seu trabalho é braçal, exercido sob condições climáticas adversas, enfrentando forte sol ou chuva. Em segundo lugar, porque, ao final, efetua a venda do material que recolheu, ou seja, é possível que sua contribuição à seguridade social ocorra mediante aplicação de uma alíquota sobre o resultado da comercialização, a ser recolhida pelo adquirente. Por fim, porque, assim como os trabalhadores rurais são essenciais para produzir os alimentos de que tanto necessitamos, os catadores de material reciclável são imprescindíveis para a preservação do meio ambiente e das próprias terras necessárias à produção de nossos alimentos (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2013, p. 2-3).

Acrescenta-se, ademais, que houve projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional requerendo a regulamentação da profissão de catador sem, contudo, obterem êxito. O PL 2.710, apresentado no ano de 2003, foi arquivado, dentre outros fundamentos, pela seguinte motivação:

Apesar de os projetos disporem sobre a proteção dos coletores, catadores e recicladores de lixo, não foram estabelecidas as responsabilidades nem os deveres relativos ao exercício profissional, que não devem ser confundidos com os deveres e responsabilidades que qualquer trabalhador deve ter (DIÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2009, p. 167).

Em 2009, os catadores enfrentaram mais uma rejeição, esta com relação ao Projeto de Lei do Senado nº 618, de 2007, o qual também almejava a regulamentação do exercício das profissões de catador de materiais recicláveis e de reciclador de papel. De acordo com Galvão (2014, p. 59),

A proposição condicionava o exercício da profissão à obtenção do registro na Superintendência Regional do Trabalho e Emprego, mediante a apresentação, pelo interessado, de documento de identidade, de comprovação de estar em dia com as obrigações eleitorais e de quitação com o serviço militar, quando obrigado. Ainda previa que, se o trabalhador fosse menor, a concessão do registro ficaria condicionada à autorização do Juiz de Menores, conforme previsto no art. 405 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Contudo, foi vetada integralmente sob a justificativa de apresentar inconstitucionalidade e contrariedade ao interesse público. Percebe-se, então, que “os catadores enfrentarão mais um grande desafio no sentido de se inserirem nesse modelo e garantir o seu espaço na cadeia produtiva da reciclagem que deve necessariamente considerar a inclusão social nesse pacto” (BESEN, 2010, p. 402).

Percebe-se, diante desta compilação de leis, que há um longo caminho em busca da devida inclusão social destes indivíduos, a qual requer, com urgência, maior visibilidade jurídica, pois mesmo com tantas legislações importantes tratando de questões atinentes aos catadores, percebe-se, ainda, a ineficácia das mesmas. Isto decorre, principalmente, pela falta de implementação das medidas contempladas por todas elas, bem como a ausência de legislações mais específicas voltadas a estes trabalhadores, já que há – como visto – iniciativa por parte dos parlamentares, mas muitas delas não contam com o apoio dos demais legisladores, o que acarreta o arquivamento sem êxito das mesmas.

Logo, muitas das legislações elencadas neste tópico, surgiram por intermédio da atuação dos movimentos sociais organizados pelos próprios catadores de materiais recicláveis, os quais adquiriram maior representatividade perante o Poder Público,

em especial o Legislativo, a partir do momento em que passaram a reivindicar seus direitos em conjunto, como uma categoria. Acerca desta organização, o próximo tópico explicitará as relações estabelecidas entre os movimentos sociais, por eles organizados, e o Estado, por meio da análise de suas conquistas enquanto categoria de trabalhadores.

2.2 O PROTAGONISMO POLÍTICO DOS “NOVOS” MOVIMENTOS SOCIAIS

Com o objetivo de compreender de maneira adequada o surgimento das organizações sociais formadas pelos catadores de materiais recicláveis, a análise do presente tópico iniciar-se-á pela categorização dos “novos” movimentos sociais e, neste ponto, diferenciando-os dos primeiros surgidos no Brasil para chegar, então, à identificação das formas de organização pelas quais os catadores pleiteiam seus direitos em face do Estado.

Neste ínterim, ressalta-se que os movimentos sociais estão cada vez mais presentes na sociedade e a sua importância para o fortalecimento de grupos sociais, que por vezes encontram-se excluídos, é notável. Contudo, no atual contexto, observam-se algumas características que os diferenciam dos “velhos” movimentos sociais – anteriores à década de setenta – e conferem uma nova roupagem às formas de articulação adotada por eles em busca da afirmação de suas ações.

No que tange às principais mudanças adotadas pelos denominados “novos” movimentos sociais em relação ao passado, Maria da Glória Gohn (2010, p. 15) destaca que, agora, é preciso classificar o tipo de ação coletiva utilizada para caracterizar uma modalidade de movimento social, pois “[...] estas ações [...] tanto podem ter caráter emancipatório e transformador, como meramente integrativo e conservador” (GOHN, 2010, p. 08).

Este caráter integrativo e conservador mencionado pela autora está bastante presente nos movimentos sociais das décadas de 1980 e 1990, pois naquela época era comum que a organização de movimento sociais não partisse dos próprios requerentes dos direitos, mas sim de terceiros, como os sindicatos, as ONGs, as Igrejas etc.

De outra banda, aparece o caráter emancipatório e transformador, o qual predomina nas novas movimentações e tem, por consequência, a elevação dos integrantes das categorias sociais a sujeitos políticos. Isso significa que os atores sociais pertencentes aos grupos que pleiteiam direitos perante o Estado, começam a exercer de forma mais explícita – uma vez que adquirem autonomia no sentido de capacidade organizativa própria – sua cidadania na forma coletiva.

Tornam-se, deste modo, sujeitos ativos de seus próprios movimentos de luta sem, por outro lado, precisar seguir uma pauta de reivindicação pré definida por um grupo alheio aos seus anseios e angústias. Nos “novos” movimentos sociais predomina, então, um “[...] distanciamento do caráter classista que se configurava nos ‘velhos movimentos sociais’ (movimentos sindicais e operários, localizados no mundo do trabalho)” (HERKENHOFF, 2004, p. 16).

Entende-se que o conceito de cidadania possui, basicamente, duas dimensões: a individual – que neste momento não nos cabe o estudo – e a coletiva. À cidadania coletiva, podem ser atribuídos dois marcos referenciais, os quais, na visão de Maria da Glória Gohn (2013, p. 195-196), podem ser descritos da seguinte forma:

O primeiro remete às origens clássicas do cidadão da polis grega, pois diz respeito a uma dimensão cívica, em que os cidadãos exercitam virtudes cívicas e têm na comunidade em que vivem a sua referência imediata. Há obrigações e deveres a cumprir. O segundo marco remete à contemporaneidade, ou aos tempos pós-modernos. Ela diz respeito à busca de leis e direitos para categorias sociais até então excluídas da sociedade, principalmente do ponto de vista econômico (lutas pela terra a partir de favelados, por exemplo, categoria social antes considerada como marginal ao sistema econômico, hoje vista como parte dele, como bolsão da miséria e do subemprego), e do ponto de vista cultural (lutas contra a exclusão social de certas categorias sociais, como as mulheres, as minorias étnicas etc.). Assim, a cidadania coletiva privilegia a dimensão sociocultural, reivindica direitos sob a forma da concessão de lei; reivindica espaços sociopolíticos sem que para isto tenha de se homogeneizar e perder sua identidade cultural.

Identifica-se este segundo marco referencial da cidadania coletiva, ou seja, a busca por leis e direitos para aqueles grupos sociais que se encontram excluídos da sociedade moderna, nos movimentos sociais protagonizados pelos catadores de materiais recicláveis. Trata-se de uma categoria de trabalho formada por típicos atores da exclusão social, os quais encontraram na atividade de catação – seja nas ruas ou nas associações e cooperativas – uma alternativa ao desemprego estrutural em busca da sobrevivência.

Outro ponto eleito pela autora para retratar as novas características assumidas pelos movimentos sociais consiste no fato de que

Naquela época os movimentos lutavam para ter 'direito a ter direitos'. Como só podemos falar em direitos se contemplamos o universal, aqueles movimentos não estavam autocentrados, não miravam apenas a si próprios [...] olhavam para o outro, até para poderem construir a própria identidade [...] (GOHN, 2010, p. 17).

Isso se explica pelos primeiros movimentos sociais terem surgido no Brasil em plena ditadura militar, época em que vigia a repressão social e não se permitia qualquer manifestação contrária ao poderio estatal. Assim, antes de promover alguma reivindicação para o grupo, era preciso conquistar o direito de se opor aquilo que era posto pelos governantes.

Com relação aos movimentos surgidos após o regime militar brasileiro, Eliane Junqueira (2001, p. 133) salienta que

No Brasil, os novos movimentos sociais são os movimentos organizados no final dos anos setenta, depois de mais de vinte anos de um regime militar que desarticulou a organização popular no início da década de sessenta, principalmente o forte movimento camponês do Nordeste, conhecido como Ligas Camponesas. Ainda que sejam cronologicamente recentes – e, portanto, novos – estes movimentos, além de assumirem um compromisso com o socialismo, não compartilham as perspectivas dos movimentos dos países centrais (ou seja, a crítica à contracultura e ao discurso de esquerda) e estão voltados não para questões feministas ou ecológicas, mas sim para uma melhor distribuição das propriedades rurais e urbanas, problemas cujo encaminhamento foi interrompido durante o período autoritário.

Superada esta etapa de conquista de voz perante o Poder Público, os “novos” movimentos sociais enfrentam o atual desafio de efetivação dos direitos já assegurados pelo Estado por meio de seus instrumentos legais. Além disso, pleiteia-

se “[...] novas culturas políticas de inclusão, contra a exclusão” (GOHN, 2010, p. 16), com o fim de tornar a sociedade o mais igualitária possível sem, contudo, ultrapassar os limites das diferenças entre os grupos sociais, as quais são responsáveis por preservar suas identidades.

Observa-se, dessa forma, que um movimento social não se resume a uma mera organização de indivíduos integrantes de determinado grupo social, mas vai muito além dessa situação. Um movimento social deve ser organizado para lutar por transformações e, sobretudo, deve conferir autonomia para os seus membros.

Assim, os movimentos sociais diferenciam-se das ações cívicas pelo fato de que

eles mobilizam ideias e valores e geram saberes e aprendizado coletivo; enquanto isso, a maioria das chamadas ações cívicas são organizadas de cima para baixo, permanecem autocentradas e autorreferenciadas, limitando-se ao desempenho de uma estratégia de sobrevivência ou uma ação cultural, sem desenvolver, na maioria das vezes, potencial para autonomia ou autodesenvolvimento das ações (GOHN, 2010, p. 41).

Pode-se resumir, diante destas ressalvas, que “os movimentos sociais, populares ou não, expressaram a construção de um novo paradigma de ação social, fundado no desejo de se ter uma sociedade diferente, sem discriminações, exclusões ou segmentações” (GOHN, 2013, p. 203).

João Baptista Herkenhoff (2004, p. 25) atribui a seguinte função aos “novos” movimentos sociais, em especial, aqueles promovidos no cerne da sociedade brasileira. Senão vejamos:

Os movimentos sociais não se submetem aos padrões do Direito estabelecido. Sobretudo em sociedades, como a brasileira, onde milhões de pessoas estão à margem de qualquer direito, num estado de permanente negação da Cidadania, os movimentos sociais estão sempre a “criar direitos” à face de uma realidade sociopolítica surda aos apelos de direito e dignidade humana.

É, em busca da criação e efetivação de direitos, que os “novos” movimentos sociais passaram a ser organizados por aqueles excluídos do âmbito normativo. Numa tentativa de se fazerem novamente presentes na sociedade civil, estes indivíduos estão cada vez mais angariando forças e reunindo-se em torno de condições dignas

de vida, as quais compreendem as esferas do trabalho, educação, saúde, dentre outras.

De acordo com Maria da Glória Gohn, torna-se possível identificar um movimento social cujas ações adquirem expressividade perante a comunidade quando ele

[...] não assume ou “veste” uma identidade pré-construída apenas porque tem uma etnia, um gênero ou uma idade. Este ato configura uma política de identidade e não uma identidade política. O reconhecimento da identidade política se faz no processo de luta, perante a sociedade civil e política; não se trata de um reconhecimento outorgado, doado, uma inclusão de cima para baixo. O reconhecimento jurídico, a construção formal de um direito, para que tenha legitimidade, deve ser uma resposta do Estado à demanda organizada (2010, p. 31).

Luta-se, portanto, por uma afirmação perante o Poder Estatal a partir de suas próprias bases e características com o objetivo de conferir maior legitimidade ao seu pleito e, por conseguinte, adquirir representatividade.

Nesta perspectiva, pode-se afirmar que

[...] as ações coletivas dos movimentos sociais não criaram valores novos mas apenas redefiniram os já existentes, a partir do resgate de valores, já seculares como os dos direitos humanos, da cidadania, da liberdade de expressão e da autonomia. Estes valores foram resgatados de ideários de diferentes matrizes epistemológicas, e de visões de mundo até conflitantes no passado, como a autonomia dos anarquistas e a liberdade e a cidadania dos liberais (GOHN, 2013, p. 204).

Com base na conquista de espaço que as ações protagonizadas pelos movimentos sociais obtiveram ao longo da história, o próximo tópico analisará o protagonismo destas organizações no que tange ao movimento social de maior expressividade na categoria dos catadores de materiais recicláveis, qual seja o MNCR. Assim, o referido movimento apresenta-se como um exemplo no âmbito nacional destes “novos” movimentos sociais.

2.3 AS DIMENSÕES DO MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS

Ao traçar um paralelo entre as considerações tecidas acerca dos movimentos sociais e a realidade vivenciada pelos catadores de materiais recicláveis, denota-se a importância de uma organização por parte desta categoria em prol da efetivação de seus anseios, haja vista a vulnerabilidade e a ausência de representatividade política que a atuação de maneira isolada encontra.

É imperioso mencionar, ademais, que as particularidades da atividade de coleta contribuem para o isolamento do grupo dos catadores, visto que ela se originou como

[...] uma atividade complementar, desenvolvida pela população de rua entre as décadas de 1980 e 1990. As características dessa atividade e daqueles que a executam condizem com baixos níveis de escolaridade, alta taxa de rotatividade, segmentarização dos vínculos e precariedade do trabalho (BORTOLI, 2013, p. 249).

Justificam-se as lutas proporcionadas pelos representantes dos catadores nos movimentos sociais, pois mesmo que o cenário tenha – de certa forma – se modificado, em virtude de inúmeras ações coletivas desenvolvidas pelos próprios catadores, do grande valor assumido pelo processo de reciclagem na sociedade e pela disseminação do associativismo, o qual será explanado nos próximos tópicos, a realidade enfrentada pelos catadores ainda é precária. Estima-se que há, atualmente, no Brasil

[...] em torno de um milhão de pessoas que sobrevivem com a coleta de materiais recicláveis, seja na catação de rua ou nos lixões. E [...] cerca de 65 mil catadores estão organizados em aproximadamente 600 cooperativas ou associações, constituindo a base do movimento (BENINCÁ, 2012).

Dentre as dificuldades enfrentadas pelos “novos” movimentos sociais, Antônio Carlos Wolkmer atribui às consequências da adoção do capitalismo nas sociedades periféricas, como a brasileira, o fato de que o pleito destas organizações recaia,

quase que exclusivamente, aos direitos mais basilares dos indivíduos. De acordo com o autor,

[...] quando se examinam atentamente as sociedades centralizadoras e dependentes do Capitalismo periférico, como a realidade brasileira, sacudida por virulentas desigualdades sociais, exploração econômica e dominação política, percebe-se ampla gama de conflitos coletivos, muitos dos quais originados por reivindicações que refletem, basicamente, carências materiais e necessidades por direitos essenciais (WOLKMER, 2001, p. 105).

Extraí-se, portanto, que nem aqueles direitos mínimos à sobrevivência de maneira digna são passíveis de concretização por parte do Estado, o que requer – em contrapartida – a organização dos grupos que não os usufruem para lutar pela sua efetivação. Esta situação representa um obstáculo à ampliação da pauta de reivindicações, na medida em que os direitos basilares, previstos no ordenamento jurídico, deveriam ser estendidos a todos e apenas aqueles específicos de cada grupo social serem pleiteados perante o Poder Público, quando o que se observa é o inverso.

Diante deste cenário de ausência de concretização dos direitos básicos, os catadores de materiais recicláveis começaram a se organizar na década de oitenta, a nível regional, a fim de viabilizar ações coletivas em prol do estabelecimento da categoria. Desta forma, “[...] apesar de se registrar o trabalho dos catadores ou o trabalho dentro e fora dos lixões brasileiros desde o fim do século XIX, somente no fim da década de 80, iniciam-se as articulações para tratar das questões específicas ao segmento” (BENVINDO, 2010, p. 42).

Em 1998, criou-se o Fórum Nacional Lixo e Cidadania, o qual contou com a coordenação do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e teve como finalidade a “[...] erradicação do trabalho infantil com o lixo em todo o país, com o lançamento da campanha Criança no Lixo Nunca Mais” (IPEA, 2013, p. 29).

O Fórum teve por enfoque, “[...] além da erradicação do trabalho infantil nos lixões a céu aberto, a capacitação dos catadores para atuarem no gerenciamento dos resíduos sólidos com condições seguras e dignas de trabalho e a garantia de sua inclusão social e cidadania (IPEA, 2013, p. 29-30).

Atualmente, o Fórum está presente nas esferas nacional, estadual e municipal, nos quais “o objetivo de mudança do olhar da sociedade para com esta categoria [...]” (BENVINDO, 2010, p. 42) é ainda maior, uma vez que eles trabalham com o fim “[...] de pautar governo, imprensa e formadores de opinião sobre as especificidades do universo do trabalho dos catadores” (BENVINDO, 2010, p. 42).

Além do surgimento do referido Fórum, aponta-se a primeira organização dos catadores a nível nacional qual seja a criação do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) em 2001. Hoje, este movimento “[...] é reconhecido como a maior organização nacional de defesa dos interesses dos catadores do mundo, e ao longo dos anos conseguiu estender suas articulações para outros países” (IPEA, 2013, p. 30).

No que se refere às especificidades do movimento, bem como a sua pauta de reivindicações perante o poder estatal, Benvindo (2010, p. 43) descreve que

O MNCR configura-se enquanto um movimento social em defesa dos interesses da categoria dos catadores, tendo como bandeira fundamental o reconhecimento e valorização dos mesmos enquanto trabalhadores. A organização preconiza e integração formal do contingente de catadores nos sistemas públicos de tratamento de resíduos sólidos, bem como a remuneração destes pelo serviço público que prestam, como já acontecem em algumas localidades.

A constituição de bases fixas para a construção do movimento foi essencial, deste modo, para a consolidação da categoria dos catadores sendo, portanto, notável que a situação dos catadores ainda necessita de muitas lutas em busca da efetivação de mais direitos sociais, o que, de forma coletiva, possibilitará a obtenção de resultados mais expressivos para o grupo.

Após o estabelecimento do MNCR, houve outras formas de organização dos catadores, podendo ser citada a título exemplificativo a organização do Festival Lixo e Cidadania, em 2002, realizado na cidade de Belo Horizonte, o qual está atualmente na sua décima terceira edição. Segundo o Relatório do IPEA sobre a Situação dos Catadores de Materiais Recicláveis redigido no ano de 2013, o festival teve grande relevância na disseminação das questões dos catadores das mais variadas regiões do país, uma vez que se tornou um “espaço de encontro e

discussão de temáticas importantes para a categoria, além de permitir a celebração e a congregação entre eles, fortalecendo sua identidade nacional” (IPEA, 2013, p. 32).

Denota-se que para aqueles indivíduos que se encontram excluídos da sociedade, bem como do ordenamento jurídico, é imprescindível a constituição de organizações coletivas para a busca pela efetivação e concretização de direitos. Percebeu-se, então, que o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis é essencial para a constante luta desta categoria perante não só o Poder Público, mas em face de toda a sociedade no sentido de se afirmar como grupo de relevante importância social não só na seara trabalhista, como também na social, ecológica e humanística.

É imperioso destacar, neste momento, as frentes de luta assumidas pelo MNCR, além das suas conquistas ao longo destes anos de existência e perspectivas de crescimento e afirmação perante as esferas estatais. Para tanto, faz-se necessária uma breve apresentação da origem de tal movimento.

Neste ínterim, destaca-se que o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis teve sua criação oficial no ano de 2001 impulsionada pela realização do I Congresso Nacional de Catadores na cidade de Brasília. O evento teve grande aderência dos catadores, uma vez que contou com a presença de representantes oriundos de diversas regiões do país, os quais buscavam naquele momento a construção de uma identidade coletiva para o grupo com o objetivo de adquirir maior representatividade de suas demandas sociais, políticas e econômicas perante o Poder Estatal.

Embora este evento tenha sido um marco da organização política dos catadores em âmbito nacional, destaca-se que o grupo já se organizava em épocas anteriores em busca de conquistas junto ao Poder Público. Desta forma, percebe-se que

[...] nos anos de 1980 na cidade de São Paulo que se iniciou a mobilização dos catadores, tendo como pontos de partida três marcos: a) a criação da Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Materiais Reaproveitáveis, tendo como objetivo defender e apoiar os interesses dos catadores de papelão e promover sua organização; b) a marcha dos catadores pelas

principais ruas daquela cidade, exigindo o direito à circulação dos seus carrinhos no centro da cidade e, c) a formação da primeira cooperativa de reciclagem – Cooperativa dos Catadores Autônomos de Papel, Aparas e Materiais Reaproveitáveis Ltda. (COOPAMARE). (LIMA, C., 2015, p. 4-5)

Ressalta-se que o MNCR, por contemplar os catadores (as) de todo o país, reúne todas as forças desta categoria, as quais antes eram subdivididas em regiões menores, o que o torna fundamental para a consolidação das frentes de luta da categoria. Ao concentrar as propostas em um movimento de grande amplitude e por ser organizado e administrado pelos próprios destinatários dos direitos – como veremos adiante –, o grupo obteve demasiado respaldo e legitimidade perante o Estado na busca de conquistas em diversas ordens.

É válido mencionar que o MNCR, ao longo de sua existência, não ficou restrito às questões referentes aos catadores, haja vista que o início da atividade de catação foi impulsionado pelos moradores de rua, os quais buscavam, no recolhimento de materiais propensos à reciclagem, uma maneira de sobreviver. É possível observar, mesmo após tantas conquistas e o aumento de cooperativas e de associações de catadores, que hoje muitas pessoas que ainda habitam as ruas exercem a atividade de catação. Por isso, o movimento também destina sua luta a este grupo social, já que eles encontram-se igualmente inseridos na luta por melhores condições daqueles que exercem este labor.

No que se refere à construção de uma identidade coletiva do grupo dos catadores, atribui-se à criação do MNCR como um movimento social que abarca todo o território brasileiro como um marco para a identificação dos catadores de materiais recicláveis não só como um grupo de trabalhadores que se empenham pelo alcance de melhores condições de trabalho e de vida. Mas, da mesma forma, como uma categoria essencial para a manutenção da sustentabilidade das cidades brasileiras, na medida em que o exercício da atividade de catação integra o processo de reciclagem tão importante para a redução dos resíduos provenientes do consumo desenfreado da sociedade.

Pode-se inferir, diante disto, que a atividade desenvolvida pelos catadores “[...] deixa de ser vista apenas como resultante de um problema social e ganha status de

solução socioambiental, o que vem conferindo uma maior legitimidade às demandas colocadas pelo próprio MNCR” (IPEA, 2013, p. 31).

Neste caminhar, a realização do I Congresso Nacional de Catadores mobilizou mais de 1.700 catadores (as) e possibilitou, assim, a criação do MNCR. Na oportunidade, redigiu-se um documento – conhecido como Carta de Brasília – o qual contemplava as bases do movimento e expressava “[...] as necessidades do povo que sobrevive da coleta de materiais recicláveis” (MNCR, 2015a).

É imperioso mencionar que os catadores obtiveram apoio de algumas instituições tanto para a constituição do movimento nacional, quanto para suas conquistas posteriores, tais como: “[...] Instituto Polis, Associação Brasileira de Engenheiros Sanitário (Abes), Cáritas Brasileira, Cempre, Pangea, Aspan [...]” (MNCR, 2012, p. 422). Neste sentido, as mencionadas instituições foram importantes “[...] no sentido de galgar conquistas para a categoria e permitir ações sérias para a proteção do meio ambiente no Brasil” (MNCR, 2012, p. 422).

A Carta de Brasília, em resumo, apresentava propostas formuladas pelos catadores ao Poder Executivo a fim de obter melhoras no exercício da atividade, bem como condições de vida digna. Além de dispor acerca da necessidade da destinação de financiamentos e subsídios para a cadeia produtiva da reciclagem, bem como conferir prioridade aos “[...] projetos apresentados por empresas sociais de Catadores de Materiais Recicláveis, garantindo-lhes acesso e domínio sobre a cadeia da reciclagem, como estratégia de inclusão social e geração de trabalho e renda” (MNCR, 2015b).

Outro ponto relevante da Carta de Brasília é o tratamento dispensado à cidadania dos moradores de rua, conforme os seguintes trechos em destaque:

3.1 – Reconhecimento, por parte dos governos, em todos os níveis e instâncias, da existência da População de Rua, incluindo-a no Censo do IBGE e garantindo em lei a criação de políticas específicas de atendimento às pessoas que vivem e trabalham nas ruas, rompendo com todos os tipos de discriminação.

[...]

3.6 – Inclusão dos Moradores de Rua no Plano Nacional de Qualificação Profissional, como um segmento em situação de vulnerabilidade social,

garantindo seu encaminhamento a formas de trabalho que geram renda (MNCR, 2015b).

Por último, reforçaram a autonomia com a qual pleiteariam os seus direitos perante o Poder Público, ao afirmarem que o trabalho dali em diante seria em prol da “[...] erradicação do trabalho infantil e do trabalho nos lixões” (MNCR, 2015b) e posto “[...] a serviço da preservação ambiental e da construção de uma sociedade mais justa” (MNCR, 2015b).

Ao firmar tais compromissos, por meio da Carta de Brasília, o MNCR traçou alguns princípios e objetivos, os quais tomaram por base os principais anseios do grupo naquela época e, desta forma, deveriam ser perseguidos pelo movimento ao longo de sua trajetória. Como principais objetivos, então, podem ser citados os seguintes:

1. A coleta de materiais recicláveis feita por catadores. Pela não privatização do lixo.
2. O pagamento aos catadores pelos serviços de coleta de materiais.
3. O controle dos catadores sobre a cadeia produtiva de materiais recicláveis.
4. A conquista de moradia, saúde, educação, creches para os catadores e suas famílias.
5. O fim dos lixões e sua transformação em aterros sanitários, com o devido deslocamento dos catadores para galpões que garantam a sobrevivência digna de todos (MNCR, 2008, p. 18).

Em relação aos princípios estabelecidos pelo MNCR, pode-se enumerar:

[...] incentivo à autogestão e organização dos catadores; independência de classe em relação aos partidos políticos, governos e empresários; luta pela gestão integrada dos resíduos sólidos, com participação ativa dos catadores; busca de tecnologias viáveis que garantam o controle da cadeia produtiva; apoio mútuo e solidariedade de classes em busca da garantia de acesso a direitos fundamentais; e luta contra a privatização dos serviços públicos de saneamento básico, incluindo os de limpeza urbana (IPEA, 2013, p. 30).

Da mesma forma, foram traçadas algumas bases de luta essenciais ao movimento e que, em certa medida, foram capazes de abarcar os principais problemas vivenciados pelos catadores no momento de sua organização como categoria. Neste sentido, o movimento promove projetos educativos, como atividades recreativas, oficinas artesanais, com a finalidade de resgatar a cultura dos catadores. Outro objeto de trabalho é a formação dos catadores, ou seja, preocupam-se em capacitar de forma adequada os atuantes na atividade de catação (MNCR, 2015c).

Priorizam-se, igualmente, as questões de saúde, educação e moradia – que constituem os principais direitos fundamentais objetivados pelo MNCR, como será trabalhado num momento posterior. Desta forma, há a promoção de programas de acompanhamento comunitário dos trabalhadores em parceria com unidades de saúde pública. Em relação à educação, identificam-se programas de alfabetização popular, além da preocupação com a educação infantil (MNCR, 2015c). E, com relação à moradia, o movimento defende “[...] a prática de ocupação de espaços ociosos para fins de moradia e trabalho, além de desenvolverem mutirões autogestionários para construção de casas que buscam melhorar as condições de habitação das famílias de catadores” (MNCR, 2015c).

Nos anos de 2003 e 2005, os membros do MNCR organizaram dois Congressos Latino Americano de Catadores, sendo o primeiro realizado na cidade de Caxias do Sul e o segundo em São Leopoldo ambas localizadas no estado do Rio Grande do Sul.

O primeiro congresso contou com a presença de 800 catadores (as) oriundos de países como o Brasil, o Uruguai e a Argentina, os quais tinham a finalidade de partilhar experiências e dificuldades enfrentadas pela categoria ao longo dos anos de luta até a composição de um movimento social. Naquela ocasião, redigiu-se a Carta de Caxias do Sul, “[...] responsável por difundir a situação dos catadores da América Latina, visando a unificação da luta entre os países” (MNCR, 2009, p. 10).

A aludida carta continha alguns compromissos assumidos na oportunidade pela categoria em que eles expressavam a relevância de eventos para discussão de questões atinentes ao grupo, como pode se identificar no trecho em destaque:

O Congresso nos ajudou a entender o que vivemos no dia-a-dia: fazemos parte de sociedades em que valem mais as mercadorias do que as pessoas e a natureza. Só se dá valor às coisas que se pode vender para aumentar os lucros. Tudo que sobra - até mesmo as pessoas - é jogado fora. Não se presta atenção ao que é tirado da natureza para fazer as coisas que compramos, e menos ainda ao que acontece com a natureza a partir do que se joga fora (MNCR, 2015d).

Já o segundo congresso, realizado no ano de 2005, teve a presença de 1.050 catadores (as) brasileiros, argentinos, uruguaios, chilenos e colombianos e restaram

destacadas diversas conquistas pelos trabalhadores, as quais haviam sido objeto da Carta de Caxias do Sul, mas também reafirmaram outras que ainda faziam parte das lutas do grupo, tais como:

1. Reforçar e multiplicar as Associações e as Cooperativas como bases orgânicas do Movimento, aumentando a participação com a prática da democracia direta.
[...]
3. Avançar no processo permanente de formação e capacitação, garantindo maior autonomia nas lutas e maior capacidade para conquistar políticas públicas e novas leis que realizem nossos direitos; e de modo especial, os direitos à Previdência Social pública e os da remuneração pelo trabalho socioambiental realizado pelos Catadores/as e suas organizações.
[...]
5. Avançar na conquista de educação de qualidade para os filhos dos Catadores/as, de modo especial para que possam ficar em creches e escolas de tempo integral, para que não tenham que andar com os pais no trabalho de coleta e da reciclagem.
[...]
6. Lutar por uma educação socioambiental nas escolas que valorize a reciclagem e fazendo a coleta seletiva com a participação dos Catadores/as (MNCR, 2015e).

Denota-se, a partir dos trechos supracitados, que os contornos das lutas dos catadores, desde o início de sua organização, direcionam-se à obtenção de maiores instrumentos de participação perante o Poder Público em busca da efetivação de seus direitos como cidadãos brasileiros, já previstos na Constituição Federal de 1988, bem como aqueles que ainda prescindem de previsão legal por falta de maior reconhecimento da categoria.

A partir da criação de um movimento nacional formado por catadores de materiais recicláveis, este grupo social obteve significativas conquistas perante o Poder Público. Tais conquistas contribuíram para o reconhecimento do catador não só como um sujeito de direitos, mas também como um indivíduo que exerce um trabalho de extrema importância para toda a sociedade, haja vista os problemas ocasionados pela destinação errônea dos rejeitos sólidos. No que refere a esta valoração dos catadores numa esfera ambientalista, Magalhães (2013, p. 250-251) comenta que

Se, de um lado, a situação que os catadores vivem pode ser lida em termos que dizem respeito à fragilidade e à vulnerabilidade, sob outro ponto de vista observamos também que essas pessoas parecem ser dotadas de um poder muito específico e interessante: o de transformar o lixo em mercadoria. Essa capacidade traz implicações únicas simultaneamente nos

planos social, econômico e ambiental, a saber: 1) o lixo/material reciclável a ser transformado em mercadoria cristaliza as relações sociais entre as pessoas e das pessoas com ele próprio; 2) uma vez tirado do seu “destino” de descarte pelo catador, o material tem seu status transformado de “lixo” a algo que tem valor econômico; 3) essa reorientação no destino do material promove benefícios ecológicos para a natureza e para a sociedade.

Acerca das conquistas obtidas pelos catadores ao se organizarem em nível nacional, pode-se afirmar que “as primeiras lutas e a relação do MNCR com o Estado deram-se com vistas ao reconhecimento da profissão dos catadores de materiais recicláveis” (SILVEIRA, 2010, p. 85).

Sobre esta questão, revela-se que as bases do movimento lutaram perante o Poder Público a fim de alcançar a inclusão desta atividade laboral na Classificação Brasileira de Ocupação²⁴ (CBO) elaborada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, o que ocorreu no ano de 2002.

Com relação às demais conquistas do movimento, a Cartilha de Formação acerca dos Direitos Humanos elaborada pelo próprio MNCR faz a seguinte compilação:

[...]

2. A criação de políticas municipais de coleta seletiva com a inclusão social de catadores;
3. A destinação de imóveis vazios para área de trabalho e moradia de catadores;
4. A criação do Comitê Interministerial de Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Recicláveis (Decreto de 11/09/2003);
5. A alteração da Lei 8666/83 (Licitações) que dispensa a licitação para as cooperativas e associações de catadores;
6. A aprovação da Lei Nacional de Saneamento 11.445 de 2007, que inicia o tratamento da política de resíduos sólidos (MNCR, 2008, p. 20).

Diante destas conquistas dos catadores como categoria de trabalhadores, é possível vislumbrar o mérito do movimento e, ademais, a importância de se concentrar as forças de um grupo social na busca de benefícios e de direitos perante o Estado numa organização, a qual tem por abrangência todo o país.

²⁴ Sob o número 5.192-5, o Ministério do Trabalho e Emprego atribui a seguinte descrição à ocupação de catador de material reciclável: os trabalhadores da coleta e seleção de material reciclável são responsáveis por coletar material reciclável e reaproveitável, vender material coletado, selecionar material coletado, preparar o material para expedição, realizar manutenção do ambiente e equipamentos de trabalho, divulgar o trabalho de reciclagem, administrar o trabalho e trabalhar com segurança (MTE, 2015).

Ultrapassadas estas questões, faz-se necessário o delineamento da organização interna do MNCR, a qual é composta pelas seguintes instâncias: a base orgânica, o Comitê Regional, a Coordenação Estadual, a Comissão Nacional, a Equipe de Articulação Nacional e a Comissão Regional.

A primeira delas, denominada de base orgânica, refere-se ao “[...] agrupamento organizado de catadores que integram a luta e o trabalho de catação” (MNCR, 2009, p. 32). Ou seja, compreende as associações e as cooperativas de catadores de materiais recicláveis, as quais devem seguir os princípios e objetivos definidos pelos MNCR no funcionamento de tais empreendimentos.

Como segunda instância, criou-se o comitê regional de catadores, que é composto por, no mínimo, “[...] dois representantes catadores (as) de cada base, de uma micro-região, ou seja, várias cidades próximas no caso de cidade pequenas ou vários bairros, no caso, de cidades grandes e com grande quantidade de catadores” (MNCR, 2009, p. 33). Como atribuição, estabeleceu-se que o referido comitê seria uma espécie de instância deliberativa referente às bases orgânicas e, desta forma, seria o “[...] espaço ideal para ações conjuntas de solidariedade com bases em dificuldade ou lutas sociais locais” (MNCR, 2009, p. 33).

Em terceiro lugar, aparece a coordenação estadual de catadores, a qual é atribuída a responsabilidade pelo planejamento e pela organização da luta do grupo no âmbito estadual. Neste sentido, ela traça metas de crescimento e de apoio a dificuldades que os catadores enfrentam no nível regional (MNCR, 2009, p. 34).

Para a resolução de demandas ocasionadas entre os estados brasileiros, institui-se comissões regionais para cada uma das cinco regiões brasileiras: norte, nordeste, sudeste, centro-oeste e sul. De acordo com a cartilha de formação do MNCR do ano de 2009 (p. 35), “para fazer parte de qualquer instância do movimento, o catador ou catadora tem de estar ligado(a) a uma base orgânica do movimento e a um comitê regional”.

Já em âmbito nacional, formou-se uma comissão nacional do MNCR e, para a execução de suas demandas, uma equipe de articulação nacional. Assim, cada

estado brasileiro deverá indicar seus representantes, no âmbito estadual²⁵, para compor os membros da referida comissão, sendo que esta se constitui na instância máxima de decisão do MNCR. No que se refere às atribuições da equipe de articulação, denota-se que ela é responsável por “[...] agilizar a execução de ações e tarefas em nível nacional, realizar articulações e fazer a representação do movimento quando necessário. A equipe é composta por cinco catadores (as) de diversas regiões do Brasil” (MNCR, 2009, p. 35).

Com base na maneira pela qual o movimento nacional organizou a execução de suas tarefas, infere-se a preocupação dos líderes em atender as demandas de todos os catadores (as) brasileiros, tendo em vista que eles possuem representação em todos os níveis da federação. Além disso, todas as associações ou cooperativas estão seguramente representadas por meio da formação dos comitês regionais.

Pode-se atribuir, então, a este cuidado com a representatividade da demanda dos catadores de maneira individual e com a categoria como um todo, as conquistas destacadas anteriormente. E, nesta medida, pode-se chegar a seguinte conclusão:

Se, de um lado, a situação que os catadores vivem pode ser lida em termos que dizem respeito à fragilidade e à vulnerabilidade, sob outro ponto de vista observamos também que essas pessoas parecem ser dotadas de um poder muito específico e interessante: o de transformar o lixo em mercadoria. Essa capacidade traz implicações únicas simultaneamente nos planos social, econômico e ambiental, a saber: 1) o lixo/material reciclável a ser transformado em mercadoria cristaliza as relações sociais entre as pessoas e das pessoas com ele próprio; 2) uma vez tirado do seu “destino” de descarte pelo catador, o material tem seu status transformado de “lixo” a algo que tem valor econômico; 3) essa reorientação no destino do material promove benefícios ecológicos para a natureza e para a sociedade (MAGALHÃES, 2013, p. 250-251).

Assim, apesar da realidade social vivenciada pelos catadores ainda ser precária, do ponto de vista da efetivação dos direitos fundamentais, tendo em vista que muitos deles ainda exercem sua atividade nas ruas, ou seja, não se encontram organizados em associações ou cooperativas, o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis foi um passo significativo na busca pelo reconhecimento da categoria perante a sociedade e o Estado.

²⁵ Atualmente a representante do MNCR no estado do Espírito Santo é a catadora Maria do Carmo Cantílio Felipe, membro da Recuperlixo, associação de catadores do município da Serra.

A partir, então, da importância assumida pelo referido movimento em âmbito nacional, é necessário destacar que mediante o estabelecimento de suas raízes nos estados e nos municípios, por meio da criação de associações e de cooperativas – em especial as que compõem o presente estudo: ASCAMARE e AMARIV – todo este conjunto é imprescindível na luta por melhores condições de vida e de trabalho dos catadores, como será melhor explicitado no tópico que se segue.

2.4 A IMPORTÂNCIA DAS ASSOCIAÇÕES PARA OS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS

A parte final deste capítulo dedicar-se-á à análise das particularidades que compõem o trabalho dos catadores de materiais recicláveis ao se reunirem em grupo e, para chegar à realidade pela qual as associações do município de Vitória-ES se instituíram, bem como ao surgimento das primeiras associações de catadores, faz-se necessária uma breve análise acerca da maneira pela qual este movimento se consolidou, bem como a descrição dos principais aspectos que constituem a economia solidária, que é a principal forma de produção e distribuição destes empreendimentos.

Nesta perspectiva, revela-se que as primeiras cooperativas²⁶ de trabalho originaram-se, no contexto brasileiro, em 1932 sob forte inspiração dos modelos europeus²⁷, os

²⁶ O movimento cooperativista é o precursor da criação das associações e, por isso, neste trabalho, torna-se irrelevante a distinção conceitual de associação e cooperativa, ambas serão trabalhadas aqui como sinônimos do ponto de vista do trabalho em prol dos seus próprios membros constituintes. Optou-se pela utilização, na maior parte das vezes, do termo associação, porque, no município de Vitória-ES – objeto de estudo desta pesquisa –, os empreendimentos solidários constituíram-se sob o modelo associativo.

²⁷ É possível atribuir a constituição das primeiras cooperativas ainda no século XIX, na Europa Ocidental, as quais foram impulsionadas pelo enfraquecimento da classe operária devido à transformação dos camponeses e pequenos produtores em trabalhadores das primeiras fábricas do capitalismo industrial (SANTOS; RODRIGUÉZ, 2012, p. 33). A consolidação deste movimento teve, então, como principal causa a busca por trabalhos e salários mais dignos a fim de garantir uma sobrevivência de forma digna, haja vista a insuficiência das remunerações ofertadas pelas indústrias daquele período. Somada a esta situação, tornou-se recorrente o problema da precarização do meio ambiente de trabalho, pois as empresas – à procura da competitividade no mercado empreendedor – optaram pela redução dos custos destinados a sua manutenção.

quais se diferenciavam em decorrência da maior modernização. Nesta medida, é possível destacar que os empreendimentos pioneiros contavam com

[...] mão-de-obra semi-qualificada, trabalhadores braçais como transportadores de carga, motoristas de caminhão, artesão, pescadores, trabalhadores em edifícios. Outros profissionais como médicos, dentistas, professores universitários, cientistas sociais, jornalistas, escritores, músicos, cineastas, radialistas, artistas, etc, também começaram a se reunir em cooperativas, a fim de solucionar os principais problemas do mercado de trabalho (CULTI, 2002, p. 7).

Faz-se necessário uma ressalva, neste ponto, no sentido de que os empreendimentos alternativos atuais não restringem a admissão dos trabalhadores tomando por base sua prévia qualificação, sob a justificativa de que se trata de “[...] uma realidade acessível a todos [...] mediante a associação, que desejam encontrar uma forma de trabalho para gerar renda e fonte de subsistência ou também se emancipar do sistema de salários” (CULTI, 2002, p. 7). Isso porque, a renda gerada oriunda do processo produtivo reparte-se de forma igualitária para todos os contribuintes da produção.

À constituição destes empreendimentos pode-se atribuir dois principais fatores: a falência ou extinção da empresa capitalista e a exclusão do mercado formal de trabalho. No primeiro caso, há a organização por parte dos trabalhadores com a finalidade de perpetuar as atividades da empresa por meio da ajuda de sindicatos, o que evita, desta forma, o desemprego. Já o segundo caso, conta com o cenário de desemprego já estabelecido, uma vez que os trabalhadores encontram-se fora do mercado de trabalho e, em virtude de diversos obstáculos que se instalaram, não conseguem reinserir-se no mercado formal, o que faz buscar nos empreendimentos alternativos uma forma de sobrevivência digna (CULTI, 2002, p. 8-9).

Os trabalhadores vislumbram esta forma de organização como uma alternativa não só de geração de renda, mas também como uma forma de resgate da autonomia individual que foi abolida desde o surgimento das primeiras indústrias e a adoção do modelo capitalista de produção. Autonomia esta, que consiste numa participação mais ativa da produção, a qual foi substituída pela alienação típica do modelo industrial tradicionalista, em que o trabalhador reduz-se a uma simples peça de determinada etapa do processo produtivo.

Neste sentido, Misi (2000, p. 88) assevera que “essa forma de organização dos trabalhadores pode então exercer um papel, não só de alocador de mão-de-obra disponível, mas também como instrumento de resgate da autonomia do trabalho, perdida com a Revolução Industrial”.

Assim, por meio do abandono da distinção entre as figuras de empregado e de empregador, haja vista que todos os associados atuam tanto na produção, quanto na gestão do empreendimento. Pretende-se, dessa maneira, ultrapassar as desigualdades características do modelo capitalista de produção com vistas a tornar horizontais as relações entre os participantes do negócio.

A mencionada autonomia²⁸, como aspecto fundamental das cooperativas e associações, decorre do modelo de autogestão adotado por tal empreendimento, o qual privilegia a participação direta dos seus colaboradores e garante a democracia das decisões, uma vez que todos possuem voz no espaço de trabalho.

O típico modelo de autogestão adotado pelos empreendimentos alternativos é a economia solidária, o qual se perfaz num modo alternativo de produção e organização. No Brasil, houve um crescimento acelerado deste modelo de autogestão, o que pode ser atribuído a fatores que vão além dos econômicos, tendo em vista que os benefícios deste modelo passam igualmente por esferas como a social e a política. Sobre isto, Singer (2012, p. 126) justifica que o desenvolvimento deste modo alternativo de produção justifica-se pela “[...] expansão do conhecimento do que é e a tecnologia social, econômica e jurídica de implementação da economia solidária”.

Ao ter o seu conceito e o seu modo de fazer difundido, a economia solidária ganhou força na sociedade brasileira e pode-se dizer que a sua característica preponderante coloca em prática aquilo que o cooperativismo/associativismo prega: agrupamento

²⁸ Estes modelos alternativos que pretendem, desta maneira, “unir desenvolvimento econômico com bem-estar social” (SINGER, 2003, p. 61). Ou seja, permitir que o trabalhador produza e contribua para o crescimento da indústria e transformar, ao mesmo tempo, o meio ambiente de trabalho num espaço sadio com qualidade de vida, o que não se observa quando o cenário é de completa alienação do trabalhador. Contribuir, portanto, para a tomada de decisões que estejam diretamente relacionadas com a produção e o crescimento da indústria são fatores imprescindíveis para aproximar o indivíduo do seu trabalho e dos resultados dele. Com isso, eleva-se a figura do trabalhador e promove o seu próprio crescimento pessoal.

entre o princípio da unidade da posse e uso dos meios de produção e distribuição com o princípio da socialização desses meios (SINGER, 2012, p. 83).

Nestes empreendimentos solidários há, desse modo, a confusão das figuras do empregado e do empregador, já que todos os participantes são responsáveis diretos pela produção e pela organização do estabelecimento. Denota-se, então, que a

economia solidária é o termo que vem sendo empregado para designar e identificar politicamente uma variedade de iniciativas coletivistas de produção, comércio, consumo, poupança e crédito balizadas por princípios idealmente igualitários e democráticos. Tal universo abrange cooperativas [...], pequenos empreendimentos comunitários (pré-cooperativas) [...]. Esse conjunto de iniciativas, denominado às vezes trabalho associado ou “novo cooperativismo”, decorre da dinâmica atual de acumulação flexível do capitalismo mundial, marcado pela redução de custos, bem como pela informalização e precarização das relações e condições de trabalho (SOUZA, 2011, p. 173-174).

Depreende-se, então, que as citadas consequências da implantação do modelo econômico capitalista impulsionaram o surgimento de variadas práticas de economia solidária promovidas pelos próprios operários. Identifica-se, assim, outras formas de implementação do modo alternativo de produção em tela sendo a principal delas a cooperativa de produção, que constitui o objeto de análise deste trabalho.

De acordo com Singer (2003, p. 13), reconhece-se os seguintes princípios organizativos na cooperativa de produção:

[...] posse coletiva dos meios de produção pelas pessoas que as utilizam para produzir; gestão democrática da empresa ou por participação direta ou por representação; repartição da receita líquida entre os cooperados por critérios aprovados após discussões e negociações entre todos; destinação do excedente anual também por critérios acertados entre todos os cooperados.

Tais princípios evidenciam o que já foi exposto acerca da aproximação do indivíduo entre os meios e os resultados da produção e, mediante estes apontamentos acerca da economia solidária, faz-se necessário descrever os princípios que constituem a base deste modelo alternativo ao capitalismo. Na visão de Santos e Rodríguez (2002, p. 25), a economia solidária constitui-se pela solidariedade, igualdade e proteção do meio ambiente.

Com relação à solidariedade, tem-se que este é o sentimento mais forte que move os trabalhadores a se organizarem enquanto grupo. Mediante, então, o estabelecimento de vínculos sociais a partir de ajuda mútua, eles planejam suas atividades na tentativa de driblar os efeitos da economia capitalista em busca do retorno ao mercado formal de trabalho.

Evidencia-se, então, que

[...] mesmo tendo a sua prática voltada para aspectos econômicos e políticos, o foco das organizações de economia solidária é direcionado para a dimensão “intersubjetiva da vida social”. A solidariedade é definida como determinante a partir da formação de laços sociais instituídos nos planos simbólicos e concretos conferindo sentido à vivência social (GIROTTI, 2012, p. 30).

O segundo princípio que constitui a economia solidária é a igualdade, a qual pode ser identificada na transformação das relações internas do empreendimento em busca da horizontalidade entre eles. O exemplo que melhor se vislumbra a igualdade é a forma pela qual os membros são remunerados, ou seja, independente do cargo ocupado, todos recebem a divisão de lucros de forma igualitária.

Neste sentido, Carvalho (2012, p. 49) pontua que a economia solidária

[...] constitui-se uma forma de produção e distribuição horizontalizada, fundamentando no ser, ou seja, diferente da formatação vertical capitalista que é regida por princípios de exclusão, individualização, hierarquização, por ser centrado na busca pelo aumento das taxas de mais-valia.

E como terceiro princípio atribui-se a proteção ao meio ambiente. Isso significa que tais empreendimentos devem colocar sua produção em consonância com os princípios ambientais de proteção ao ecossistema, ao invés de promover uma busca desenfreada pelo crescimento da produção sem levar em conta, por outro lado, os danos ambientais acarretados por tais atos.

Após a delimitação dos princípios basilares da constituição de um empreendimento que emprega a economia solidária como seu modo de produção, torna-se necessário elucidar o modelo de organização de principal utilização: a autogestão. Por meio dela, os trabalhadores não só participam das decisões internas, mas há

também a preocupação com a democratização da produção, bem como – numa perspectiva maior – a construção de uma sociedade diversa (CARVALHO, 2012, p. 50).

Almeja-se, portanto, com o emprego da autogestão que o trabalhador mantenha-se integrado não só com os meios de produção, mas envolva-se com assuntos que permeiam a administração do empreendimento como um todo.

Contudo, Carvalho (2012, p. 55) aponta que alguns obstáculos devem ser vencidos, como a falta de experiência na gestão do empreendimento, haja vista que os trabalhadores enfrentarão questões que, muitas vezes, fogem a sua expertise. É importante que haja, em contrapartida, a participação deles em cursos de capacitação com o objetivo de conhecimento e aprimoramento de técnicas de gestão, sob pena de prejuízo nos resultados da produção em virtude da insuficiência de conhecimentos específicos necessários à aplicação do modelo de administração em tela.

Ao transportar as considerações acerca das cooperativas/associações e da economia solidária como modo de produção alternativo ao capitalismo para a realidade social dos catadores de materiais recicláveis é perceptível que, além da organização social, evidenciada pelos movimentos sociais nos tópicos anteriores, identificam-se também organizações econômicas por parte desta categoria, as quais podem ser encontradas nas formas de cooperativas ou de associações. A esta situação podem ser atribuídos fatores como as crescentes exigências para o acesso ao mercado formal de trabalho, bem como o aumento do desemprego, em virtude da idade e da baixa escolaridade, os quais impedem que o indivíduo recoloca-se no mercado de trabalho.

Somados a estes fatores, os catadores enfrentam, nas ruas, dificuldades para a própria sobrevivência, tendo em vista a frequente atuação dos sucateiros²⁹ que

²⁹ Os atravessadores são as pessoas que fornecem o produto para a empresa recicladora, explorando e até mesmo humilhando os catadores enquanto ganham lucros altíssimos. Os principais alvos de sua ação exploratória são catadores autônomos que atuam nas ruas, os quais, muitas vezes, ficam atrelados aos atravessadores por uma espécie de servidão por dívida (MNCR, 2008, p. 07-08).

impede o próprio desenvolvimento da atividade e os efeitos de fatores externos característicos do trabalho exercido ao ar livre.

É importante destacar, dessa forma, que os catadores que atuam nas ruas enfrentam obstáculos ainda maiores do que aqueles que se encontram nas associações, visto que nas ruas, os catadores estão sujeitos, por exemplo, a atividade dos chamados atravessadores, os quais “[...] fornecem o produto para a empresa recicladora, explorando e até mesmo humilhando os catadores enquanto ganham lucros altíssimos” (MNCR, 2008, p. 07-08). Com a prática desses indivíduos, surge a chamada servidão por dívida em que os catadores ficam “presos” a eles pelo fato de que parte do dinheiro arrecadado é destinado aos atravessadores, além do lucro que eles obtêm por meio do aluguel de instrumentos de trabalho: as carroças.

Outro problema enfrentado pelos catadores que atuam nas ruas é a apreensão de suas carroças, o que ocorre pela atuação estatal. Dessa forma, com frequência os catadores são “[...] repreendidos pela polícia ou pelas guardas municipais para não terem acesso às ruas das cidades [...] o que eles chamam de ‘limpeza’ nas cidades, tratando de forma absurda os trabalhadores como ‘sujeira humana’ (MNCR, 2008, p. 9). Assim, sem o seu instrumento de trabalho, os catadores são impedidos de forma brutal de desenvolverem sua atividade laboral.

É, então, em virtude desta realidade social enfrentada pelo trabalho autônomo dos catadores que esta categoria, por meio da sua organização e luta social pelo Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis incentivam aqueles que ainda desenvolvem suas atividades nas ruas para que se associem e, com isso, tenham melhores condições para a execução de seu trabalho.

O fortalecimento do viés econômico que a organização destes trabalhadores em empreendimentos solidários pode oferecer é de extrema importância, haja vista que os catadores terão a possibilidade, em alguns casos, de superar a lógica de exploração promovida pelos atravessadores. Agora, portanto, eles serão capazes de recolher e prensar maior quantidade de material e, com isso, arrecadar um volume

suficiente para vender diretamente para as indústrias de reciclagem sem passar por intermediários.

Entretanto, esta realidade não pode ser atribuída a todas as associações/cooperativas de catadores, pois muitas vezes a produção não alcança o volume estabelecido, pelas indústrias de reciclagem, para a venda do material ou mesmo não existem compradores em determinado estado, como é a situação enfrentada pelas associações de catadores de materiais recicláveis estabelecidas no estado do Espírito Santo.

Diante da falta de alternativas perante tal situação, alguns catadores, mesmo quando associados, ainda encontram-se reféns da atuação de atravessadores, o que impede o crescimento e fortalecimento da associação perante o mercado e, por conseguinte, a própria emancipação da categoria. Nota-se que, apesar da ideia de reciclagem ter tomado grandes proporções na sociedade brasileira nos últimos anos em virtude da propagação dos conceitos de sustentabilidade e da vantagem econômica que essa atividade gera para o país, ainda são recorrentes as dificuldades das associações em gerarem renda aos seus membros.

Além do fator econômico, pode-se atrelar a implementação de modelos alternativos a um importante mecanismo de desinvisibilização social, fenômeno este que persegue esta categoria de trabalhadores desde a sua constituição e atinge em maior proporção aqueles que atuam nas ruas.

Nota-se, desta maneira, que o catador de materiais recicláveis, mediante o trabalho autônomo e informal³⁰ exercido nas ruas – revela-se um grupo à margem do mercado formal de trabalho e que, ainda, sofre com as consequências do fenômeno da invisibilidade pública atrelada aos processos de estigmatização. Tais processos podem decorrem de diversos fatores que estão atrelados à atividade de catação,

³⁰ Sobre o fato do trabalho desenvolvido pelo catador constituir o mercado informal de trabalho, Bosi (2008, p. 102) destaca que [...] a cata de recicláveis geralmente tem sido apreendida como uma modalidade de trabalho “autônomo”, uma “invenção” do próprio trabalhador, uma “oportunidade” em meio às reconhecidas mudanças no mundo do trabalho responsáveis pelo encolhimento do número de empregos “formais”.

sendo o fator preponderante a ligação entre os materiais recicláveis e o “lixo” descartado pela sociedade.

O cenário social do qual o catador faz parte é perverso e não condiz com a relevância que o seu trabalho representa para toda a sociedade. Assim, “[...] os catadores desempenham suas atividades em condições precárias, sofrem preconceitos e possuem baixo reconhecimento do papel que representam na economia e no meio ambiente [...]” (MEDEIROS; MACEDO, 2006, p. 66), o que possui relação direta com os efeitos da invisibilidade pública e dos processos de estigmatização e exclusão social.

Além da contribuição no aspecto econômico da atividade, a reunião dos catadores em grupo permite também a criação de laços de solidariedade entre os integrantes do empreendimento, o que contribui sobremaneira para o desenvolvimento individual e do grupo como um todo, já que todos perseguem um mesmo objetivo: reinserção no mercado econômico.

É possível observar-se, então, que a disseminação destes empreendimentos solidários cresce, entre os catadores de materiais recicláveis, não apenas como uma chance de aumento da produção, mas, sobretudo, apresenta-se como um mecanismo essencial na luta em prol de melhores condições de trabalho e contra os resultados perversos oriundos do fenômeno da invisibilidade social e dos processos de estigmatização e exclusão social. Processos estes que se revelam como responsáveis pela marginalização desta categoria, visto que ela foge daquilo que é classificado como convencional nos moldes impostos pelo modelo econômico e organizacional do capitalismo.

Estes empreendimentos representam a manifestação de um movimento contra-hegemônico, na medida em que utilizam de uma lógica oposta àquela propagada pelo sistema econômico até então vigente, qual seja a subordinação do trabalho ao capital. Segundo Santos (2012, p. 66), “dado o seu caráter contra-hegemônico e o fato de que em muitas situações as experiências de produção alternativa são empreendidas por setores marginalizados da sociedade, as iniciativas são frágeis e precárias.

A partir, então, da apresentação dos principais aspectos referentes aos empreendimentos solidários, faz-se necessária a exposição detalhada das características específicas das associações de catadores de materiais recicláveis de Vitória-ES, por meio de um breve delineamento do contexto histórico³¹, bem como o perfil social dos seus membros que constituem a análise desta pesquisa.

Revela-se, desta forma, que a primeira associação a se formar no município de Vitória-ES foi a ASCAMARE (Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Vitória), a qual se constituiu no ano de 1991 e contou com o apoio da pastoral social da Paróquia São Francisco de Assis, localizada no bairro Jardim da Penha, em Vitória-ES. A partir do trabalho realizado pela pastoral, cujo foco era sócio-pedagógico e evangelizador, o grupo de catadores que atuava nas ruas daquele bairro passou a receber mensalmente uma cesta básica doada pela paróquia e, em contra partida, deveria garantir a permanência de seus filhos na escola.

O trabalho deste grupo era realizado, desta forma, por meio da catação de materiais recicláveis nas ruas e posterior venda a um ferro velho. Ressalta-se que os carrinhos utilizados pelos catadores pertenciam ao dono do ferro velho – o “sucateiro” –, o qual também efetuava a compra do material recolhido. Existia uma típica relação de exploração entre eles.

Em 1997, a Prefeitura Municipal de Vitória tomou conhecimento deste trabalho desenvolvido pela pastoral social e resolveu estabelecer uma parceria para o desenvolvimento do projeto de coleta seletiva. Este projeto tinha como principal finalidade a integração entre a comunidade e os catadores e, além disso, serviria como referência para a expansão de outras unidades no município. Por meio desta parceria, realizou-se a capacitação profissional dos catadores, que contou com a participação dos profissionais autônomos da limpeza pública.

³¹ Os dados referentes à constituição das associações foram extraídos do Convênio da Prefeitura Municipal de Vitória-PMV com as associações, do Plano de Trabalho das Associações elaborado pela assistente social Terezinha Rosa de Souza – que é a responsável por ambas –, bem como de conversas informais com os próprios catadores associados e das visitas realizadas pela pesquisadora às associações, em que pôde observar e vivenciar de perto o trabalho exercido pelos associados.

Assim, no dia 13 de maio de 1999, iniciou-se a execução do projeto piloto de coleta seletiva no bairro de Jardim da Penha com a denominação de ASCAMARE, que funcionava, no início, na própria Igreja São Francisco de Assis. Posteriormente, mediante o apoio da Prefeitura, a qual se responsabilizou pelas despesas com o aluguel do imóvel, água e energia elétrica, tornou-se possível que, em 2000, a associação fosse transferida para um imóvel localizado no Bairro República, em Vitória, onde funciona até a atualidade. Esta parceria permaneceu até o ano de 2005.

Somente em 2003, a ASCAMARE organizou-se juridicamente, ou seja, na modalidade de associação. Em 2007³², com a assinatura de um convênio com a Prefeitura Municipal de Vitória – por meio da SEMTTRE (Secretaria de Turismo, Trabalho e Renda) – houve a formalização do repasse de recursos para custeio das principais despesas tais como o aluguel do prédio, conta de energia, água, telefone/internet, manutenção de equipamentos, aquisição de uniforme e EPI's, contratação de assistente social, auxiliar administrativo e de serviços contábeis.

Com a implantação da Coleta Seletiva no ano de 2007, o material reciclável recolhido pela SEMSE (Secretaria Municipal de Serviço) passou a ser destinado à associação, o que representou um importante avanço na agregação de valor do desenvolvimento na qualidade dos materiais e melhorou, assim, a geração de renda.

A AMARIV (Associação de Catadores de Materiais Recicláveis da Ilha de Vitória) teve origem, por sua vez, em 2007, e utilizava o espaço clube do Rio Branco, localizado na Ilha de Santa Maria, para realização de suas atividades. No início, o grupo era formado por 12 pessoas, que constituíam laços de parentesco como irmãos, pais e filhos, maridos e mulher, todos moradores do município de Cariacica e Vila Velha. Cada família, desta forma, coletava e vendia de forma separada os seus materiais. Não havendo, contudo, naquele contexto histórico, a instituição formal de uma associação, tendo em vista que o trabalho não era realizado de maneira

³² Como a edição da Lei Municipal nº 7.099/07, permitiu-se que o Poder Executivo firmasse convênio com cooperativas e associações de reciclagem e de resíduos sólidos sediadas no município de Vitória-ES.

coletiva, pois apenas o espaço era compartilhado pelo grupo para o desenvolvimento do trabalho.

A estrutura física do local de trabalho dos catadores era precária, já que não havia galpão, sendo a área coberta com pedaços de compensados e telhas, o que se demonstrava insuficiente para proteger os catadores do sol ou da chuva. O piso, por sua vez, era de barro e nas épocas de chuva, o resíduo coletado se misturava ao esgoto que descia das casas próximas ao terreno. E a triagem era realizada em um tapo de mesa improvisado, sem qualquer tipo de proteção individual por meio de luvas e botas.

Em novembro de 2007, firmou-se uma parceria entre a Cáritas e a SETGER/PMV para execução do Projeto “Juntando Nosso Papel”, o qual tinha por objetivo principal o assessoramento da Associação de Catadores da Ilha de Santa Maria/AMARISM no seu processo de organização e autogestão. Contudo, este projeto buscou reunir não só os catadores inseridos na AMARISM, mas também, os catadores com os quais a SEMAS atuava na região de Andorinhas.

Assim, os catadores de Andorinhas, que trabalhavam de forma individual e ficavam a mercê dos atravessadores, com o início do projeto, passaram a compor a AMARISM. Destaca-se que o grupo advindo de Andorinhas também estava discutindo a importância do associativismo para combater as precárias situações adversas enfrentadas por esses trabalhadores. Com a finalidade de promover a articulação entre os grupos, as secretarias responsáveis pelo projeto realizaram algumas reuniões entre estes catadores.

Com a assinatura do projeto, foi possível alugar um novo espaço físico, adquirir equipamentos, produzir material informativo, contratar uma equipe técnica para acompanhar o processo de organização coletiva do grupo, o que reduziria os conflitos e possibilitaria aos catadores a conquista de maior autonomia na captação de recursos e na estruturação do funcionamento da associação.

Num momento posterior, a associação foi registrada formalmente com o nome de Associação de Catadores de Materiais Recicláveis da Ilha de Vitória – AMARIV,

devido a decisão do próprio grupo no sentido de que seria necessário essa alteração para contemplar os novos catadores associados, bem como a nova localização do galpão que deixou de ser na Ilha de Santa Maria e passou a ser em Itararé.

Ressalta-se, desta maneira, que a remuneração pelo trabalho é calculada em função do rendimento mensal das vendas, ou seja, em relação à produção. Do valor total arrecado durante o mês, é efetuado o pagamento das contribuições com a Previdência Social e o restante do valor é dividido igualmente entre os associados/as.

Há, também, parcerias firmadas entre as associações e institutos como o INSEA (Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável), o qual se constitui numa organização não governamental de âmbito nacional, sem fins lucrativos, voltada para a assessoria técnica e parceria junto a grupos comunitários, empresas, ONGs e à Administração Pública para a criação e o desenvolvimento de modelos de gestão ambiental tendo como pressuposto básico a inclusão social.

Houve, também, a criação da Rede de Economia Solidária dos Catadores Unidos do Espírito Santo (Reunes) com base na demanda das associações de catadores, existentes no estado, que participaram do Cataforte 1 – projeto de “Fortalecimento do Associativismo e do Cooperativismo dos Catadores de Materiais Recicláveis”. Estas associações em sintonia com as novas possibilidades de negócios, surgidas a partir da aprovação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, propuseram a constituição da Reunes.

O projeto Reunes³³ – “Constituição e Fortalecimento do Trabalho em Rede” foi viabilizado pelo INSEA em conjunto com o MNCR e aprovado pela Petrobras, dentro do Programa Petrobras Socioambiental. Teve como foco estratégico a organização dos catadores para a integração das diferentes associações e ampliação da capacidade produtiva dos empreendimentos, promovendo a comercialização integrada dos resíduos sólidos, a sensibilização dos gestores locais para

³³ Este projeto beneficiará mais de duzentos catadores de materiais recicláveis, organizados em dez associações, existentes em todo o estado do Espírito Santo. Essas associações estão localizadas em oito municípios das regiões: norte, sul e região Metropolitana da Grande Vitória, RMGV.

implantação de programas de coleta seletiva e o estímulo à participação responsável da sociedade na segregação dos materiais recicláveis.

Atualmente, as associações modificaram, em alguns aspectos, a sua forma de organização. Neste sentido, a AMARIV possui 29 catadores associados, sendo que dois deles encontram-se afastadas por motivos de doença. Eles executam as atividades distribuídos pelos três galpões – com aproximadamente 1.000 m² de área construída – que compõem a associação para a separação, o armazenamento e a prensagem do material.

No primeiro galpão, existem três mesas dispostas, sendo que cada uma delas conta com quatro associados que trabalham lado a lado em duas extremidades. Possuem como função a separação do material, que é recebido da coleta seletiva da Prefeitura Municipal de Vitória, bem como de doações de moradores. Este material, por sua vez, é armazenado no segundo galpão da associação para sua posterior prensagem, com exceção do plástico, que passa por uma segunda separação, a qual é realizada de forma mais criteriosa.

O terceiro galpão da associação possui três prensas, as quais se dividem entre a prensagem do papelão, plástico (incluindo sacolas transparentes, coloridas e plásticos do tipo PET, PEAD, etc.), latinhas, papéis brancos e mistos, jornais, embalagens longa vida (produtos como leite e suco) a depender da quantidade armazenada. Além das prensas, este galpão guarda os fardos que serão destinados à venda. E, por último, a associação conta com um refeitório, um espaço para a instalação do escritório e um vestiário nos fundos do primeiro galpão.

A ASCAMARE, por outro lado, é formada por 21 associados, dentre eles dois catadores que se afastaram em decorrência de problemas de saúde. Ao contrário da AMARIV, o galpão em que se encontra instalada a ASCAMARE não possui divisões e, em virtude de um incêndio no ano de 2012, o espaço perdeu o teto, que hoje é coberto por uma lona.

Da mesma forma que a AMARIV, existem três mesas destinadas à separação do material também oriundo da Coleta Seletiva e de doações individuais de moradores.

Nestas mesas, encontram-se distribuídos três associados em cada uma das extremidades.

O material como plástico e embalagens de longa vida é armazenado nos fundos do galpão, já o papelão – quando não é encaminhado direto da mesa para a prensa – fica no início do pátio, do outro lado dos materiais recebidos. Já os metais e as latinhas vão para um espaço de armazenagem também nos fundos do galpão.

As duas prensas, por sua vez, ficam do lado oposto às mesas de separação. E os outros espaços como a cozinha e o escritório localizam-se nos fundos do galpão, o qual possui 600 m².

Dentre os vários problemas enfrentados pelas associações, o espaço físico e sua manutenção é o que prepondera. Tanto na ASCAMARE, quanto na AMARIV há, por exemplo, intensa proliferação de ratos, o que prejudica a saúde do meio ambiente de trabalho dos associados.

Outro problema advindo das condições do espaço físico da ASCAMARE, a qual tem maior urgência na mudança de sua localização, constitui-se nas chuvas, já que parte da área da associação não é coberta e alguns materiais são armazenados ao ar livre. Além dos efeitos da luz solar que, na parte da manhã, recaem sobre uma das mesas.

Com relação à ASCAMARE, durante os meses de maio e junho, os associados revezaram-se nos turnos diurno e noturno, além dos finais de semana, para vigiarem a associação, pois sofreram furtos freqüentes nos meses anteriores, o que perdurou até a instalação de um sistema de vigilância custeado pela própria associação. Tal situação refletiu diretamente na produção, a qual teve uma de suas fases mais baixas e a remuneração em torno de R\$ 300,00.

Sem contar que os resultados do último ano apontam para a estagnação da capacidade produtiva das associações, o que pode ser atribuído a diversos fatores, dentre eles a alta rotatividade registrada entre os associados. Além disso, percebe-se, ainda, que elas carecem de maior eficiência na gestão do empreendimento em

seus diferentes processos e controles. Há necessidade, então, de aprimoramento dos controles de produção e de estoque, de desenvolvimento de uma espécie de braço comercial do empreendimento com o objetivo de melhorar o preço de venda e, conseqüentemente, o crescimento da renda dos associados, dentre entre outros aspectos.

Em 2011, houve a assinatura do Termo de Compromisso Ambiental - TCA – celebrado entre o município, Ministério Público e Ministério Público do Trabalho. A Prefeitura Municipal de Vitória comprometeu-se a investir na busca por soluções para a destinação correta dos resíduos sólidos produzidos no município. E a coleta seletiva, por sua vez, deve ser expandida de maneira a contemplar todo o município com a coleta na modalidade “Porta a Porta”, bem como a ampliação dos Pontos de Entrega Voluntária (PEV’s) para a entrega de materiais recicláveis até o ano de 2016.

Nesse contexto as associações e cooperativas de catadores passam a assumir, então, um papel de destaque, uma vez que passar a ter prioridade no processamento deste material, como disposto pela Lei Municipal nº. 8.350 de 2012, a qual prevê – em seu artigo 1º – que somente passará por processo licitatório os resíduos sólidos urbanos reutilizáveis e recicláveis na hipótese das “[...] associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis não possuem capacidade operacional para realizar o gerenciamento dos resíduos sólidos recolhidos na coleta seletiva realizada pela administração pública” (VITÓRIA, 2012).

Nota-se, então, que as associações localizadas no município de Vitória passaram por grande evolução desde a sua constituição até os dias atuais, o que contou com a colaboração de diversos órgãos, instituições e membros da sociedade civil. Entretanto, é premente a necessidade que ambas as associações possuem de investimentos em sua infra estrutura e capacitação profissional com o objetivo de potencializar e fortalecer o empreendimento, bem como os próprios catadores atuais e futuros, os quais se encontram impedidos de se associarem por insuficiência de espaço.

No que tange ao perfil social do catador associado, revela-se que a análise ocorrerá a partir dos dados extraídos de entrevistas realizadas com trinta e cinco³⁴ membros das associações apresentadas. As entrevistas, por sua vez, dividiram-se em duas partes: a primeira direcionou-se à apresentação do perfil social e da trajetória dos entrevistados, já a segunda abarcou questionamentos referentes à vivência do indivíduo como catador. Ressalva-se, nesta medida, que este momento tratará apenas das perguntas relacionadas à primeira parte da entrevista, sendo a segunda parte analisada no próximo capítulo.

Nesta primeira parte da entrevista, foram abordadas, então, questões atinentes ao sexo, à idade, ao grau de escolaridade, à profissão anterior, ao tempo de atuação na atividade de catação, ao estado de origem, à quantidade de filhos, à moradia própria, à renda mensal e, por fim, ao recebimento de benefício social.

Quanto ao primeiro ponto abordado pelas entrevistas, denota-se que a maioria dos catadores que integra, atualmente, a associação é composta por mulheres, como demonstra o gráfico a seguir:

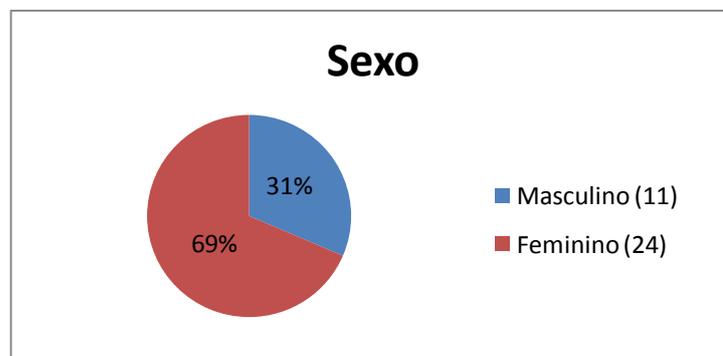


Figura 1 – Gráfico da presença de homens e mulheres

³⁴ A pesquisadora passou um período de dois meses trabalhando nas associações de catadores de Vitória-ES, com o objetivo de vivenciar as mesmas experiências de um catador associado, as quais foram complementadas por meio de dados obtidos com as entrevistas dos membros da associação. O objetivo inicial era entrevistar todos os associados, contudo, não foi possível, tendo em vista que alguns se encontram afastados do trabalho por motivo de doenças e outros não apresentaram disponibilidade para participação na pesquisa. Todo o contexto que envolveu a pesquisa participante será elucidado no capítulo 3, o qual iniciará com a análise dos discursos dos catadores entrevistados, bem como com a abordagem da percepção da pesquisadora acerca daquela realidade social em específico.

É importante traçar uma breve análise, tendo em vista este não ser o foco do trabalho, acerca do fato de que a associação atrai maior número de mulheres, pois – como descrito por boa parte das entrevistadas – há certa flexibilidade na jornada de trabalho, o que permite, por exemplo, que elas levem seus filhos ao médico.

Desta maneira, os múltiplos papéis das mulheres – como mãe, trabalhadora e dona de casa – podem ser exercidos com maior liberdade quando se faz parte de uma associação, os quais não deveriam ser de sua exclusividade, mas que numa sociedade ainda machista esta bastante presente.

Outro ponto comum a esta temática diz respeito às recorrentes agressões vivenciadas nas ruas. Ou seja, para a catadora é muito mais difícil enfrentar a realidade do exercício da atividade nas ruas do que para o homem – que ocupa na uma posição de poder, tendo em vista o fato de que a mulher é colocada frequentemente na berlinda de violências ainda maiores.

Observou-se, também, que se trata de uma categoria heterogênea no que tange ao requisito da idade, tendo em vista que elas variam entre 18 e 63 anos. No entanto, a maior parte dos associados está compreendida entre a faixa etária de 25 a 50 anos, o que se constitui, portanto, uma população jovem e adulta. A distribuição das idades pode ser identificada da seguinte maneira:

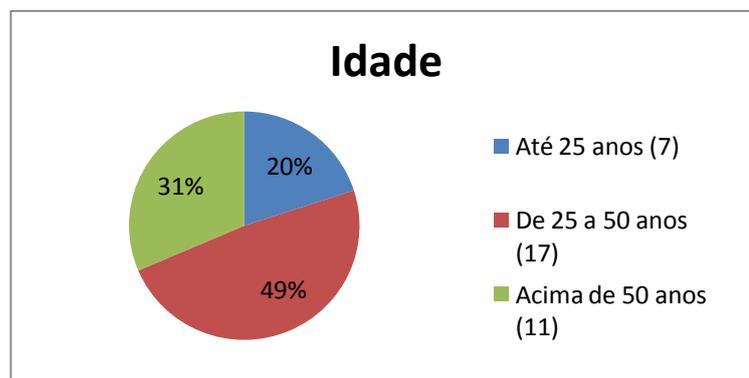


Figura 2 – Gráfico da faixa etária dos entrevistados

Outro ponto tratado nas entrevistas foi sobre o grau de escolaridade dos catadores, o qual é um dos traços mais críticos de todo o perfil social. Destaca-se, sobre esta

questão, que a maioria dos entrevistados revelou não saber ler corretamente e alguns ressaltaram que nem se lembram do que aprenderam naquela época, pois frequentaram apenas as primeiras séries do ensino fundamental. Além disso, quatro entrevistados informaram não saber ler nem escrever, uma vez que não tiveram a oportunidade de frequentar a escola.

As informações referentes ao grau de escolaridade dos catadores associados podem ser visualizadas da seguinte forma:

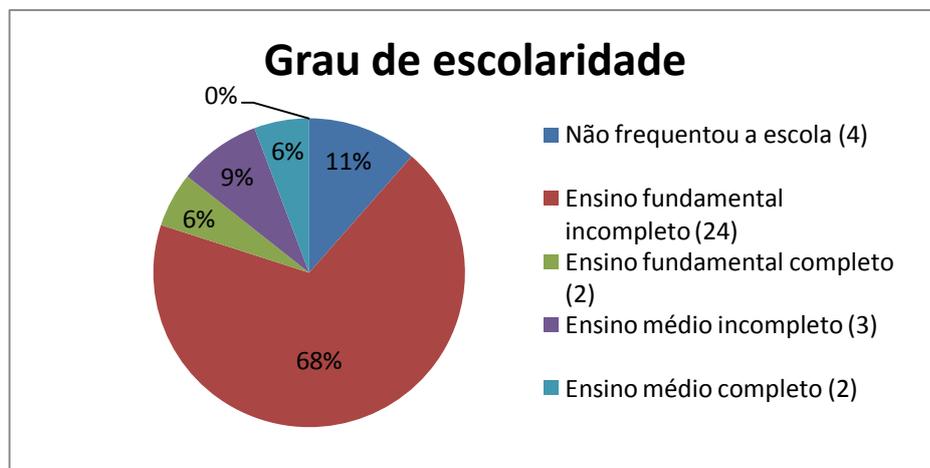


Figura 3 – Gráfico do grau de escolaridade apresentado pelos entrevistados

Com relação ao exercício de uma profissão anterior à catação, apenas três dos entrevistados não chegaram a ter outro ofício, ou seja, sempre trabalharam com esta atividade, seja por influência dos próprios familiares, que já a exerciam, ou mesmo por ser o primeiro trabalho encontrado. Dentre as profissões mais citadas pelos catadores está o emprego doméstico, a atuação na construção civil, como pedreiro ou ajudante, e a atuação como ambulante. Foram citadas, ademais, profissões, como zelador, camareira, auxiliar de serviços gerais, cabeleireira, manicure, professor, dentre outras, conforme se verifica na disposição do gráfico abaixo:

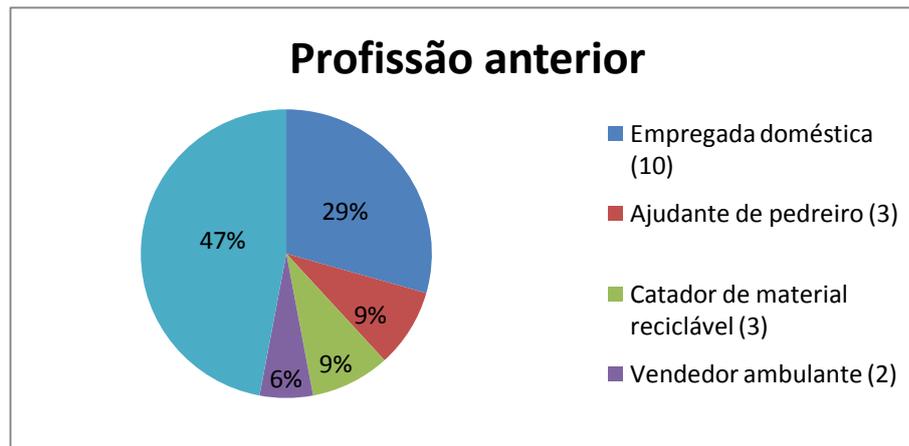


Figura 4 – Gráfico das profissões já exercidas pelos entrevistados

Acerca destas informações, depreende-se que os catadores, em sua maioria, já exerceram profissões diversas da catação. Verifica-se, neste íterim, que uma característica compõem o mercado formal de trabalho, ou seja, aquele representado pelas figuras do empregado e empregador e, por vezes, pela carteira assinada, o que pode ser mais um indício de que a atividade do catador não se constitui numa escolha, mas sim numa falta de alternativa aos postos formais de trabalho.

No que tange ao tempo de atuação na atividade de catação, denota-se que a maior parte dos entrevistados está a menos de cinco anos no ofício e cerca de 14% ainda não completaram um ano de serviço. Estes dados podem ser um indicador da situação descrita apresentação das associações, em que se revelou a alta rotatividade entre os catadores. Isso decorre do fato de que muitos buscam a atividade de catação apenas como uma passagem, ou seja, como uma alternativa à sobrevivência, mas não como algo definitivo, o que será explorado com a análise do discurso dos catadores no capítulo que se segue.

Por outro lado, nota-se que 40% dos associados atuam a mais de cinco anos na atividade descrita, dentre os quais 22% estão a mais de dez anos na associação e participaram, inclusive, da sua formação e do exercício da catação nas ruas, que ocorria antes da implantação da coleta seletiva pela prefeitura, o que pode ser verificado no gráfico que se segue:

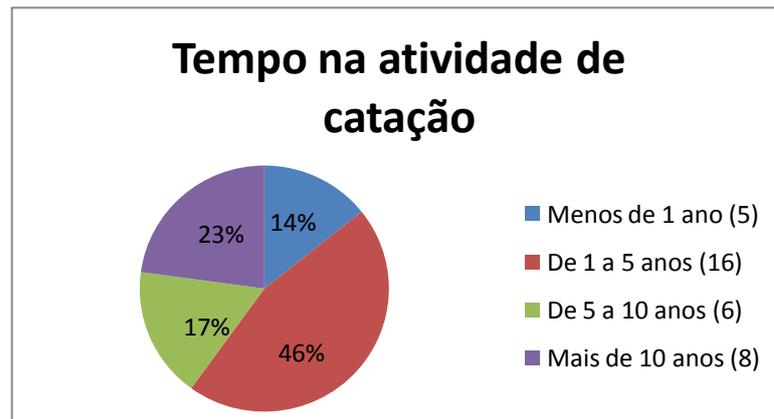


Figura 5 – Gráfico do tempo de permanência na atividade de catação

Questionou-se, também, acerca do estado de origem dos catadores e, neste ponto, revela-se que a maioria dos entrevistados é do Espírito Santo e o restante divide-se entre os estados da Bahia, de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, conforme a disposição que se segue:

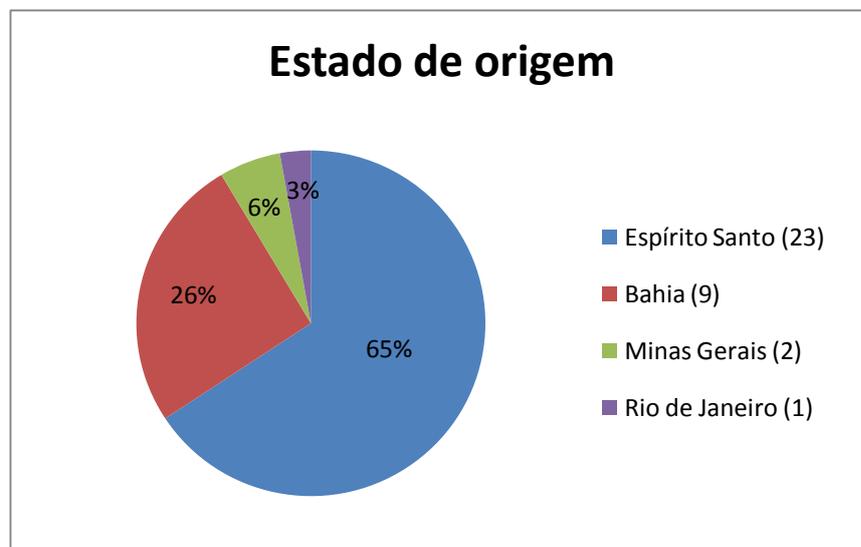


Figura 6 – Gráfico do estado de origem dos associados

Em relação à quantidade de filhos por catador, destaca-se que alguns deles também são membros das associações, sendo possível extrair o seguinte panorama com base nas informações colhidas:

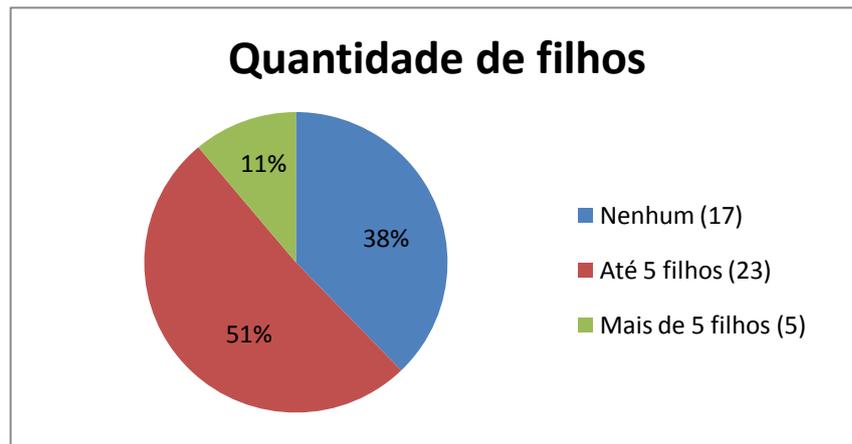


Figura 7 – Gráfico da quantidade de filhos dos entrevistados

Quanto à moradia, denota-se que, o percentual de associados que não possui moradia própria e, por isso, mora de aluguel, com a família ou de favor se sobrepõe ao daqueles que possuem moradia própria, conforme a seguinte disposição:

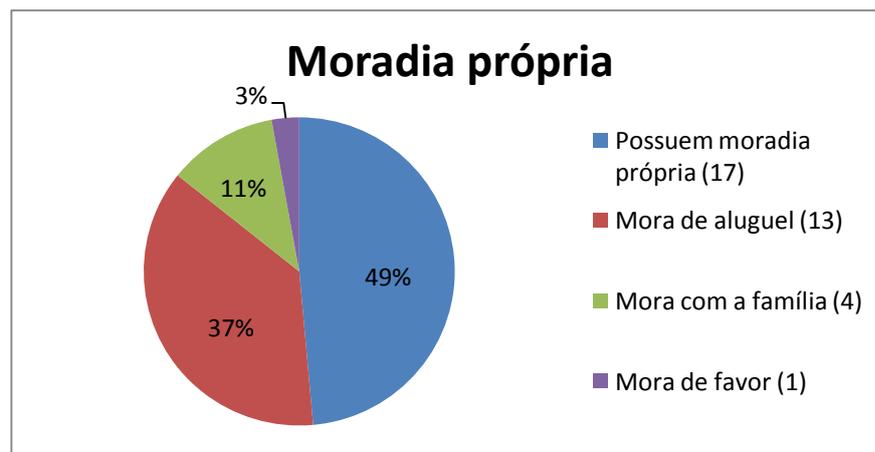


Figura 8 – Gráfico da moradia dos entrevistados

Outro ponto que se apresentou como crítico diz respeito à renda mensal dos catadores. Observou-se, numa perspectiva individual, que a maioria esmagadora dos associados entrevistados recebe menos do que um salário mínimo³⁵ por mês, o que pode variar entre R\$ 500,00 e R\$ 700,00, conforme a média indicada nas respostas. Destaca-se, ademais, que alguns associados não souberam apontar com precisão o valor mensal recebido, o que ocorre por ele estar atrelado à variação da produção.

³⁵ Considerando o salário mínimo de 2015 no valor de R\$ 788,00.

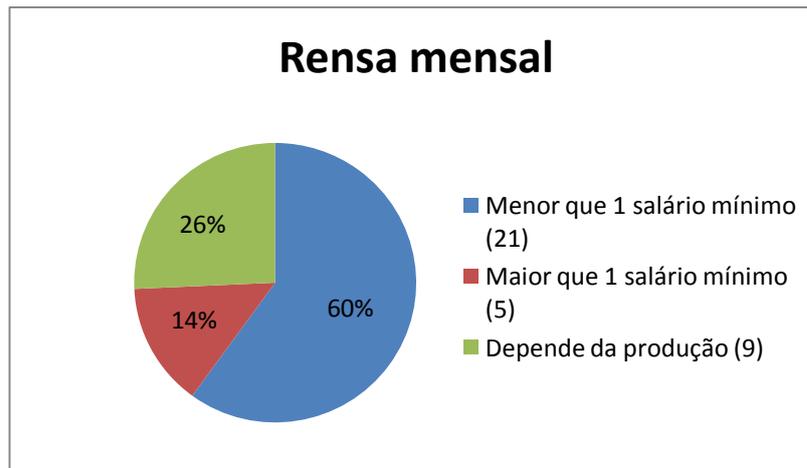


Figura 9 – Gráfico da renda mensal recebida pelos entrevistados

Como último quesito abordado pelas perguntas direcionadas ao perfil social dos associados, tem-se o recebimento de benefício social. Neste ponto, a maior parte dos entrevistados respondeu que não são beneficiários de programas do governo, já aqueles que responderam de maneira afirmativa ao recebimento apontaram o programa “Bolsa Família” como o principal, senão vejamos:

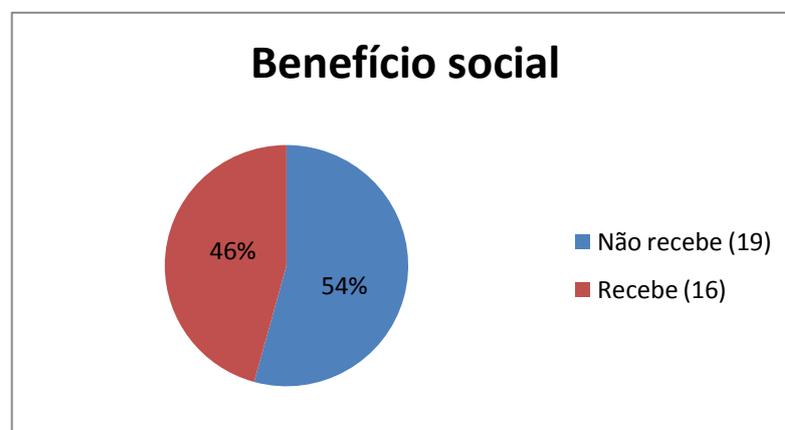


Figura 10- Gráfico do recebimento de benefício social

Diante deste cenário traduzido pelos dados extraídos das entrevistas, é possível depreender algumas questões que envolvem a realidade social do catador, em especial, aquele que se encontra associado. Como primeira questão importante relacionada ao universo dos catadores, aponta-se a disseminação do trabalho de catação nos últimos anos, o qual – de acordo com o MNCR (2015c) – já conta com mais de 800 mil indivíduos.

Sobre esta situação, Conceição (2003, p. 15) aponta que o crescente número de catadores de materiais recicláveis está relacionado com as exigências para o acesso ao mercado formal de trabalho, além do aumento do desemprego. Na perspectiva do autor, “[...] alguns trabalhadores da catação constituem uma massa de desempregados que, por sua idade, condição social e baixa escolaridade, não encontram lugar no mercado formal de trabalho” (CONCEIÇÃO, 2003, p. 15).

A partir, então, destas considerações e dos dados apresentados, é possível vislumbrar que o quesito do grau de escolaridade, por exemplo, é um fator preponderante para a questão em tela, haja vista que a baixa escolaridade é recorrente no perfil social da maioria dos catadores.

Outro quesito elencado pelo autor foi a idade avançada e a, conseqüente, dificuldade de reinserção no mercado formal de trabalho. Neste ponto, observou-se que 60% dos catadores entrevistados encontram-se na faixa etária de 40 a 63 anos, a qual representa uma idade avançada e de difícil recolocação no mercado de trabalho. Em contrapartida, a população jovem, que possui até 25 anos, representa um total de 20% entre os entrevistados, o que também constitui um problema para a inserção no mercado de trabalho, já que muitas empresas exigem experiência para a ocupação do cargo e esta parcela se encontra em desvantagem.

Revela-se, também, que apesar dos catadores se organizarem em grupo para o exercício da atividade de catação, a renda obtida com o trabalho dos associados não chega, muitas vezes, ao valor correspondente ao salário mínimo. Assim,

[...] o catador de material reciclável participa como elemento base de um processo produtivo bastante lucrativo, no entanto, paradoxalmente, trabalha em condições precárias, subumanas e não obtém ganho que lhe assegure uma sobrevivência digna (MACEDO; MEDEIROS, 2006, p. 65).

Daí surge, então, o dado que confirma novamente que a catação é exercida como busca pela sobrevivência, já que a maioria deles indica que a renda³⁶ obtida com a atividade é inferior ao valor do salário mínimo.

³⁶ Os entrevistados, em suas respostas, fazem ressalvas no sentido de que a renda mensal pode chegar ao valor do salário mínimo ou mesmo ultrapassá-lo quando a produção da associação está em alta. Destaca-se, ademais, que a renda de cada associado poderá variar em virtude, por exemplo,

Após a exposição dos principais dados que compõem o perfil social do catador associado, pode-se afirmar que, de uma maneira geral, estes indivíduos vislumbram a atividade de catação como uma alternativa para a sua própria sobrevivência e de sua família, tendo em vista que 80% dos entrevistados têm filhos.

No entanto, para que se possa compreender de forma mais específica a realidade na qual o catador associado encontra-se inserido, faz-se necessária a análise detalhada das respostas contidas na segunda parte das entrevistas, tendo como plano de fundo a identificação do processo de invisibilidade social contido no discurso dos seus próprios protagonistas: os catadores de materiais recicláveis.

da quantidade de faltas injustificadas, que são descontadas do pagamento. O valor arrecadado com o desconto das faltas, no caso da AMARIV, é revertido para os associados que não possuem faltas injustificadas como uma espécie de “bônus”, a fim de estimular os catadores a comparecerem ao trabalho de maneira regular. Esta situação constitui-se, portanto, num dos fatores responsáveis em elevar a renda de determinados associados, por um lado, e reduzir a renda dos demais, por outro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste estudo, delimitou-se uma construção teórica que permitisse, ao final, a análise da realidade social enfrentada pelos catadores de materiais recicláveis como membros das associações localizadas no município de Vitória-ES, bem como a percepção dos próprios associados deste ambiente como um possível mecanismo capaz de potencializar os direitos fundamentais à saúde, à educação e à moradia – objetivados pelo MNCR.

Para tanto, foi necessário trazer no primeiro capítulo a discussão acerca dos fenômenos da exclusão social, estigmatização e invisibilidade pública com relação à categoria dos catadores de materiais recicláveis. O primeiro ponto abordou a exclusão social como subproduto do capitalismo e, sobre o tema, restou evidenciado que o sistema capitalista, enquanto modelo econômico e social de organização, influi de maneira direta sobre as relações sociais.

Deste modo, o atual panorama da sociedade brasileira advém, em grande parte, da adoção do capitalismo. Trata-se de uma sociedade dividida entre aqueles que produzem e, por outro lado, aqueles que não produzem, os quais – como visto – não são sequer considerados pelo modelo capitalista. Assim, a parcela da sociedade que não se encontra empregada no mercado formal é, por sua vez, excluída pelo sistema.

Ao prosseguir com o estudo, foram elencadas algumas das consequências deste processo de exclusão, que estão presentes na realidade vivenciada pelo catador de material reciclável, quais sejam: estigmatização e invisibilidade pública. No que se refere ao processo de estigmatização, destacou-se que o indivíduo considerado “diferente” dos demais, em virtude da construção de rótulos sobre, por exemplo, características físicas, crenças ou mesmo profissões – como o caso dos catadores – é, então, segregado por aqueles considerados “semelhantes”.

Por meio, então, do processo de estigmatização em relação à exclusão social é possível visualizar três principais tipos de sociedade: sociedade civil íntima, sociedade civil estranha e sociedade civil incivil, as quais representam patamares de exclusão vivenciados pelos indivíduos partindo da total exclusão, passando pelo misto de inclusão e exclusão até chegar ao extremo, que é a total exclusão do ponto de vista dos direitos.

Esta terceira sociedade, a civil incivil, constitui-se justamente daqueles indivíduos que sofrem com o processo de invisibilidade pública, a qual enquanto categoria social pode ser compreendida como a junção dos fenômenos da invisibilidade social e a reificação social. A partir de uma cegueira social que acomete grande parcela da sociedade, determinado grupo social passa, dessa maneira, a não ter relevância de tal forma que é como se ele não existisse naquele espaço.

Diante, então, do elastecimento do tempo presente em detrimento da compressão do tempo futuro – proposto pela sociologia das emergências – pretende-se conferir visibilidade para aqueles indivíduos e aquelas experiências que, por serem produzidas no presente, sofrem com as formas de produção da não-existência e, com isso, tornam-se inexistentes.

No intuito de manter o que é considerado tradicional e, por isso hegemônico, há algumas formas de produção da não-existência, as quais são responsáveis por invisibilizar qualquer indivíduo ou experiência que se mostre alternativo ao que é posto como hegemônico, por exemplo as lógicas da classificação social, da escala dominante e a produtivista.

Toda a descrição destes fenômenos foi imprescindível para compreender que mesmo diante da visibilidade adquirida pelo processo de reciclagem nos últimos anos, em virtude dos benefícios ambientais gerados pelo reaproveitamento de materiais, os catadores – que representam a base do referido processo – estão, por outro lado, invisibilizados.

Este é, portanto, o ponto de partida do segundo capítulo, o qual tratou de maneira específica a luta dos catadores de materiais recicláveis, organizados num

movimento a nível nacional (MNCR), em prol da efetivação dos direitos fundamentais desta categoria. Acerca da invisibilidade enfrentada pelos catadores, destacou-se a jurídica por meio de alguns projetos de lei, que se encontram em tramitação no Congresso Nacional e versam sobre questões basilares para a sobrevivência digna destes trabalhadores.

Da mesma forma, foram destacadas algumas conquistas destes indivíduos nos últimos anos por meio da atuação dos seus representantes a nível nacional, tais como a inclusão da atividade do catador no rol de ocupações do Ministério do Trabalho e o fomento dado pela Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº. 12.305/2010) às associações e às cooperativas de catadores, os quais, contudo, foram insuficientes para uma transformação significativa da realidade social dos catadores.

A importância da organização da categoria foi, por sua vez, o tema dos tópicos seguintes, os quais trataram da relevância da atuação dos “novos” movimentos sociais para as conquistas jurídicas e sociais dos grupos que representam. A formação, bem como os projetos e as lutas do movimento específico dos catadores de materiais recicláveis foram trazidas à baila para apresentar os direitos à saúde, à educação e à moradia, como direitos sociais fundamentais e cuja efetivação constitui um dos objetivos do movimento.

O último capítulo, por sua vez, tratou de modo específico acerca dos catadores de materiais recicláveis enquanto membros de uma associação de catadores. Além disso, por meio de uma análise multidisciplinar almejou-se trazer as reflexões da pesquisadora no campo, bem como as percepções dos próprios catadores sobre os temas suscitados.

Para iniciar a descrição da pesquisa de campo, julgou-se necessário descrever a importância assumida pelas associações de catadores diante destes trabalhadores. Assim, por meio da adoção do modelo de economia solidária – como um modelo econômico e organizacional contra-hegemônico – os empreendimentos solidários ganharam a adesão de muitos indivíduos por representar, para os excluídos do mercado formal, uma alternativa à sobrevivência.

Apesar dos benefícios que o trabalho organizado em associações pode gerar para o catador, verificou-se diversos entraves ao crescimento da atividade. Em decorrência, portanto, do próprio perfil social do catador – cuja maioria enfrenta problemas de escolarização; das péssimas condições de trabalho – cuja infra estrutura é precária; da ausência de autonomia para a venda dos materiais – cujo mercado do município de Vitória-ES ainda está nas mãos dos “atravessadores”, o trabalho exercido nas associações ainda está longe de ser o ideal e ter o seu espaço garantido no mercado econômico da reciclagem.

Somadas estas questões às consequências dos processos de exclusão, estigmatização e invisibilidade pública têm-se um panorama de difícil modificação porque envolve um ranço histórico de exclusão daqueles que exercem a profissão de catador. Em virtude, portanto, das características típicas desta atividade – por exemplo, o fato do trabalho ser desenvolvido com materiais considerados como “lixo” pela maioria da sociedade – impede que trabalhos “subalternos” como o do catador sejam considerados relevantes perante a sociedade.

Observou-se, então, a manifestação concreta da produção da não-existência, a qual é capaz de cobrir com o manto da invisibilidade profissões como a catação, assim como os seus executores. Por meio, então, do estabelecimento da linha abissal – que é uma espécie de linha de segregação, neste caso, imaginária – a sociedade relega ao “outro lado” estes trabalhadores.

A desqualificação destes profissionais é comum e, inclusive, recorrente em muitas falas dos catadores entrevistados. Assim, tanto aqueles que já desenvolveram a atividade de catação nas ruas, quanto os que se tornaram catadores por meio do ingresso na associação relatam situações em que foram vítimas do processo de exclusão e estigmatização, o que revela, portanto, que estar associado não impede que estes fenômenos recaiam sobre os catadores.

Ademais, percebeu-se que não se pode falar em exclusão no sentido absoluto, mas sim em patamares de exclusão, já que a depender do referencial traçado por cada catador, denotam-se formas e graus diversos de exclusão. Esta questão esteve bastante presente quando foram apontados – de uma maneira geral – os pontos

positivos e negativos da realização do trabalho do catador em associações, bem como a melhora do acesso aos direitos à saúde, à educação e à moradia com o ingresso na associação.

Dentre as respostas trabalhadas, notou-se que o desenvolvimento da atividade de catação no âmbito da associação é visto, pela maioria dos catadores, como um benefício em relação ao trabalho nas ruas. Isso porque, o trabalho ao ar livre com as intempéries do tempo, além dos riscos de ter que dividir o espaço das ruas com os carros em movimento constituem malefícios aos trabalhadores.

A partir deste referencial, muitos catadores, por estarem debaixo de um teto, terem água gelada para beber e o pagamento do INSS assegurado, referiram-se à catação no âmbito da associação como um trabalho mais digno. Desta maneira, mesmo sob condições precárias de trabalho, os catadores classificam o trabalho na associação como algo bom.

Do ponto de vista dos direitos fundamentais, pode-se dizer que o acesso desta categoria ainda é precário, cuja realidade não foi modificada com o ingresso na associação. Apesar de alguns catadores descreverem situações em que atribuem como “melhora” no acesso ao direito à saúde, em especial, percebe-se a ocorrência, na verdade de uma espécie de inclusão “às avessas”. Ou seja, a simples realização de palestras, de exames de HIV e a distribuição de materiais entre os associados são proporcionadas a esta categoria no intuito de suprir as deficiências do sistema público e garantir um mínimo de acesso a tal direito.

Contudo, o acesso a direitos fundamentais, principalmente o da saúde, da educação e da moradia, este último sequer citado como melhora pelos catadores, não pode se restringir a ações pontuais como as descritas pelos entrevistados. É preciso muito mais do que isso, tendo em vista o potencial que a associação possui para se tornar um mecanismo de efetivação destes direitos fundamentais.

Depreende-se, portanto, do próprio perfil social dos catadores associados – traçado na parte final deste trabalho – que estes direitos fundamentais supracitados são

quase que inacessíveis a este grupo social, tendo em vista o grau de exclusão social do qual são vítimas.

É preciso, então, que seja conferida maior autonomia aos catadores associados, no sentido de usufruir do potencial de concretização que a associação pode exercer. Assim, por meio de uma atuação em conjunto como os representantes do MNCR e de maior capacitação dos associados a fim de tomarem maior conhecimento acerca das políticas públicas direcionadas a sua categoria, além de maiores buscas por instituições parceiras, é que os catadores – por meio da associação – terão condições de potencializar tais direitos fundamentais, cujo acesso – como demonstram a realidade das associações de catadores do município de Vitória-ES – ainda é precário e, muitas vezes, inexistente.

REFERÊNCIAS

ABRELPE – Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais. **Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil 2014**. Disponível em: <<http://www.abrelpe.org.br/Panorama/panorama2014.pdf>>. Acesso em: 29 jul. 2015.

AMUNES. **Sistema de acompanhamento de TCA's**. Disponível em: <<http://www.amunes.com.br/tca.php#item=5936>>. Acesso em: 24 ago. 2015.

BENINCÁ, Dirceu. Movimento dos Catadores de Materiais Recicláveis luta pela não incineração do "lixo" e da cidadania. **Revista Missões**, São Paulo, 09 jun. 2012. Disponível em: <<http://www.revistamissoes.org.br/noticias/ler/id/5430>>. Acesso em: 11 maio 2015.

BENVINDO, Aldo Zaiden. **A nomeação no processo de construção do catador como ator econômico e social**. 2010. 96 f. Dissertação (Centro de Estudos e Pós-Graduação sobre as Américas) - Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

BESEN, Gina Rizpah. A questão da coleta seletiva formal. In.: JARDIM, Arnaldo; YOSHIDA, Consuelo, MACHADO FILHO, José Valverde (Orgs.). **Política nacional, gestão e gerenciamento de resíduos sólidos**. São Paulo: Manole, 2012. p. 389-414.

BORTOLI, Mari Aparecida. Processos de organização de catadores de materiais recicláveis: lutas e conformações. **Revista Katál**, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 248-257, jul./dez. 2013.

BOSI, Antônio de Pádua. A organização capitalista do trabalho "informal": o caso dos catadores de recicláveis. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, ANPOCS, v. 23, n. 67, p. 101-116, jun. 2008.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 24 jul. 2015.

_____. **Decreto n. 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm>. Acesso em: 29 jul. 2015.

_____. **Decreto n. 7.404, de 23 de dezembro de 2010.** Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/Decreto/D7404.htm>.
Acesso em: 28 abr. 2015.

_____. **Decreto n. 7.405, de 23 de dezembro de 2010.** Disponível em
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7405.htm>.
Acesso em: 8 maio 2015.

_____. **Emenda Constitucional n. 47, de 5 de julho de 2005.** Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc47.htm>.
Acesso em: 11 maio 2015.

_____. **Lei 12.305, de 2 de agosto de 2010.** Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm>. Acesso
em: 28 abr. 2015.

_____. **Lei 12.375, de 30 de dezembro de 2010.** Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/Lei/L12375.htm>. Acesso
em: 8 maio 2015.

_____. **Lei 7.347, de 24 de julho de 1985.** Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7347orig.htm>. Acesso em: 8 maio 2015.

_____. **Lei 8.666, de 21 de junho de 1993.** Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm>. Acesso em: 8 maio 2015.

BRAUNER, Maria Cláudia Crespo; FURLAN, Karina Morgana. O crescente processo de medicalização da vida: entre a judicialização da saúde e um novo modelo biomédico. In: _____; PIERRE, Philippe (Orgs.). **Direitos humanos, saúde e medicina: uma perspectiva internacional.** Rio Grande: FURG, 2013. p. 103-132.

CALDERONI, Sebatai. **Os bilhões perdidos no lixo.** 4. ed. São Paulo: Humanitas, 2003.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Diário da Câmara dos Deputados.** Ano LXIV. n. 20. Terça-feira, 10 de fevereiro de 2009. Brasília – Distrito Federal. Disponível em:
<<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD10NOV2009.pdf>>. Acesso em: 11 maio 2015.

_____. **Projeto de Lei nº. 3398/2012**. Disponível em:
<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=968864&filenome=PL+3398/2012>. Acesso em: 6 maio 2015.

_____. **Proposta de Emenda à Constituição nº 309/2013**. Disponível em:
<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=112927&filenome=PEC+309/2013>. Acesso em: 6 maio 2015.

_____. **Sugestão nº. 5/2011**. Disponível em:
<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=847612&filenome=SUG+5/2011+CLP>. Acesso em: 6 maio 2015.

CAMPOS, André et al. (Org.). **Atlas da exclusão social no Brasil: dinâmica e manifestação territorial**. v. 2. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

CARTA CAPITAL. **Desigualdade cai, mas ainda é alta, mostra pesquisa do IBGE**. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/desigualdade-cai-mas-ainda-e-alta-mostra-pesquisa-do-ibge>>. Acesso em: 29 jul. 2015.

CARVALHO, Mariana Costa. **Autogestão, Economia solidária e Cooperativismo: uma análise da experiência política da Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão**. 2012. 116 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Federal de Juiz de Fora: Juiz de Fora, 2012.

CONCEIÇÃO, Márcio Magera. **Os empresários do lixo: um paradoxo da modernidade: análise interdisciplinar das Cooperativas de reciclagem de lixo**. Campinas: Átomo, 2003.

COSTA, Edimilson Rodrigues da. **Uma visão comentada sobre a lei da PNRs**. Disponível em: <<http://www.revistapetrus.com.br/uma-visao-comentada-sobre-a-lei-da-pnrs/>>. Acesso em: 28 abr. 2015.

COSTA, Fernando Braga da. **Homens invisíveis: relatos de uma humilhação social**. São Paulo: Globo, 2004.

_____. **Moisés e Nilce: retratos bibliográficos de dois garís. Um estudo de psicologia social a partir de observação participante e entrevistas**. 2008. 403 f. Tese (Doutorado em Psicologia). Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

COSTA, Lucas Kaiser. **A invisibilidade epistemológica de conhecimentos não convencionais e sua apropriação pelo direito na ótica dos direitos fundamentais**: uma análise a partir das cartas psicografadas e a racionalidade jurídica brasileira. 2015. 90 f. Dissertação (Pós-Graduação Strictu Sensu em Direitos e Garantias Fundamentais) - Faculdade de Direito de Vitória, Vitória, 2015.

CULTI, Maria Nezilda. **O cooperativismo popular no Brasil**: importância e representatividade. In: Terceiro Congresso Europeu de Latinoamericanistas, Amsterdam, 2002.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

DIMOULIS, Dimitri; MARTINS, Leonardo. **Teoria geral dos direitos fundamentais**. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

DUPAS, Gilberto. **Economia global e exclusão social**: pobreza, emprego, estado e o futuro do capitalismo. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

FRANCISCETTO, Gilsilene Passon Picoretti. Prefácio. In.: SANTOS, Boaventura de Sousa. **Poderá ser o direito emancipatório?** Florianópolis: Fundação Boiteux, 2007.

GALVÃO, Rafael Giancesella. **Política Nacional de Resíduos Sólidos e a inserção dos catadores: análise crítica à luz da justiça ambiental**. 2014. 105f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

GIROTTI, Juliana Carla. **Educação popular na construção de alternativas de economia solidária**: um estudo de caso de associações de catadores de Erechim/RS. 2012. 119 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de Passo Fundo: Passo Fundo, 2012.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Tradução de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

GOHN, Maria da Glória. **História dos movimentos e lutas sociais**: a construção da cidadania dos brasileiros. 8. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

_____. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. Petrópolis: Vozes, 2010.

GOMES, Sérgio Alves. **Revista de Direito Constitucional e Internacional**. O princípio constitucional da dignidade da pessoa humana e o direito fundamental à educação. Ano 13. n. 51 abril-junho, 2005. p. 53-101.

GONÇALVES FILHO, José Moura. Prefácio. In: COSTA, Fernando Braga da. **Homens invisíveis: relatos de uma humilhação social**. São Paulo: Globo, 2004.

GONÇALVES, Raquel de Souza. **Catadores de materiais recicláveis: trajetórias de vida, trabalho e saúde**. 2004. 107 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Rio de Janeiro, 2004.

HERKENHOFF, João Baptista. **Movimentos sociais e Direito**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.

HOP, Paulo N. **Pobres e excluídos: neoliberalismo e a libertação dos pobres**. Aparecida: Santuário. 1995.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Os que sobrevivem do lixo. **Desafios do desenvolvimento**. 2013, ano 10, ed. 77. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2941:catid=28&Itemid=23>. Acesso em: 04 ago. 2015.

_____. **Situação social das catadoras e dos catadores de material reciclável e reutilizável – Brasil**. 2013. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/situacao_social/131219_relatorio_situacaosocial_mat_reciclavel_brasil.pdf>. Acesso em: 11 maio 2015.

JUNQUEIRA, Eliane Botelho. **Através do espelho: ensaios de sociologia do Direito**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2001.

LEDUR, José Felipe. **Direitos fundamentais sociais: efetivação no âmbito da democracia participativa**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.

LIMA, Cristiano de França. **Catadores de material reciclável em movimento: trajetória de uma identidade coletiva**. Disponível em: <http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/terceirosimposio/cristiano_franca_lima.pdf>. Acesso em: 22 maio 2015.

LIMA, Mário Hélio Trindade de. **Exclusão social**: representações social da pobreza urbana no Brasil. Vitória: EDUFES, 2005.

LOBO, Lilia Ferreira. **Os infames da história**: pobres, escravos e deficientes no Brasil. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

LOSEKANN, Arthur Fernando. **A emancipação dos direitos na visão de Boaventura de Sousa Santos**. 2011. 138 f. Dissertação (Curso de Pós-Graduação em Direito Turma Especial De Chapecó - MINTER) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito ambiental brasileiro**. 20. ed. São Paulo: Malheiros, 2012.

MAGALHÃES, Beatriz Judice. Catadores de materiais recicláveis, consumo e valorização social. **Revista UFMG**. Belo Horizonte, v. 20, n. 1, p. 246-265, jan./jul., 2013.

_____. **Liminaridade e exclusão**: os catadores de materiais recicláveis e suas relações com a sociedade brasileira. 2012. 131 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

MARMELSTEIN, George. **Curso de direitos fundamentais**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MATEUS, Cibelle Gralha. **Direitos fundamentais sociais e relações privadas**: o caso do direito à saúde na Constituição brasileira de 1988. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

MEDEIROS, Luiza Ferreira Rezende de.; MACÊDO, Kátia Barbosa. Catador de material reciclável: uma profissão para além da sobrevivência?. **Psicologia & Sociedade**. Rio Grande do Sul, n. 18, p. 62-71. maio-ago. 2006.

MELO, Zélia Maria de. Estigmas: espaços para exclusão social. **Ciências, Humanidades e Letras**. Recife, n. especial, ano 4, p. 18-22, dez. 2000.

MILARÉ, Édís. **Direito do ambiente**. 9. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. **Instrução Normativa MPOG n. 1, de 19 de janeiro de 2010**. Disponível em: <<http://www.comprasnet.gov.br/legislacao/legislacaoDetalhe.asp?ctdCod=295>>. Acesso em: 8 maio 2015.

MISI, Marcia Costa. **Cooperativas de trabalho**: direito do trabalho e transformação social no Brasil. São Paulo: LTr, 2000.

MIURA, Paula Orchiucci Cerantola. **Tornar-se catador**: uma análise psicossocial. 2004. 165 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 2004.

MNCR - Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis. Política Nacional de Resíduos e o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis. In.: JARDIM, Arnaldo; YOSHIDA, Consuelo, MACHADO FILHO, José Valverde (Orgs.). **Política nacional, gestão e gerenciamento de resíduos sólidos**. São Paulo: Manole, 2012. p. 415-435.

_____. **História do MNCR**. Disponível em: <http://www.mnccr.org.br/box_1/sua-historia>. Acesso em: 20 maio 2015a.

_____. **Carta de Brasília**. Disponível em: <http://www.mnccr.org.br/box_1/principios-e-objetivos/carta-de-brasilia>. Acesso em: 17 maio 2015b.

_____. **Os direitos humanos e os catadores de materiais recicláveis**: cartilha de formação 2008. Disponível em: <www.mnccr.org.br/>. Acesso em: 19 maio 2015.

_____. **Programa de luta e organização nas bases do Movimento**. Disponível em: <http://www.mnccr.org.br/box_1/programa-de-luta/programa-de-luta-e-organizacao-nas-bases-do-movimento>. Acesso em: 17 maio 2015c.

_____. **Carta de Caxias do Sul**. Disponível em: <http://www.mnccr.org.br/box_1/principios-e-objetivos/carta-de-caxias-do-sul>. Acesso em: 17 maio 2015d.

_____. **2º Congresso Latino Americano de catadores(as)**. Disponível em: <http://www.mnccr.org.br/box_1/principios-e-objetivos/ii-congresso-latino-americano-de-catadores-as>. Acesso em: 17 maio 2015e.

_____. **Caminhar e resistir...**: cartilha de formação 2009. Disponível em: <<http://www.mncr.org.br>>. Acesso em: 17 maio 2015.

MOREIRA, Herivelto; CALEFFE, Luiz Gonzaga. **Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

MOREIRA, Nelson Camatta. **Fundamentos de uma teoria da constituição dirigente**. Florianópolis: Conceito Editorial, 2010.

MTE - MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Classificação Brasileira de Ocupações**. Disponível em: <<http://www.mtecbo.gov.br/cbosite/pages/home.jsf>>. Acesso em: 22 maio 2015.

NASCIMENTO, Bruno Pereira. **Defensoria pública e regularização fundiária urbana de interesse social**: novos rumos à efetivação do direito fundamental social à moradia. 2014. 90 f. Dissertação (Pós-Graduação Strictu Sensu em Direitos e Garantias Fundamentais) - Faculdade de Direito de Vitória, Vitória, 2014.

PHILLIPI JR., Arlindo et al. Gestão integrada de resíduos sólidos. In: JARDIM, Arnaldo; YOSHIDA, Consuelo, MACHADO FILHO, José Valverde (Orgs.). **Política nacional, gestão e gerenciamento de resíduos sólidos**. São Paulo: Manole, 2012. p. 229-244.

PORTAL BRASIL. **Reciclagem atinge apenas 8% dos municípios brasileiros**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/meio-ambiente/2012/04/reciclagem-atinge-apenas-8-porcento-dos-municipios-brasileiros>>. Acesso em: 29 jul. 2015.

RAMOS, Ines de Oliveira. **Educação especial e a Superintendência Regional de Educação de Cariacica**: um diálogo possível. 2011. 247 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Educação). Universidade Federal do Espírito Santo: Vitória, 2011.

RODRÍGUEZ, César. À procura de alternativas econômicas em tempos de globalização: o caso das cooperativas de recicladores de lixo na Colômbia. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. p. 329-367.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Lixo e cidadania. **Revista Visão**. Portugal, 27 set. 2007. Disponível em: <<http://www.mncr.org.br/artigos/lixo-e-cidadania>>. Acesso em: 07 ago. 2015.

_____. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010a.

_____. Introdução. In: _____. **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. p. 23-77.

_____. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: _____; MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do sul**. São Paulo: Cortez, 2010b.

_____. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. **Poderá ser o direito emancipatório?** Florianópolis: Fundação Boiteux, 2007a.

_____. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007b.

SANTOS, Boaventura de Sousa; RODRÍGUEZ, César. Introdução: para ampliar o cânone da produção. In: _____. **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. p. 23-74.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais**: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional. 10 ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.

_____. Direitos fundamentais em espécie. In: _____; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. **Curso de direito constitucional**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

SELLA, Adriano. **Globalização neoliberal e exclusão social**: alternativas...? São possíveis!. São Paulo: Paulus, 2002.

SILVEIRA, Maria Aparecida da. **O Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis**: um movimento em construção 1999-2009. 2010. 144 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

SINGER, Paul. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. p. 81-127.

_____. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de (Orgs.). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003. p. 11-30.

SOUZA, André Ricardo de. Um exame da economia solidária. **Revista Otra Economía**. São Leopoldo, v. 5, n. 59, p. 173-184, jul-dez. 2011.

_____. Um instantâneo da economia solidária. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de. (Orgs.). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003. p. 7-10.

SOUZA, Terezinha Rosa. de. Reconhecimento social por meio do trabalho com os resíduos sólidos urbanos - catador de material reciclável: trabalho em grupo ou individual? **Revista da Jornada Científica da Assistência Social de Vitória**, nº 02, p. 226-240, 2012.

TELLES, Vera da Silva. Direitos sociais: afinal do que se trata? **Revista USP**, São Paulo, n. 37, p. 34-45, mar.-maio, 1998.

TONANI, Paula. **Responsabilidade decorrente da poluição por resíduos sólidos: de acordo com a Lei 12.3-5/2010 – institui a Política Nacional dos Resíduos Sólidos**. 2. ed. rev., atual e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

VELLOSO, Martha Pimenta. O catador de lixo e o processo de emancipação social. **Ciência & Saúde Coletiva**. n. 10, p. 49-61. 2005.

VITÓRIA. **Lei Municipal nº 8.350**. Disponível em: <<http://sistemas.vitoria.es.gov.br/webleis/Arquivos/2012/L8350.PDF>>. Acesso em: 29 jul., 2015.

WOLKMER, Antônio Carlos. **Pluralismo jurídico: fundamentos de uma nova cultura no Direito**. 3. ed. São Paulo: Alfa Omega, 2001.

ANEXO I

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA PARTICIPAÇÃO EM PESQUISA

Eu, _____, declaro que concordo em participar da pesquisa “ESTAS VIDAS, POR QUE NÃO IR ESCUTÁ-LAS LÁ DE ONDE ELAS FALAM POR SI PRÓPRIAS? UMA ANÁLISE DA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS A PARTIR DAS ASSOCIAÇÕES DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS”, realizada pela pesquisadora e responsável pela coleta de dados Priscila Tinelli Pinheiro, Mestranda em Direitos e Garantias Fundamentais pela Faculdade de Direito de Vitória – FDV, sob a orientação da Prof. Dra. Gilsilene Passon Picoretti Francischetto, da Faculdade de Direito de Vitória – FDV.

Declaro, ainda, que fui informado(a), de maneira clara e detalhada, que:

- a minha identidade será mantida em sigilo, assegurando-se a confidencialidade e a privacidade;
- esta pesquisa objetiva a compreensão de como os membros das associações de catadores de materiais recicláveis de Vitória/ES percebem tal espaço como potencializador dos direitos fundamentais à moradia, saúde e educação objetivados pelo Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis;
- a participação nesta pesquisa é voluntária, e tenho liberdade para interromper minha participação nesta pesquisa a qualquer momento;
- a primeira parte da pesquisa será realizada por meio da participação ativa da pesquisadora junto à associação durante o período de 2 (dois) meses com frequência de 1 (uma) vez por semana no lapso temporal de 6 (seis) horas diárias, realizando as mesmas atividades laborais dos associados;

- a associação estará livre de qualquer responsabilidade com as atividades desenvolvidas pela pesquisadora no caso de eventual acidente laboral;
- a segunda parte da pesquisa contará com a realização de entrevistas individuais, que serão gravadas e, posteriormente, transcritas;
- esta pesquisa atende a todas as exigências da Resolução nº 196 do Conselho Nacional de Saúde para pesquisas envolvendo seres humanos;
- poderei solicitar novos esclarecimentos e informações sobre esta pesquisa em qualquer momento, a partir do contato com a pesquisadora Priscila Tinelli Pinheiro, no telefone (27) 99986-6233, ou pelo e-mail priscilatinelli@hotmail.com, e com o Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Direito de Vitória (www.fdv.br), pelos telefones (27) 3041-3669, ou pelo e-mail comitedeetica@fdv.br.

IDENTIFICAÇÃO DO PARTICIPANTE

Nome:

Documento de Identificação nº:

Declaro que concordo em participar desse estudo. Recebi uma cópia deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Assinatura do pesquisador

Assinatura do participante

Vitória/ES, _____ de _____ de 20____.

ANEXO II

DIÁRIO DE CAMPO – AMARIV

1º DIA – 26/05/2015:

A preparação para chegar à associação começou em casa na escolha da roupa. Procurei ser o menos possível uma estranha naquele ambiente. Vesti uma calça jeans – como a presidente numa conversa anterior havia me sugerido – com uma blusa mais simples, a qual eu sabia que poderia sujar.

Pensei em chegar antes do horário em que eles começam a trabalhar – 8 horas – para não atrasar no meu primeiro dia de trabalho. Procurei não estacionar meu carro na mesma rua da associação também para não distanciar ainda mais a minha realidade daquela vivida pelos catadores.

Cheguei 10 minutos antes do início da jornada de trabalho e fui recepcionada por um dos catadores do turno da noite – a associação enfrenta atualmente uma onda de furtos e, por este motivo, os associados optaram por se revezarem na vigilância no período da noite – como a presidente Tica não lhe havia comunicado sobre o início dos meus trabalhos, ele me levou até ao refeitório para aguardar pela chegada dela.

No refeitório, ofereceram-me um café e todos os catadores que passavam por mim me cumprimentavam com um bom dia. Logo no início do contato com os demais associados, percebi a animação de todos desde o início da manhã, o que permaneceu durante toda a manhã – como relatarei adiante.

Fui informada pela filha da presidente Cris – que também é uma das associadas – que eu poderia tomar café com eles, porque eles ganhavam o pão. Com relação ao café, era o turno da noite que deixava pronto.

Cris foi encarregada de me entregar as botas e as luvas, que são de uso obrigatório para os associados, em especial, aqueles que como eu trabalham nas mesas de separação do material reciclável.

Ao me mostrar o interior do galpão da AMARIV, Cris me relatou que a maior parte dos materiais que eles recebem são provenientes da “usina”, a qual pertence à Prefeitura. Além destes materiais, a associação recebe doações individuais de moradores, escritórios, farmácias, etc.

Eles possuem uma área em que são depositadas as “bags” pelos funcionários da Coleta Seletiva que é o mesmo local das mesas de separação e da caixa de lixo, na qual são depositados os resíduos que não são passíveis de reaproveitamento. Ao lado desta área ficam as “bacias”, em que se depositam as sacolas separadas por cores (as transparentes e as coloridas), os copos plásticos e as garrafas de cerveja. Por último, é a área que fica a prensa de papelão e de garrafas pet’s.

Ao retornar para o refeitório – alguns catadores já haviam se dirigido aos postos de trabalho, enquanto outros ainda tomavam café percebi que eles não cumprem muito o horário das 8 horas para iniciar as tarefas – para esperar as próximas instruções de Cris, questionaram-me se eu passaria por um período de experiência na associação, mas uma das catadoras – a “baiana” respondeu que eu faria uma pesquisa com eles.

Respondi que viveria, duas vezes por semana em turnos alternados (manhã e tarde) num período de aproximadamente 2 meses, o dia-a-dia deles. Percebi que a maioria dos associados era de mulheres e elas trabalhavam em locais que exigiam maior cuidado, por exemplo, a separação nas mesas e numa parte da prensa. Apesar disso, o esforço para o abastecimento das mesas era um trabalho pesado, pois tudo era feito com a força bruta, ou seja, não existem carrinhos para facilitar o transporte das “bags” até as mesas. Há um associado do sexo masculino que fica responsável em auxiliá-las neste trabalho, pois ele fica em cima da mesa e ajuda a puxar a “bag”, mas quase sempre é necessário chamar reforço de outro catador.

Antes de me dirigir à mesa – que seria agora meu posto de trabalho – a “Baiana” me questionou se iria trabalhar com a blusa que vim de casa nas mesas (apesar de ser minha blusa mais simples, era branca). Percebi um cuidado por parte delas para que eu não me sujasse tanto e, por isso, resolvi aceitar outra blusa da associação e

coloquei por cima da minha, o que não repetirei amanhã, pois como o galpão é muito quente, as minhas duas blusas me fizeram passar muito calor.

Uma cena curiosa ocorreu ainda no café da manhã, quando Baiana – num tom de brincadeira – disse a seguinte frase: “ó, você num se preocupa não, porque aqui todo mundo entra bonito e sai feio. Você vai sair também”. Senti-me um pouco constrangida com o comentário e, por isso, apenas ri. Foi neste momento, então, que parei para analisar a razão pela qual ela tinha essa percepção sobre os demais associados. Em segundos, olhei para os que estavam a minha volta e reparei que se tratava de rostos cansados e marcados por certo sofrimento ainda obscuro para mim, mas que com o decorrer da convivência eu teria condições de perceber os motivos.

Ao chegar a minha mesa de trabalho, elas discutiram acerca de quem estaria ao meu lado para auxiliar na separação. Cris foi a que primeiro se prontificou. Dita – uma das mais idosas da associação – não se manifestou. Não deixaram a Lulu, pois ela está há poucos meses na associação e, de acordo com as demais, não teria condições de me auxiliar.

Cris me instruiu a deixar ao meu lado uma “bag” para o papelão, um saco plástico para as sacolas coloridas, outro para as transparentes e outro para os copos plásticos. Estavam posicionados também um contêiner para o “pet” (garrafas plásticas), outro para as caixas de leite e de suco, outro para as latinhas, outro para a sucata, outro para o papel branco, outro para o papel misto (colorido) e no chão estavam dois sacos para as garrafas de vidro e o outro para as garrafas de cerveja.

Até ai estava tudo correndo bem, pois apesar de perguntar bastante coisa para Cris acerca de quais produtos irão ou não para o lixo, eu estava pegando o ritmo deles. Percebi que não precisava ser tão metódica, Cris me alertou sobre os papéis picados: para pegar só os maiores e descartar os demais. Além disso, para adiantar a separação, ela me disse que aquilo que caía no chão, não era necessário que eu me abaixasse para recolher. Assim como, não precisava me esticar para trazer as sacolas do centro da mesa para a ponta, pois para isso elas utilizavam uma

vassoura. Segundo ela, no final do dia minhas costas estariam acabadas se não poupasse o esforço nestas coisas.

Contudo, eu não esperava que em meio este tipo de separação estivesse tantas sacolas com materiais misturados com comida. Já tinha me acostumado com o odor, pois desde que cheguei ele já estava por lá, mas o que eu não imaginava era que o cheiro de comida podre invadissem o ambiente e eu fosse sentir tamanho enjoão que quase me fizesse vomitar. Respirei fundo neste momento, pois não queria passar por esta situação perto das catadoras, ainda mais no meu primeiro dia de trabalho. Continuei a separação e, em meio as brincadeiras, consegui me distrair e superar aquele momento.

Lulu, que no refeitório já havia me feito várias perguntas e me contado de alguns momentos da vida dela, era a que mais se preocupava comigo durante o trabalho. Apesar de não ser minha companheira na mesa de separação, ela pedia sempre ao Reginaldo – o catador que nos ajudava a reabastecer as mesas e os contêineres – para ter cuidado comigo: “Reginaldo, olha a menina ai hein. Não vai machucar ela”.

E ele que pelo que pude perceber é implicante com todas elas sempre dizia que eu não estava ali como polícia para vigiá-los, que tinha que pegar no pesado. Eu sempre sorria para interagir com todos e também entrava na brincadeira dizendo que ele devia sofrer com este monte de mulheres lhe dando ordens.

As mulheres da mesa me pareceram muito focadas no trabalho, levavam a sério o serviço. Porém, Reginaldo ficava sentado a maior parte do tempo contando suas histórias e reclamando que ele estava sozinho para realizar todas as tarefas. Todas o chamavam de preguiçoso e mandaram eu não dar conversa para ele. E nem se assustar. Reparei que todas gritavam muito durante as conversas e o Reginaldo era o alvo de todas as brincadeiras.

Também procurei ajudar no abastecimento da mesa. Era um grande esforço, pois além de puxarmos as “bags” para perto da mesa também tínhamos que ajudar o Reginaldo a colocá-las lá em cima. Mesmo sem Cris ter me chamado para ajudá-la, eu fui atrás para participar. Dita achou engraçado eu ajudando a colocar a “bag” em

cima da mesa e disse que era pesado, mas eu respondi que tinha que participar de todas as tarefas.

Percebi também que algumas coisas achadas no lixo são consideradas as “compras” do dia para elas. Lulu achou uma caixa nova com algumas pregadeiras para o cabelo e me chamou para mostrar dizendo que amanhã iria com elas para trabalhar. Ceinha – que substitui Cris ao meu lado na mesa – pediu para ficar com umas maquiagens que eu encontrei no meio do lixo para verificar a data de validade depois. Uma delas – que agora não me recordo o nome – relatou-me que já encontrou R\$ 150,00 no lixo de uma lotérica.

Chegava a esperada hora do almoço, todos já reclamavam de fome, mas Reginaldo era o mais desesperado da comida. Mesmo quando a cozinheira nos avisou que a comida já estava pronta, ainda foi preciso reabastecer as mesas e retirar as “bags” da frente da caixa de lixo para que não fosse preciso interromper o horário do almoço e atender aos funcionários da coleta. Todos ajudaram, inclusive eu. Tica, que neste momento também ajudou a retirar as “bags” até brincou, ao me ver ajudando a puxar as “bags” pesadas: “Vocês estão querendo matar a menina logo no primeiro dia”. Todos riram e disseram que eu tinha que pegar no pesado.

Retirei as luvas para almoçar e percebi que minha mão e minhas unhas estavam pretas de tanta sujeira. Apesar de me dirigir ao banheiro dos fundos para lavar as mãos – assim como os demais – Tica me chamou para lavar as mãos no banheiro do refeitório que era melhor. Reginaldo brincou que eu era especial e não podia usar o banheiro dos fundos. Questionei Tica dizendo que iria com os demais, mas ela me respondeu que eles estavam fazendo hora indo até lá trás e que eles também usavam o banheiro do refeitório.

Ao me dirigir ao refeitório, quis esperar os demais para almoçar com eles, porém a cozinheira me disse que eu já podia ir fazendo o prato, porque depois chegavam todos ao mesmo tempo. Ela me mostrou o que tinha de almoço nas panelas e me alertou que não precisava me preocupar com as “baratinhas” no chão e nas paredes, porque apesar delas estarem por ali a comida era “limpinha”. Não tive problema em aceitar a presença das baratas.

Fiz meu prato e fui até o refeitório para comer. Reginaldo me questionou sobre a quantidade de comida: “Nossa menina, você come muito pouco né”. Fiquei um pouco sem graça nessa hora e com medo deles acharem que não queria comer aquela comida. Mas eu respondi que estou acostumada a comer pouco mesmo. A comida estava uma delícia. Agradei a cozinheira ao devolver o prato.

Sentei ao lado de Dita e outra catadora. Conversamos um pouco sobre a violência, pois estava passando o noticiário na televisão. Tica falou um pouco sobre a segurança na associação e a possibilidade da instalação de câmeras.

Percebi que todos os catadores, exceto eu, Tica, Cris e outra catadora, almoçamos em pratos, pois os demais tinham a sua própria vasilha de plástico ou de metal para almoçar. Não entendi esta prática. Os copos eram recipientes de vidro reaproveitáveis de alimentos em conserva.

Ao terminar o almoço, devolvi o prato na bancada da cozinha, despedi-me de todos e fui embora. Não queria que eles me vissem saindo de carro, por isso eu estacionei na rua depois da associação.

Estou ansiosa para os próximos dias e acredito que os melhores momentos para as entrevistas são os almoços e os cafés.

Infelizmente, mesmo passando só uma manhã na associação o odor tomou conta das minhas roupas e das minhas mãos. Ao chegar a casa, tomei banho e mesmo lavando as mãos várias vezes e, inclusive, passando álcool o mau cheiro não saiu. As luvas, como usarei novamente amanhã, não coloquei para lavar, mas elas estão imundas. Fico imaginando os catadores que passam todos os dias o período da tarde e da manhã como eles já estão acostumados não devem se incomodar mais com essa situação, por outro lado, aquele cheiro deve estar impregnado na pele e nos uniformes deles.

2º DIA – 27/05/2015

Cheguei às 13 horas à associação, porém todos ainda estavam no refeitório almoçando. Sentei um pouco com eles para esperar o término da refeição.

Após todos terminarem fomos descansar o almoço na calçada à frente da associação, onde tem uma sombra fresca e todos deitam em papelões. Conversei um pouco com Orquídea e Lulu. Dita, que cochilava um pouco ao lado, também conversou algumas coisas conosco.

Depois de 1 hora de almoço, fomos nos ajeitando para retornar ao trabalho. Coloquei minhas luvas e minha bota para retomar o meu posto de trabalho. Hoje continuei na mesa ao lado da Cris.

Pegamos uma mesa difícil hoje, porque eram materiais de escritório, então tinha muitos papéis picados misturados com plástico, o que atrasou o término da mesa.

Consegui interagir mais com Cris com o episódio da barata correndo em cima da mesa e eu tentando matá-la. Cris disse que eu era muito corajosa e todas rimos, pois lhe respondi que tenho nojo delas andando, mas matar é fácil.

Reginaldo hoje estava mais quieto na parte da tarde, porque segundo elas me relataram houve puxão de orelha pela execução das tarefas na parte da manhã e ele inclusive nem quis almoçar com os outros.

Cris me alertou sobre as luvas. De acordo com ela, o lado que suja mais (o de pano) deve ser colocado para cima e eu estava fazendo ao contrário.

Por volta das 16 horas, Tereza – a assistente social que acompanha a associação – chegou à associação. Ao nos cumprimentarmos, relatei o início da pesquisa de campo e ela lembrou dos materiais que me enviou.

Após alguns minutos de trabalho, Tereza pediu para me chamar, pois queria conversar um pouco sobre a minha pesquisa. No escritório, conversamos sobre a situação das duas associações: AMARIV e ASCAMARE. O que mais me impressionou foi descobrir que as associações vendem a maior parte de seus materiais para um atravessador de Vila Velha e os demais são vendidos para particulares. Esta situação acontece, porque elas não possuem uma quantidade suficiente para vender direto para as indústrias de reciclagem e, além disso, não há no Espírito Santo uma indústria que realize reciclagem.

Ao retornar da conversa, os catadores já haviam tomado café. Fui até a cozinha para pegar o meu.

Quando terminei retornei à mesa de separação, onde fiquei até as 18 horas. Ao ser indagada sobre o horário em que iria embora, eu disse que era o mesmo que os demais, porém eles me disseram que iam embora tarde. Então, decidi ficar um pouco mais para compensar o tempo que fiquei conversando com a assistente e depois fui embora.

3º DIA – 01/06/2015

Hoje o dia começou agitado: cheguei à associação por volta das 8:10, tomei café com alguns associados e quando me dirigi à triagem fui informada pela Ceinha e pela Cris que teríamos uma reunião antes de iniciar os trabalhos.

Pedi se poderia participar também e foi permitida a minha presença.

A reunião começou com os ânimos aflorados, pois Tica começou reclamando que o grupo, nos dias em que ela está fora da associação, não cumpre o horário previsto em reunião: até as 19 horas para esperar o grupo da noite.

Outro ponto colocado em pauta na reunião foi a honestidade do “Baixinho”, porque ele se considera o responsável por todas as vendas dos materiais, impedindo inclusive a diretora financeira de fazer tal tarefa. No entanto, os associados não têm

acesso aos valores em que foram vendidos os materiais e nem a empregabilidade deste dinheiro.

Cobrou-se maior união do grupo para o crescimento da associação, porque eles estão trabalhando e, por outro lado, não conseguem obter retorno do trabalho árduo. As horas de trabalho são muitas, mas há problemas em alguns pontos da produção, como a falta de mão-de-obra e os problemas de furtos, os quais obrigaram os associados a dividirem-se em 2 turnos para vigiar o local.

Hoje também foi um dia difícil, pois eu estava muito cansada do final de semana trabalhando no EJC, o calor do galpão também estava intenso, o que contribuiu para a baixa da minha pressão. Além disso, os materiais que ficaram sob a minha responsabilidade estavam difíceis de separar, pois havia muitos papéis picados e misturados entre branco, misto e papelão. Em vários momentos pensei em desistir e ir embora, mas sempre lembrava que aquelas pessoas estavam ali o dia inteiro e, por isso, eu tinha que ter forças para terminar o meu turno.

Não consegui almoçar com eles hoje, porque tive medo de passar mal na frente dos associados e isto me prejudicar nos momentos das entrevistas.

4º DIA – 03/06/2015

Cheguei à associação por volta das 13:00 horas. Todos já haviam almoçado e estavam descansando dentro da associação, porque estava chovendo lá fora. Fui convidada pela Lulu para me juntar a elas.

O papo estava divertido, umas brincando com as outras, até que Orquídea relatou ao grupo e à Rosa que o pessoal do turno da noite estava fazendo fofoca sobre o turno da manhã: dizendo que eles não trabalham. As meninas ficaram revoltadas e, mais uma vez, reclamaram sobre essa divisão de turnos, pois estava desgastando muito todos os associados e, inclusive, causando desgaste no relacionamento entre eles. Antes, eles trabalhavam todos juntos, mas agora foi necessária essa divisão para zelar pelo patrimônio de toda a associação.

Fomos para a mesa e, neste dia, Cris não foi trabalhar, pois estava com conjuntivite. Dividi, então, a mesa com Dita. Foi um clima diferente, porque eu queria interagir com Dita (para facilitar na hora da entrevista) e ao mesmo tempo não queria que ela se incomodasse com a minha presença. Mas ocorreu tudo bem. Fiz até uma brincadeira que ela riu.

Na hora do café, Baiana me indagou acerca dos meus estudos (sempre sou indagada pelo Reginaldo, mas sempre num tom de saber se sou “importante”). Respondi que já era formada em Direito e estava estudando para ser “professora” agora. Neste momento, ela brincou dizendo: “nossa... mas precisa comer pão seco para isso” – referindo-se ao fato de eu não ter manteiga para passar no pão. Rosa, neste momento, brincou dizendo que ele não estava seco, pois a saliva estava molhando. Todos riram.

Descobri também na hora do café que Lúcio pretende, depois que estudar elétrica, pretende estudar Direito na FDV. Fiquei muito contente de ver que eles sonham com algo melhor do que a atual atividade de catação.

Voltamos para a mesa e continuamos o trabalho até o meu horário de 18:30. Fui embora com muita sede, porque estou evitando ao máximo tomar água na associação desde o dia em que Tereza, a assistente social, alertou-me acerca da contaminação. Parei logo no posto e só depois fui embora.

5º DIA – 07/06/2015

Hoje o dia começou tranquilo: cheguei à associação e, como de costume, fui ao refeitório esperar o pessoal terminar de tomar o café da manhã.

Por volta das 8:30 iniciamos os trabalhos. A primeira mesa estava – nas palavras de Milady – “amarrada”, porque tinha um material difícil de separar. Estávamos, inicialmente, em 4: Milady e Lulu, de um lado, eu e Cris, do outro. Depois, Rosa mandou Lulu ir ajudar no papelão e ficamos em 3. Enquanto a outra mesa já estava sendo repostada, a nossa ainda estava na metade.

Houve um episódio engraçado: Cris ficou ao telefone durante quase toda a manhã. E num determinado momento ela deu um grito assustando a todas. Ela se explicou que era um rato enorme que estava andando no meio dos materiais. Após esse fato, novamente ela grita dizendo que tinha um rato morto no meio do material dela. Enchi-me de coragem e peguei o rato (morrendo de nojo) e o coloquei na lixeira. Todas riram e voltamos ao trabalho.

O lixo estava bem nojento e, por isso, havia muitas baratas andando pela mesa. Matei várias. Angela se divertia e fazia cara de nojo.

Quando finalmente terminamos de separar a mesa, chegou a hora de ajudar Reginaldo e, hoje contamos com a ajuda do Didi também, a encher a mesa novamente. Mas fui surpreendida por Cris me chamando para subir e ajudar a encher a mesa lá de cima. Rosa quando viu ficou morrendo de medo de eu me machucar. Foi um trabalho difícil, porque é muito peso para subir, mas deu tudo certo. Valdir não tem muita paciência comigo não, na semana passada quando eu estava catando uns materiais que ficaram jogados na rua, ele me pediu para dar licença, pois ele seria mais rápido. Mas hoje ele não falou nada de eu ajudá-lo a encher a mesa.

Reginaldo, novamente, foi alvo de brigas. Orquídea, hoje, estava muito nervosa com ele, porque sempre temos que chamá-lo para retirar o material dos latões cheios.

Hoje eu também estava um pouco mal, porque espirrei várias vezes. Havia muita areia nos materiais da mesa, por isso, nem fiquei para o almoço. Fui para casa cansada, mas com o sentimento de dever cumprido de mais um dia de trabalho de campo.

6º DIA – 10/06/2015

Como era o dia que eu havia me programado para começar as entrevistas, resolvi chegar mais cedo para esperar eles almoçarem e escolher alguns para fazer as perguntas.

Cheguei a associação por volta de 12:30 e eles ainda esperavam o almoço ficar pronto. Sentei no refeitório e percebi que haviam muitos cartazes colados na parede, logo que comecei a ler, Orquídea me explicou que eles ficaram todo o período da manhã numa reunião listando os pontos que precisam ser melhorados na associação.

Percebi que eles estavam muito agitados. Lulu, ao se sentar a mesa, estava reclamando que o pagamento ainda não havia saído. As queixas sobre o atraso no pagamento foram recorrentes durante toda a tarde, repetiram-se no intervalo do almoço e no café da tarde, inclusive com ameaças de que iriam sair da AMARIV e procurar vaga na ASCAMARE ou virar vendedores de picolé pelas ruas. As queixas dirigiam-se também à falta de informação sobre a previsão do pagamento. Eles estavam sem ter o que colocar a mesa em suas casas.

Esprei todos terminarem de almoçar e resolvi começar as entrevistas pela Orquídea, pois tinha a impressão de que ela seria mais compreensiva comigo. Ela se dispôs a responder, fiquei muito contente. A entrevista fluiu bem. Ela me convidou para sentarmos no sofá da Flor – que fica na parte de separação do “pet”, no último galpão.

Depois foi a vez de Cris, que ainda estava no refeitório quando eu voltei da entrevista com Orquídea. A entrevista com ela foi um pouco diferente, porque ela não se abriu tanto, talvez por causa da pouca idade, tendo em vista que ela tem só 18 anos e Orquídea tem 63, ela tenha menos experiências para contar.

Terminei as perguntas e fui lá para a calçada descansar com os demais. Neste momento, vivenciei uma das situações mais marcantes de todo este tempo que estou frequentando às associações: a própria invisibilidade social.

Sentada numa cadeira (o que normalmente não ocorre, pois costumamos nos sentar sobre pedaços de papelão estendidos no chão), ao lado de Orquídea e os demais associados, conversando sobre assuntos variados e esperando a hora de entrar para iniciarmos os trabalhos, uma funcionária da FDV, que me conhece desde a graduação, inclusive pelo nome – passou pela calçada acompanhada de uma

mulher e não me reconheceu, cumprimentou a todos com uma “boa tarde”, mas não falou diretamente comigo. Fiquei eufórica diante da situação, pois vi a teoria se aplicando a prática e sem ninguém me contar. Depois de um tempo refleti sobre a situação, pude perceber que o simples fato de eu estar no meio de catadores, já foi suficiente para vivenciar uma das situações em que a invisibilidade social os torna vítimas. Queria sair logo dali e contar para minha orientadora para saber a impressão dela sobre aquele fato.

Passado esse momento de êxtase, Orquídea me sugeriu que entrevistasse a baiana, porque ela já estava há muito tempo na associação e teria muita coisa para me contar.

Foi muito boa também a entrevista com a baiana, porque ela já tinha sido catadora pelas ruas. No entanto, a insatisfação com a organização da associação foi o principal ponto destacado por ela e que, naquele dia, estava presente em todos os associados. Até mesmo aqueles que não costumam conversar muito comigo. A reunião sobre a organização da associação e o atraso no pagamento, foram situações que mexeram com eles.

Ao terminar as entrevistas, iniciei os trabalhos na mesa de separação. Conversei mais com Cris naquele dia, comentando a minha experiência na ASCAMARE sobre a triagem, que era feita de forma diferente da AMARIV.

Ao retornar do café da tarde, Reginaldo assumiu o lugar de Cris. Ele não se preocupa se está colocando os materiais errados, o que me irritou muito. Até discuti com ele, por isso, preferi ficar até as 18 horas para não brigar ainda mais com ele. A minha irritação era pelo fato de que eu tenho cuidado em não estragar a separação do material, mas ele prefere fazer rápido para terminar a mesa mais rápido e, por isso, não está nem aí se está jogando coisas erradas nos latões.

Estava contando os minutos para ir embora, porque não agüentava mais o Reginaldo querendo conversar e eu irritada pela forma com a qual ele estava separando o material.

7º DIA – 15/06/2015

Resolvi adotar uma nova estratégia para tentar fazer alguma entrevista logo no café da manhã: tomar café junto com os demais. Porém, minha tentativa foi sem sucesso. Dona Marlene – a cozinheira – chegou tarde, então todos começaram a trabalhar, mesmo sem café, e só depois se reuniram no refeitório.

Então, resolvi deixar as entrevistas para a hora do almoço mesmo.

Hoje, fiquei sozinha na mesa, porque Cris mudou de função: picou os papéis brancos para encher a caixa. Lulu foi ajudá-la também. Eu fiquei de um lado da mesa e Milady do outro. Foi uma manhã muito pesada.

Em alguns momentos Reginaldo ajudou a triar o meu lado, mas nas piores sacolas ele pulou fora sob o argumento de que o seu estômago é fraco. Pensei: “o meu também é, estou aqui morrendo de vontade de vomitar e matar essas pessoas que não sabem o que é coleta seletiva”. Era um material muito sujo, era de uma festa junina do final de semana, mas como tinham muitas latinhas de refrigerante e garrafinhas de água, fui “obrigada” a separar o material.

Nós fomos almoçar tarde, eu já estava zozza de tanta fome. Comi arroz, feijão e um pedacinho de carne, porque tinha pouca na panela e fiquei com medo de deixar os outros sem.

Logo após o término do almoço, ofereci a paçoca que trouxe de casa e já fui atrás da Milady para começar minha maratona de entrevistas. Depois foi a vez da Flor e a última do dia foi com Dita. Foram todas muito boas, Milady, por exemplo, trabalha como catadora há 15 anos, sendo que os 2 primeiros foram nas ruas puxando carrinho.

Depois que terminei as entrevistas, fui convidada a me juntar a todos na calçada para descansar, conversar um pouco. Quando deu 14:10 eles retornaram as suas atividades e eu fui embora para casa.

8º DIA – 17/06/2015

Cheguei à associação por volta das 12:30, todos já haviam almoçado e descansavam na tradicional calçada da sombra.

Acenei para todos e entrei para o refeitório na tentativa de já começar algumas entrevistas. Como Juracy estava assistindo televisão, aproveitei para abordá-lo. No início, quando perguntei se ele poderia me responder algumas perguntas, senti que ele não estava muito disposto, mas Lúcio – filho de Tica, que também estava no refeitório e nos ajuda em alguns momentos na produção – incentivou ele a me responder.

Fomos lá para dentro do galpão para nos sentar no sofá da Flor, porém já estava ocupado. Não vi alternativa a não ser sentar num amontoado de papelão que estava no galpão da prensa e do “pet”, porém Juracy permaneceu de pé durante toda a entrevista e não olhou para mim em momento algum. Fiquei muito constrangida, até me arrependi de ter chamado ele para conversar.

Não consegui fazer todas as perguntas que estavam previstas, porque ele mostrou-se impaciente e não sabia como responder. Procurei explicar todas as perguntas, mas não adiantava. Fiquei sem saída e resolvi terminar a entrevista e não fazê-lo assinar o termo. Acredito que não poderei usar as pequenas falas dele no trabalho. O que mais me assustou foi o fato de que ele não sabia, por exemplo, a sua idade. Definitivamente, eu não soube lidar com a situação e procurei me livrar daquele momento.

Parti para outra entrevista, desta vez com a Rosa. Ela se mostrou muito solícita e, inclusive, destacou que está gostando da minha presença na associação, perguntou se não vou deixá-los em breve. Expliquei que minha parte no campo está chegando ao fim, mas que sempre que possível irei visitá-los, pois minha faculdade é do outro lado da rua.

Ao final da entrevista, ela me relatou que anda muito cansada do serviço, porque está trabalhando no turno da noite. Além disso, quer deixar o seu cargo na diretoria,

pois está lhe desgastando muito. Todos falam mal dela e da Tica, mas não querem assumir o cargo delas.

Durante a fala dela eu fiz uma rápida comparação na minha cabeça mesmo em relação ao presidente da AMARIV e da ASCAMARE. Explico: enquanto Baiano 1 (recém eleito presidente da ASCAMARE) trabalha na mesa junto com os demais associados, Tica (reeleita presidente da AMARIV) não participa da produção – pelo menos durante o tempo em que estou lá no período diurno não a vejo junto com os demais. Esta situação pode ter alguns fatores que contribuem como o fato dela talvez trabalhar alguns dias à noite e também porque tem muitos compromissos fora da associação, por exemplo, reuniões e as palestras que ela tem dado em outras associações fora do município a fim de conseguir um dinheiro a mais para a AMARIV.

Acho válido todo o trabalho que ela faz. Contudo, reparei que isso pode estar atrapalhando um pouco a organização da associação e a sua gestão. Ela nunca está presente quando os problemas ocorrem, o que gera muitas fofocas por parte dos associados.

Passado este momento, parti para a minha terceira e última entrevista do dia com o Rabicó. Ele é responsável pelo manejo do isopor. Foi uma entrevista muito produtiva, porque ele já foi catador na rua.

Terminado o horário do almoço, iniciei os trabalhos na mesa de separação. Como Cris caiu de bicicleta e teve que ir ao PA para ser atendida, não trabalhou a parte da tarde. Minha companheira de mesa hoje foi Maria das Graças – uma associada do turno da noite. No início foi bem difícil minha aproximação com ela, porque parecia que não queria papo comigo. Continuei normalmente meu trabalho, porém foi um dia muito difícil: espirrei o tempo todo em que estava na mesa. O tempo mudou e contribuiu para minha alergia, além da poeira de sempre do galpão.

No café da tarde, conversei um pouco com Baiana e Ceinha sobre a produção e a minha experiência na ASCAMARE. Trocamos muitas ideias. Pedi para acompanhar

Baiana na próxima semana na prensa para me inteirar um pouco sobre essa parte da produção. Ela logo aceitou e disse que ia me ensinar.

Como estava mal por causa da alergia, decidi sair um pouco mais cedo. Fiquei só até as 17 horas. Despedi-me de todos e terminei mais um dia de trabalho.

9º DIA – 22/06/2015

Cheguei atrasada à associação, por volta de 8:20, e todos ainda estavam do lado de fora esperando o café ficar pronto. Como me atrasei, já tomei café em casa para não atrasar o serviço, mas eles não são pontuais. Então, tive que esperá-los terminar o café e depois fui para a prensa.

Fui questionada por todas minhas companheiras de mesa sobre a mudança no posto de trabalho. Respondi que só iria conhecer o funcionamento da prensa, mas que depois voltaria à mesa de separação.

Começamos o trabalho tarde, por volta das 9 horas. Baiana foi a responsável por me auxiliar em uma das 3 prensas as outras duas ficam por conta de Florzinha e Negão. Como já conhecia o trabalho na ASCAMARE foi tranquilo pegar o ritmo agora. A única diferença é na forma de amarrar, porque aqui na AMARIV tem uma espécie de corda de plástico que é presa por um metal e, então, não precisa fazer nó de forma manual.

Adiantamos bastante: fizemos 3 fardos de papelão na parte da manhã. Paramos as 12:30 para almoçar. Outra diferença também que notei é que eles não fazem um fardo só de papel misto, mas um pouco com o papelão. Baiana me explicou que o papel misto tem uma superfície lisa, que o torna escorregadio e dá trabalho para amarrar, porque precisa forrar toda a prensa antes de jogá-lo.

Logo quando cheguei, senti um clima tenso entre Dita, Negão e outros associados. Quando me aproximei, senti um cheiro de bebida em Negão. Escutei que a mãe dele (Dita) estava chateada por ele estar assim e queria que ele começasse logo o

trabalho. Flor intermediou a situação dizendo que era pra ele decidir se iria colocar o uniforme ou iria embora.

Ele decidiu ir para a prensa. Baiana me apontou que ele estava bêbado, porque estava falando muito e ele normalmente é quieto. Quando ele já estava no trabalho, Tica se aproximou e mandou ele embora se curar da bebedeira, porque não é permitido que os associados trabalhem naquele estado. No início, ele não gostou muito, mas quando ela ameaçou lhe dar uma suspensão de 15 dias – conforme previsão no estatuto –, ele foi. Dita também não aprovou a decisão. Ficou um clima um pouco tenso.

Terminado o trabalho, fomos almoçar. Depois do almoço, fui atrás de Florzinha para fazer a entrevista. No início, ela ficou um pouco tímida, mas como sentei com ela lá na calçada, ela foi respondendo normalmente.

Iria fazer a entrevista com Neidiane também, mas não a vi depois do almoço. Eles me disseram que ela estava meio estranha, nem queria almoçar. Normalmente ela é muito calada.

Voltei lá para dentro para tentar falar com Tica, porque ela viaja muito e quase não a encontro na associação, então quis aproveitar a oportunidade. Esperei ela atender um funcionário da prefeitura e, enquanto isso, conversei com Tereza alguns pontos que tenho observado nas associações.

Depois conversei com Tica, foi uma das melhores entrevistas. Como imaginei. Ela tem muito orgulho da profissão de catadora e luta, na função de presidente, com muita vontade para o crescimento da associação.

Como demorou até que eu conseguisse a entrevista com Tica, todos já tinham voltado ao trabalho quando eu terminei de conversar com ela. Fui embora e só consegui me despedir de Juracy e Alexandre quando passei pelo outro portão.

10º DIA – 24/06/2015

Como pretendia terminar as minhas entrevistas, cheguei cedo, por volta das 12:30, à associação. Todos já haviam almoçado e descansavam lá fora. Infelizmente não consegui terminar, porque Lulu tinha saído para levar o filho na creche, Negão foi tirar os documentos com Dita, Ceinha tinha acabado de chegar com a filha do dentista e ainda ia almoçar e Nedina estava descansando e, como ela é sempre muito calada, preferi não interromper.

Conversei com o pessoal lá fora até dar o horário para iniciarmos os trabalhos. Por volta das 13 horas começamos. Fui para a prensa mais um dia. Eu gostei dessa parte do trabalho, mesmo que as costas podem doer um pouco mais, achei melhor do que a separação na mesa, seja porque rende mais (vemos o fim do material), seja porque é menos nojento e fedorento do que o material misturado da mesa.

Fizemos um fardo de plástico transparente que levou toda a baia para ser completado. É muito ruim o sistema deles, por exemplo, lá na ASCAMARE eles só colocam o plástico cristal nas sacolas transparentes também, porque é mais fácil para jogar na prensa. Já na AMARIV, eles colocam em sacolas coloridas também, então você tem que rasgar a sacola e jogar todo o plástico transparente lá dentro. Porém, à medida que vai tomando volume, tem que ficar segurando para não cair tudo fora, porque ele não abaixa, mesmo com a prensa. Então, demora muito para terminar. Levamos mais de 1 hora para completar o fardo.

Depois, passamos para o plástico colorido. Esse foi bem mais tranquilo, demoramos pouco tempo, porque era só trazer as sacolas da baia e jogá-las dentro da prensa. Elas não subiam tanto igual ao do plástico transparente, o que facilitou muito o trabalho. Acredito também que isso se deva ao fato de que elas estavam dentro de uma sacola maior e impedia que os pedaços menores se soltassem e fizessem mais volume.

Por último, fizemos um fardo de papelão, que também foi bem rápido, porque tivemos sorte de escolher os “bags” recheados de caixas grandes, o que facilita o fardo tomar volume.

Durante o trabalho, conversei bastante com Baiana, ela reclamou do pessoal que falta muito, principalmente, aqueles que estão na prensa, porque é naquela etapa do trabalho que eles têm que ser mais ágeis, já que o valor do pagamento depende da quantidade de fardos que eles fazem por semana. Uma caixa completa que o comprador vem buscar tem, em média, 45 a 50 fardos de materiais variados e, geralmente, sai 1 caixa por semana, porém esse mês eles se atrasaram e, como consequência, o pagamento deve ser menor.

Ela me relatou que a Tica estabeleceu uma gratificação no valor de R\$ 100,00 para os que trabalham na prensa e não faltam, mas só ela que recebeu até agora, porque os outros (Florzinha e Negão) possuem muitas faltas. E, com isso, ela acaba tirando um valor maior no final do mês.

Terminamos de amarrar o fardo por volta de 17:40. Baiana me agradeceu pela ajuda na prensa, despedi-me das meninas que estavam na mesa e fui embora.

11º DIA – 29/06/2015

Hoje, pela primeira vez, cheguei à associação, por volta das 8:10, e todos já estavam em seus postos de trabalhos. Fiquei um pouco perdida, pois o turno da noite voltou a trabalhar durante o dia, porque os alarmes foram instalados na associação.

Comecei no improviso na mesa junto com Dita. Depois passei a ocupar o lugar de Scheila ao lado de Lulu. Hoje o dia foi bem movimentado, com todos trabalhando durante do dia, o serviço rendeu bastante. Percebi o quanto é importante todos estarem unidos no trabalho e os motivos que causaram a redução da produção.

Depois fomos almoçar, foi bem descontraído. Ao terminar, fui para a calçada lá fora para fazer mais algumas entrevistas. Consegui interagir bastante com o pessoal que ainda não havia conseguido entrevistar.

Porém, percebi que terei um pouco de dificuldade para me aproximar do pessoal do turno da noite, porque eles ainda não estão interagindo com o pessoal do dia. Na

calçada mesmo, os dois grupos ficaram divididos. Um fator que pode ter contribuído é a entrada dos novatos no turno da noite, muitos ainda não se conhecem. Hoje foi o primeiro dia em que eles trabalharam juntos. Acredito que ao longo da semana essa situação deve melhorar.

Consegui conversar com Neidiane, Negão, Didi e Lulu, com muito custo. Ela não queria conversar, acho que ficou com vergonha, pois muitas perguntas ela disse que não sabia responder. Tentei ser natural e ela aceitou conversar.

Terminadas as entrevistas, despedi-me de todos e fui embora depois de mais um dia de trabalho.

12º DIA – 01/07/2015

Ao chegar a associação, todos estavam descansando do almoço na calçada lá fora. Sentei-me com eles. Percebi mais integração entre o pessoal da noite e do dia.

Ao terminar o horário do almoço, retornamos ao trabalho. Calcei minhas botas e vesti minhas luvas. Cris me questionou sobre onde eu trabalharia naquele dia e deixei a escolha com ela. Ela me sugeriu ir para a triagem do pet. Porém, ao chegar ao galpão, Rosa me disse que teria que sair para uma reunião e só retornaria no final da tarde. Então, ela me pediu para ficar no seu lugar na mesa de triagem.

Ficou um pouco confuso, mas como eu sei que eles precisam de bastante produção na mesa de separação, resolvi ficar por lá mesmo e deixar a mesa do pet para a próxima semana.

Fiquei ao lado de Neidiane. Gostei bastante, por que não é tão apertado quanto a outra mesa que eu ficava. Agora as 3 mesas estão trabalhando. Está um ambiente muito bom.

Agora que a Flor é coordenadora de mesa e tem mais ajudantes no recolhimento dos baldes cheios de materiais, a produção está rendendo mais. Só o Reginaldo que

continua com umas brincadeiras chatas comigo. Ele é o que mais enrola, todos reclamam dele, mas tem pena de mandar ele embora. No fundo, o grupo gosta dele.

Aproximei-se da Shirley, que trabalha na mesa e da Vera, que está no lugar da Marlene a cozinheira. Shirley é bem divertida. O filho dela trabalha junto com o Reginaldo enchendo as mesas e recolhendo os baldes.

Terminamos o trabalho às 17 horas, limpamos o galpão recolhendo os materiais que estavam no chão e colocando em outro bag que será retornado para as mesas para ser separado. Cris me disse que a organização da associação mudou e eles agora param às 17 horas para arrumar o galpão e vão embora às 17:30 horas. As mesas ficam cheias para aqueles que farão hora extra a noite.

13º DIA – 06/07/2015

Hoje o dia tinha tudo para ser pesado, porque eu passaria o período da manhã e da tarde trabalhando, já que na semana passada Cris me convidou para a festinha surpresa que eles fariam para a estagiária deles – a Gabi. Resolvi, então, contribuir de alguma forma e levei alguns brigadeiros no copinho para a festinha.

Como falei na semana passada que gostaria de aprender a separação do “pet”, foi para lá que me encaminharam hoje. Minha companheira de trabalho foi a Milady, ela é muito animada, conversamos o dia todo. Ela até me agradeceu por ter ido ajudá-la na separação, porque na sexta-feira ela passou mal e o material daquele dia tinha ficado todo na mesa para triar.

Começamos, então, o dia com uma grande tarefa: dar conta daquela mesa lotada de “pet” e, ainda, o material que chegava nas 3 mesas de separação. Foi difícil pegar o ritmo, pois, ao contrário da ASCAMARE, eles possuem 8 tipos diferentes de separação: “pet” transparente, “pet” verde e azul, plásticos coloridos, plásticos cristais (esbranquiçados), plásticos brancos, plásticos mais mole e transparentes (tipo bandejinhas), plásticos de copo de água mineral, plásticos mistos (que não se enquadram nestas categorias não pelas cores, mas pelo tipo de material que são feitos). Foi uma experiência muito enriquecedora.

Hoje teve também a entrega do computador doado pelo INSEA à AMARIV. Foi bem interessante, porque a responsável pelo instituto conversou com os associados acerca da importância da parceria com eles e dos eventos que foram realizados até então. Ela levou um cartaz com fotos dos eventos e deixou na parede do refeitório para que todos pudessem tomar conhecimento.

Chegada a hora do almoço, fomos ao refeitório. Hoje era dia de feijoada. Na hora do descanso, consegui entrevistar duas catadoras do turno da noite: Vera e Gilda.

Depois, retornamos aos postos de trabalho e continuei com Milady na prensa, mas como estávamos ainda sem material, fui ajudar Baiana na prensa. Todos estavam contentes, porque a caixa conseguiu sair com 60 fardos. Segundo Baiana, na quinta-feira, vai mais uma caixa completa se eles conseguirem bater essa meta.

Hoje presenciei uma situação bem constrangedora: Bruno, um associado que trabalhava no período da noite, estava fazendo fardos na prensa que a Florzinha costuma trabalhar, mas hoje ela faltou. O primeiro fardo que eu vi foi de jornal, mas ficou bem fino, mas ele não conseguiu amarrar, então Baiana o ajudou com a amarração mesmo com algumas reclamações. Depois, o outro fardo que ele fez foi de pet transparente, porém este arrebentou todas as cordas. Baiana foi ajudá-lo novamente, mas as dela também arrebentaram. Alexandre interveio dizendo que esqueceram de retirar todo o ar. Amarramos novamente e uma das cordas arrebentou, mas desta vez foi por minha culpa, porque eu coloquei no lugar errado. Durante a primeira amarração, Baiana ficou nervosa com Bruno e disse que ele teria que aprender a amarrar direito para ela não ter que ficar parando toda hora e fazer o serviço dele. Bruno disse que não iria se sentir pior, porque as cordas dele arrebentaram, já que isso acontece com todo mundo. Ficou um clima ruim e ele deu as costas para procurar outro serviço sob a alegação de que não queria arrumar confusão.

Voltei para ajudar Milady na separação do “pet”. Depois paramos para a festinha da Gabi. Foi bem divertido. Todos adoraram meus brigadeiros. Fiquei bem contente.

Voltamos para o trabalho e eu me revezava para ajudar Milady no “pet” e Baiana na prensa. Fiquei até as 17 horas e depois fui embora.

14º DIA – 13/07/2015

Hoje começamos o trabalho um pouco mais tarde, cheguei à associação por volta das 8:30 e o pão ainda não havia chegado. Tomamos café, conversei um pouco com a Vera sobre os filhos dela e depois iniciamos os trabalhos às 9 horas.

Fui recrutada pela Flor para trabalhar na mesa no lugar de Lulu, já que ela faltaria hoje. Também estava faltando Neidiane e Orquídea, então as mesas estavam desfalcadas.

Trabalhei sozinha de um lado da mesa e do outro lado estavam Cris e Graça. A separação hoje rendeu bastante. Observei que desde o retorno do pessoal da noite para o dia e a nova organização adotada ficou bem melhor. Os meninos enchem as mesas com maior rapidez, já deixam os “bags” para reposição separados. Hoje, por exemplo, tinham 3 trabalhando nessa parte de encher as mesas e levar os baldes cheios de material para a prensa.

Quando chegou a hora do almoço reparei que os “bags” de material, que antes ficavam amontoados na entrada do galpão, foram todos separados ainda pela manhã. Chegou apenas 1 caminhão. Conversei com Rosa sobre isso e ela me disse que eles, agora, esperam os “bags” chegarem quase ao final para pedirem um novo caminhão de material e, dessa forma, não acumula muito no galpão.

Hoje, não quis almoçar com eles para chegar mais cedo a casa. Todos insistiram para que eu “cortasse” a fila e almoçasse com eles, mas preferi não aceitar. Despedi-me de todos e saí por volta das 12:15 horas.

15º DIA – 15/07/2015

Cheguei à associação por volta das 12:45 e alguns ainda estavam descansando na calçada. Parei para conversar com Lúcio, Carlos e outro novato da noite. Perguntei sobre a ausência de Lulu e de Reginaldo na segunda-feira e eles me disseram que os dois estavam de suspensão, porque brigaram na semana passada. Reginaldo já havia voltado ao trabalho, mas Lulu ainda não tinha aparecido.

Depois fui lá para dentro calçar minha bota e me preparar para o trabalho. Rosa estava limpando o galpão e parei para conversar um pouco com ela. Ela reclamou da poeira, porque o galpão estava muito sujo e realmente eu estava espirrando muito nos últimos dias que fui lá. Nesse momento, Marcelo chegou com um caminhão de material e foi logo dizendo que se tratava de um material velho que estava no depósito, ou seja, estaria todo remoído pelos ratos. Rosa reclamou e ele disse que viriam mais caminhões daquele por esses dias, pois eles estão desocupando o galpão.

Fui encaminhada por Rosa para ficar no lugar de Lulu, ao lado de Negão. Mas depois Gilda pediu que eu trocasse e fosse para a mesa de Vera. Eu até preferi, porque lá não é tão apertado e Vera conversa mais comigo. Foi uma tarde muito boa, conversamos bastante.

Reginaldo foi para o lugar de Lulu e Carlos para o de Orquídea, que está afastada por uns dias do trabalho por causa de um inchaço nas pernas. Durante toda a tarde, o pessoal brigou e chamou Reginaldo para trabalhar, como de costume.

Na hora do café, todos estavam alvoroçados porque havia chegado uma doação de cobertores e roupas de frio de um asilo. Foi uma confusão na hora da escolha, mas no final todos se entenderam e pegaram o que queriam, até sobrou material. Descansamos um pouco e retornamos ao trabalho.

Às 17 horas paramos para limpar o galpão e depois fomos embora. Ficaram só aqueles que faziam horas extras no período da noite.

16º DIA – 20/07/2015

Enfim, chegou o último dia de trabalho. Fiquei os dois turnos na associação, pois a tarde eu tinha preparado um momento de despedida para os associados.

Ao chegar, Milady já me chamou para ajudá-la com o pet. Disse que nos últimos dias esteve muito cansada. Avisei ao pessoal da mesa que trabalharia no outro galpão e me dirigi até lá para iniciar os trabalhos.

A parte da manhã foi bem tranquila, em alguns momentos eu até pude ajudar Baiana e Alexandre na prensa. Quando a mesa de pet enchia, eu voltava para o meu posto para ajudar Milady. Ela comentou comigo que eu até poderia ficar sozinha no pet, porque já tinha pegado o jeito.

Paramos para almoçar às 12:30. Depois fomos descansar lá fora. Vera, Gilda e Tica estavam bem agitadas e discutiam a questão da mudança deles para um novo galpão. Contaram-me também que um dos secretários da prefeitura relatou que o novo galpão caberia somente 21 associados, 2 mesas e 2 prensas, o que obrigaria a associação a dispensar 6 associados, desfazer-se de 1 mesa e 1 prensa. Isso inviabilizaria a produção. Outro motivo da revolta delas foi uma comparação feita, também por um funcionário da prefeitura, entre a AMARIV e a ASCAMARE no sentido de que a segunda tem maior produção do que a primeira. Tica, então, conseguiu um documento fornecido por outra secretaria da prefeitura informando a produção das duas associações nos últimos meses e que revelava uma situação oposta.

Voltamos ao trabalho. Eu já estava ansiosa para o café da tarde, para agradecer a todos o acolhimento. O pão chegou por volta das 15:30 horas e eu fui até a cozinha para preparar a mesa com o bolo que eu tinha levado.

Cris reuniu todos os associados no refeitório para que eu pudesse dizer algumas palavras. Quando todos chegaram, eu disse que aquele seria meu último dia de trabalho lá e li a seguinte mensagem que preparei para eles:

“Queridos amigos da AMARIV,

Acho que posso chamá-los assim né? Passados 2 meses de convivência já me sinto parte dessa associação.

Quando eu entrei no mestrado eu não queria apenas um título, eu queria que a minha pesquisa tivesse uma relevância social. Dentre as várias profissões que eu poderia ter escolhido para estudar a invisibilidade social, a do catador foi a que mais me chamou a atenção. Mas eu sempre me questionava sobre como eu poderia escrever sobre o catador sem conhecer de perto o trabalho que ele desenvolve. Foi neste momento que eu decidi sair dos bancos da biblioteca e entrar no mundo de vocês: catadores.

Os dias que antecederam o início dos trabalhos foram marcados por grande ansiedade. Eu me questionava como vocês iriam reagir a minha presença, se eu conseguiria entrar no mundo de vocês e, ao mesmo tempo, respeitar a individualidade de cada um.

Procurei, em todos os momentos, quebrar qualquer distância que pudesse existir entre nós e, hoje, eu posso afirmar com toda certeza que isso só foi possível, porque vocês me acolheram desde o primeiro momento. Sem julgamentos, sem perguntas apenas com um carinho que eu só tenho a agradecer.

Mesmo diante de tanta luta, porque agora eu sei o quanto o trabalho de um catador é pesado (tinha dias que eu chegava morta em casa de tanto cansaço), vocês conseguem trabalhar com um sorriso no rosto e não perder as esperanças de melhorar cada vez mais as condições de trabalho.

Posso sair daqui não sabendo separar corretamente os materiais (ainda tenho muitas dúvidas, né minhas companheiras de mesa: Angela, Dita, Ceinha, Nedina, Vera, Lulu, Graça – que estão aqui de prova), ou diferenciar o que é pet (são muitas separações né Milady e Flor?), ou mesmo amarrar um fardo (né Baiana?). Mas sabe o que eu aprendi desde o primeiro dia aqui na associação e que eu nunca mais

esquecerei? O companheirismo, o amor ao próximo e lutar sem nunca pensar em desistir, com muita garra sempre, porque vocês são verdadeiros guerreiros.

Saibam que vocês foram muito mais do que colaboradores da minha pesquisa, vocês foram meus companheiros de trabalho, de luta e vocês não tem ideia de como isso foi importante pra mim. Vou levar comigo um pouquinho do que aprendi com cada um de vocês. Mesmo aqueles que eu não consegui me aproximar tanto, saibam que eu admiro muito a profissão de vocês e a pessoa de cada um.

Hoje, eu estou aqui, para agradecer o acolhimento de cada um de vocês desde o primeiro dia que eu entrei na AMARIV. Com certeza eu saio daqui, hoje, uma pessoa melhor, porque vocês não dividiram comigo só o café e o almoço, mas dividiram a vida de vocês. Tomei uma bela lição de vida e acho que, agora, estou pronta para terminar o meu trabalho, porque eu senti na pele as angústias, a luta de vocês, catadores.

Não quero me despedir de vocês, mas dizer apenas um até logo.

Prometo que visitarei vocês o mais breve possível.

Um fraterno abraço de uma grande admiradora dos associados da AMARIV,

Priscila!"

Ao terminar de ler, senti que o meu dever estava cumprido. Todos me aplaudiram. Vera e Tica agradeceram pelas palavras e disseram que torciam muito por mim. Fiquei muito feliz com a reação deles.

Comemos o bolo e depois nos reunimos no portão para tirar uma foto com todos os associados que eu levaria de recordação.

Voltamos ao trabalho, mas já estava quase na hora de eu ir embora. No final do expediente, despedi-me de todos com um abraço e prometi novamente que voltaria para visitá-los.

Foi um sentimento de alegria por terminar mais uma etapa do meu trabalho e de tristeza, ao mesmo tempo, porque eles continuariam ali nas mesmas condições. Terminei, assim, o último dia de trabalho na AMARIV.

DIÁRIO DE CAMPO – ASCAMARE

1º DIA – 09/06/2015

Comecei o dia ansiosa para conhecer meus novos companheiros de trabalho. Cheguei por volta das 8 horas à associação e o dia já começou agitado: descarregamos o primeiro caminhão.

Dinha me pediu para deixar minhas coisas lá dentro com a Bina. Muito simpática Bina guardou meu lanche da tarde e minha mochila.

Antes de iniciarmos os trabalhos, Bina comunicou todos os associados sobre a minha presença e que eles não deveriam me explorar pelo fato de eu não receber pelos dias trabalhados. Nesta hora, fiquei um pouco constrangida, pois não esperava esse cuidado todo comigo.

Depois fui direcionada a dividir a mesa com Índia. Desde o início ela foi muito prestativa e muito simpática. Também dividia a mesa com o “Pesçoço” – outro associado que não me recordo o nome.

Em comparação com a AMARIV, o ambiente era bem melhor, pois é mais arejado. Além disso, todos conversavam comigo, queriam saber qual era a minha impressão sobre o trabalho, se era melhor do que na AMARIV.

As formas de separação também são diferentes, pois eles não têm muitos compradores e, por isso, não separam determinados materiais, que na AMARIV são separados.

Fui convidada pela Índia e pelo Vinny para, na hora do almoço, assistir às aulas de violão deles na igreja. Pelo que me contaram, essa igreja sempre os ajuda. No café da manhã de sexta-feira, por exemplo, eles doam as comidas. Foi um momento muito bom, pois pude me aproximar ainda mais deles.

De tarde, voltamos ao serviço. Foi passando as horas e estava cada vez mais cansada. Trabalhar os dois períodos é muito pesado.

Durante a triagem, soube, pela Índia, que ela e a Josi não conversam e ela também não conversa com a Sassa, porque elas brigaram faz umas 3 semanas. Segundo a Índia, desde que ela terminou o namoro com a Sassa, ela ficou implicante com ela, fazendo fofocas até que teve uma briga.

No café da tarde, dividi meu pão e minha margarina com todos, porque lá o sistema é diferente: cada um leva o seu próprio pão. Só a comida do almoço que é fornecida pela associação.

Já não estava mais agüentando, pois a produção é bem dinâmica: cada um fica responsável por uma parte da triagem, por exemplo, de manhã eu separei o início da mesa e passava o lixo para a Índia. Na parte da tarde, nós trocamos e eu fiquei com as caixas de leite e com o lixo e, por isso, tive que ir mais rápido.

Um dos momentos mais marcantes do dia de trabalho ocorreu com o fato de quem está na mesa de triagem separar a comida que está com aspecto bom ou dentro da validade e ingerir, como um vidro de maionese lacrado – que estava na data de validade – e a Índia o guardou debaixo da mesa. Um caso de um saco marshmallow, que já estava aberto, mas por aparentar ainda estar bom, eles comeram normalmente, inclusive me ofereceram. Esta situação foi muito impactante, pois até então eu só tinha me deparado com eles pegando objetos materiais, como bolsas, sapatos, telefone celular, maquiagem, mas a comida foi a primeira vez.

Quando chegou às 17 horas, paramos de trabalhar, colocamos os latões cheios nos lugares e limpamos o “grosso” da sujeira, pois a limpeza mesmo fica para a sexta-feira.

2º DIA – 16/07/2015

Cheguei um pouco atrasada hoje à associação. Todos já estavam em seus postos de trabalho. Fui recebida por Baiano 1– o atual presidente – que não estava no meu primeiro dia de trabalho.

Ele foi muito solícito comigo e me deixou a vontade para escolher em qual local eu gostaria de trabalhar: mesa de separação, prensa ou na mesa do pet (onde é feita a separação por cores).

Fiquei muito contente em poder conhecer outro trabalho dentro da associação, porque na AMARIV eu não tive essa oportunidade. Fui conduzida à prensa, onde fiquei durante toda a parte da manhã ajudando o Dodo.

É um trabalho um pouco mais leve do que o da mesa de separação, porque não tenho que ficar em contato com os materiais poluídos, como as sacolas com comida misturada. O único problema que tive foi amarrar os fardos, porque o nó que eles costumam dar é bem complicado. Dodo não tinha muita paciência em me explicar, ele preferia fazer e não dava para eu acompanhar a técnica, porque era muito rápido.

Fizemos fardos de papelão, plástico transparente e de pet de cristal. Foi uma experiência muito boa.

Presenciei uma reunião rápida para que o grupo decidisse acerca do dinheiro do frete do caminhão que leva os materiais até o comprador e do dinheiro para a comida, materiais de limpeza. Colocou-se em votação se eles preferiam que o valor do frete fosse descontado do pagamento ou deixassem de fazer comida, porque a renda obtida com a venda do “agrega valor” (um tipo de material específico, por

exemplo, toner de impressora) não está sendo suficiente para cobrir estas duas despesas.

Foi bem conturbada a discussão, mas no final decidiram que seria descontado o valor do frente do pagamento e a comida continuaria a ser paga com o dinheiro obtido com a venda do “agrega valor”.

Chegou a hora do almoço, Tereza teve uma fala antes de todos começarem a comer a respeito da Ruth – uma associada que sofreu um acidente doméstico e há 15 dias está em casa se recuperando. Na oportunidade, Tereza lembrou os associados acerca do espírito de solidariedade e companheirismo, bem como as regras do regimento no sentido de que o associado que se acidentar será pago pela associação durante os primeiros 30 dias e, caso não se recupere, deverá ser encaminhado ao INSS.

Fomos para a fila do almoço. Hoje, a Josi era a responsável pela comida que, por sinal, estava uma delícia.

Fui convidada novamente para acompanhá-los à aula de violão na igreja, mas como eu tinha que começar as minhas entrevistas, preferi ficar para entrevistar os que não participam das aulas.

Consegui entrevistar 4 pessoas: Baiano 1, Bina, Carne Preta e Dinha.

Após o horário do almoço retornamos ao trabalho, mas agora fui encaminhada para a mesa de separação, porque tinha pouco material triado para fazer os fardos.

Fiquei ao lado do Fão. O material estava muito bom. Desta vez parecia mesmo uma coleta seletiva. Todos comemoram quando isso acontece.

Em meio a separação, dentro de uma caixa de remédio, achei R\$ 100,00. Não pensei duas vezes e entreguei a Baiano 1, porque se tratava de dinheiro da associação. Foi um alvoroço. Todos dizendo que eu deveria ficar com o dinheiro, porque era regra na associação, mas eu respondia que já sabia disso e não podia

ficar, porque não era associada, estava ali apenas para fazer a pesquisa. Todos agradeceram, mas alguns ainda continuaram sem entender a minha atitude. Eu pensei: “como vou ficar com esse dinheiro, que achei por um acaso, sendo que eles precisam muito mais do que eu”. Não me sentiria bem.

Continuamos o trabalho. Chegou a hora do café da tarde. Novamente eu levei o pão e a margarina para repartir com os demais. Todos ficaram bem contentes. E eu também de poder ajudar de alguma forma sendo que eles me acolheram tão bem.

Voltamos ao trabalho e ocorreu tudo tranqüilo até as 17 horas, quando paramos para ajudar a limpar um pouco os materiais que caem no chão. Fãõ, desta vez, estava bem tranqüilo, ajudou-me bastante. Foi um ótimo companheiro de mesa. Estou muito animada com a pesquisa na ASCAMARE. É um ambiente bem tranqüilo.

3º DIA – 23/06/2015

Cheguei à associação por volta das 8 horas da manhã. Quando fui guardar minha bolsa lá dentro do escritório, conheci Ruth – a associada que havia se acidentado e estava em casa se recuperando. Ela é muito divertida, já foi puxando papo comigo, querendo saber se eu ia trabalhar lá com eles. Expliquei que já havia começado há duas semanas, mas ela estava em casa se recuperando, mas que eu estava fazendo uma pesquisa e ia ficar mais alguns dias com eles.

Depois que eles tomaram café, esperei o Baiano 1 para eles decidirem onde eu ficaria. Juquinha recomendou que eu ficasse com ela na mesa.

O dia já começou com trabalho pesado, organizamos o lixo na caixa de entulho e só depois fomos para a mesa.

Nesse dia, o material estava muito bom: seco e bem separado.

Todos ficaram felizes quando chegou um caminhão cheio de plástico: cadeiras, brinquedos, máquinas de lavar roupa, etc., porque é um material caro para ser vendido. De acordo com Índia, é o mais caro.

Como o trabalho da mesa rendeu e o próximo caminhão de material só chegaria à parte da tarde, paramos de trabalhar às 11 horas. Fomos almoçar e aproveitei o intervalo maior para adiantar as minhas entrevistas: consegui conversar com 10 pessoas. Foi um dia muito produtivo.

Depois de terminar as entrevistas (preferi não incomodar aqueles que já estavam descansando), fui lá para a calçada e me sentei com Percília e Fão. Ruth estava na floricultura em frente à associação e nos chamou para ver as plantas. Eu e Percília fomos. Foi um papo muito divertido. Ruth também é bem “reclamona”.

Passado esse tempo, retornamos ao trabalho. O caminhão com o material da parte da tarde havia chegado e já tínhamos muito trabalho a fazer.

No café da tarde, novamente dividi a minha sacola de pães e a margarina com os demais. Foi um dia muito divertido e produtivo de trabalho.

Aquela tarde rendeu bastante e, por isso, fomos liberados às 16:40, assim que terminamos de separar todo o material. Os que estavam na prensa foram embora um pouco depois.

4º DIA – 30/06/2015

Cheguei à associação pontualmente às 8 horas. O caminhão da coleta seletiva já estava descarregando o material. Cheguei junto com Néia, Josi e Bina.

Enquanto eles tomavam café da manhã, percebi que conversavam sobre uma reunião que aconteceu no dia anterior, em que a ex-presidente Carla assumiu a culpa pelo desvio do dinheiro das faltas dos associados.

Começamos o trabalho, fui encaminhada para a terceira mesa – a que fica mais próxima à cozinha. Fiquei junto com Carne Preta, Percília e Kaiaque. Foi uma experiência muito ruim, porque pega sol quase a manhã toda. Todos reclamam dessa mesa.

Depois que separamos 2 bags, Bina pediu que fizéssemos a triagem dos pet's, porque Ruth está com um tumor e não está trabalhando. Achei um pouco estranha a forma com que ela falou sobre a necessidade de adiantar a separação dos pet's. Segundo ela, o dinheiro não sai da mesa, mas sim dos fardos. Não concordei, porque acredito que todas as fases do trabalho de catação sejam importantes e sem uma não tem como fazer a outra, ou seja, sem a separação na mesa, não tem como montar o fardo para vender.

Começamos a separação dos 10 bags que estavam acumulados. De um lado, ficamos eu e Kaiaque com os pet's transparentes, coloridos e cristais (esbranquiçados) e, do outro lado, ficaram Carne Preta e Percília com os plásticos e as embalagens de óleo de cozinha. É um trabalho bem maçante, mas conseguimos adiantar bastante antes do almoço.

Fomos almoçar, a comida de Bina estava uma delícia, como sempre, era carne ensopada. Nesse dia, o professor de violão da igreja almoçou conosco. Depois, parti para as entrevistas. Conversei primeiro com Percília e deixei Rei para mais tarde, porque ele costuma dormir no horário do almoço.

Ao terminar de conversar com Percília, fui lá para a calçada conversar com Néia, Kaiaque e Cleiton – um associado que ainda não conhecia, porque ele estava cuidando da esposa e do filho que estavam com dengue. Dodo depois se juntou a nós. Foi bem divertido.

Depois voltamos para a mesa para terminar o último bag de pet. Passou bem rápido. Umas brigas de leve. Percebi que eles não gostam de ver ninguém enrolando e, de acordo com eles, os que “morcegam” tem que ser chamados atenção por quem observar.

Vinny chegou depois do almoço, porque estava numa reunião representando a associação. Logo que chegou, reuniu o grupo todo para contar o que aconteceu na reunião. Relatou sobre a possibilidade dos associados se organizarem para a elaboração de projetos para melhorar as condições da associação. Ele deu o exemplo de uma associação de Guarapari que está lutando por um motorista custeado pela prefeitura para ajudá-los na busca de doações para a associação.

Ele trouxe o exemplo para a ASCAMARE, porque eles têm um carro parado no pátio, que veio do Estado, mas nenhum dos associados possui habilitação e, por isso, eles não o utilizam. Vinny deu ideia deles se organizarem para a elaboração de um projeto sobre essa questão. Percebi que ninguém deu muita importância, pelo contrário, Josi foi a primeira a dizer que seria muito difícil conseguir isso com a prefeitura, dentre outras justificativas. Baiano 1 gostou da ideia, mas disse que preferia que algum dos associados dirigisse o carro. Depois todos resolveram voltar ao serviço.

Achei eles pouco empenhados em melhorar as condições da associação, o que é uma pena, porque seria uma boa oportunidade de conseguir o custeio para ações em prol da ASCAMARE.

Como era dia de pagamento, eles estavam bem agitados e reclamando dos descontos de faltas. Uns queriam terminar mais cedo para poder ir para casa. Mas no final das contas, fomos embora no horário normal às 17 horas.

5º DIA – 07/07/2015

Cheguei à associação por volta das 8:15 da manhã, todos ainda estavam tomando o café. Percebi que o galpão estava com bastante água, pois havia chovido da noite anterior. O local de instalação da associação realmente é o grande problema deles. Os materiais estavam todos molhados e haviam poças no chão.

Neste dia, encaminharam-me para a primeira mesa de separação. Fiquei o dia todo ao lado de Carne Preta e com Juquinha do outro lado da mesa. Foi bem divertido, elas são bem animadas. Mas Juquinha, às vezes, é um pouco mandona com os

outros associados, em especial, quando chegam os caminhões para descarregar o material ou para recolher a caixa de entulhos. Percebi que alguns ficam incomodados com esta atitude e outros acomodados à espera do chamado dela para lembrar a quem é a vez na escala.

Cleiton faltou novamente ao serviço, sob a alegação de que estava chovendo muito e não conseguiria ir de bicicleta, mas também não tinha o dinheiro da passagem. O grupo estava bem revoltado com ele, discutindo, inclusive que no dia seguinte teriam uma reunião para decidir sobre a permanência dele na associação.

Outro ponto de discussão foi a ausência de Ruth ao trabalho, que está em casa em virtude de um furúnculo que apareceu e está lhe causando muitas dores. Todos reclamaram dizendo que não iriam pagar novamente o mês dela sem que ela trabalhasse. Foi um dos pontos que mais me chocou, porque eles não reconheceram que ela não está indo ao trabalho em virtude de uma doença.

Percebi também o quão importante para eles a presença de pessoas fazendo pesquisas na associação. Chegaram dois alunos da UFES pela manhã para conhecer o funcionamento da associação. Baiano 1, Juquinha, Vinny e Baiano 2 os explicaram como tudo funciona. Deram bastante atenção a eles. Inclusive me apresentaram como a menina que está fazendo um estágio com eles. Achei engraçada e interessante a classificação que eles me deram e preferi não corrigir. Os alunos passaram um tempo observando o trabalho de todos e depois agradeceram e foram embora.

Chegada a hora do almoço, estava uma delícia, como sempre. Foi Bina que cozinhou. Mas ela ressaltou que não iria mais cozinhar na vez de ninguém, porque está muito enjoada da cozinha.

Assim como a AMARIV, a ASCAMARE receberá um computador de doação do INSEA. Porém, questionaram acerca do aumento dos gastos com a energia e o lugar para colocá-lo no escritório, tendo que vista que já possuem 2 computadores em uso na sala.

Depois do almoço, voltei à mesa de separação. Hoje, senti o cansaço mais cedo, porque antes mesmo do café da tarde eu tive que parar para descansar um pouco no refeitório. Bina até pensou que eu estava passando mal, mas lhe tranquilizei dizendo que só era uma dor nas costas mesmo.

O material até que estava bom neste dia. Salvo uma sacola e outra com restos de comida e rejeito de banheiro, estava tudo sequinho como deveria ser.

Terminado o dia de trabalho, despedi-me de todos e fui embora depois de mais um dia de luta junto aos catadores.

6º DIA – 14/07/2015

Cheguei cedo à associação e percebi que todos estavam agitados. Descobri que alguns associados faltaram naquele dia e também havia 3 associados novos.

Tomamos café e iniciamos os trabalhos. Fiquei na terceira mesa, ao lado do novato, e do outro lado ficaram Vinny e Bina, que se revezava na organização dos “bags”. A terceira mesa é muito ruim, porque pega sol quase a manhã toda, o que torna o trabalho muito desgastante.

O novato era bem calado, quase não conversamos. Por ser o segundo dia de trabalho dele, já estava bem confiante na separação do material, por vezes, errava algumas coisas, mas eu ficava sem jeito de corrigir. Algumas coisas eu me certificava com Percília, que estava na mesa ao lado ou com Vinny.

No meio da manhã, Cleiton apareceu e fomos todos convocados para uma reunião, os novatos não queriam participar, mas Bina insistiu para que eles fossem. Tereza intermediou a conversa com o grupo e Cleiton explicou, mais uma vez, que sua esposa passou mal e ele teve que acompanhá-la ao médico, mas desta vez ele trouxe um comprovante. Ele relatou também que ela descobriu que está grávida do segundo filho.

O grupo opinou no sentido de ele deveria levar o trabalho mais a sério e faltar menos, porque para levar o filho ao médico a esposa poderia fazer isso sozinha sem que ele precisasse faltar o dia de serviço. Ele se comprometeu novamente em diminuir as faltas para não atrapalhar a produção. Decidiram que ele retornaria no dia seguinte ao trabalho.

Chegada a hora do almoço, sentamo-nos no refeitório. A responsável pela comida desta semana era Néia, que estava uma delícia por sinal. Quando terminamos de almoçar, Índia e Vinny me convidaram para ir a aula com eles, já que os alunos daquele dia não compareceram ao serviço. Fiquei responsável por chamar Cléber, o outro associado novato, para também ir as aulas, porque ele já toca violão e demonstrou interesse em participar.

Quando retornamos da aula, retomamos o serviço. Josi entrou no lugar de Bina na mesa, porque ela teve que ir ao médico. Foi uma tarde bem divertida de trabalho: conversamos e rimos bastante.

Como um dos novos associados possui carteira de motorista, ele ficou responsável por buscar as doações do Mesa Brasil (programa de segurança alimentar que faz doações mensais de cestas básicas para as instituições cadastradas) no dia seguinte. Mas, para isso, ele teve que ir ao posto para fazer a troca de óleo e a lavagem, o que gastou a tarde toda. Terminamos o serviço às 17 horas, limpamos as mesas e depois fomos embora.

7º DIA – 21/07/2015

Meu último dia de trabalho começou agitado: Sassa e Néia, que estavam catando os papelões descarregados, reclamavam que os demais associados já haviam tomado café e não estavam ajudando-as no recolhimento do material.

Ajudei um pouco e depois fui para a prensa com o Dodo. Juquinha, Baiano 1, Josi, Dinha e Tereza estavam numa reunião. Como as mesas estavam completas, decidi ficar na prensa até quando tivesse material. Quando terminou o papelão, Dodo falou para eu ir para a mesa, porque ele faria o plástico e seria mais pesado.

Fui para o lado de Néia e Carne Preta até a hora do almoço. Por volta de 11:30 horas, paramos para almoçar. Hoje o almoço seria de responsabilidade de Índia. Quando chegou a minha vez de fazer o prato, percebi que tinha pouco arroz, fiquei preocupada de não sobrar para os demais, por isso, peguei só uma colherzinha. Depois Índia esquentou o que sobrou do dia anterior para completar.

Descansamos um pouco lá fora, porque o refeitório estava abafado e com muito mosquito. Voltamos às 13 horas, quando o primeiro caminhão de material da parte da tarde chegou. Depois chegou o segundo caminhão. Pela quantidade de bags descarregados, percebi que sairíamos mais cedo.

No horário do café, reuni todos os associados para ler a seguinte mensagem que preparei:

“Queridos amigos da ASCAMARE,

Acho que posso chamá-los assim né? Depois de 1 mês e meio de convivência já me sinto parte dessa associação.

Quando eu entrei no mestrado eu não queria apenas um título, eu queria que a minha pesquisa tivesse uma relevância social. Dentre as várias profissões que eu poderia ter escolhido para estudar a invisibilidade social, a do catador foi a que mais me chamou a atenção. Mas eu sempre me questionava sobre como eu poderia escrever sobre o catador sem conhecer de perto o trabalho que ele desenvolve. Foi neste momento que eu decidi sair dos bancos da biblioteca e entrar no mundo de vocês: catadores.

Os dias que antecederam o início dos trabalhos foram marcados por grande ansiedade. Eu me questionava como vocês iriam reagir a minha presença, se eu conseguiria entrar no mundo de vocês e, ao mesmo tempo, respeitar a individualidade de cada um.

Procurei, em todos os momentos, quebrar qualquer distância que pudesse existir entre nós e, hoje, eu posso afirmar com toda certeza que isso só foi possível, porque

vocês me acolheram desde o primeiro momento. Sem julgamentos, sem perguntas apenas com um carinho que eu só tenho a agradecer.

Mesmo diante de tanta luta, porque agora eu sei o quanto o trabalho de um catador é pesado (tinha dias que eu chegava morta em casa de tanto cansaço), vocês conseguem trabalhar com um sorriso no rosto e não perder as esperanças de melhorar cada vez mais as condições de trabalho.

Posso sair daqui não sabendo separar corretamente os materiais (ainda tenho muitas dúvidas, né meus companheiros de mesa: Índia, Carne Preta, Juquinha, Percília, Fão, Néia, Vinny, Reinaldo, Kaique – que estão aqui de prova), ou mesmo amarrar um fardo (né Dodo?). Mas sabe o que eu aprendi desde o primeiro dia aqui na associação e que eu nunca mais esquecerei? O companheirismo, o amor ao próximo e lutar sem nunca pensar em desistir, com muita garra sempre, porque vocês são verdadeiros guerreiros.

Saibam que vocês foram muito mais do que colaboradores da minha pesquisa, vocês foram meus companheiros de trabalho, de luta e vocês não tem ideia de como isso foi importante pra mim. Vou levar comigo um pouquinho do que aprendi com cada um de vocês. Mesmo aqueles que eu não consegui me aproximar tanto, saibam que eu admiro muito a profissão de vocês e a pessoa de cada um.

Hoje, eu estou aqui, para agradecer o acolhimento de cada um de vocês desde o primeiro dia que eu entrei na ASCAMARE. Com certeza eu saio daqui, hoje, uma pessoa melhor, porque vocês não dividiram comigo só o café, o almoço, as aulas de violão, mas dividiram a vida de vocês. Tomei uma bela lição de vida e acho que, agora, estou pronta para terminar o meu trabalho, porque eu senti na pele as angústias, a luta de vocês, catadores.

Não quero me despedir de vocês, mas dizer apenas um até logo.

Prometo que visitarei vocês o mais breve possível.

Um fraterno abraço de uma grande admiradora dos associados da ASCAMARE,

Priscila!"

Terminei de ler a mensagem e comemos o bolo. Depois voltamos ao trabalho, mas o dia passou rápido, porque tinha pouco material. Conseguimos terminar de separar todos os bags às 16 horas.

Abracei cada um dos associados e agradei o acolhimento. Tive um sentimento de dever cumprido quando saí de lá.

ANEXO III

ENTREVISTA SEMI ESTRUTURADA

[Perfil Social/ Trajetória]

Nome:	Quanto tempo atua nesta atividade:
Associação pertencente:	Estado de origem:
Idade:	Filhos:
Sexo:	Moradia própria:
Grau de escolaridade:	Renda mensal:
Profissão anterior:	Recebe benefício social:

[Vivência como catador]

- 1) Qual tipo de atividade você exercia antes de se tornar membro de uma associação de catadores de materiais recicláveis?
- 2) O que motivou a escolha de se tornar membro de uma associação de catadores de materiais recicláveis?
- 3) O que representa estar na associação?
- 4) Quais os pontos positivos e os negativos da atividade que você desenvolve?
- 5) Em que medida o ingresso na associação melhorou os seus direitos à saúde, educação e moradia?
- 6) Você tem interesse em mudar de atividade?
- 7) Você se sente discriminado de alguma maneira?

[Para aqueles que têm filhos]

- 8) Você gostaria que seu filho seguisse a sua profissão? Por quê?

ANEXO IV

Entrevista 01

[Perfil Social/ Trajetória]

Nome: Orquídea

Associação pertencente: AMARIV – Associação de Catadores de Materiais Recicláveis da Ilha de Vitória

Idade: 63

Sexo: feminino

Grau de escolaridade: não estudou

Profissão anterior: empregada doméstica, serviço de limpeza

Quanto tempo atua nesta atividade: 2 anos e 8 meses

Estado de origem: Espírito Santo

Filhos: 5

Moradia própria: aluguel

Renda mensal: R\$ 500 – R\$ 600

Recebe benefício social: não

[Vivência como catador]

1) Qual tipo de atividade você exercia antes de se tornar membro de uma associação de catadores de materiais recicláveis?

Tive empregada na Apoio, firma da Apoio. Eu fui lá pra Assembleia, perto do Shopping, em frente ao Shopping. Aí lá trabalhava de limpeza, fiquei lá 9 meses. Aí por causa de uma menina que fez o serviço errado, jogou a culpa nas minhas costas aí eu saí.

2) O que motivou a escolha de se tornar membro de uma associação de catadores de materiais recicláveis?

Foi assim: aí eu fiquei doente, aí eu tive que sair, porque eu tenho muito... assim... problema nos ossos, problema de osteoporose. Aí nessa casa que eu tava trabalhando, negócio de limpar vidraça, aí eu fiquei doente. Aí eu parei, vim pra casa. Aí eu fiquei em casa, fui no médico, comecei tomar remédio. Aí que eu vi que eu tava pronta pra caçar emprego, aí eu comecei a andar né. Aí teve uma pessoa

que falou assim: “porque você não vai nesse lugar negócio de catar papel”. Aí eu falei assim: “mas se eu for catar papel na rua, eu não agüento, tem que andar muito”. Aí, ela falou: “não... tem um lugar ali perto da Casa do Cidadão que eles tão pegando gente”. Aí eu falei assim: “ta bom”. Aí eu andei aqui e não achei. Aí noutro dia eu andei de novo e achei. Quando eu vim, aí a Rosa tava inté aqui na mesa, aí eu entrei no portão, aí conversei com ela. Aí ela falou assim: “conversa com a Tica”. Aí, só que nesse dia a Tica não estava. Aí ela falou assim: “então, você volta amanhã”. Aí no outro dia eu voltou aqui de novo, aí conversei com a Tica. A Tica falou: “você volta aqui amanhã, amanhã você vem trabalhar”. Eu falei: “ta bom”. Aí, eu fiquei assim 1 semana vindo aqui, esperando Tica.

3) O que representa estar na associação?

Ó, aqui... a pessoa aprende muita coisa, principalmente, separação. Separar uma coisa, separar outra. Tudo tem que separar. Tudo tem que colocar na lixeira, no saco.

E aqui também o serviço é meio um pouco pesado. Vou falar a verdade: tem dia que a pessoa num guenta nem puxar um bag, mas quando tá muito pesado, a pessoa chama ajuda. Mas depois que eu entrei aqui, eu gosto daqui, já falei em sair umas 3 vezes, porque tem hora que a pessoa fica estressada, né? A pessoa fica estressada, nervosa, fala e não obedece a gente, e a gente já ta um pouco pesado na idade e sabe como é que é né?

Eu gosto de todo mundo aqui, pra falar verdade.

4) Quais os pontos positivos e os negativos da atividade que você desenvolve? O que você acha que é bom e o que você acha que é ruim?

É... o peso é puxar aqueles bag que o carro bate lá. E outra coisa também é quando a gente ajuda os meninos naqueles latão de papel branco, misto, jornal é o que mais pesa para dar uma mãozinha a eles e arrastar pra cá. Tirando disso... não é grandes coisa não, ta? Não é pesado não. O que pesa mesmo é isso aí.

5) E o que você acha que é bom?

O que é bom... bem, pra mim é porque eu já tenho uma idade e se eu correr atrás de outro serviço de carteira assinada eu tenho certeza de que eles não vão me dar emprego. Então, aí pra mim aqui se a pessoa quiser sair, precisar sair umas 15 horas pra resolver alguma coisa, se for a parte da manhã, a pessoa chega 9 horas, 10 horas, a Tica deixa a gente ir ao médico trazer o atestado e dar a ela o comprovante, aí ela não liga, sabe?

Mas tirando isso, eu como eu falei né... pela minha idade eu tenho que agüentar aqui mesmo. Aqui, não trabalha de carteira assinada não, mas eles paga o INSS da gente e se a pessoa precisar se aposentar ou, Deus me livre e guarde, se machucar, pelo menos o INSS ta pago lá.

6) Em que medida o ingresso na associação melhorou os seus direitos à saúde, educação e moradia?

Eu vou falar mesmo... negócio de saúde não. Eu já peguei micose aqui dentro e não tive assistência. Assistência a pessoa vai no médico, passa pomada. As vezes eu fico 1 ou 2 dias em casa.

Não mudou nada não, continuou a mesma coisa.

7) Você tem interesse em mudar de atividade?

De mudar eu tenho. Como aqui dentro, você pode ser fiscal, mas eu falo: “eu não vou pegar nada disso, porque eu não tenho leitura, tudo precisa de leitura pra poder escrever, mandar isso, mandar aquilo, receber”. Aí eu tenho que ficar mesmo na mesa pra eu poder ganhar o meu pãozinho de cada dia.

8) Você se sente discriminado de alguma maneira?

Já... eu sou uma pessoa muito calma, mas quando a pessoa fala uma coisa que eu não fiz eu fico nervosa.

Ali no Bonfim, inté hoje eu fico meio assim, porque a minha sogra, que agora está doente, tem uma casa grande, que tem uma laje enorme. Um dia eu falei com as meninas minha: “vou levar numa conversa pra ver se esse pessoal me dá pelo menos metade da laje pra ver se eu faço uns 3 cômodos pra mim, em cima, aí eu peço ajuda aos meus genros”. Aí depois eu soube que minha sobrinha, da parte do finado meu marido, eu soube que ela falou que ela não ia abrir mão ali, ela não ia sair dali. Então, eu fiquei meio nervosa, chateada, meio assim... mas deixei pra lá. As minhas filhas até falaram que eu tenho direito aquele lugar, porque eu sou nora dela. Mas a minha sogra teve AVC e fica só na casa, aí ela não manda em mais nada. Aí foi isso. Mas eu até já esqueci.

[Para aqueles que têm filhos]

9) Você gostaria que seu filho seguisse a sua profissão? Por quê?

Eu não ia me incomodar não... se elas viesse aqui, entrasse. Mas só que elas são doída que eu saio daqui, porque elas falam que aqui é muito pesado.

Uma trabalhou aqui, ela mora lá na Serra, ficou desempregada. Aí ela veio e conversou com a Tica. Ela ficou uns 7 meses trabalhando aqui. Aí ela falava: “mãe, a senhora não vai subir na mesa”. Ela falou até com a Tica. Aí ela saiu porque arrumou outro emprego de carteira assinada.

Entrevista 02

[Perfil Social/ Trajetória]

Nome: Cris

Associação pertencente: AMARIV – Associação de Catadores de Materiais Recicláveis da Ilha de Vitória

Idade: 18 anos

Sexo: feminino

Grau de escolaridade: ensino médio incompleto (cursando o 1º ano)

Profissão anterior: não

Quanto tempo atua nesta atividade: 6 meses

Estado de origem: Minas Gerais

Filhos: não

Moradia própria: sim. Mora com a mãe.

Renda mensal: R\$ 600,00

Recebe benefício social: R\$ 300,00 (bolsa família)

[Vivência como catador]

1) Qual tipo de atividade você exercia antes de se tornar membro de uma associação de catadores de materiais recicláveis?

Meu primeiro trabalho foi como catadora.

2) O que motivou a escolha de entrar numa associação de catadores de materiais recicláveis?

Ah, sim... Foi como uma experiência. Minha mãe já trabalhava aqui.

3) O que representa estar na associação?

Representa um bom experimento, porque ser catadora não é fácil. É totalmente difícil.

4) Quais os pontos positivos e os negativos dessa atividade?

Os negativos são as raivas, os lixos que vêm de hospitais, garrafas quebradas, esses são os pontos negativos. Os positivos são que a gente se diverte muito, tem muita brincadeira, às vezes a gente acha alguma coisa também.

5) E você acha que o que pode melhorar nessa atividade?

Pode melhorar se as pessoas não jogar caco de vidro dentro dos sacos, se elas fizer um pouco mais a separação, não trazer agulha dentro dos "bag".

6) Você acha que entrar na associação melhorou os seus direitos à saúde, educação e moradia? Ou você acha que continuou a mesma coisa?

Não. Continuou a mesma coisa.

7) Você tem interesse em mudar de atividade?

Tenho.

8) Qual?

Eu quero fazer faculdade de desenhista de moda e ser estilista.

9) Você já se sentiu discriminada alguma vez? Por alguém?

Não. Nunca.

Entrevista 03

[Perfil Social/ Trajetória]

Nome: Baiana

Associação pertencente: AMARIV – Associação de Catadores de Materiais Recicláveis da Ilha de Vitória

Idade: 46 anos

Sexo: feminino

Grau de escolaridade: ensino fundamental incompleto

Profissão anterior: ambulante e trabalhava no ferro velho

Quanto tempo atua nesta atividade: 10 anos

Estado de origem: Bahia

Filhos: 1

Moradia própria: eu tinha moradia né, mas como minha filha tava precisando mais do eu, eu preferi da a casa pra ela. Agora eu moro de aluguel

Renda mensal: R\$ 500,00

Recebe benefício social: não

[Vivência como catador]

1) Qual tipo de atividade você exercia antes de se tornar membro de uma associação de catadores de materiais recicláveis?

Eu sempre trabalhei assim com ferro velho. Antes de eu entrar no ferro velho, eu trabalhava na praia vendendo salgados, refrigerantes, essas coisas assim, ambulante, né!?

2) O que motivou a escolha de se tornar membro de uma associação de catadores de materiais recicláveis?

Isso aí foi quanto eu tava trabalhando de ambulante, essas coisas. Aí os fiscais começaram a perturbar muito, tirava os ambulante da rua, eu perdi muita coisa com o negócio do fiscal perturbar. Aí eu tinha uma colega minha que trabalhava num carrinho na rua, puxando carrinho na rua, no ferro velho tinha carrinho. Aí ela falou: “Baiana, eu to ganhando até bem, entendeu? Você não quer ir puxar carrinho lá não? Eu levo você lá no ferro velho, apresento o cara pra você e ele te dá um carrinho pra você”. Aí eu peguei e fui: no primeiro dia, peguei o carrinho, saí de casa 3 horas, cheguei 11 horas da noite. No outro dia, eu fui pesar o carrinho, aí somou lá e deu 28 reais o carrinho. Aí eu fui puxando o carrinho a semana inteira. Aí eu fui me dando conta que foi dando um dinheirinho bom, aí eu me interessei e fiquei, continuei. Foi isso.

3) O que representa estar na associação?

É... eu acho que é um trabalho mais digno. Aqui você tá debaixo de um teto. Ta debaixo de uma água gelada, entendeu? A condição de vida é melhor.

4) Quais os pontos positivos e os negativos dessa atividade? O que você acha que é bom e o que é ruim?

É... eu acho mais é... difícil você conviver com um grupo. Hoje em dia tem mais falsidade no meio do grupo, traição, então é muito difícil conviver no meio do ser humano. Eu acho que o mais difícil aqui é a convivência.

5) E o que você acha que é bom numa associação?

Eu acho bom aqui... aqui graças a Deus que aqui a gente se sente em casa né. Igual você vê, a gente toma café da manhã, aqui a gente almoça, se sente mais a vontade. Não tem muita cobrança em cima de você, entendeu? Se você tiver responsabilidade com o seu serviço de fazer, então ninguém vai te cobrar.

6) Em que medida o ingresso na associação melhorou os seus direitos à saúde, educação e moradia?

Eu tava tendo aulas, mas parei. Inclusive disse que vai continuar tendo aulas aqui, mas eu não vou se interessar de estudar aqui não. Vou esperar terminar o meio do ano, vou me matricular lá perto de casa, a noite no colégio.

E o restou o que piorou muito foi a saúde, a coluna Deus me livre. Sinto problema de coluna demais.

7) E não tem assistência?

Nenhuma assistência. Vem médico aqui e tudo, mas conversa sobre AIDS, esses problemas, mas não dão atendimento. O problema da saúde, acho que agravou por causa da coluna.

8) Você tem interesse em mudar de atividade?

Eu tenho muita. Eu tenho assim vontade... assim de voltar pro meu ramo, entendeu? Trabalho por conta própria. Eu nunca fui chegada assim em trabalhar pra ninguém não.

9) Mas você sente que aqui você trabalha pra alguém?

Aqui eu tenho muito... sentimento que você trabalha pra alguém, entendeu? E as pessoas não tem a responsabilidade com você. Igual hoje é dia 10, cadê nosso

pagamento? Passa pra um, passa pra outro... ah, num sei... num sei que dia vai receber.

10) Você se sente discriminado de alguma maneira?

Já... já... tipo assim eu acho que não fui discriminada aqui na associação não. Eu acho que fui discriminada na época que puxava carrinho na rua. Agora eles tão olhando a gente com outro olhar, a reciclagem, meio ambiente tá muito na mídia. Antigamente não era assim não.

Então, quanto eu puxava carrinho na rua, aí os pessoal xingava a gente: “Sai da frente, seu lixeiro, puxa esse carrinho véi daí da frente”, entendeu?

Foi uma vez, em Jardim da Penha, ali perto do Extrabom... do Extrabom não... ai até esqueci o nome. A rua tava fechada: carro dum lado, carro do outro, aí eu passei com o meu carrinho, aí veio outro carro de lá pra cá assim, aí não tinha como eu jogar o carrinho pro lado, porque tava cheio de carro, ali perto da pracinha do Epa, na sexta-feira é muito movimento. Ai eu passando com o carrinho pesado, aí o carro ficou “bibi bibi bibi” (som de buzina). Aí eu falei: “não quer esperar, passa por cima”. Aí ele passou por cima do pneu do meu carro, deu um estrondo. Aí eu fiquei lá cansada. Sentei no meio fio e comecei até chorar... “Meu Deus como eu vou levar esse carinho daqui agora?” Mas graças a Deus tem sempre gente boa no meio. Aí tinha uma mulher e um cara num prédio assim, no terceiro andar da janela, aí ele assistiu tudo, desceu de lá e falou assim: “Como tem pessoas ruim nesse mundo, né menina? Você aqui trabalhando e vem um cara fazer isso com você, mas espera aí que eu vou quebrar o seu galho pra você chegar até o lugar que você deixa o seu carrinho”. Foi lá, abriu o porta mala do carro dele, tirou um pneu, foi lá tirou meu pneu véi estourado e colocou o dele, bonzinho, novinho do carro dele, entendeu?

[Para aqueles que têm filhos]

11) Você gostaria que sua filha seguisse a sua profissão? Por quê?

A opinião é dela. Uma vez ela tava querendo trabalhar, aí ela falou: “Ah mãe, arruma um serviço lá pra mim”. Aí eu falei: “Se você quiser trabalhar, tudo bem, mas lá não

é lugar pra você não, você é nova, você é bonita, você tem muito futuro pela frente, estudiosa”. Eu preferia que ela estudasse. Aí ela desistiu. Colocou uns currículo aí e começou a trabalhar no mercado, de embaladora. Arrumou um serviço até bom.

Entrevista 04

[Perfil Social/ Trajetória]

Nome: Milady

Associação pertencente: AMARIV – Associação de Catadores de Materiais Recicláveis da Ilha de Vitória

Idade: 53 anos

Sexo: feminino

Grau de escolaridade: ensino fundamental incompleto (estudou até a 4ª série)

Profissão anterior: empregada doméstica

Quanto tempo atua nesta atividade: 15 anos

Estado de origem: Espírito Santo

Filhos: 3

Moradia própria: tem

Renda mensal: R\$ 500,00 – R\$ 600,00

Recebe benefício social: bolsa família

[Vivência como catador]

1) Qual tipo de atividade você exercia antes de se tornar membro de uma associação de catadores de materiais recicláveis?

Eu trabalhava em casa de família, doméstica.

2) O que motivou a escolha de se tornar membro de uma associação de catadores de materiais recicláveis?

Falta de emprego. Trabalhei muito anos na rua puxando carrinho.

3) Como que foi essa experiência?

Pra mim, foi uma experiência boa né. Eu adquiri várias coisas dentro desse período que eu tava trabalhando nisso daí. Foi uma experiência boa, porque eles me ajudava muito. O pessoal da rua ajuda muito a gente que trabalha.

4) O que representa estar na associação?

Pra mim, representa uma boa coisa, porque se eu trabalhasse, tipo assim, numa casa de família, eu não tinha as oportunidades agora que eu tenho na associação, por exemplo, eu tenho um teto, que lá fora eu não tenho. Temos a nossa comida aqui dentro, não trabalhando nem no sol e nem na chuva mais.

5) Quais os pontos positivos e os negativos da atividade que você desenvolve?

O que é bom e o que ainda pode melhorar aqui na associação?

Os pontos negativos é que a gente ainda quer alcançar bastante coisa, que a gente ainda não alcançou. A gente ta lutando pra chegar. A gente acha que por enquanto ainda pode ser um ponto negativo porque a gente ainda não conseguiu tudo que a gente queria.

6) Você poderia me dar um exemplo sobre o que ainda vocês estão lutando?

Por exemplo, o rejeito mesmo... a gente tem direito de receber pelo rejeito, mas a gente não recebe por esse material. Gera ele bastante aqui, tem vez que tem mais ele do que material reciclável. E quando tem muito rejeito a gente não recebe por ele e não temos aquela produção que a gente queria ter.

7) E o que você acha que é bom aqui na associação?

O bom da associação é porque se você tiver numa firma trabalhando, lá você não tem direito de ir ao médico, lá você tem hora pra pegar, hora certa pra largar, as vezes não pode faltar. E a gente aqui tem essa liberdade de ir no médico, se consultar, cuidar da saúde, entendeu? Isso é muito bom.

8) E você acha que depois que você entrou na associação, passou a ter mais acesso aos seus direitos à saúde, educação e moradia?

Mudou sim. A gente se consulta com mais facilidade. Vem agente de saúde aqui também.

9) Você tem interesse em mudar de atividade?

É até que mudar de atividade eu num tenho interesse não, porque final do ano eu já to pra sair mesmo, mas graças a Deus o período que a gente viveu juntos até agora, esse tempo todo, pra mim foi bom, foi bom, porque deu as coisas pra mim, comprar minhas coisas, tenho minha casa própria agora, porque eu morava num barraquinho, agora eu tenho uma casa, dois quartos, sala, cozinha, banheiro, varanda, coisa que eu não tinha. As coisas dentro de casa, que eu também não tinha. Se chegar alguém que precisar de alguma coisa, graças a Deus, eu tenho condições até de ajudar, entendeu?

10) Você se sente discriminado de alguma maneira?

Várias vezes.

11) Você pode me relatar alguma?

Pessoal de loja mesmo, a gente passava para colher nosso material. Uma vez mesmo chegou até uma mulher e discutiu comigo, porque eu tava recolhendo o material em frente o prédio dela. Ela desceu, brigou comigo sem necessidade nenhuma, porque eu sei que tinha que desamarrar, tirar o reciclável e depois tinha que amarrar o outro direitinho. Ela desceu e falou muita coisa comigo. Falou que povo de rua não vale nada mesmo, tinha que arrumar um lugar pra enfiar esse povo, mas a prefeitura não arrumava um jeito pra enfiar esse povo. A vida na rua é bastante difícil.

[Para aqueles que têm filhos]

12) Você gostaria que seu filho seguisse a sua profissão? Por quê?

Eu acho que se eles escolhessem essa profissão, eu acho que... tipo assim... eu não ia achar tão bom, porque eles é novo, eles podia ter uma outra profissão melhor pra eles. Mas se caso eles escolhesse essa profissão, eu não ia achar ruim não, porque foi a profissão que eu escolhi pra mim, to nela até hoje. Seria muito melhor eles trabalhar numa profissão dessa e ter as coisas deles do que eu vejo por aí, porque os meus mesmo eu não sei por onde anda. Eu tenho um filho caçula mesmo que sumiu e nunca mais apareceu, aí quer dizer, só que ele não quis esse serviço aqui, as vezes ta em um muito mais longe.

Entrevista 05

[Perfil Social/ Trajetória]

Nome: Flor

Associação pertencente: AMARIV – Associação de Catadores de Materiais Recicláveis da Ilha de Vitória

Idade: 37 anos

Sexo: feminino

Grau de escolaridade: ensino fundamental completo

Profissão anterior: empregada doméstica

Quanto tempo atua nesta atividade: 3 anos

Estado de origem: Espírito Santo

Filhos: 5

Moradia própria: tem

Renda mensal: R\$ 500,00 – R\$ 600,00

Recebe benefício social: não

[Vivência como catador]

1) Qual tipo de atividade você exercia antes de se tornar membro de uma associação de catadores de materiais recicláveis?

Eu trabalhava em casa de família, era doméstica.

2) O que motivou a escolha de se tornar membro de uma associação de catadores de materiais recicláveis?

É porque eu fiquei um bom tempo sem trabalhar por causa dos filhos pequenos, né? E eu não queria alguma coisa que me prendesse muito, porque casa de família, assim você não pode faltar. Eu já tive experiência com a minha filha, ela passou mal e eu não podia faltar pra levar ela no médico. E quando eu resolvi... ela já tava... eu quase perdi ela... Resumindo. Aí eu falei assim: “Eu quero trabalhar num lugar que dá pra mim cuidar dela e ainda trabalhar. Aí eu tinha a minha sobrinha que trabalhava aqui. Aí eu falei assim pra ela: “ah, arruma pra mim”. Aí ela falou assim: “tia, você não vai querer”. Porque ela me achava assim chatinha, nojenta. Eu falei assim: “eu quero trabalhar, ganhar o meu dinheiro, não importa”. Aí consegui, vim aqui, fiquei na primeira semana eu pensei: “não vou conseguir ficar aqui não”. Mas consegui. Peguei amor e nisso já tem 3 anos que eu to aqui.

3) O que representa, para você, estar na associação?

Pra mim representa melhorar o meio ambiente. Tipo assim, muita coisa que eles poderiam jogar nos rios, vem pra cá. No meu ponto de vista, eu entendo que a gente ta ajudando o meio ambiente.

4) Quais os pontos positivos e os negativos da atividade que você desenvolve?

Os pontos positivos daqui é a minha convivência com as pessoas. Conhecer pessoas novas. Eu acho que é isso, o ponto positivo. E ganhar o meu dinheirinho. A flexibilidade também.

5) E o que você acha que ainda pode melhorar na associação?

O que pode melhorar aqui é o relacionamento entre as pessoas, entendeu? A união, todos ter o mesmo pensamento. Eu acho que quando começar cada um ter o mesmo pensamento pode crescer, porque do jeito que ta... porque cada um pensa de um jeito, quer fazer uma coisa. Aí não tem como ir pra frente.

6) Em que medida o ingresso na associação melhorou os seus direitos à saúde, educação e moradia?

Melhorou bastante.

7) Em que sentido?

Assim, a saúde no caso vem as meninas que trabalha no posto vem aqui, faz o controle, entendeu? Se a gente precisar, se a gente se machucar, a gente pode ali que eles atende a gente na mesma hora.

8) Você tem interesse em mudar de atividade?

Eu to satisfeita no que eu to fazendo.

9) Você se sente discriminado de alguma maneira?

Eu... assim... não. Pra muita gente, os catadores são os lixeiros, entendeu? E assim... no meu ponto de vista não é isso. Eu... discriminação por eu trabalhar aqui não. Pelo contrário, minha família tem orgulho. Minhas filhas falam na escola: “minha mãe trabalha com reciclagem”. Teve uma ocasião que a minha filha de 11 anos falou: “oh, minha mãe trabalha ali” – que ela estuda aqui perto né. Aí a coleguinha dela falou: “nossa, a sua mãe trabalha ali. Ela trabalha no meio do lixo”. Aí ela respondeu: “não... ela trabalha com material reciclável, você não sabe?”. Mas tem muitas pessoas que tem muito preconceito.

[Para aqueles que têm filhos]

10) Você gostaria que seu filho seguisse a sua profissão? Por quê?

Eu ia apoiar.

Entrevista 06

[Perfil Social/ Trajetória]

Nome: Dita

Associação pertencente: AMARIV – Associação de Catadores de Materiais Recicláveis da Ilha de Vitória

Idade: 54

Sexo: feminino

Grau de escolaridade: não estudou

Profissão anterior: trabalhava na granja de galinha

Quanto tempo atua nesta atividade: 3 anos

Estado de origem: Espírito Santo

Filhos: 8

Moradia própria: tem

Renda mensal: R\$ 600,00

Recebe benefício social: bolsa família

[Vivência como catador]

1) Qual tipo de atividade você exercia antes de se tornar membro de uma associação de catadores de materiais recicláveis?

Eu trabalhava na granja de galinha.

2) O que motivou a escolha de se tornar membro de uma associação de catadores de materiais recicláveis?

Eu saí da rua (catava na rua), comecei a trabalhar no negócio de matar galinha, na granja. Trabalhei 8 anos. Aí eu vim pra cá. Minha amiga lá perto de casa veio trabalhar aqui e me falou que tinha vaga. Aí eu vim pra cá.

3) O que representa estar na associação?

Aqui não é ruim, entendeu? Paga o INSS pra gente. É ruim porque não assina carteira né? Não é ruim não.

4) Quais os pontos positivos e os negativos da atividade que você desenvolve?

Muita coisa precisa melhorar né?!

5) Me dá um exemplo do que precisa melhorar.

Precisa melhorar esse negócio de roubo que teve. O banheiro que entope tudo. Tinha vazamento aí. Quando chove molha um pouco.

6) Em que medida o ingresso na associação melhorou os seus direitos à saúde, educação e moradia?

Saúde, depois que eu vim pra cá, eu comecei a sentir muita dor. Não tive assistência.

7) Você tem interesse em mudar de atividade?

Eu tenho. Mas a minha idade avançada não ajuda não. Mande uns 4 currículo pro terminal de ônibus, mas não me chamaram não. Aí eu vou ficar aqui até eu agüentar.

8) Você se sente discriminado de alguma maneira?

Nunca.

[Para aqueles que têm filhos]

9) Você gostaria que seu filho seguisse a sua profissão? Por quê?

Meus filhos são catadores. Um trabalha aqui comigo. Nunca tive problema com isso não.

Entrevista 07

[Perfil Social/ Trajetória]

Nome: Rosa

Associação pertencente: AMARIV – Associação de Catadores de Materiais Recicláveis da Ilha de Vitória

Idade: 41 anos

Sexo: feminino

Grau de escolaridade: ensino fundamental incompleto (estou até a 5ª série)

Profissão anterior: empregada doméstica

Quanto tempo atua nesta atividade: 5 anos

Estado de origem: Espírito Santo

Filhos: 2

Moradia própria: mora de aluguel

Renda mensal: R\$ 600,00 – R\$ 700,00

Recebe benefício social: bolsa família

[Vivência como catador]

1) Qual tipo de atividade você exercia antes de se tornar membro de uma associação de catadores de materiais recicláveis?

Eu era doméstica.

2) O que motivou a escolha de se tornar membro de uma associação de catadores de materiais recicláveis?

Eu trabalhava no interior, no meu estado que era Ibatiba e como lá mexe muito com colheita de café e a pessoa só consegue uma renda melhor quando é época de café, eu preferi vir pra cá quando surgisse uma vaga. Pra mim é melhor, eu optei vir pra cá.

3) O que representa estar na associação?

Eu acho assim: desde que a pessoa tá contribuindo para o meio ambiente, isso é muito importante. As vezes as pessoas vem aqui, fala da importância do nosso trabalho e é isso que eu coloco no coração. Porque imagina esse monte de catador aqui na rua.

4) E o que você acha que é bom e o que é ruim aqui na associação? O que você acha que ainda precisa melhorar?

Ixi... muito.

5) Me dá um exemplo.

União, por exemplo. E aquela coisa assim, coisa de grupo você sabe né? Trabalhar em grupo não é fácil, mas tem aquela coisa... tem aquele alvoroço, mas eu mesmo tempo você senta, você conversa, você discute, a pessoa chega num consenso aí volta tudo ao normal. Mas sempre tem que ter uma discussão pra chegar num acordo. Mas depois volta tudo as boas. Então, eu acredito que ainda tem esperança.

6) E o que você acha que é bom aqui na associação?

Com toda a falta de união, que eu falei pra você, com tudo isso, eu gosto muito daqui, de ta junto com eles, quando eu to assim em casa, eu sinto falta de ta aqui, de rir, de discutir também, eu sinto falta muito do companheirismo.

7) E você acha que depois que você entrou para a associação melhorou em alguma coisa os seus direitos à saúde, educação e moradia? Você viu que passou a ter mais acesso a esses direitos?

Não, não mudou em nada.

8) Você tem interesse em mudar de atividade?

Sim.

9) Você se sente discriminado de alguma maneira?

Não, só uma vez, mas não foi pelo serviço não, foi numa loja, eu cheguei, me trataram mal.

Eu posso até te contar o que aconteceu: eu cheguei numa loja na cidade alta, eu tava de 5 meses, o médico me pediu que eu usasse aquelas meias leg de gestante. Aí eu cheguei lá na loja, não vou falar o nome por questão de ética, aí entrei nessa loja e perguntei a moça se tinha, aí ela olhou pra mim assim e falou: “Ter tem, mas você não vai ter dinheiro pra comprar”. Aí aquilo me travou. Tem aquelas pessoas que falam: “chama o gerente lá”, mas eu não tive nem como falar isso. Você sabe o que é se sentir um troço no canto? Foi isso que eu me senti. Ai saí dali, chorei, chorei. Aí passei em outra loja e perguntei uma moça, aí ela perguntou o que aconteceu, me deu água, sentei e conversei com ela. Ela falou: “nós temos essa meia aqui e eu te vendo 2 por 10 reais”. E era cara essa meia. Então, quer dizer, eu fiquei feliz, porque de um lado tem alguém que te pega pra baixo, mas do outro lado tem alguém que te ajuda.

[Para aqueles que têm filhos]

10) Você gostaria que seu filho seguisse a sua profissão? Por quê?

Eu quero o melhor pra eles, entendeu? Minha filha é doida com isso aqui, mas eu quero que ela estuda. Eu to aqui porque eu não tive estudo. Quando eu morava lá em Ibatiba com os meus pais, eu tinha que trabalhar para os outros e estudar a noite. Então, era muito sofrido, porque meu pai trabalhava mais pra colocar comida dentro de casa. Nós tinha que trabalhar pra comprar chinelo, comprar roupa, eram 7 filhos dentro de casa. Então, era muito difícil. Então, a gente acabou saindo da escola pra poder ajudar a trabalhar, foi por isso que eu parei.

Entrevista 08

[Perfil Social/ Trajetória]

Nome: Rabicó

Associação pertencente: AMARIV – Associação de Catadores de Materiais Recicláveis da Ilha de Vitória

Idade: 55 anos

Sexo: masculino

Grau de escolaridade: ensino fundamental incompleto (estudou até a 6ª série)

Profissão anterior: borracheiro, rebocador, maqueiro em hospital, bombeiro hidráulico, ajudante de pedreiro, carpinteiro

Quanto tempo atua nesta atividade: desde pequeno que eu mexo com catação

Estado de origem: Espírito Santo

Filhos: 2

Moradia própria: aluguel

Renda mensal: R\$ 500,00 – R\$ 600,00

Recebe benefício social: não

[Vivência como catador]

1) Qual tipo de atividade você exercia antes de se tornar membro de uma associação de catadores de materiais recicláveis?

Eu era borracheiro, eu era rebocador. E eu era no Hospital das Clínicas eu era maqueiro. Depois eu trabalhei de carpinteiro, ajudante de pedreiro e também de bombeiro hidráulico.

2) O que motivou a escolha de se tornar membro de uma associação de catadores de materiais recicláveis?

Na época, foi o desemprego né? A falta de serviço. Aí o jeito era catar papelão da rua (explicou que na criação da associação, eles iam para a rua com seus carrinhos. Só há uns 5 anos que eles começaram a receber os materiais aqui e não precisavam mais sair pelas ruas recolhendo os materiais recicláveis).

3) O que representa estar na associação?

Bem melhor né? Porque não tem sol quente, a segurança. É perigoso na rua, tem carro, tem que andar com muita atenção. É um serviço bem mais forçado.

4) Quais os pontos positivos e os negativos da atividade que você desenvolve? Pode me dar um exemplo.

O bom aqui é... pra não falar que era tudo de bom... que nem a cesta básica nossa, não tem mais. O que que era bom... se todo mundo tivesse a sua casa própria, entendeu? Sem depender de pagar aluguel, né? E fosse assim mais dependente... a associação podia arcar com a metade do remédio que a gente precisa comprar.

5) Em que medida o ingresso na associação melhorou os seus direitos à saúde, educação e moradia?

Não mudou. A equipe de saúde veio aqui... nesses exames aí e outros mais, melhorou bastante.

6) Você tem interesse em mudar de atividade?

Sim.

7) Você se sente discriminado de alguma maneira?

Eu já passei. É... na rua é aquele negócio, chamava de mendigo esses tipo de coisas. Aqui dentro da associação, eles chama a gente de velho. Fala que a gente já era pra ter uma casa própria.

[Para aqueles que têm filhos]

8) Você gostaria que seu filho seguisse a sua profissão? Por quê?

Uai, enfrentar a realidade igual eu enfrento. Eu mesmo pensei que nunca fosse precisar, mas como eu precisei. Eu me sinto até bem trabalhando com material reciclável, que é uma coisa que eu gosto, eu trabalhei desde pequeno.

Entrevista 09

[Perfil Social/ Trajetória]

Nome: Florzinha

Associação pertencente: AMARIV – Associação de Catadores de Materiais Recicláveis da Ilha de Vitória

Idade: 36 anos

Sexo: feminino

Grau de escolaridade: ensino fundamental incompleto (estudou até o 4º ano)

Profissão anterior: faxineira

Quanto tempo atua nesta atividade: 4 anos

Estado de origem: Espírito Santo

Filhos: 3

Moradia própria: aluguel

Renda mensal: R\$ 400

Recebe benefício social: não

[Vivência como catador]

1) Qual tipo de atividade você exercia antes de se tornar membro de uma associação de catadores de materiais recicláveis?

Eu trabalhava de faxineira.

2) O que motivou a escolha de se tornar membro de uma associação de catadores de materiais recicláveis?

Eu conheci a menina que trabalhava aqui, aí ela foi e falou comigo que tinha uma vaga.

3) O que representa estar na associação?

Representa um trabalho digno e uma forma de fazer amizades.

4) Quais os pontos positivos e os negativos da atividade que você desenvolve?

Pagamento no dia certo, eles marca o dia, mas não paga. Aí fica ruim pra gente que mora de aluguel, pra pagar as contas.

5) E o que você acha que é bom aqui?

Eu gosto de trabalhar aqui, do tipo do trabalho.

6) Em que medida o ingresso na associação melhorou os seus direitos à saúde, educação e moradia?

Melhorou. A moradia não, porque não tem dia certo pra pagar.

7) Você tem interesse em mudar de atividade?

Tenho.

8) Você se sente discriminado de alguma maneira?

Não.

[Para aqueles que têm filhos]

9) Você gostaria que seu filho seguisse a sua profissão? Por quê?

Não, porque eu não quero isso pra eles não. Eu quero que eles estuda, uma coisa melhor.

Entrevista 10

[Perfil Social/ Trajetória]

Nome: Tica

Associação pertencente: AMARIV – Associação de Catadores de Materiais Recicláveis da Ilha de Vitória

Idade: 43 anos

Sexo: feminino

Grau de escolaridade: ensino fundamental incompleto (estudou até a 4ª série)

Profissão anterior: cabeleireira

Quanto tempo atua nesta atividade: 15 anos

Estado de origem: Bahia

Filhos: 6

Moradia própria: sim

Renda mensal: R\$ 300,00 - R\$ 700,00

Recebe benefício social: bolsa família

[Vivência como catador]

1) Qual tipo de atividade você exercia antes de se tornar membro de uma associação de catadores de materiais recicláveis?

Cabeleireira. Eu tenho diploma de cabeleireira.

2) O que motivou a escolha de se tornar membro de uma associação de catadores de materiais recicláveis?

Então, no começo, eu tinha um filho doente que dava crise de epilepsia e eu não conseguia emprego, porque sempre que eu tava trabalhando eu tinha que sair correndo aí o povo me dispensava do trabalho. Aí quando eu vim aqui pra Vitória, sem poder trabalhar fichado, aí eu conheci uma pessoa que me chamou pra catar papel na rua. Eu puxava carrinho. Aí depois de muito tempo eu conheci a associação, eu fazia entrega pra triar na associação, aí a associação me chamou pra entrar aqui.

3) O que representa estar na associação?

Menina, representa muita coisa. Eu aprendi a me valorizar, eu me descobri dentro da reciclagem. Eu descobri uma capacidade dentro de mim que eu não tinha. Quando eu vim pra cá eu pesava 110 kilos, que eu tinha depressão. Eu hoje graças a Deus eu não tenho. Então, aqui pra mim representa muita coisa, sabe? Pra mim representa até uma nova vida.

4) Quais os pontos positivos e os negativos da atividade que você desenvolve?

Então, os positivos é o que eu to te falando: a gente acaba se valorizando e esse trabalho que é a reciclagem. A gente sabe o nosso valor hoje na sociedade, na reciclagem. E eu falo assim com os meus meninos e eles acha até um absurdo o que eu falo com eles, mas eu falo assim que o trabalho do catador é igual o trabalho do urubu: todo mundo critica, mas não sabe o valor que ele tem no mundo. Mas é tipo assim, a gente sabe o valor da gente, a gente sabe a diferença que a gente faz na sociedade.

5) E o que você acha que ainda precisa melhorar?

Ah, infelizmente... sabe o que precisa melhorar? Precisa melhorar o reconhecimento do ser humano. O reconhecimento das pessoas. E nem é só o reconhecimento de “vou separar o material e entregar lá não”, é o reconhecimento de saber o quanto a gente está ajudando a natureza e a si próprio, porque se você tiver consciência disso, automaticamente você não vai mandar o material para o aterro que você acha que não pode ir pro aterro.

6) E você acha que depois que você entrou na associação melhorou os seus direitos à saúde, educação e moradia?

Não.

7) Você tem interesse em mudar de atividade?

Não.

8) Você se sente discriminado de alguma maneira?

Várias vezes. Quando eu tava puxando carrinho, os outros ficava gritando: “sai da rua, seu lixeiro”, “seu mendigo, está atrapalhando o trânsito”. Aqui, na própria associação, com a própria prefeitura que já chamou a gente de burro. Agora mesmo

eu tava relatando, que eles falam que a gente não aprende as coisas, só fica lamentando. Eu acho isso uma discriminação.

[Para aqueles que têm filhos]

9) Você gostaria que seu filho seguisse a sua profissão? Por quê?

Ó, pra mim, não faria diferença nenhuma. Até mesmo porque a Angela, que trabalha aqui dentro, ela pretendia fazer administração, mas agora já trocou: vai fazer meio ambiente, que acaba indo no mesmo percurso que o meu. E o Lúcio que não pretende continuar, ele pretende até fazer Direito, seguir o caminho dele. Mas pra mim, não faria diferença não. Eu tenho o maior orgulho de ser catadora e não me importaria que meus filhos fossem também não.

Entrevista 11

[Perfil Social/ Trajetória]

Nome: Neidiane

Associação pertencente: AMARIV – Associação de Catadores de Materiais Recicláveis da Ilha de Vitória

Idade: 40 anos

Sexo: feminino

Grau de escolaridade: ensino fundamental incompleto (estudou até a 1ª série)

Profissão anterior: não tinha

Quanto tempo atua nesta atividade: 3 anos

Estado de origem: Espírito Santo

Filhos: 9

Moradia própria: mora no quintal do pai

Renda mensal: não soube dizer. Depende da produção.

Recebe benefício social: não

[Vivência como catador]

1) Qual tipo de atividade você exercia antes de se tornar membro de uma associação de catadores de materiais recicláveis?

Eu morava lá na casa do pai dos meus filhos, lá em São Pedro 5, aí eu morava lá. Num trabalhava não.

2) O que motivou a escolha de se tornar membro de uma associação de catadores de materiais recicláveis?

Ah, porque eu não tenho outro emprego assim... melhor... de carteira assinada. Aí eu peguei pra poder não ficar parada, num tem? Porque eu tinha filho pra poder criar, ainda mais que nasceu um agora. Aí eu peguei e vim trabalhar aqui.

3) O que representa estar na associação?

Eu acho assim... que é um lugar bom pra fazer amizade. Essas coisas assim.

4) O que você acha que é bom aqui e o que ainda precisa melhorar?

Eu acho que... alguma coisa sempre precisa melhorar, mas eu num sei direitinho.

5) E o que é bom aqui?

Não sei dizer.

6) Em que medida o ingresso na associação melhorou os seus direitos à saúde, educação e moradia?

Eu acho que melhorou.

7) Você tem interesse em mudar de atividade?

Se eu conseguir outro emprego melhor... sim. Um serviço de carteira assinada pra poder arrumar um lugar pra eu morar, sair do quintal do meu pai, eu num quero ficar lá muito tempo. Lá é um barraco, dá muito rato. Eles fala que lá não é bom pra eu morar.

8) Você se sente discriminado de alguma maneira?

Não.

[Para aqueles que têm filhos]

9) Você gostaria que seu filho seguisse a sua profissão? Por quê?

Não, porque eu acho que eles tem que ter o estudo primeiro, fazer estágio pra depois ver o eles vão fazer.

Entrevista 12

[Perfil Social/ Trajetória]

Nome: Negão

Associação pertencente: AMARIV – Associação de Catadores de Materiais Recicláveis da Ilha de Vitória

Idade: 32 anos

Sexo: masculino

Grau de escolaridade: ensino fundamental incompleto (estudou até a 5ª série)

Profissão anterior: pedreiro

Quanto tempo atua nesta atividade: 1 ano e 2 meses

Estado de origem: Espírito Santo

Filhos: não

Moradia própria: sim

Renda mensal: não sei. Depende da produção

Recebe benefício social: não

[Vivência como catador]

1) Qual tipo de atividade você exercia antes de se tornar membro de uma associação de catadores de materiais recicláveis?

Eu era oficial... pedreiro.

2) O que motivou a escolha de se tornar membro de uma associação de catadores de materiais recicláveis?

Eu trabalhava na Marca Ambiental. Aí saí de lá e vim pra cá.

3) O que representa estar na associação?

Eu entrei aqui pra ter um projeto melhor, uma vida melhor, mas a renda aqui ta pouco.

4) O que você acha que está bom aqui na associação e o que ainda precisa melhorar?

A renda é pouco, tem que trabalhar mais, tem que ter mais gente.

5) E o que é bom daqui?

O que é bom daqui é a amizade né?!

6) Em que medida o ingresso na associação melhorou os seus direitos à saúde, educação e moradia?

Num vi melhora não.

7) Você tem interesse em mudar de atividade?

Ah, se eu arrumar outro lugar pra ganhar mais eu vou.

8) Você se sente discriminado de alguma maneira?

Nunca.

Entrevista 13

[Perfil Social/ Trajetória]

Nome: Alexandre

Associação pertencente: AMARIV – Associação de Catadores de Materiais Recicláveis da Ilha de Vitória

Idade: 25 anos

Sexo: masculino

Grau de escolaridade: ensino médio incompleto (estudou até o 1º ano)

Profissão anterior: trabalhava na gráfica

Quanto tempo atua nesta atividade: 2 semanas

Estado de origem: Espírito Santo

Filhos: não

Moradia própria: tem

Renda mensal: juntando a minha e a dele, acho que dá em torno de R\$1.000,00

Recebe benefício social: não

[Vivência como catador]

1) Qual tipo de atividade você exercia antes de se tornar membro de uma associação de catadores de materiais recicláveis?

Olha, eu tava trabalhando na gráfica de carteira assinada.

2) O que motivou a escolha de se tornar membro de uma associação de catadores de materiais recicláveis?

Olha, na verdade eu já trabalhei aqui. Aí como eu tava desempregado, eu fui e voltei de novo, porque aqui, por mais que não é um bom emprego, pra nenhuma pessoa, não é vida pra ninguém ta trabalhando aqui, mas é um meio também da gente ta aprendendo a reciclar o material, as separar os lixos orgânicos dos que pode ser reaproveitado. É isso.

3) O que representa estar na associação?

Pra mim representa muita coisa, porque tipo... aqui eu fiz várias amizades, as pessoas daqui... nossa, todo mundo tem suas desavenças algumas pessoas, mas todos são unidos, conversa. Se for pra debater alguma coisa, eles sempre reúne, conversa, debatendo sobre certo assunto.

4) O que você acha que é bom e o que ainda precisa melhorar aqui na associação? Olha, eu acho que falta organização. Tem que melhorar ainda. As pessoas também que faz por ela mesma, tem as pessoa que faz isso, não quer saber dos outros. E de bom, eu acho que é amizade das pessoas, o companheirismo de todos.

5) Em que medida o ingresso na associação melhorou os seus direitos à saúde, educação e moradia?

Não soube responder.

6) Você tem interesse em mudar de atividade?

Sim. A gente sempre ta pensando em crescer na vida. Eu voltei pra cá, eu conversei com a chefe que eu ia ta voltando só por um período só pra eu voltar pro mercado de novo.

7) Você se sente discriminado de alguma maneira?

Já. Aqui mesmo, na primeira vez que eu tava aqui trabalhando, eles comentaram que todo mundo comentou sobre mim, porque tipo... por eu ser eu menino bonito [risos], tipo... por eu sempre andar arrumado, eles mesmo falaram: “ah, não vai agüentar muito tempo aqui, parece que tem frescura”. E também gente de fora já. Comentaram falando: “você trabalha no meio de um monte de lixo”. Certas coisas, assim... que acaba magoando as pessoas, porque isso daqui não é só mexer com lixo, aqui você tá aprendendo a separar os materiais, sobre a reciclagem.

E a situação da calçada... porque certa vez, nós ficava aqui, aí tinha pessoas que passava com nojo, passava até do outro lado, porque a gente tava deitado aqui, tinha pessoas também que tapava o nariz por causa do cheiro. Eu... pra falar a verdade, eu não sinto cheiro mais nada... não sei pode ser por costume.

Entrevista 14

[Perfil Social/ Trajetória]

Nome: Lulu

Associação pertencente: AMARIV – Associação de Catadores de Materiais Recicláveis da Ilha de Vitória

Idade: 25 anos

Sexo: feminino

Grau de escolaridade: ensino fundamental incompleto (estudou até o 1º ano)

Profissão anterior: babá

Quanto tempo atua nesta atividade: 2 anos

Estado de origem: Espírito Santo

Filhos: 1

Moradia própria: tem

Renda mensal: não sei. Depende da produção

Recebe benefício social: sim. Bolsa família

[Vivência como catador]

1) Qual tipo de atividade você exercia antes de se tornar membro de uma associação de catadores de materiais recicláveis?

Eu vigiava criança em casa.

2) O que motivou a escolha de se tornar membro de uma associação de catadores de materiais recicláveis?

Ai... num sei. Minha tia que arrumou pra mim.

3) O que representa estar na associação?

Fazer amizade.

4) O que você acha que é bom e o que ainda precisa melhorar aqui na associação?

Não sei não.

5) Mas o que você acha que é bom aqui?

Pra mim, é tudo bom aqui.

6) E não tem nada que podia melhorar?

Não sei.

7) Em que medida o ingresso na associação melhorou os seus direitos à saúde, educação e moradia?

Vi.

8) Você tem interesse em mudar de atividade?

Sim.

9) Você se sente discriminado de alguma maneira?

Já.

10) Você pode me contar?

Ah, eu não lembro.

11) Mas por qual motivo?

Por trabalhar aqui.

[Para aqueles que têm filhos]

12) Você gostaria que seu filho seguisse a sua profissão? Por quê?

Não. Eu queria que ele estudasse.

Entrevista 15

[Perfil Social/ Trajetória]

Nome: Didi

Associação pertencente: AMARIV – Associação de Catadores de Materiais Recicláveis da Ilha de Vitória

Idade: 52 anos

Sexo: masculino

Grau de escolaridade: ensino médio completo

Profissão anterior: professor

Quanto tempo atua nesta atividade: 7 meses

Estado de origem: Espírito Santo

Filhos: não

Moradia própria: tem

Renda mensal: R\$ 600,00

Recebe benefício social: não

[Vivência como catador]

1) Qual tipo de atividade você exercia antes de se tornar membro de uma associação de catadores de materiais recicláveis?

Eu sou professor.

2) De ensino fundamental?

É.

3) O que motivou a escolha de se tornar membro de uma associação de catadores de materiais recicláveis?

Necessidade, porque acabou o meu contrato com o Estado e eu não consegui mais. Eu já catava na rua. Eu já mexia com isso. Aí eu conheci uma pessoa, aí ela foi e me arrumou aqui.

4) O que representa estar na associação?

Representa muito. Sua dignidade, porque você ta correndo atrás dos seus objetivos, né? É isso aí, a gente tem que levar as coisas mais a sério e correr atrás dos nossos objetivos.

5) O que você acha que é bom e o que ainda precisa melhorar aqui na associação?

O que precisa melhorar? Precisa melhorar aqui é... a estrutura, porque aqui ta precisando de uma pintura, de um retoque em algumas coisas.

6) E o que você acha que é bom aqui?

Bom aqui? Ah, eu gosto daqui. Gosto das pessoas.

7) Em que medida o ingresso na associação melhorou os seus direitos à saúde, educação e moradia?

Não... continua a mesma coisa. Aquele negócio de acordar de madrugada pra pegar ficha né? E as vezes, mesmo você acordando de madrugada você não consegue atendimento. Eles fala que tem um negócio que você ta passando mal e você vai ser atendido, mas isso é só se você tiver morrendo.

8) Você tem interesse em mudar de atividade?

Ano que vem eu to com objetivo de fazer faculdade de pedagogia, porque quem não tiver pedagogia não pode entrar numa sala de aula. Eu ia tentar fazer esse ano, então ano que vem eu pretendo fazer a minha faculdade.

9) Você se sente discriminado de alguma maneira?

Não.

Entrevista 16

[Perfil Social/ Trajetória]

Nome: Ceinha

Associação pertencente: AMARIV – Associação de Catadores de Materiais Recicláveis da Ilha de Vitória

Idade: 36 anos

Sexo: feminino

Grau de escolaridade: ensino fundamental incompleto (estudou até a 5ª série)

Profissão anterior: zeladora

Quanto tempo atua nesta atividade: 8 meses

Estado de origem: Espírito Santo

Filhos: 6

Moradia própria: aluguel

Renda mensal: R\$ 600,00 – R\$ 700,00

Recebe benefício social: sim

[Vivência como catador]

1) Qual tipo de atividade você exercia antes de se tornar membro de uma associação de catadores de materiais recicláveis?

Eu trabalhava de zeladora de condomínio.

2) O que motivou a escolha de se tornar membro de uma associação de catadores de materiais recicláveis?

Então, minha mãe já tava aqui né?! Eu saí do condomínio, aí eu pedi ela pra arrumar aqui pra mim. Eu pedi ela pra ficar só uns dias, aí to aqui até hoje. Eu tava com pretensão de ficar em outro lugar.

3) O que representa estar na associação?

É bom... eu gosto daqui.

4) O que você acha que é bom e o que ainda precisa melhorar aqui na associação?

O que é bom? Ah não sei direito, porque eu to aqui faz pouco tempo.

5) E o que você acha que precisa melhorar?

Melhorar? Precisa melhorar aqui, eu acho que é mais as doação de lixo, porque vem muito sujo, aí atrapalha a produção.

6) Em que medida o ingresso na associação melhorou os seus direitos à saúde, educação e moradia?

Melhorou bastante.

7) Em que sentido?

Ah, porque a gente ganha muito acompanhamento, tem a assistente social também que ajuda no que a gente precisa, tem pessoas que vem da as palestras, ai a gente vai e consegue alguma coisa, tem dentista. Educação ta pra ter uma aula aqui agora pra gente aprender aqui.

6) Você tem interesse em mudar de atividade?

Eu tenho. Tenho interesse em aprender mais aqui, pra depois eu poder até crescer aqui dentro.

7) Você se sente discriminado de alguma maneira?

Não.

[Para aqueles que têm filhos]

8) Você gostaria que seu filho seguisse a sua profissão? Por quê?

Eu gostaria que eles seguisse sim, mas não pra ficar só nisso, porque aqui você vê que nem a Tica. Se você tiver interesse em aprender, você vai longe, pode chegar até longe, mas vai do interesse de qualquer um. Pra mim, eu não queria que eles viesse, eu quero o melhor pra eles, mas depende de cada um.

Entrevista 17

[Perfil Social/ Trajetória]

Nome: Vera Tica

Associação pertencente: AMARIV – Associação de Catadores de Materiais Recicláveis da Ilha de Vitória

Idade: 61 anos

Sexo: feminino

Grau de escolaridade: ensino fundamental completo

Profissão anterior: operadora de máquina industrial, balconista, costureira, auxiliar de serviços gerais

Quanto tempo atua nesta atividade: 1 ano e 3 meses

Estado de origem: Espírito Santo

Filhos: 5

Moradia própria: tem

Renda mensal: R\$ 700,00 – R\$ 900,00 quando da produção está boa. Pode voltar a R\$ 300,00 quando está baixa.

Recebe benefício social: sim

[Vivência como catador]

1) Qual tipo de atividade você exercia antes de se tornar membro de uma associação de catadores de materiais recicláveis?

Minha filha, eu já fui tanta coisa nessa vida. Já fui operadora de máquina industrial, já fui balconista, costureira, auxiliar de serviços gerais. Tudo isso.

2) O que motivou a escolha de se tornar membro de uma associação de catadores de materiais recicláveis?

A necessidade. Porque eu trabalhei muito de carteira assinada, depois eu desempreguei e foi chegando a idade, eu espalhei currículo para tudo quanto é lado, mas ninguém me chamava e foi tumultuando, num tem? Aí eu fui tomar conta de criança, aí juntava e virava uma creche, aí tirava a renda da li. Aí eu ia sobrevivendo. Aí depois eu fui e enjoei de tomar conta de criança, uns pagava, outros não. Aí eu falei: “não quero isso pra mim não”. Aí a mulher que trabalha aqui é minha vizinha, aí eu pedi pra ela arrumar pra mim. Ela até duvidou, achou que eu não tinha coragem. Aí eu falei: “não... eu vou”. Aí eu cheguei aqui, a Tica me aceitou e até hoje eu to aqui.

3) O que representa estar na associação?

Aqui? Aqui, é tudo. Eu gosto demais daqui. Eu tenho esperança disso aqui melhorar. Aqui é como se fosse uma casa pra mim, entendeu?

4) O que você acha que é bom e o que ainda precisa melhorar aqui?

Tem muita coisa que precisa melhorar, a união. A união faz a força. Uns tem vontade de melhorar, outros não tem. Falta de interesse, entendeu? Então, pra começo de história tem que ter gente assim de garra, que nem eu. Eu sou uma delas, eu tenho vontade de melhorar. Pra gente trabalhar junto.

5) E porque é bom trabalhar aqui?

Eu me sinto a vontade aqui, entendeu? Num tem aqui assim... aquela coisa de patrão, porque aqui se você fizer a sua parte ninguém vai te cobrar, porque aqui não tem dono, o dono somos nós, nós temos que fazer o nosso salário, a nossa parte.

6) Em que medida o ingresso na associação melhorou os seus direitos à saúde, educação e moradia?

Não.. eu nunca fui assim uma pessoa doente. Graças a deus eu nunca tive problema de saúde. A única coisa que eu sinto agora é uma dor nesse dedo aqui, aí entra e dói o braço, num sei se é por causa do esforço, se eu já mexi muito com artesanato. Então, eu mexia muito com a mão, bordando, costurando, tricotando, aí depois que eu entrei aqui que começou essa dor.

7) Você tem interesse em mudar de atividade?

Olha, eu penso assim, mas não sei se eu vou ter essa condição e essa capacidade: botar um negócio pra mim mesmo, uma lanchonete, um restaurante na frente da minha casa. Eu tenho um filho também que tem um açai, uma filha que cozinha. Eu tenho essa vontade. Ou então montar um atelier pra mim. Fica só no sonho.

8) Você se sente discriminado de alguma maneira?

Não.

[Para aqueles que têm filhos]

9) Você gostaria que seu filho seguisse a sua profissão? Por quê?

Meus filhos são todos empregados, tem um que é motorista, um trabalha na BH, que é distribuidora de material hospitalar, o outro é vigilante e o caçula trabalha com negócio da Ceasa, na separação das verduras, legumes que chega da roça pra levar pros hospital, os presídio, colégio, supermercado.

10) E se algum deles precisassem seguir a sua profissão, você iria gostar?

Ah, eu acho que não. Eu fico na luta mesmo, mas eles não. Cada um tem a sua profissão. Essa minha não.

Entrevista 18

[Perfil Social/ Trajetória]

Nome: Gilda

Associação pertencente: AMARIV – Associação de Catadores de Materiais Recicláveis da Ilha de Vitória

Idade: 58 anos

Sexo: feminino

Grau de escolaridade: ensino fundamental incompleto (estudou até a 1ª série)

Profissão anterior: camareira

Quanto tempo atua nesta atividade: 5 anos

Estado de origem: Rio de Janeiro

Filhos: 4

Moradia própria: não

Renda mensal: depende da produção. Varia entre R\$ 800,00 – R\$ 900,00

Recebe benefício social: não

[Vivência como catador]

1) Qual tipo de atividade você exercia antes de se tornar membro de uma associação de catadores de materiais recicláveis?

Eu trabalhei 19 anos e meio de camareira, de hotelaria. Trabalhei 1 ano em lavanderia. Trabalhei de ajudante de cozinha muitos anos também.

2) O que motivou a escolha de se tornar membro de uma associação de catadores de materiais recicláveis?

Eu cheguei em Vitória, eu saí da minha cidade morava na Bahia. A minha filha mais velha veio morar aqui, aí ela me chamou pra mim vir pra cá. Lá é duro no inverno,

chega baixa temporada eles manda o pessoal embora. Aí eu acabei vindo. Só que eu cheguei aqui e não conhecia ninguém, aí minha filha que é muito conversadeira, aí ela conseguiu um serviço na ASCAMARE, aí ela me chamou e eu fui. Aí eu saí da ASCAMARE, aí eu vim passear aqui na AMARIV, aí eu conheci a outra presidente daqui, a Cida – uma morena forte – não sei se você ouviu falar dela? Então era a Cida na época. Como ela era mais amiga mais da minha filha, aí ela arrumou pra ela, aí ela me chamou, aí eu acabei vindo, aí fui ficando. Aí saí, trabalhei num restaurante por 8 meses, aí voltei e to aqui até hoje.

3) O que representa estar na associação?

Na verdade, eu gosto. Eu gosto realmente de trabalhar na associação.

4) Quais os pontos positivos e os negativos da atividade que você desenvolve?

Precisa melhorar muita coisa, principalmente, o salário da gente. Ganhar mais um pouquinho, porque é muito difícil. Mesmo que tem a cesta, que também faz tempo que não vem, mas mesmo assim tem o complemento né. A cesta é só o grosso. Eu até fui morar mais longe, porque o aluguel é mais barato, mas não ta compensando muito não.

5) Em que medida o ingresso na associação melhorou os seus direitos à saúde, educação e moradia?

Pra mim, não. Alguma coisa melhorou um pouquinho, outras não. Mas sinceramente, pra mim não melhorou muito não.

6) Você tem interesse em mudar de atividade?

No momento, não. Até porque o que eu sei fazer mais é trabalhar em hotelaria e cozinha, mas eu to cansada de cozinha, a minha idade, a menopausa.

7) Você se sente discriminado de alguma maneira?

Ah, sempre acontece muito.

8) Você pode me dar um exemplo?

Faz bastante tempo, assim... eu arrumei um serviço... é mais por causa da cor. A mulher queria que arrumasse e cozinhasse... era casa de família. Aí foi eu e uma amiga ver o serviço, mas ela não sabia cozinhar. Mas só que, pela minha cor, ela não falou, mas eu acho que era, ela preferiu ficar com a outra que era mais clarinha, mas não sabia cozinhar. Aí eu me senti discriminada, mas eu preferi deixar pra lá.

9) E pelo seu trabalho, já aconteceu alguma vez?

Não... até porque eu não saio muito. Eu não gosto.

[Para aqueles que têm filhos]

10) Você gostaria que seu filho seguisse a sua profissão? Por quê?

Não. A minha filha mais velha seguiu uns tempo, ela saiu daqui porque ela sofreu um acidente de moto e não pode ficar muito tempo em pé. Mas eu não gostaria não, porque muita gente assim... você fala que trabalha aqui e as pessoa acha que é lixo... mas eu penso que é um serviço como outro qualquer. Eles não discrimina assim... mas sempre solta umas piadinhas. O meu mais novo ficou uns 15 dias aqui comigo, mas até ele arrumar um emprego.

Entrevista 19

[Perfil Social/ Trajetória]

Nome: Baiano 1

Associação pertencente: ASCAMARE – Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Vitória

Idade: 49 anos

Sexo: masculino

Grau de escolaridade: ensino fundamental incompleto (estudou até o 6º ano)

Profissão anterior: ajudante de pedreiro

Quanto tempo atua nesta atividade: 9 anos

Estado de origem: Bahia

Filhos: 2

Moradia própria: mora de aluguel

Renda mensal: R\$ 600,00 – R\$ 800,00

Recebe benefício social: bolsa família

[Vivência como catador]

1) Qual tipo de atividade você exercia antes de se tornar membro de uma associação de catadores de materiais recicláveis?

Eu trabalhei muito de ajudante (de pedreiro). Depois eu virei catador.

2) O que motivou a escolha de se tornar membro de uma associação de catadores de materiais recicláveis?

Trabalhei na rua. Na pastoral de Jardim da Penha, a gente recebia cesta (básica). Quando foi um belo dia, o rapaz anunciou que tinha uma associação que tava precisando dos catador pra trabalhar. Aí eu me interessei. Esperei a Igreja acabar lá, quando foi mais tarde, falei com o seu Gaspar, ele mandou eu procurar seu João, que era o encarregado... encarregado não... que era o... o rapaz que tomava conta daqui. Aí procurei ele. Aí ele me informou pra eu vir até aqui. Cheguei aqui, a Vanderlene era a coordenadora, aí eu falei pra ela que tinha procurado o seu Gaspar e seu João e eles mandaram eu aqui. Aí eu aguardei, ela fez uma entrevista comigo, mandou eu aguardar em casa, aí ela me chamou e eu já peguei o carro. Aí eu fui pra rua trabalhar com carrinho.

3) Então, antes aqui na associação, vocês trabalhavam na rua com carrinho?

É.

4) E depois de quanto tempo vocês trabalhavam só aqui, sem precisar sair para a rua?

Tem uns 3 a 4 anos. Aí a prefeitura também exigiu que a pessoa não podia ir mais pra rua. Aí eu fiquei trabalhando aqui dentro. Tinha material bastante pra mim trabalhar.

5) O que representa estar na associação?

A necessidade também de eu estar aqui, devido eu nunca ter trabalhado. Depois que eu entrei aqui também, fiquei gostando e estou até hoje e gosto do que eu faço.

6) Quais os pontos positivos e os negativos da atividade que você desenvolve?

O bom aqui é nós ta ganhando o nosso pão de cada dia, ta ganhando o nosso dinheiro, ta pagando nosso aluguel e ta ajudando também nosso companheiro que é importante e um ajudar o outro também aqui dentro.

7) E o que você acha que ainda precisa melhorar?

Precisa... precisa melhorar muito hoje o material, que ainda ta chegando uma base muito suja, que ainda vem coco de cachorro, é seringa, é resto de comida, é papel de banheiro. É um monte de coisa misturado.

8) Em que medida o ingresso na associação melhorou os seus direitos à saúde, educação e moradia?

De vez enquanto, tem uma pessoa que vem aqui... é o dentista que vem cuidar do dente da pessoa. Só foi isso aí. O problema de saúde nós cuida mais no posto.

9) Você tem interesse em mudar de atividade?

O que eu desejava aqui mudar, é aumentar nossa renda. Pra mim, que já to acostumado é bom aqui, já to há 9 anos. Eu acho que aqui é o trabalho ideal pra mim ta trabalhando, é igual um outro trabalho qualquer.

10) Você se sente discriminado de alguma maneira?

Na rua não. Quando eu fui trabalhar de catador na rua, eu sempre procurei ir de tenzinho, trabalhar limpo, eu peguei muita amizade também com os condomínios das pessoas. Às vezes eu tava na rua, o transito parado, o pessoal dava caminho pra gente.

[Para aqueles que têm filhos]

11) Você gostaria que seu filho seguisse a sua profissão? Por quê?

Eles não são catadores. Eles só fazem estudar. Tem um que mora na roça e o outro estuda, ele é menor.

12) E se eles escolhessem essa profissão? O que você acharia?

Ah, eu falei pra ele e ele falou que não queria não, ele falou que quer ser outra coisa. Eu já falei: “vou colocar você lá na ASCAMARE” e ele falou: “não quero não, meu pai. Não quero de jeito nenhum. Eu vou ser outra coisa”. O sonho dele é ser cirurgião plástico. Ele fala que vai tirar a gente (referindo-se a sua esposa Juquinha, que trabalha com ele na associação) daqui.

Entrevista 20

[Perfil Social/ Trajetória]

Nome: Bina

Associação pertencente: ASCAMARE – Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Vitória

Idade: 49 anos

Sexo: feminino

Grau de escolaridade: não estudou

Profissão anterior: empregada doméstica

Quanto tempo atua nesta atividade: 5 anos

Estado de origem: Espírito Santo

Filhos: 4

Moradia própria: tem

Renda mensal: R\$ 700,00

Recebe benefício social: bolsa família

[Vivência como catador]

1) Qual tipo de atividade você exercia antes de se tornar membro de uma associação de catadores de materiais recicláveis?

Trabalha de doméstica.

2) O que motivou a escolha de se tornar membro de uma associação de catadores de materiais recicláveis?

Ah, porque minha filha trabalhava aqui aí eu achei legal, porque antes eu já catava lixo na rua. Aí depois eu saí, fui trabalhar de doméstica, aí não me dei bem e vim pra cá.

3) O que representa estar na associação?

Ah, eu acho muito legal esta aqui.

4) Porque?

Porque o grupo, já acostumei com o grupo e aqui é melhor do que trabalhar do que trabalhar em qualquer outro lugar.

5) E o que você pode me relatar que é melhor do que na rua? O que tem a associação tem de melhor?

Tem de melhor que a gente tem um galpão trabalha debaixo do galpão, não pega chuva, não pega sol e na rua a gente pega chuva, pega sol.

6) E quais pontos positivos e os negativos da associação?

Assim... como assim?

7) O que você acha que é bom e o que ainda precisa melhorar?

Precisa melhorar o galpão pra nós, que esse aqui é muito pequeno e o grupo que na mesma hora que a gente ta unido a gente começa a brigar. Então, a gente que ser unido, porque aqui é uma família. A gente sai de casa e vem pra cá, então aqui é a casa da gente.

8) E você acha que depois que você entrou na associação você teve mais acesso aos seus direitos à saúde, educação e moradia?

Pra mim mudou. Depois eu vim pra cá, num adoeci mais e convivendo com eles aqui é o mesmo que a gente ta aqui.

9) Vocês têm alguma assistência médica aqui?

Tem, de vez enquanto vem uma menina do dentista. Ela vem atender a gente aqui.

10) Você tem interesse em mudar de atividade?

Eu tenho.

11) Você se sente discriminado de alguma maneira?

Já sofri. Eles fica chamando a gente de lixeiro na rua. Confunde as coisas e eles falam: “oh lá, o lixeiro. É velho ainda”. Aí eu falo: “a gente não trabalha com lixo, a gente trabalha numa associação”.

12) E você acha que as pessoas tem essa ideia porque?

Ah, num sei... eu acho que é porque a gente é preto e é pobre. Eles não gostam de se misturar com a gente. Os ricos não gostam de se misturar. Eles acha que a gente só mexe com lixo. Mas eles tão falando e eu num to nem aí. Eu só respondo: “eu não trabalho com lixo, eu trabalho com material de reciclagem”. E eu não to nem aí, pode me chamar.

[Para aqueles que têm filhos]

13) Você gostaria que seu filho seguisse a sua profissão? Por quê?

Uma trabalha, que é a aqui ta aqui. Os outros não trabalham com isso não.

14) Mas o que você acharia se eles escolhessem trabalhar com essa profissão?

Eu deixaria. O mais velho meu trabalhou aqui uns 2 meses só e depois ele saiu. Arrumou um emprego de carteira assinada e ele foi e saiu, mas todo tempo ele fica com vontade de voltar.

Entrevista 21

[Perfil Social/ Trajetória]

Nome: Carne preta

Associação pertencente: ASCAMARE – Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Vitória

Idade: 55 anos

Sexo: feminino

Grau de escolaridade: ensino fundamental incompleto (estudou até a 2ª série)

Profissão anterior: empregada doméstica

Quanto tempo atua nesta atividade: 9 anos

Estado de origem: Bahia

Filhos: 9

Moradia própria: mora com um filho

Renda mensal: R\$ 600,00 – R\$ 700,00

Recebe benefício social: sim

[Vivência como catador]

1) Qual tipo de atividade você exercia antes de se tornar membro de uma associação de catadores de materiais recicláveis?

Eu era doméstica.

2) O que motivou a escolha de se tornar membro de uma associação de catadores de materiais recicláveis?

Quando eu vim da Bahia, minha irmã trabalhava aqui. Aí eu vinha aqui, ajudar ela. Aí eu gostei. Fui ficando, ficando e me tornei associada.

3) O que representa estar na associação?

Representa pra nós, assim... além de nós ganhar o nosso sustento, fazer por onde tirar o nosso sustento e ajudar o meio ambiente, né? Porque se nós não tira esse tanto de material que vai pro aterro, aí vai pros esgoto, vai pras fossa, vai tampar os ralo.

4) Quais os pontos positivos e os negativos da atividade que você desenvolve?

O que precisa melhorar pra nós é um galpão adequado, né? Porque aqui é muito apertado, quer entrar mais gente, mas não tem nem lugar de botar. Material não falta, falta é lugar, espaço pra pessoa encaixar.

5) E o que você acha que é bom aqui na associação?

Ah, o que é bom aqui... pra mim, as amizades que a gente tem. Tem umas desavenças de vez enquanto, mas todo lugar tem né? Mas depois volta tudo ao normal e se torna um grupo de gente unida. Agora mesmo você ouviu a menina... a assistente social falando da outra que ta doente e vai ganhar normalmente... tem mais de o que... uns 15 dias que ela ta em casa. Então, nós vai pagar pra ela, porque ela não ta trabalhando.

6) E você acha que depois que você entrou na associação o seu acesso aos direitos à saúde, educação e moradia mudou alguma coisa?

Mudou, porque sempre vem gente aqui do posto orientar a gente como a gente faz, do risco que a gente corre. Eles mesmo vem trazer material de higiene bucal. Nós mesmo somos encaminhados para o posto, não precisa enfrentar fila.

7) Você tem interesse em mudar de atividade?

Sim.

8) Você se sente discriminado de alguma maneira?

Eu nunca passei não. Mas os colega já passou, porque quando eu vim trabalhar aqui, eu vim direto aqui pra dentro e eles que trabalhava na rua sofria muito preconceito. Tinha gente não dava nem água e quando dava, mandava levar o copo.

9) E você acha que isso pode ser atribuído ao que?

Por mexer com lixo. Pra eles (a sociedade), se torna lixo, devido ta mexendo ali, eles achava que a gente era mendigo, bandido. Pra eles é lixo, pra nós é o sustento da família.

[Para aqueles que têm filhos]

10) Você gostaria que seu filho seguisse a sua profissão? Por quê?

Nenhum trabalha. Eu não proibia, eu incentivava.

Entrevista 22

[Perfil Social/ Trajetória]

Nome: Dinha

Associação pertencente: ASCAMARE – Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Vitória

Idade: 43 anos

Sexo: feminino

Grau de escolaridade: ensino fundamental incompleto (estudou até a 4ª série)

Profissão anterior: empregada doméstica

Quanto tempo atua nesta atividade: 1 ano e 6 meses

Estado de origem: Bahia

Filhos: 3

Moradia própria: mora de aluguel

Renda mensal: R\$ 500,00 – R\$ 600,00

Recebe benefício social: não

[Vivência como catador]

1) Qual tipo de atividade você exercia antes de se tornar membro de uma associação de catadores de materiais recicláveis?

Eu era empregada doméstica.

2) O que motivou a escolha de se tornar membro de uma associação de catadores de materiais recicláveis?

Minha sogra trabalha aqui, aí eu tava parada, sem trabalhar, aí eu num arrumei outro, aí ela conseguiu me colocar aqui.

3) O que representa estar na associação?

Ah, é uma forma de emprego e também amizade, que aqui você vê que todo mundo briga e depois pede desculpa. É família né? No caso.

4) Quais os pontos positivos e os negativos da atividade que você desenvolve?

O que eu acho bom... o que eu acho é assim, porque é todo mundo junto pra resolver problema. Qualquer problema que aconteça entre a gente ou na ASCAMARE. Então, na ASCAMARE, o que precisa melhorar é muita coisa. Como você vê aí, a gente precisa de um lugar mais espaçoso, né? É... e o material quando vem, tudo misturado, muitas coisas que a gente ainda não compra e a gente gostaria que os moradores fizessem a parte deles. Então, isso é uma forma de melhorar o nosso meio de trabalho.

5) Em que medida o ingresso na associação melhorou os seus direitos à saúde, educação e moradia?

Não... não vi melhora.

6) Você tem interesse em mudar de atividade?

Não... porque uma é que eu não tenho escolaridade. Então, se for pra eu ir pra casa de família, eu prefiro aqui mesmo.

7) Você se sente discriminado de alguma maneira?

Não deu pra eu perceber ainda, porque a gente não sai com a blusa da farda, quer dizer não vamos embora. Bom, por enquanto ainda não.

[Para aqueles que têm filhos]

8) Você gostaria que seu filho seguisse a sua profissão? Por quê?

Não incentivo meus filhos nenhum... se for de precisar, tudo bem. É mais por falta de opção. Eu acho que eles tinha que estudar. Porque aqui... esse ambiente não é

futuro não, sinceramente. Eu falo pra esses menino novo que ta aqui que aqui não é futuro pra vocês, principalmente, quem tem família. Não temos como ter uma renda por fora. Então, não tem futuro. Vou ser sincera.

Entrevista 23

[Perfil Social/ Trajetória]

Nome: Néia

Associação pertencente: ASCAMARE – Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Vitória

Idade: 25 anos

Sexo: feminino

Grau de escolaridade: ensino médio completo

Profissão anterior: empregada doméstica

Quanto tempo atua nesta atividade: 5 anos

Estado de origem: Espírito Santo

Filhos: 3

Moradia própria: tem

Renda mensal: R\$ 500,00 – R\$ 800,00

Recebe benefício social: bolsa família

[Vivência como catador]

1) Qual tipo de atividade você exercia antes de se tornar membro de uma associação de catadores de materiais recicláveis?

Eu trabalhava em casa de família.

2) O que motivou a escolha de se tornar membro de uma associação de catadores de materiais recicláveis?

Porque eu tava sem trabalhar e foi um colega meu que trabalhou aqui 8 anos atrás que me falou. Aí eu vim aqui, conversei e eu comecei a trabalhar aqui, mas isso já vem de geração de família. Quando eu não tava aqui, eu ficava no supermercado catando com minha avó, catando papelão no supermercado.

3) Então, a sua avó já era catadora?

A minha avó, a minha mãe trabalhava no lixão mais meu pai.

4) O que representa estar na associação?

Ah, muito bom. Representa tudo, porque se todo mundo fizesse a separação correta, hoje em dia a gente não estava passando por isso não.

5) Quais os pontos positivos e os negativos da atividade que você desenvolve?

Os negativo é só porque o material as vezes não vem separado corretamente e o positivo é porque é tudo de bom. Eu gosto muito daqui.

6) Em que medida o ingresso na associação melhorou os seus direitos à saúde, educação e moradia?

Vi, porque igual a gente antigamente a gente ia no posto. E agora na maioria das vezes o posto vem até a gente. Igual, a gente fez exame de HIV, porque eles vieram aqui.

7) Você tem interesse em mudar de atividade?

Não.

8) Você se sente discriminado de alguma maneira?

Já, porque no começo todo mundo tem preconceito, mas depois passa. Lá perto de casa mesmo, eles fala: “ah, você trabalha mexendo com lixo?”. Aí eu falo: “é um serviço normal, como outro qualquer”.

[Para aqueles que têm filhos]

9) Você gostaria que seu filho seguisse a sua profissão? Por quê?

Se for da vontade deles sim, mas vai depender deles, quando crescer.

Entrevista 24

[Perfil Social/ Trajetória]

Nome: Índia

Associação pertencente: ASCAMARE – Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Vitória

Idade: 27 anos

Sexo: feminino

Grau de escolaridade: ensino fundamental incompleto (estudou até o 6º ano)

Profissão anterior: auxiliar de serviços gerais

Quanto tempo atua nesta atividade: 1 ano

Estado de origem: Espírito Santo

Filhos: 1

Moradia própria: tem

Renda mensal: R\$ 540,00 – R\$ 600,00

Recebe benefício social: não

[Vivência como catador]

1) Qual tipo de atividade você exercia antes de se tornar membro de uma associação de catadores de materiais recicláveis?

Auxiliar de serviços gerais.

2) O que motivou a escolha de se tornar membro de uma associação de catadores de materiais recicláveis?

Eu tinha umas colegas que trabalhava aqui, aí eu perguntei se tinha vaga. Aí elas falaram pra mim dar uma olhada. Aí eu vim cá vê e gostei.

3) O que representa estar na associação?

Eu gosto muito. Sei nem como explicar... eu gosto demais.

4) Quais os pontos positivos e os negativos da atividade que você desenvolve?

Ah, o lugar... é muito pequeno, é muito sujo aqui. Não tem forro. Precisa de melhorar muita coisa.

5) E o que é bom aqui?

As pessoas... o trabalho.

6) Em que medida o ingresso na associação melhorou os seus direitos à saúde, educação e moradia?

Normal.

7) Você tem interesse em mudar de atividade?

Não.

8) Você se sente discriminado de alguma maneira?

Já. Ah, porque... você sabe né? Colega assim, que vê a gente trabalhando assim... olha e fala assim: "olha, ó lá... ta trabalhando no lixo, nem precisava disso". Sempre nas piadinhas, nas brincadeiras, cai. Aí a gente fica meio chateada mesmo, mesmo na brincadeira. Eu nem ligo não.

[Para aqueles que têm filhos]

9) Você gostaria que seu filho seguisse a sua profissão? Por quê?

Ah, ela fala que quando ela crescer, ela vai trabalhar aqui, onde eu trabalho, ela gosta também.

Entrevista 25

[Perfil Social/ Trajetória]

Nome: Fão

Associação pertencente: ASCAMARE – Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Vitória

Idade: 49 anos

Sexo: masculino

Grau de escolaridade: ensino fundamental incompleto (estudou até o 1º ano)

Profissão anterior: empreiteiro da prefeitura.

Quanto tempo atua nesta atividade: 16 anos

Estado de origem: Espírito Santo

Filhos: 1

Moradia própria: aluguel

Renda mensal: depende da produção

Recebe benefício social: não

[Vivência como catador]

1) Qual tipo de atividade você exercia antes de se tornar membro de uma associação de catadores de materiais recicláveis?

Eu era empreiteiro da prefeitura.

2) O que motivou a escolha de se tornar membro de uma associação de catadores de materiais recicláveis?

Porque naquela época eu tava desempregado. Eu tava trabalhando no outro ferro velho, aí o rapaz inventou de fazer uma associação dos catadores, aí formaram a associação. Antigamente, nós era carroceiro. Aí a prefeitura não trazia material aqui não, a gente catava na rua. Aí eu catava na rua, aí o pessoal conversou na prefeitura, aí agora a prefeitura ta trazendo material pra cá. Antigamente não era assim, a gente trabalhava dia e noite.

3) De quantos anos pra cá que o material vem até a associação?

Desde 1991.

4) O que representa estar na associação?

Porque aqui não é ruim, certo? Aqui é uma profissão muito boa, ainda mais quando a pessoa não tem onde correr atrás, então como a gente pretende arrumar outro, tem que ficar aqui até quando der. Aqui dá pra viver muito bem.

5) E o que você acha que é bom e o que ainda precisa melhorar aqui?

Bom, o que precisa melhorar, é o que a prefeitura já correu atrás e já ta tudo certo, é um espaço maior, um galpão melhor pra poder entrar mais gente, botar mais gente pra trabalhar aqui, porque tem muito que precisa, né? Mas agora não pode botar, porque o galpão é pequeno.

6) E o que você acha que é bom aqui?

Aqui é muito bom, mas só é um pouquinho cansativo. Todo mundo trabalha em paz, trabalha alegre. A união.

7) Em que medida o ingresso na associação melhorou os seus direitos à saúde, educação e moradia?

Eu tenho um problema de saúde, sinto dor no coração. Eles fala que é a idade, mas não é não... é a força que a pessoa puxa.

8) Você tem interesse em mudar de atividade?

Até eu arrumar, se eu ver que ta bom pra mim, que vale pra mim eu vou. Eu com 16 anos, se eu pegar... porque aqui você sabe né? É uma associação, cooperativa,

você não tem direito a nada. Se a pessoa que tiver 5 anos, 13 anos sai daqui sem nada. Então, se eu tivesse outra profissão, seria muito mais melhor.

9) Você se sente discriminado de alguma maneira?

Não... até agora não.

[Para aqueles que têm filhos]

10) Você gostaria que seu filho seguisse a sua profissão? Por quê?

É uma boa né. Não teria problema.

Entrevista 26

[Perfil Social/ Trajetória]

Nome: Baiano 2

Associação pertencente: ASCAMARE – Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Vitória

Idade: 61 anos

Sexo: masculino

Grau de escolaridade: ensino fundamental incompleto (estudou até o 4º ano)

Profissão anterior: carpinteiro

Quanto tempo atua nesta atividade: 19 anos

Estado de origem: Bahia

Filhos: 2

Moradia própria: mora com a filha

Renda mensal: R\$ 600,00 – R\$ 700,00

Recebe benefício social: não

[Vivência como catador]

1) Qual tipo de atividade você exercia antes de se tornar membro de uma associação de catadores de materiais recicláveis?

Eu era carpinteiro.

2) O que motivou a escolha de se tornar membro de uma associação de catadores de materiais recicláveis?

Tinha... 30 anos atrás meu pai morreu com essa profissão (carpinteiro), aí eu abandonei essa profissão. Ele morreu trabalhando, aí eu num quis saber mais da profissão, fiquei com medo.

3) E você disse que antes trabalhava na rua né?

Antes era. Nós trabalhava na rua. Antes num tinha moleza que tem aqui não. Pegava o carrinho e saia na rua. Tinha vez que chegava aqui 11, 12 horas da noite com o carro carregado e no outro dia tinha que se virar pra descarregar o carro. Tinha hora que o sol tava quente nessa rua, você passava olhava num apartamento, pedia um copo de água, as vezes ele te dava, mas mandava levar o copo embora. Tinha nojo da gente. Muita gente bebia água da torneira, tava lavando calçada: “me da aí, deixa eu beber” e virava a mangueira na boca, bebia e ia embora. Dormi na rua, filho, mulher. A vida foi dura comigo... agora eu posso falar que ta ótima.

4) E pra você que já esteve na rua, o que representa estar hoje na associação?

Ah... a diferença é grande: antes a gente se virava sozinho, agora é em grupo. E agora tem a garantia do INSS que antes a gente não tinha. Era tudo por conta da gente mesmo. Trabalhava no ferro velho, recebia e ali mesmo você gastava ele de tarde, quando chegava no final do mês você não tinha nada.

5) O que você acha que é bom e o que ainda precisa melhorar nessa atividade?

Aqui? Tem que mudar o espaço. Um espaço maior. Essa é uma das partes. E a outra parte é a união, porque tem muito pouco. Aqui ninguém une com o outro. Você tem que se virar sozinho. Ninguém quer te ajudar, quer ser seu amigo, se quiser, vai passar a perna na gente.

6) Em que medida o ingresso na associação melhorou os seus direitos à saúde, educação e moradia?

Pra mim teve melhora. Moradia não. Eu sempre vivo pagando. Toda vida eu pago pra morar.

7) E a questão da saúde?

Saúde sempre é pelo posto mesmo. Então, é a mesma coisa.

8) Você tem interesse em mudar de atividade?

Essa idade já ta avançada... querer a gente quer, mas a idade já ta bem avançada. Sei lá que que vai acontecer daqui pra frente. Só Deus mesmo.

9) Você se sente discriminado de alguma maneira?

Já me senti. Eu puxando um carrinho na rua, um cachorro pulou ni mim, eu queria bater pro cachorro não me morder, o dono do cachorro falou que ele não gostava de preto: "eu não gosto de preto, é por isso que eu detesto preto". Eu era mais novo, eu tava com o cabelão grande e ele falou: "além de preto é cabeludo ainda". Eu saí calado e fui embora, porque eu não gosto de briga.

10) E você acha que esse preconceito que existe também é pelo fato de vocês trabalharem com material reciclável ou você acha que isso não influencia?

Acredito que é, porque tem gente que mesmo vendo o que a gente ta fazendo, ajudando o trabalho da própria prefeitura, eles pensa que a gente é um a toa, porque tem muitos por aí, agora que acabou mais, que dormia pela rua só pra poder usar droga e roubar e eles já pensa que nós somos daquela turma. Eles são enganado, porque essa turma aqui é separado, não é igual aos outros.

[Para aqueles que têm filhos]

10) Você gostaria que seu filho seguisse a sua profissão? Por quê?

A profissão eles já tem só num sabe é honrar a profissão. Eles já vive na rua. Tinha que ter vergonha de praticar outra coisa, pra honrar a gente.

Entrevista 27

[Perfil Social/ Trajetória]

Nome: Josi

Associação pertencente: ASCAMARE – Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Vitória

Idade: 33 anos

Sexo: feminino

Grau de escolaridade: ensino fundamental incompleto (estudou até a 7ª série)

Profissão anterior: não tinha

Quanto tempo atua nesta atividade: 12 anos

Estado de origem: Bahia

Filhos: 3

Moradia própria: tem

Renda mensal: R\$ 2.000,00⁵⁶

Recebe benefício social: não

[Vivência como catador]

1) Qual tipo de atividade você exercia antes de se tornar membro de uma associação de catadores de materiais recicláveis?

Não tinha.

⁵⁶ É importante ressaltar o valor mensal recebido por esta entrevistada é maior do que os demais entrevistados, porque é contratada pelo INSEA para atuar como mobilizadora social, então a sua renda não provém somente do trabalho como catadora associada.

2) O que motivou a escolha de se tornar membro de uma associação de catadores de materiais recicláveis?

Pra ajudar meu esposo na época. Eu era casada e ele catava. Eu fui ajudando ele, ele veio pra cá e acabei ficando. Pegando gosto, pegando amor pela coisa. E to aí até hoje e não troco por outro não.

3) Você chegou a trabalhar na rua?

Sim, sim. Eu trabalhei puxando carrinho na rua, aí depois fui ajudante dele, puxando carrinho com ele, depois eu sozinha um tempo. Aí depois com a implantação da coleta seletiva aqui no estado, aí que veio a coleta seletiva pra cá que a gente começou a trabalhar aqui dentro.

4) O que representa estar na associação?

Ah, eu acho que o benefício maior é que na rua eles te olha muito como mendigo, catador de lixo e dentro da associação ta mais organizado, eles já vê a gente como uma organização e não só como mais um catador na rua.

5) E o que você acha que é bom aqui na associação e o que ainda precisa melhorar?

O que precisa melhorar aqui é a renda né?! Que ta muito baixa. E a estrutura também. E a coleta seletiva também, porque melhorando a coleta seletiva com certeza a renda dos associados vai melhorar.

6) E o que você poderia atribuir como ponto positivo da associação?

Aqui a gente trabalha com muita gente, com gente conhecida. Fazendo amizade e acabou criando um vínculo familiar mesmo.

7) Em que medida o ingresso na associação melhorou os seus direitos à saúde, educação e moradia?

Não vi não. Continua a mesma coisa.

8) Você tem interesse em mudar de atividade?

Não. Hoje eu sou contratada pelo INSEA que veio há pouco tempo aqui pro estado. fui contratada como mobilizadora social e vou nas outras associações também, dando palestras, passando um pouco do que eu sei pra quem ta começando agora, incentivando e acompanhando os técnicos também, que são 3 assistente social. Aí eu vou acompanhando pra ver se eles tão falando a mesma língua do catador, entendeu? Porque muito técnico, muitos catador não sabe aí eu tenho que traduzir. Aí eu faço esse acompanhamento. E junto com uma pessoa também do Movimento Nacional, que é a Maria do Carmo. Aí a gente ta nessa luta aí. Eu sou substituta dela, no caso dela não comparecer aqui no estado em alguma coisa, eu vou no lugar dela.

9) Você se sente discriminado de alguma maneira?

Várias vezes. Uma vez a gente tava na rua, tava eu e meu esposo catando, aí veio uma mulher com um menino passando na rua, aí chamou a gente de catador de lixo, mas nós não somos catador de lixo. Aí eu me senti muito discriminada. Aconteceu vários fatos, deles se afastar da gente quando a gente ta passando com o carrinho na rua, mudar de calçada. A gente se sente bastante pra baixo.

10) E você atribui esse tipo de reação pelo tipo de trabalho que vocês fazem?

Acho que sim. Pelo tipo de material que a gente mexe, porque é o material que eles tão descartando, jogando pra fora da casa deles, acha que não tem valor nenhum. Pra muitos não tem valor nenhum, mas pra outros é o sustento da família, no caso a minha.

[Para aqueles que têm filhos]

11) Você gostaria que seu filho seguisse a sua profissão? Por quê?

Não. Não gostaria. O meu filho mais velho tem 21 anos, já tem a profissão dele, já é formado, ele é técnico de ar condicionado. Eu tenho outro do meio que tem 15 anos e ta no primeiro ano, ta estudando. E tenho uma pequenininha de 11 anos que também ta estudando. Eu quero que eles segue outra profissão, mas se for do gosto deles, se eles chegar a gostar da coisa igual a mãe, eu não vou mudar não, pode fazer o que eles quiserem.

Entrevista 28

[Perfil Social/ Trajetória]

Nome: Ruth

Associação pertencente: ASCAMARE – Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Vitória

Idade: 59 anos

Sexo: feminino

Grau de escolaridade: não estudou

Profissão anterior: ambulante

Quanto tempo atua nesta atividade: 8 anos

Estado de origem: Espírito Santo

Filhos: 2

Moradia própria: tem

Renda mensal: não sabe. É por produção

Recebe benefício social: não

[Vivência como catador]

1) Qual tipo de atividade você exercia antes de se tornar membro de uma associação de catadores de materiais recicláveis?

Eu vendia picolé, eu catava sucata na rua, na mesma hora que era sucata, era milho cozido, eu fazia de tudo.

2) O que motivou a escolha de se tornar membro de uma associação de catadores de materiais recicláveis?

Foi uma amiga minha que me botou aqui dentro.

3) O que representa estar na associação?

Nem é bom, nem é ruim.

4) O que você acha que é bom e o que precisa melhorar aqui na associação?

Melhorar isso aqui (fez sinal de dinheiro). Trabalhar mais, nós ganha mais.

5) E o que você acha que é bom aqui?

Aqui é legal.

6) Em que medida o ingresso na associação melhorou os seus direitos à saúde, educação e moradia?

Mais ou menos. A gente não fica bom aqui dentro. Não tem médico aqui dentro. Dentista vem aqui, mas eu não tenho dente pra fazer nada.

7) Você tem interesse em mudar de atividade?

Uhum. Um lugar melhor.

8) Você se sente discriminado de alguma maneira?

Aqui não. Na rua, eles metia a porta na cara. Eles negava água pra gente. Não dava água. Chamava de lixeiro, fedorento. Aí eu falava: "hoje é eu, amanhã você não sabe o que vai acontecer". Amanhã pode ta ele.

[Para aqueles que têm filhos]

9) Você gostaria que seu filho seguisse a sua profissão? Por quê?

Não, eu queria que eles seguisse um serviço melhor, de carteira assinada, porque aqui não é de carteira assinada, aqui é por produção.

Entrevista 29

[Perfil Social/ Trajetória]

Nome: Sassa

Associação pertencente: ASCAMARE – Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Vitória

Idade: 23 anos

Sexo: feminino

Grau de escolaridade: ensino fundamental incompleto (estudou até a 4ª série)

Profissão anterior: atuava na construção civil

Quanto tempo atua nesta atividade: 4 meses. Saiu e voltou depois

Estado de origem: Espírito Santo

Filhos: não

Moradia própria: tem

Renda mensal: não soube dizer (varia por produção)

Recebe benefício social: sim

[Vivência como catador]

1) Qual tipo de atividade você exercia antes de se tornar membro de uma associação de catadores de materiais recicláveis?

Eu trabalhava em obra, construção civil.

2) O que motivou a escolha de se tornar membro de uma associação de catadores de materiais recicláveis?

Eu gostei. Minha mãe era catadora. Eu via o sofrimento dela, aí eu falei: “vou seguir o mesmo”. A mesma coisa.

3) Sua mãe trabalhava na rua?

Não. Na usina de lixo.

4) E você chegou a trabalhar na rua ou só aqui na associação?

Só na associação.

5) O que representa estar na associação?

Ah, é muito bom, eu gosto.

6) E o que você acha que é bom e o que ainda precisa melhorar aqui?

Nós ter tudo tranqüilo, parar essas briga aí.

7) Você acha que depois que você entrou na associação melhorou os seus direitos à saúde, educação e moradia?

Gostei, gostei.

8) O que mudou?

Ah, muita coisa.

9) Você pode me dar um exemplo?

Ah, várias coisas da vida mesmo.

10) Você tem interesse em mudar de atividade?

Não. Gosto da associação mesmo.

11) Você se sente discriminado de alguma maneira?

Não.

Entrevista 30

[Perfil Social/ Trajetória]

Nome: Caiaque

Associação pertencente: ASCAMARE – Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Vitória

Idade: 19 anos

Sexo: masculino

Grau de escolaridade: ensino fundamental incompleto (estudou até a 7ª série)

Profissão anterior: ajudante de pedreiro

Quanto tempo atua nesta atividade: 1 ano e pouco

Estado de origem: Espírito Santo

Filhos: 1

Moradia própria: tem

Renda mensal: R\$ 700,00

Recebe benefício social: não

[Vivência como catador]

1) Qual tipo de atividade você exercia antes de se tornar membro de uma associação de catadores de materiais recicláveis?

Ajudante de pedreiro.

2) O que motivou a escolha de se tornar membro de uma associação de catadores de materiais recicláveis?

Eu fui procurar emprego, casei aí um colega meu me colocou aqui dentro.

3) O que representa estar na associação?

É bom... é bom que aprende.

4) O que você acha que é bom aqui e o que ainda precisa melhorar?

Melhorar? Parar um pouco de briga e arrumar um novo galpão.

5) E o que você acha que é bom aqui?

O pessoal é bom de trabalhar e outras coisas também.

6) Você acha que depois que você entrou na associação melhorou os seus direitos à saúde, educação e moradia?

Melhorou.

7) Em que sentido?

Eu entrei aqui e logo logo consegui comprar uma casa.

8) E vocês tem atendimento aqui?

Dentista vem. Traz umas pastas.

9) Você tem interesse em mudar de atividade?

Sim. Um serviço melhor de carteira assinada.

10) Você se sente discriminado de alguma maneira?

Não.

[Para aqueles que têm filhos]

11) Você gostaria que seu filho seguisse a sua profissão? Por quê?

Não, porque pra ela eu quero uma coisa melhor, estudo. Uma coisa que eu não fui.

Entrevista 31

[Perfil Social/ Trajetória]

Nome: Dodô

Associação pertencente: ASCAMARE – Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Vitória

Idade: 45 anos

Sexo: masculino

Grau de escolaridade: ensino fundamental incompleto (estudou até a 7ª série)

Profissão anterior: trabalhava no lava jato

Quanto tempo atua nesta atividade: mais de 12 anos

Estado de origem: Bahia

Filhos: não

Moradia própria: mora com a mãe

Renda mensal: R\$ 500,00 – R\$ 700,00

Recebe benefício social: não

[Vivência como catador]

1) Qual tipo de atividade você exercia antes de se tornar membro de uma associação de catadores de materiais recicláveis?

Trabalhava no lava jato.

2) O que motivou a escolha de se tornar membro de uma associação de catadores de materiais recicláveis?

Depois quando eu tava com meu pai, aí meu pai tava no carrinho. Aí ele adoeceu, não tava agüentando puxar o carrinho, aí eu fiquei no lugar dele.

3) Depois que você veio pra associação?

Depois que meu pai adoeceu, eu fiquei no lugar dele, passei a trabalhar no carrinho, aí depois eu passei a trabalhar aqui dentro.

4) O que representa estar na associação?

Ah, ganhar meu tostãozinho, né?! Ajudar dentro de casa.

5) O que você acha que é bom aqui e o que ainda precisa melhorar?

Melhorar as condições de trabalho aqui, tudo apertado. Tem nem como a gente trabalhar aqui, num lugar apertado desse jeito.

6) E o que você acha que é bom aqui?

Ah, a amizade com todo mundo, as vezes a gente briga.

7) Em que medida o ingresso na associação melhorou os seus direitos à saúde, educação e moradia?

Melhorou sim.

8) Em que sentido melhorou?

O dinheiro que a gente ganha, coloca dentro de casa. Melhorou muito.

9) Você tem interesse em mudar de atividade?

Não, por enquanto eu não pensei ainda não.

10) Você se sente discriminado de alguma maneira?

Já sim. Eu trabalhava num carrinho de papelão. Aí o pessoal xingava, falava: “sai da rua que vocês tão atrapalhando”. No carrinho já, na associação não.

Entrevista 32

[Perfil Social/ Trajetória]

Nome: Vinny

Associação pertencente: ASCAMARE – Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Vitória

Idade: 20 anos

Sexo: masculino

Grau de escolaridade: ensino médio incompleto (estudou até o 2º ano)

Profissão anterior: atendente de lanchonete, trabalhou em cerimonial

Quanto tempo atua nesta atividade: 1 ano e 2 meses

Estado de origem: Espírito Santo

Filhos: não

Moradia própria: aluguel

Renda mensal: R\$ 820,00

Recebe benefício social: não

[Vivência como catador]

1) Qual tipo de atividade você exercia antes de se tornar membro de uma associação de catadores de materiais recicláveis?

Eu trabalhava no Mc Donald's, depois eu vim pra cá, porque eu tinha parado, aí depois do Mc Donald's eu fiz estágio lá no Diário Oficial, eu fazia esse negócio de cartão do SUS e depois fui pro cerimonial e depois voltei pra cá de novo.

2) O que motivou a escolha de se tornar membro de uma associação de catadores de materiais recicláveis?

Bom, no começo, eu entrei aqui porque não tinha escolha, tinha que trabalhar, me sustentar. Meu tio trabalhava aqui, aí ele arrumou um serviço pra mim. Aí fui

aprendendo e gostando. Hoje, eu entendo como uma ajuda a natureza. Aí to aqui até hoje.

3) O que representa estar na associação?

Uma responsabilidade com a natureza.

4) Quais os pontos positivos e os negativos da atividade que você desenvolve?

Bom eu não sei. Ruim é o espaço. Tem coisa boa aqui dentro, a cozinha, o bom aqui também é que todo mundo é unido.

5) Você acha que depois que você entrou na associação melhorou os seus direitos à saúde, educação e moradia?

Eu num reparei não.

6) Você tem interesse em mudar de atividade?

Se surgisse oportunidade, eu teria sim.

7) Você se sente discriminado de alguma maneira?

Não.

Entrevista 33

[Perfil Social/ Trajetória]

Nome: PPercília

Associação pertencente: ASCAMARE – Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Vitória

Idade: 55 anos

Sexo: feminino

Grau de escolaridade: ensino fundamental incompleto (estudou até o 1º ano)

Profissão anterior: empregada doméstica

Quanto tempo atua nesta atividade: 7 anos e depois eu saí aí voltei tem 1 mês

Estado de origem: Espírito Santo

Filhos: 1

Moradia própria: aluguel

Renda mensal: 1 salário

Recebe benefício social: sim

[Vivência como catador]

1) Qual tipo de atividade você exercia antes de se tornar membro de uma associação de catadores de materiais recicláveis?

Casa de família.

2) O que motivou a escolha de se tornar membro de uma associação de catadores de materiais recicláveis?

Porque lá em casa de família, eu não gostava não. Casa de família... Deus me livre. Nunca mais eu quero saber de casa de família. Agora aqui não. Aqui é tranquilo pra trabalhar, tem os amigos, brincam, o material que eu já sei trabalhar. O dinheiro que eu coloco dentro de casa pra comer. É isso aí.

3) O que representa estar na associação?

Bem. Junto com meus amigos aí, igual eu falei pra você. Todo mundo aqui. Agora quando o pessoal pisa no meu pé, eu não gosto de brincadeira.

4) O que você acha que é bom e o que ainda precisa melhorar aqui na associação?

Um galpão grandão, botar mais gente pra poder subir, porque ta muito pouco. É isso aí.

5) Em que medida o ingresso na associação melhorou os seus direitos à saúde, educação e moradia?

A minha saúde não é muito boa não. E outra que... eu me sinto bem aqui, melhor do que em casa parada.

6) Você tem interesse em mudar de atividade?

Claro. Ter minha casa própria mesmo. Sem pagar aluguel. Meu filho paga R\$ 400,00 de aluguel. É caro.

7) Você se sente discriminado de alguma maneira?

Só aqui dentro. Não.. Lá na rua também. Quando eu trabalhava na rua puxando carrinho, quando eu não levava água, que eu chegava na casa dos pessoal assim e pedia: “ô dona, me dá um copo de água aí?” e eles respondia: “eu? Botar o meu copo de água na sua mão? Você catando lixo?”. Desse jeito. E eu falava: Não é lixo... é material reciclável. E eles: “que material o que...”. E eu falava: “então ta bom. Muito obrigada”. Eu saía com o carrinho pesado.... essa unha desse meu dedo aqui é a quinta unha que nasce... de tanto o carrinho passar por cima cheião. Aí na outra rua que eu fui pedir água, o homem falou: “a senhora merece um copo de água”. A mulher não quis me dar o copo de água com nojo né?! E o homem não, ele foi lá pegou um copo de água, eu falei pra ele o que a mulher tinha falado comigo e ele falou assim: “não senhora, quando ela morrer, ela vai levar a água dentro do caixão, negando a água a senhora, a senhora ta trabalhando, não ta roubando, não ta fazendo nada de errado”.

8) E a senhora trabalhou quanto tempo na rua?

Ó, eu trabalhei com meu ex marido foi... num sei se foi 4 ou 5 anos com ele. Depois eu trabalhei sozinha, num tem? Trabalhei uns 3 anos sozinha na rua.

9) E você que já trabalhou na rua, como que é agora trabalhar dentro de uma associação?

É muito melhor, porque aqui você não pega peso, o carrinho pesado, num tem?! Sol quente na cabeça, chuva. Nossa, minha filha... era chuva e sol que pegava na rua.

Agora eu pego chuva e sol também porque eu venho de lá de Carapinha também, mas eu já pego satisfeita com o meu serviço aqui.

[Para aqueles que têm filhos]

10) Você gostaria que seu filho seguisse a sua profissão? Por quê?

Não... porque ela tem o estudo dela. Ela ta trabalhando no shopping. Ela tem o estudo dela, eu nunca tive, então eu tenho que ficar aqui dentro. Ela já andou na rua comigo, dentro do carrinho, eu puxando ela, botava ela no cantinho e o material no outro. Ela tava com uns 6, 7 anos por aí, pra não deixar ela sozinha. Eu ganhava muito material na rua, lá no Jabour, ela pedia pra ir comigo. Eu ganhava roupa, ganhava compra.

Entrevista 34

[Perfil Social/ Trajetória]

Nome: Rei

Associação pertencente: ASCAMARE – Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Vitória

Idade: 51 anos

Sexo: masculino

Grau de escolaridade: ensino fundamental incompleto (estudou até a 4ª série)

Profissão anterior: ajudante de obra

Quanto tempo atua nesta atividade: 5 a 6 anos antes de trabalhar na associação e 16 anos na associação

Estado de origem: Minas Gerais

Filhos: 4

Moradia própria: tem

Renda mensal: um salário; tem vez que não chega

Recebe benefício social: sim

[Vivência como catador]

1) Qual tipo de atividade você exercia antes de se tornar membro de uma associação de catadores de materiais recicláveis?

Eu trabalhava assim... em obra civil, ajudante.

2) O que motivou a escolha de se tornar membro de uma associação de catadores de materiais recicláveis?

Logo no começo eu trabalhava e fiquei parado aí um colega meu me chamou. Entrei, assim... comecei a ganhar até um dinheirinho na rua. Naquela época eu ganhava 30 a 40 conto por dia... fazia os frete. Aí passei um tempo sem fichar, aí começou a associação.

3) O que representa estar na associação?

Pra mim, é melhor. É muito perigoso né, na rua. Os caras passa doidão. É muito carro. Eles passava fininho. A chuva também. Agora é menos perigo.

4) O que você acha que é bom e o que ainda precisa melhorar aqui na associação?

É... do jeito que tava ta até melhor. Mas precisa de mais, um galpão melhor, mais espaço, pra botar mais gente, que aí dá mais produção. Vir menos lixo e mais material.

5) E o que você que é bom numa associação?

Pessoas bem humildes, trabalha junto. Um ajudando o outro.

6) Em que medida o ingresso na associação melhorou os seus direitos à saúde, educação e moradia?

Num percebi não. Dá pra viver. Necessidade num passa não.

7) Você tem interesse em mudar de atividade?

Emprego bom eu num vou achar, a idade já ta avançada. Tem que ficar aqui mesmo, aqui eles paga o INSS.

8) Você se sente discriminado de alguma maneira?

É... logo no começo, eles ficava meio assim com a gente. Logo no começo dava muita gente da rua, cachaça, que dormia na rua. Não queria nem pedir água assim... na rua.

[Para aqueles que têm filhos]

9) Você gostaria que seu filho seguisse a sua profissão? Por quê?

Num tenho preconceito não, mas era bom que eles conseguisse alguma coisa melhor né.

Entrevista 35

[Perfil Social/ Trajetória]

Nome: Juquinha

Associação pertencente: ASCAMARE – Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Vitória

Idade: 38 anos

Sexo: feminino

Grau de escolaridade: ensino fundamental incompleto (estudou até a 6ª série)

Profissão anterior: gari e manicure

Quanto tempo atua nesta atividade: 9 anos e 4 meses

Estado de origem: Bahia

Filhos: 2

Moradia própria: não

Renda mensal: R\$ 500,00

Recebe benefício social: sim

[Vivência como catador]

1) Qual tipo de atividade você exercia antes de se tornar membro de uma associação de catadores de materiais recicláveis?

Eu trabalhava de gari e manicure.

2) O que motivou a escolha de se tornar membro de uma associação de catadores de materiais recicláveis?

Porque eu via o sofrimento dos catadores na rua, porque eu queria ver se é desse mesmo que o catador é: sofrendo daquele jeito, sendo discriminado. Aí eu tive interesse de querer ser catadora e eu também tava desempregada, tava precisando de trabalhar. Aí eu fui na igreja, como eu já era cadastrada na igreja São Francisco de Assis ali em Jardim da Penha. Aí eu vi o seu Gaspar comunicando que quem estava querendo entrar numa associação era pra conversar com o seu João que era o presidente da ASCAMARE, aí eu procurei o seu João, ali deu o endereço e eu e meu esposo viemos aqui conversamos ali eles iam jogar para o grupo pra ver se eles concordavam pra eu entrar. Aí eles concordaram e nós entramos. Aí eu vim trabalhar. Eu comecei aqui como carrinheira, eu era carrinheira na rua mais meu esposo. Nós puxava carrinho na rua. Então, ali eu fui sentindo na pele o que é ser um catador. Eu num fui discriminada na rua, jamais, fui tratada até bem, mas ainda existe esse preconceito com o catador na rua. Eu sempre falava assim: “a pessoa pra ser um catador não precisa andar desarrumado, sujo, descalço, anda com uma roupinha mais limpinha, com um sapatinho no pé pra mostrar pra sociedade que um catador é um ser humano como qualquer um”. Eu sempre andava maquiada, arrumadinha, nunca fui maltratada na rua. Como os carros também dava passagem pra gente, a gente dava pra eles também. E até hoje eu to aqui. Eu gosto da minha profissão, eu tenho orgulho, porque é daqui que eu tiro o sustento da minha família, do aluguel, das dívidas que a gente paga. Aqui eu fiz muitas amizades, cada vez mais chega gente diferente e eu vou fazendo amizade mais ainda. Eu falo que aqui é minha segunda casa e aqui eu falo que todos não é meus colega de trabalho, eu falo que eles são meus irmãos, porque aqui eles até fala que eu sou mãe de uns aqui, como da Néia e da Índia. Aqui todo mundo trata muito bem, tem hora que tem

uma desavença, mas eu sou calma, pra me tirar do sério tem que ser muita coisa. Mas eu gosto de todos.

3) O que representa estar na associação?

Representa orgulho, de ser associada, uma catadora. Eu tenho orgulho do que eu faço.

4) E o que você acha que é bom e o que ainda precisa melhorar na associação?

O que precisa melhorar aqui é o galpão, nós precisa de espaço, porque a gente está sem esse espaço, porque tem muita gente querendo ganhar o seu ganha pão também, entrar aqui na associação, mas aqui o espaço não permite, ta entendendo? E aqui, como não tem um espaço adequado, entra uns rato, nós tem medo de entrar um associado e ser contaminado com alguma coisa, nós não são contaminado, mas pode alguém ser. O que a gente ainda ta lutando até hoje é um espaço.

5) E o que você acha que é bom aqui na associação?

A convivência, a parceria que a gente tem um com o outro. A gente tem uns momentos ruim, mas tem uns momentos muito bons. Quando uma pessoa ta doente, ta passando dificuldade, todo mundo se une nessa hora, faz economia solidária e ajuda um com o outro.

6) Em que medida o ingresso na associação melhorou os seus direitos à saúde, educação e moradia?

Melhorou sim. Porque aqui eu... como eu tava com um problema nos meus dentes, eu entrei na associação, me colocaram no EJA. A saúde também, se fosse outra firma, eles não concordava que o associado saísse pra resolver problemas de saúde, mas aqui sim eles tem parceria com a gente, quando a gente ta doente não corta o dia da gente, só não recebe o outro dia.

7) Você tem interesse em mudar de atividade?

Não, por agora não.

8) Você se sente discriminado de alguma maneira?

Eu não, mas meu filho foi discriminado dentro da escola, porque ele é filho de uma catadora. Mas eu fui na escola e conversei, falei, expliquei o que é ser uma catadora. Catadora não é lixo, catadora é gente, ser humano como qualquer um deles. E eu falei com eles mesmo: “a gente ta tirando o lixo que vocês jogam na rua. A gente ta tirando a sujeira do meio ambiente. A gente ta limpando, então vocês não chama mais meu filho assim”. E hoje ele tem tudo, que é dali da associação. Meu filho não é diferente, eu tenho orgulho que ele tem tudo de bom e do melhor.

[Para aqueles que têm filhos]

9) Você gostaria que seu filho seguisse a sua profissão? Por quê?

Sim. Se eles quiser, num tenho problema. O meu mais velho já trabalhou aqui, ele tem vontade até de voltar. E eu falo pra eles, eu só quero que eles trabalhem, não importa o trabalho. O que eu não desejo para os meus filhos é ir pro caminho errado, pro tráfico, isso eu não aceito. Se um dia você cair na grade, você vai ter que ficar lá pro resto da vida pra pagar o que você fez de errado.